



DIÁRIO OFICIAL



Belém, quarta-feira
13 de dezembro de 2017

ANO CXXVII DA IOE
128ª DA REPÚBLICA
Nº 33.516

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

112 Páginas



O **Certificado Digital** é sua identidade virtual. Com ele, você acessa, de forma segura, ágil e sustentável, todos os serviços e instituições, via internet. E com a garantia do sigilo e da integridade das informações.

Adquira seu Certificado Digital IOE. É oficial. Pode confiar.

Informações:
(91) 4009-7828
e-mail: ar@ioe.pa.gov.br

Ideflor-Bio fará mapeamento das iniciativas de manejo no Estado

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio) divulga Edital de Chamamento Público para selecionar Organização da Sociedade Civil. A entidade que for escolhi-

da no certame ficará responsável pelo mapeamento e diagnóstico socioeconômico das iniciativas de manejo florestal, comunitário e familiar no Estado do Pará. O Ideflor-Bio chama, ainda, interessados em executar ações de

fortalecimento das atividades de manejo florestal comunitário e familiar.

O edital completo está disponível no endereço: www.ideflorbio.pa.gov.br e impresso na sede do órgão para consulta de segunda a sexta-feira.

PÁGINA 48

Diagnóstico por imagem

O município de Xinguara, sudeste paraense, ganhará equipamento permanente médico-hospitalar (Raio-X de 500MA). A compra será realizada por meio de processo licitatório da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa). O Pregão Eletrônico será aberto no dia 26 de dezembro.

As normas do certame podem ser lidas nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br.

PÁGINA 36

Produção de alevinos

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap) realizará a aquisição de hipófise para a produção de alevinos das estações de Terra Alta e Santa Rosa.

A licitação acontecerá por meio de Pregão Eletrônico que será aberto no dia 26 de dezembro, às 10h. O edital, na íntegra, poderá ser obtido no portal virtual de compras do Governo Federal.

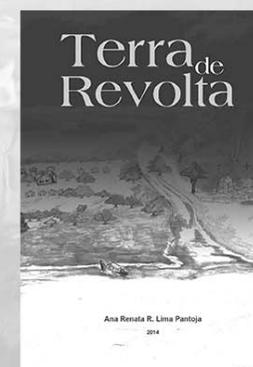
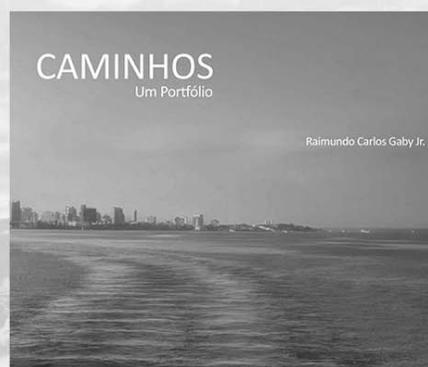
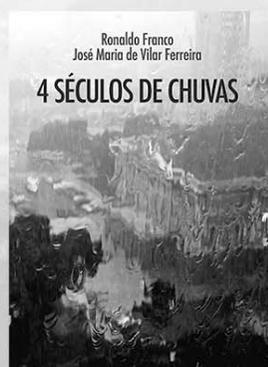
PÁGINA 46

Gêneros alimentícios

A Fundação Pública Hospital de Clínicas Gaspar Vianna e o Centro de Hemodiálise Monteiro Leite receberão gêneros alimentícios para preparo de desjejum, lanches e ceia.

A compra será efetivada por meio de Pregão Eletrônico no dia 28 de dezembro. O horário de abertura da sessão do certame será às 10h30 (horário de Brasília), no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.

PÁGINA 45



Edições

4009-7817

Agenda Cultural

Programme-se!



CINEMA

Mostra Star Wars - 40 Anos

Local: Cine Libero Luxardo (Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Dias 13 e 21/12

Em comemoração ao aniversário de 40 anos de Star Wars e aproveitando o lançamento do 9º filme da saga, o Cine Líbero Luxardo exibirá uma maratona com todos os filmes da franquia lançados anteriormente, em sequência, e em suas versões originais. **Todas as sessões, com entrada franca!**

Episódio VI: O Retorno de Jedi – 12/12 – 16h e 20/12 – 17h30

Episódio VII: Star Wars: O Despertar da Força – 13/12 – 20h e 21/12 – 17h30



CINEMA

Lamparina de Aurora

Local: Cine Libero Luxardo (Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 12 (aceita-se meia)

Dia 13/12, às 18h

“Lamparina de Aurora soa como uma pequena pérola de cunho econômico, tanto emocionalmente quanto em linguagem épica, sem preciosismos, seca e certa em seu golpe”. (Vortex Cultural)

Sinopse: Um casal idoso segue uma vida silenciosa, sem comunicação, numa casa isolada do resto da sociedade. Esta paz é perturbada pela chegada de um homem jovem e misterioso, que se instala no lugar e mantém relações ambíguas com seus anfitriões.



Siga-nos:



ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site www.ioepa.com.br

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR:**

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas; ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores, quebras de seção, quebra manual de linhas, marcadores próprios dos editores de texto, como pontos; quadrados; setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817





Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR

José da Cruz Marinho
VICE-GOVERNADOR

Márcio Desidério Teixeira Miranda
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Ricardo Ferreira Nunes
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Jeniffer de Barros Rodrigues
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Gilberto Valente Martins
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA



**DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, 2271
Marco • CEP: 66.093-410
Belém - Pará
PABX: 4009-7800
FAX: 4009-7819
www.ioepa.com.br

Luis Cláudio Rocha Lima
PRESIDENTE

Edson Ferreira Farias
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Augusto Henrique da Silva Neto
DIRETOR INDUSTRIAL

Ana Carmen Palheta Alves
DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA

NESTA EDIÇÃO | Quarta-feira, 13 de Dezembro de 2017

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR	- PÁG. 5
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO	- PÁG. 5
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO	- PÁG. 6
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	- PÁG. 6
FUNDAÇÃO PROPАЗ	- PÁG. 29

SECRETARIA DE ESTADO

DE ADMINISTRAÇÃO	- PÁG. 29
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 30
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 30
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 30

SECRETARIA DE ESTADO

DA FAZENDA	- PÁG. 30
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	- PÁG. 33

SECRETARIA DE ESTADO

DE PLANEJAMENTO	- PÁG. 33
------------------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE SAÚDE PÚBLICA	- PÁG. 36
HOSPITAL OPHIR LOYOLA	- PÁG. 42
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	- PÁG. 42
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ	- PÁG. 44
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA	- PÁG. 44

SECRETARIA DE ESTADO

DE TRANSPORTES	- PÁG. 45
-----------------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA	- PÁG. 46
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ	- PÁG. 46
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 46
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO

DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	- PÁG. 47
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO

DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	- PÁG. 48
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ	- PÁG. 49
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR ...	- PÁG. 53
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ	- PÁG. 53
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 54
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES ...	- PÁG. 54
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ...	- PÁG. 55
FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA ...	- PÁG. 61
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 62

SECRETARIA DE ESTADO

DE CULTURA	- PÁG. 63
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ	- PÁG. 63
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES	- PÁG. 64

SECRETARIA DE ESTADO

DE COMUNICAÇÃO	- PÁG. 64
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO	- PÁG. 64

SECRETARIA DE ESTADO

DE EDUCAÇÃO	- PÁG. 65
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 70

SECRETARIA DE ESTADO

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	- PÁG. 75
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ	- PÁG. 76

SECRETARIA DE

ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	- PÁG. 76
---	-----------

SECRETARIA DE ESTADO DE

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA	- PÁG. 79
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ	- PÁG. 79
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ ...	- PÁG. 79
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 79
NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES	- PÁG. 79

SECRETARIA DE ESTADO

DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS	- PÁG. 79
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	- PÁG. 80
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ...	- PÁG. 80
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTES METROPOLITANO	- PÁG. 80

SECRETARIA DE ESTADO DE

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	- PÁG. 81
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS	- PÁG. 81
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 81

SECRETARIA DE ESTADO

DE ESPORTE E LAZER	- PÁG. 81
---------------------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE TURISMO	- PÁG. 81
-------------------------	-----------

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO	- PÁG. 82
------------------------	-----------

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 82
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 82

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ...	- PÁG. 82
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 83

MUNICÍPIOS

.....	- PÁG. 106
-------	------------

EMPRESARIAL

.....	- PÁG. 110
-------	------------

EXECUTIVO**GABINETE DO GOVERNADOR****DECRETO Nº 1939, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 41.533.098,87 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II da lei Orçamentária nº 8.458, de 28 de dezembro de 2016

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 41.533.098,87 (Quarenta e Um Milhões, Quinhentos e Trinta e Três Mil, Noventa e Oito Reais e Oitenta e Sete Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
161011236114164963 - SEDUC	0102	339037	3.196.000,00
161011236214168478 - SEDUC	0102	339037	1.916.750,00
251010312212978339 - PGE	0301	339039	8.587,50
251020306214248153 - Enc. PGE	0101	449093	482.307,00
401010612614248238 - Polícia Civil	0101	339139	84.601,00
401010612814256335 - Polícia Civil	0101	339036	349.395,00
682010824314437585 - FASEPA	0101	449051	150.000,00
691012369514387609 - SETUR	0101	449051	548.476,93
871010824214438390 - FEAS	0107	449051	4.283.351,23
901011030214277582 - FES	0103	449051	2.324.289,52
901011030214278289 - FES	0103	449051	1.020.000,00
951012645114157533 - NGTM	0106	449051	6.372.361,68
951012645114157533 - NGTM	0130	449035	1.167.904,12
951012645114157533 - NGTM	0130	449051	19.629.074,89
		TOTAL	41.533.098,87

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
161011212214168489 - SEDUC	0102	339039	124.837,00
161011212814168495 - SEDUC	0102	339048	361.788,00
161011230614168483 - SEDUC	0102	339039	484.689,00
161011278514166413 - SEDUC	0102	334041	4.141.436,00
17102288460009048 - Enc. SEFA	0101	339093	8.326.117,68
251010312212978339 - PGE	0301	319011	8.587,50
251020306214248153 - Enc. PGE	0101	459093	482.307,00
291012678114357579 - SETRAN	0106	449051	2.041.399,68
291012678114357580 - SETRAN	0106	449051	4.330.962,00
291012678214357430 - SETRAN	0130	449051	16.813.162,25
401010612212974668 - Polícia Civil	0101	339030	13.323,00
401010612212978338 - Polícia Civil	0101	339139	25.377,00
401010612212978339 - Polícia Civil	0101	339008	39.805,00
401010612414258270 - Polícia Civil	0101	339014	9.000,00
401010618114258266 - Polícia Civil	0101	339039	297.933,00
401010618314258260 - Polícia Civil	0101	339014	17.748,00
401010618314258260 - Polícia Civil	0101	339039	12.070,00
401010642214228212 - Polícia Civil	0101	339014	18.740,00
862012678414357577 - CPH	0130	449051	3.983.816,76
		TOTAL	41.533.098,87

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 de dezembro de 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

Secretário de Estado de Planejamento

Protocolo: 261206**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA****PORTARIA Nº 1.528/2017-CCG DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, combinado com o art. 1º, § 2º, inciso I, do Decreto nº. 1739, de 7 de abril de 2017, CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/529790,

R E S O L V E:

autorizar IZABELA JATENE DE SOUZA, Secretária Extraordinária de Estado de Municípios Sustentáveis - SEEMSU, a viajar para o município de Santarém-PA, no dia 21 de dezembro de 2017, a fim de participar da Implantação do Centro Regional de Governo, bem como Agenda Integrada dos Municípios Sustentáveis, e conceder ½ (meia) diária.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 1.529/2017-CCG DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e

CONSIDERANDO tratar-se de agenda oficial de trabalho, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso I, do Decreto nº. 1.739, de 7 de abril de 2017;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2017/522781,

R E S O L V E:

autorizar ADNAN DEMACHKI, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, a viajar para Brasília-DF, no dia 7 de dezembro de 2017, a fim de *participar de Audiência Pública dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás, no Pará, bem como participar de Reunião na Empresa de Planejamento e Logística - EPL, com o Senhor José Carlos Medaglia Filho - Diretor Presidente e o Senador Flexa Ribeiro*, devendo responder pelo expediente do Órgão, na ausência do titular, EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 1.530/2017-CCG DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.163, de 6 de abril de 2006, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/522122,

R E S O L V E:

I. exonerar LIANE LOBATO MANESCHY do cargo em comissão de Gerente Fazendário, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado da Fazenda, a contar de 1º de dezembro de 2017.

II. nomear WELLINGTON MONTEIRO CARDOSO para exercer o cargo em comissão de Gerente Fazendário, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado da Fazenda, a contar de 1º de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 1.531/2017-CCG DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/524681,

R E S O L V E:

I. exonerar LEILA SANTOS FERREIRA do cargo em comissão de Coordenador do Interior Região Oeste, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 6 de dezembro de 2017.

II. nomear VIVIANE SOUZA DE OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de Coordenador do Interior Região Oeste, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 6 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 1.532/2017-CCG DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/524681,

R E S O L V E:

I. exonerar VIVIANE SOUZA DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Gerente de Patrimônio Imobiliário, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 6 de dezembro de 2017.

II. nomear KÁTIA REGINA DE OLIVEIRA ROCHA para exercer o cargo em comissão de Gerente de Patrimônio Imobiliário, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 6 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 1.533/2017-CCG DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/531852,

R E S O L V E:

nomear PATRICK AMARAL SERDEIRA para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Núcleo II, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, a contar de 1º de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 1.534/2017-CCG DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/519990,

R E S O L V E:

I. exonerar JOSÉ FARIAS FILHO do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Endemias de Centro Regional, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

II. nomear ANDRÉA NOGUEIRA OTONI para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Endemias de Centro Regional, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 1.535/2017-CCG DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/520713,

R E S O L V E:

nomear CAMILA ROSSAS MORAES para exercer o cargo em comissão de Gerente Administrativo de Unidade Prisional, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Superintendência do Sistema Previdenciário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo: 261203

PORTARIA**RESUMO DA PORTARIA DE LICENÇA MATERNIDADE****I - Portaria nº : 448/2017 SCCG, de 11 Dezembro de 2017**

Servidor : NAYRA PEREIRA DE MELO ARAUJO

Id. Funcional : 5922923/1

Cargo : Assessor Especial I

Nº de dias : 180 (cento e oitenta) dias

Período : 11/11/2017 a 09/05/2018

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Novembro de 2017.

CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO

Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

RESUMO DA PORTARIA Nº 439/2017 SCCG, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Diárias

Fundamentação Legal: Lei 5.810/94

Origem: Belém/PA - Destino: Marabá

Período: 11/12/2017 à 17/12/2017 - Quantidade: 6 1/2 (seis e meia) diárias

Servidores: João Solermo Couto Junior, matrícula: 5917605/1,

Gerente e

Francisco Montenegro de Oliveira Junior, matrícula: 3540032/2,

Assessor Administrativo II

Objetivo: Cumprir agenda oficial de trabalho, onde será prestado apoio logístico e acompanhamento da estruturação do Centro de Convenção de Marabá .

CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO

Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

RESUMO DA PORTARIA Nº 440/2017 SCCG, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Diárias

Fundamentação Legal: Lei 5.810/94

Origem: Belém/PA - Destino: Marabá.

Período: 12/12/2017 à 17/12/2017- Quantidade: 5 1/2 (cinco e meia) diárias

Servidor: Raimundo Eugênio Penafort Neri Neto, matrícula: 5917007/1, Assistente Operacional I

Objetivo: Cumprir agenda oficial de trabalho, onde será prestado apoio logístico e acompanhamento da estruturação do Centro de Convenção de Marabá .

CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO

Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

RESUMO DA PORTARIA Nº 441/2017 SCCG, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Diárias

Fundamentação Legal: Lei 5.810/94

Origem: Belém/PA - Destino: Marabá.

Período: 12/12/2017 à 17/12/2017- Quantidade: 5 1/2 (cinco e meia) diárias

Servidor: Nivaldo Bruno da Silva Leal, matrícula: 5743360/3, Assessor.

Objetivo: Cumprir agenda oficial de trabalho, onde será efetuado as instalações dos equipamentos de informática e verificação dos pontos lógicos de rede para funcionamento do Centro Regional de Marabá.

CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO

Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

RESUMO DA PORTARIA Nº 442/2017 SCCG, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Diárias

Fundamentação Legal: Lei 5.810/94

Origem: Belém/PA - Destino: Santarém

Período: 18/12/2017 à 21/12/2017 - Quantidade: 3 1/2 (três e meia) diárias

Servidor: Andréa Conceição Reis Melo Santos, matrícula: 5893310/3, Assistente Operacional II.

Objetivo: Apoio logístico.

CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO

Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

RESUMO DA PORTARIA Nº 444/2017 SCCG, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Diárias

Fundamentação Legal: Lei 5.810/94

Origem: Belém/PA - Destino: Igarapé-Miri

Período: 12/12/2017 à 14/12/2017 - Quantidade: 2 1/2 (duas e meia) diárias

Servidor: Aminadábio da Silva ,matrícula: 5891765/3, Assessor. Objetivo: Cumprir agenda oficial de trabalho, onde será realizada a entrega de títulos de terras e a assinatura da Ordem de Serviço para a construção da Ponte do rio Meruú.

Servidor: João Jardim Martins ,matrícula: 57235148/2 , Assistente Operacional II

Objetivo: Dar apoio logístico ao servidor.

CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO

Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo: 261024**TERMO ADITIVO A CONTRATO****CONTRATO Nº 31/2015-CCG/PA**

TERMO ADITIVO: 3

EXERCÍCIO: 2017

OBJETO: Prorrogação por 03 (três) meses

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017

VIGÊNCIA: 14/12/2017 a 13/03/2018

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 6.699,00 (seis mil, seiscentos e noventa e nove reais)

ORÇAMENTO:

Órgão: 11105

Função: 04

Subfunção: 122

Programa: 1297

Projeto/atividade 8314

Fonte: 0101

Natureza de Despesa: 339039

Plano de Trabalho 0412212978314

CONTRATADA: SANTOS NETO E CIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.900.590/0001-58.

ENDEREÇO: Avenida Nazaré, nº 532, Sala 117, Bairro Nazaré, CEP: 66.035.170, Cidade de Belém/PA.

TELEFONE: (91) 3230-4198

ORDENADOR

JOSÉ MEGALE FILHO

Chefe da Casa Civil da Governadoria

Protocolo: 261183**EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015-CCG/PA.**

TERMO ADITIVO: 4º.

CONTRATO: 14/2015 – CCG/PA.

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017.

VIGÊNCIA: 12/12/2017 a 31/08/2018.

OBJETO: acréscimo de 16,36% ao valor originário do Contrato nº. 14/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, §1º, da Lei nº. 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 246.351,50 (duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

ORÇAMENTO: Órgão 1105; Função 04; Subfunção 122; Programa 1297; Proj. Atividade 8338; Nat. Despesa 339039.

EXERCÍCIO: 2017.

CONTRATADA: CLARO S.A., inscrita no CNPJ nº. 40.432.544/0001-47.

ENDEREÇO: Rua Flórida, nº. 1970, Bairro Cidade Monções, CEP: 04.565-907, São Paulo-SP.

ORDENADOR

JOSÉ MEGALE FILHO

Chefe da Casa Civil

Protocolo: 261157**CASA MILITAR DA GOVERNADORIA****5º TERMO ADITIVO - CMG**

Contrato: 001/2011/CMG

Exercício: 2018

Classificação do Objeto: Outros

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais 03 (três) meses o Contrato Administrativo nº 001/2011 de Locação de Imóvel para servir de Residência Oficial no valor do aluguel mensal para R\$ 15.911,35 (quinze mil novecentos e onze

reais e trinta e cinco centavos) e valor global do contrato para R\$ 47.734,05 (quarenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinco centavos), com fulcro no Art. 57, inciso II c/c § 3º, inciso I do Art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 8.245/91 parecer jurídico nº 072/2017 – AJUR/CMG.

Valor Mensal: R\$ 15.911,35

Valor Total: R\$ 47.734,05

Data da Assinatura: 28/11/2017

Vigência: 01/01/2018 a 31/03/2018

Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
04.122.1297.8315	33.90.36	01010000	Estadual

Locador: ANTÔNIO CÉSAR DE AZEVEDO NEVES

Endereço: Rua dos Mundurucus, nº 2904, aptº 2801, Bairro: Cremação, Belém – PA.

CEP: 66.040-033 - Belém/PA Telefone: (91) 3202-7400

Ordenador: CÉSAR MAURICIO DE ABREU MELLO – CEL PM

Protocolo: 260823**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****PORTARIA****PORTARIA Nº 777/2017-PGE.G., 01 DE DEZEMBRO DE 2017.**

DISCIPLINA A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que compete à Administração Pública, nos termos do artigo 216, § 2º da Constituição Federal e nos termos da Lei Federal Nº 8.159/1991, a gestão da documentação oficial e a adoção de medidas destinadas a franquear consultas, incumbindo-lhe recolher e conservar os documentos recebidos e produzidos no exercício de suas funções;

CONSIDERANDO os termos da Lei Federal Nº 8.159/1991 regulamentada pelo Decreto Nº 4.073/2002 e pelo Decreto nº 7.845/2012;

CONSIDERANDO o artigo 18 do Decreto nº 4.073/2002 afirma que em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da PGE/PA, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e eliminação;

CONSIDERANDO a Portaria Nº154/2015 - PGE. G. que instituiu a COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ; CONSIDERANDO a necessidade de adoção de uma política de gestão de documentos para a Procuradoria-Geral do Estado do Pará, visando assegurar a guarda dos conjuntos documentais indispensáveis à tomada de decisões, à comprovação de direitos e à preservação da memória institucional;

CONSIDERANDO a grande quantidade de documentos gerados no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará que necessitam receber tratamento técnico para fins de descarte;

CONSIDERANDO que a guarda e a eliminação de documentos exigem uma análise criteriosa, haja vista a necessidade de garantir e preservar direitos;

RESOLVE disciplinar a POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ para estabelecer procedimentos referentes ao funcionamento dos arquivos, ao sigilo dos documentos, ao arquivamento e eliminação de processos e documentos de natureza judicial e administrativa, bem como ao Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade, conforme as disposições que seguem:

CAPÍTULO I**DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL****SEÇÃO I****DA GESTÃO DOCUMENTAL**

Art.1º. Para os efeitos desta portaria considera-se:

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

Dados processados: dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

Informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade

para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

Informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

Informação de interesse público: toda informação que não seja de caráter pessoal ou classificada como sigilosa;

Tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

Disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

Autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

Primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

Informação atualizada: informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam;

Documento preparatório: documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas;

Arquivos públicos: conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por Órgãos Públicos, Autarquias, Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Entidades Privadas encarregadas da gestão de serviços públicos ou apoiadas com recursos públicos, Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, no exercício de suas funções e atividades;

Gestão de documentos: conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, classificação, avaliação, tramitação, uso, arquivamento, preservação e reprodução, que assegura a racionalização e a eficiência dos arquivos;

Transparência ativa: disponibilização espontânea de informações de interesse público, geral ou coletivo, independente de requerimento;

Transparência passiva: fornecimento de informações solicitadas por qualquer interessado mediante simples pedido de acesso; Documentos processuais: o conjunto de documentos originados ou recebidos nas diversas unidades da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, com a finalidade de instruir ou compor processos judiciais;

Documentos administrativos: aqueles produzidos e recebidos nas diversas unidades da Procuradoria-Geral do Estado do Pará para a execução das atividades administrativas e de apoio interno.

Art.2º. A Política de Gestão Documental da Procuradoria-Geral do Estado do Pará tem por finalidade assegurar à proteção, a destinação, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos produzidos, recebidos e acumulados na Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

Art. 3º Os instrumentos da Política de Gestão Documental da Procuradoria-Geral do Estado do Pará são:

O Plano de Classificação de Documentos;

As Tabelas de Temporalidade;

O Manual de Gestão Documental.

Parágrafo único. Os instrumentos arquivísticos de gestão documental serão homologados pelo Procurador-Geral do Estado.

SEÇÃO II

DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

Art.4º. O Plano de Classificação será elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da PGE/PA a partir da definição de Códigos de Classificação. Constitui-se em instrumento de classificação e localização de arquivos e compõe a Tabela de Temporalidade.

Art.5º. Os Códigos de Classificação de Documentos permitirão o agrupamento de processos com características semelhantes e indicarão a localização dos processos e documentos nos arquivos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

SEÇÃO III

DAS TABELAS DE TEMPORALIDADE

Art.6º. As Tabelas de Temporalidade serão propostas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da PGE/PA e estabelecerão, de acordo com a natureza do processo, os prazos de retenção nos arquivos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará e orientará a destinação final.

§1º Os prazos e condições para permanência em cada fase são estabelecidos nas Tabelas de Temporalidade:

Para a atividade meio será adotada a Tabela de Temporalidade da Atividade Meio da Administração Pública do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq);

Para a atividade fim, será adotada a Tabela de Temporalidade da Atividade Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

SEÇÃO IV

DO MANUAL DE GESTÃO DOCUMENTAL

Art.7º. O Manual de Gestão Documental será desenvolvido pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado para facilitar a implantação da Política de Gestão Documental da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, no sentido de estabelecer procedimentos para a gestão documental institucional, visando racionalizar o ciclo documental.

Art.8º. A racionalização do ciclo documental visa aperfeiçoar as atividades das unidades arquivísticas de cada Procuradoria e setor da Procuradoria-Geral do Estado e efetivar o princípio da Eficiência.

SEÇÃO V

DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL

Art.9º. A Política de Gestão Documental da Procuradoria-Geral do Estado do Pará será coordenada e executada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da PGE/PA, com as seguintes atribuições:

Orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos para fins de guarda permanente ou eliminação;

Propor alterações nos instrumentos de gestão documental;

Analisar a proposta de guarda definitiva feita pela Comissão de Implantação e pronunciar-se acerca do seu acolhimento;

Realizar o acompanhamento da Política de Gestão Documental da Procuradoria-Geral do Estado do Pará;

Garantir o acesso e facultar aos solicitantes a consulta e autenticação de cópias dos documentos sob sua custódia;

Difundir as normas e diretrizes de gestão documental e zelar pela sua correta aplicação;

Acompanhar os procedimentos necessários para a efetiva eliminação dos documentos incluídos no Termo de Eliminação;

Sugerir alterações e ajustes na Tabela de Temporalidade.

SEÇÃO VI

DAS CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS

Art.10. São condições essenciais para a gestão de documentos no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará a:

Padronização das espécies documentais;

Utilização do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade;

Racionalização na produção de documentos, eliminando vias, formulários, juntadas desnecessárias e arquivamentos em duplicidade, com vistas à obtenção da redução de documentos;

Eficiência e eficiência ao fluxo de documentos; e

Realização de Treinamento sobre Gestão da Documentação Arquivística.

CAPÍTULO II

DOS ARQUIVOS

SEÇÃO I

DA CLASSIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS

Art.11. Todos os documentos produzidos pela Procuradoria-Geral do Estado do Pará, em razão do exercício de suas atividades nas áreas meio e fim, serão classificados nas fases corrente, intermediária e permanente, a partir da adoção das Tabelas de Temporalidade para as áreas meio e fim.

§1º Arquivo corrente é o conjunto de documentos em curso ou que, mesmo sem movimentação, permanece na unidade geradora em razão de sua vigência e/ou frequente necessidade de consulta. Na Procuradoria-Geral do Estado do Pará equivalem ao ativo e o provisório.

§2º Arquivo intermediário é o conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguardam sua destinação final. Fazem parte do arquivo intermediário os processos encaminhados para arquivamento permanente na forma legal.

§3º Arquivo permanente é o conjunto de documentos preservados em caráter perpétuo em função de seu valor e para eficácia da ação administrativa como meio de prova, garantia de direitos, fonte de pesquisa e preservação da memória institucional obedecida os critérios legais e de sigilo da informação.

§4º Os prazos e condições para permanência em cada fase são estabelecidos nas Tabelas de Temporalidade.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO DOS ARQUIVOS

Art.12. Cada Procuradoria especializada e setor administrativo da Procuradoria-Geral do Estado do Pará caracteriza uma unidade geradora e possui arquivo próprio, com pessoal apto a gerenciar seus documentos nas fases correntes, sendo que nas fases intermediárias e permanente serão transferidas para o arquivo geral da PGE/PA onde serão administradas e organizadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da PGE/PA.

Art.13. O arquivamento e o desarquivamento de documentos administrativos e processuais serão realizados pelos servidores lotados nas respectivas unidades geradoras, obedecidas as regras do Decreto Estadual Nº1359/2015 e legislação em vigor.

SEÇÃO III

DA TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS ENTRE AS UNIDADES GERADORAS E AS UNIDADES DE ARQUIVAMENTO

Art.14. Os documentos deverão ser encaminhados devidamente organizados, identificados e classificados à unidade de arquivamento, onde aguardarão os prazos para eliminação ou preservação definitiva, segundo Tabela de Temporalidade.

Art.15. As unidades geradoras poderão indicar às unidades de arquivamento, motivadamente, processos para preservação permanente, de acordo com as seguintes regras:

Indicação na capa de todos os volumes da seguinte identificação: INTERESSE EM PRESERVAÇÃO PERMANENTE;

Arrumação sequencial com base nos números dos processos, separados por ano de ajuizamento;

§1º São elementos relevantes na seleção de autos destinados à preservação permanente:

Tipologia das ações e decisões;

Tipologia dos recursos;

Existência de laudos técnicos e pareceres;

Causas e decisões de grande impacto social, econômico, político ou cultural;

Envolvimento de eventuais celebridades ou personalidades notáveis;

Características da documentação juntada como prova;

Particularidades regionais;

Aspectos relacionados à memória histórica;

Mudança significativa da legislação aplicável ao caso;

Relação com fato social ou econômico relevante e originalidade do fato.

§2º Requirir a transferência da guarda.

Art.16. São considerados documentos administrativos de valor histórico, de validade permanente, a critério da administração da Procuradoria, os relacionados a seguir:

Atos de instituição da Procuradoria, bem como dos seus setores e seções;

Atos de nomeação e posse;

Resoluções, Ordens de Serviço e documentos afins que tratem da organização e funcionamento da Procuradoria-Geral, bem como suas eventuais alterações;

Atas de sessões dos Conselhos;

Relatórios anuais de atividades;

Relatórios de prestações de contas e tomadas de contas de exercício financeiro;

Atas de correções ordinárias e extraordinárias realizadas pela Corregedoria;

Outros documentos assim classificados por seu valor histórico.

Art.17. É vedado o envio de documentos ao arquivo permanente com capa plástica, bem como o grampeamento ou a manutenção de folhas, bilhetes e outros materiais na capa e contracapa dos processos.

Parágrafo Único. No interior do processo é vedada a utilização de grampos, cliques ou colchetes de metal, devendo-se substituir tais materiais por colchetes de plástico e cola.

CAPÍTULO III

DOS DOCUMENTOS

SEÇÃO IDA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Art.18.

A eliminação de documentos processuais e administrativos deverá respeitar a respectiva Tabela de Temporalidade e observar as demais recomendações contidas nesta portaria.

Art.19 A eliminação de documentos, observando-se critérios de preservação ambiental, será levada a efeito preferencialmente por fragmentação mecânica.

Parágrafo Único. Os fragmentos poderão ser doados a entidades sem fins lucrativos.

Art.20. Se a unidade arquivística verificar a existência de documentos e processos arquivados com pendências de quaisquer espécies no momento da triagem para eliminação deverá relacioná-los em listagem própria e notificar a unidade geradora para que se pronuncie acerca da referida eliminação.

Art.21. O registro de documentos para eliminação deverá ser efetuado na Listagem de Eliminação de Documentos e no Termo de Eliminação de Documentos.

Art.22. Os documentos que ao final da fase permanente estiverem aptos à eliminação, de acordo com a Tabela de Temporalidade, deverão ser encaminhados pelas unidades de arquivamento à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da PGE/PA, acompanhados da respectiva Listagem de Eliminação de Documentos.

Art. 23 A Listagem de Eliminação de Documentos tem por objeto registrar informações e será elaborada pela unidade arquivística e conterá os seguintes dados:

Brasão do Estado;

Identificação da Procuradoria-Geral do Estado do Pará;

Título do documento;

Número e ano da listagem;

Identificação da unidade geradora;

Classificação do documento (de acordo com o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade);

Número do processo;

Tipo de ação;

Partes;

Data limite

Observações complementares, se necessário;

Situação consta a informação sobre a digitalização dos documentos;

Local, data, nome, cargo e assinatura do titular da unidade/setor responsável pela seleção, do Presidente da Comissão

de sua documentação governamental e a adoção de providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

A Constituição também fornece os fundamentos da Lei Federal Nº 8.159/19914, a Lei Nacional de Arquivos, que, em seu artigo terceiro define a gestão de documentos como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Indo um pouco mais além, em seu artigo 25 referida lei estabelece que fica sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerados como de interesse público e social.

A mencionada lei foi regulamentada pelo Decreto Federal Nº 4.073/20025, que estabelece a exigência de que em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal seja constituída uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA, com a missão de realizar o processo de análise e identificar documentos para guarda permanente ou eliminação. Referido decreto é auxiliado pelo Decreto Federal Nº 7.845/2012, que regulamenta diversos procedimentos relacionado ao tema.

Vale mencionar ainda a Lei Federal Nº 12.527/2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação, que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do artigo 5º; II do §3º do artigo 37 e no §2º do artigo 216 da Constituição Federal. Essa Lei também altera a Lei Federal Nº 8.112/1990, revoga integralmente a Lei Federal Nº 11.111/2005 e revoga parcialmente a Lei Federal Nº 8.159/1991.

Por fim, é válido acrescentar que no âmbito do Estado do Pará merece destaque o Decreto Estadual Nº 1.359/2015 que regula o acesso a informações previsto nos incisos X e XXXIII do artigo 5º e no inciso II do § 3º do artigo 37 da Constituição Federal; no inciso II do artigo 29 e no § 5º do artigo 286 da Constituição do Estado do Pará e na Lei Federal Nº 12.527/2011.

Em complemento, a Instrução Normativa da Auditoria-Geral do Estado Nº 001/2015 dispõe sobre a definição de procedimentos a serem observados para designação de autoridade de gerenciamento de informações no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual.

É salutar mencionar, ainda, a legislação emanada do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)6, órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República, que regulamenta a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Destaque para as seguintes resoluções:

Resolução Nº5/1996: dispõe sobre a publicação de editais para eliminação de documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios;

Resolução Nº14/2001: dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e a Destinação de Documentos de Arquivo Relativos à Atividade-Meio da Administração Pública; Resolução Nº31/2010: dispõe sobre a adoção das recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes; Resolução Nº35/2012: atualiza o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividade Meio e a Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades Meio da Administração Pública, aprovados pela Resolução Nº14/2001-Conarq;

Resolução Nº37/2012: aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais; Resolução Nº38/2013: dispõe sobre a adoção das “Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos” e “Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações”;

2.2.Responsabilidades
Constitui atribuição dos agentes públicos a gestão da documentação produzida ou recebida pela instituição. O descumprimento dessa obrigação gera responsabilização, destacando-se as seguintes sanções e penalidades:

Lei Federal Nº 8.159/1991, Artigo 25: responsabilidade penal, civil e administrativa daquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerados como de interesse público e social;

Lei Federal Nº 9.605/1998, Artigo 62: reclusão, de um a três anos, e multa para quem destruir, inutilizar ou deteriorar: I. bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; II, arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa; Código Penal, Artigo 153: detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, para quem divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração

Pública; Código Penal, Artigo 154: detenção, de três meses a um ano, ou multa, para quem revelar segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem;

Decreto Estadual Nº 1.359/2015, Artigo 59: A pessoa natural ou Entidade Privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Executivo Estadual e deixar de observar o disposto neste Decreto estará sujeita às seguintes sanções: I - advertência; II - multa; III - rescisão do vínculo; IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Executivo Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos; V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Executivo Estadual, até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade;

Decreto Estadual Nº 1.359/2015, Artigo 60: Os Órgãos e Entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa natural ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com Órgãos ou Entidades do Poder Executivo Estadual, tenha acesso à informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

3.OS ARQUIVOS DA PGE/PA

A PGE/PA, instituição permanente de representação e consultoria jurídica do Estado do Pará7, tem como missão exercer a representação judicial e extrajudicial e prestar consultoria jurídica ao Estado do Pará, como instrumentos garantidores da cidadania e do desenvolvimento.

A PGE/PA foi criada pela Emenda Constitucional Nº 18, de 11 de maio de 1983 e institucionalizada em 26 de dezembro de 1985 com a edição da Lei Complementar Estadual Nº 002/1985. Atualmente a PGE/PA está estruturada da seguinte forma:

- Procurador-Geral do Estado;
- Procurador-Geral Adjunto do Contencioso;
- Procurador-Geral Adjunto Administrativo;
- Assessoria Jurídica;
- Chefia de Gabinete;
- Procuradoria de Assessoramento Jurídico à Chefia do Poder Executivo
- Procuradoria Fiscal;
- Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa;
- Procuradoria Execuções;
- Procuradoria Fundiária e Imobiliária;
- Procuradoria Consultiva;
- Procuradoria da Dívida Ativa
- Procuradoria Ambiental e Mineraria;
- Procuradoria Setorial de Brasília
- Corregedoria;
- Centro de Estudos;
- Diretoria Administrativa e Financeira;
- Núcleo de Planejamento;
- Núcleo de Controle Interno.

Cada setor possui arquivos independentes e, ao longo de trinta anos de atividade, ocorreu um considerável acréscimo de documentos, ocasionando a necessidade de escalonar fases de guarda e implantar o arquivo geral.

Atualmente, tramitam na PGE/PA 124.3588 processos, entre distribuídos (120.796) e não distribuídos (3562). A seguir, duas tabelas apresentam o detalhamento da massa documental da PGE/PA em outubro de 2015.

Tabela 1: Levantamento de processos da PGE/PA distribuídos em outubro de 2015.

UNIDADE DE DISTRIBUIÇÃO	PROCESSOS
1ª Regional Belém	7
2ª Regional Cível - Castanhal	1.828
2ª Regional Fiscal - Castanhal	3
3ª Regional Fiscal - Marabá	4.770
3ª Regional PCTA - Marabá	2.621
4ª Regional Fiscal - Santarém	4.115
4ª Regional PCTA - Santarém	2.985
Célula Interior	22.448
Desapropriações/Direitos Reais sub-núcleo	103
Direitos Sociais/Saúde, educação sub-núcleo	1.968
Fiscal Interior/1ª regional Belém	3
Fiscal/capital	29.606
Gabinete	77
Indenização/concurso civil e outros sub-núcleo	3.090
PAmbiental	945
PConsultiva	5.450
PCTA Capital	10.903
PCTA Interior - 1ª regional Belém	3.476
PExecução	7.461
PFundiária Santarém	3
PFundiária	1.630
PFundiária Metropolitana	12

S/ unidade de distribuição	1
Brasília	49
Serviço Militar e concurso militar sub-núcleo	9.953
Servidores Públicos civis sub-núcleo	3.453
Temporários	1.050
Trabalhista	352
Trabalhista/temporários sub-núcleo	2.434
TOTAL DE PROCESSOS	120.796

Fonte: Sistema de Controle de Processos (SCP/PGE).

Tabela 2: Levantamento de processos da PGE/PA não distribuídos em outubro de 2015.

UNIDADE DE DISTRIBUIÇÃO	PROCESSOS
2ª Regional Civil - Castanhal	25
2ª Regional Fiscal - Castanhal	1
3ª Regional Fiscal - Marabá	8
3ª Regional PCTA Marabá	8
4ª Regional Fiscal Santarém	8
4ª Regional PCTA Santarém	7
Célula Interior	102
Desapropriação/Direitos reais sub núcleo	1
Direitos sociais/saúde educação sub núcleo	2
Fiscal capital	284
Gabinete	22
Indenização/concurso civil e outros sub núcleo	5
PAmbiental	5
PConsultiva	681
PCTA capital	476
PCTA interior 1ª regional Belém	47
PExecução	63
PFundiária Santarém	2
PFundiária	11
Sem unidade de distribuição	1784
Serviços militares e concursos militar sub núcleo	12
Servidores públicos civis sub núcleo	8
Trabalhista/temporários sub núcleo	25
TOTAL DE PROCESSOS	3562

Fonte: Sistema de Controle de Processos (SCP/PGE).

Dada sua especificidade, o levantamento dos processos que tramitam pela Corregedoria da PGE/PA entre os anos de 2013 a 20159 indicam uma massa documental da ordem de 162 processos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3: Levantamento de processos da Corregedoria da PGE/PA em outubro de 2015.

TIPO DE PROCESSO	ANO		
	2013	2014	2015
Procedimentos Prévios	27	46	44
Avaliações de Estágio Probatório	15	16	14
TOTAL DE PROCESSOS	42	62	58

Fonte: Secretaria da Corregedoria da PGE/PA.

Além de processos, a atuação regular da Corregedoria compreende as seguintes atividades:

Correições: com produção de documentos e relatórios;

Reuniões: com produção de pautas, atas e certidões;

Atividade Normativa: Resoluções, avisos etc;

Atos iniciais e finais de sindicâncias e PAD's contra Procuradores; Outros atos: relatórios anuais, estatísticas, notificações, certidões, comunicações internas, requisições de providências, ofícios e memorandos.

4.A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DA PGE/PA

A Política de Gestão Documental da PGE/PA tem por finalidade assegurar à proteção, a destinação, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos produzidos, recebidos e acumulados no órgão. Compõe a Política os seguintes documentos:

O Plano de Classificação de Documentos;

As Tabelas de Temporalidade;

O Manual de Gestão Documental.

São condições essenciais para a gestão de documentos no âmbito da PGE/PA:

Padronização das espécies documentais;

Utilização do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade;

Racionalização na produção de documentos, eliminando juntadas desnecessárias e arquivamentos em duplicidade;

Eficácia e eficiência ao fluxo de documentos; e

Realização de Treinamento sobre Gestão da Documentação Arquivística.

Todos os documentos produzidos pela PGE/PA, em razão do exercício de suas atividades nas áreas meio e fim, serão classificados nas fases corrente, intermediária e permanente, a partir da adoção das Tabelas de Temporalidade.

Para a atividade meio será adotada a Tabela de Temporalidade da Atividade Meio da Administração Pública do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq); Para a atividade fim, será adotada a Tabela de Temporalidade da Atividade Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

A seguir, a definição de cada fase e da forma de movimentação dos arquivos:

Arquivo corrente: conjunto de documentos em curso ou que, mesmo sem movimentação, permanece na unidade geradora em

razão de sua vigência e/ou frequente necessidade de consulta. O arquivo corrente classifica-se em físico e digital. Na Procuradoria-Geral do Estado do Pará, o arquivo corrente é representado pelo conjunto de processos ativos e arquivados provisoriamente.

Arquivo intermediário: conjunto de documentos originários de arquivos correntes, que por unidade e organizados cronologicamente a partir da data disponível do trânsito em julgado foram digitalizados e aguardam sua destinação final, fazem parte do arquivo intermediário os processos encaminhados para arquivamento definitivo na forma legal.

Arquivo permanente: conjunto de documentos preservados em caráter perpétuo em função de seu valor, necessários à garantia da eficácia da ação administrativa como meio de prova, garantia de direitos, fonte de pesquisa e preservação da memória institucional.

Transferência: é a passagem de documentos de um arquivo para outro arquivo. A movimentação deverá ser registrada no Sistema de Controle de Processos (SCP-PGE) ou outro sistema que venha a substituí-lo e efetivada pelo Formulário de Transferência de Processos e Documentos ao Arquivo Geral, disponível nos anexos deste Manual.

Eliminação: é o descarte de documentos considerados sem valor permanente, mediante critérios de responsabilidade social e de preservação ambiental. Deverá ser precedida da Listagem de Eliminação de Documentos da autorização prévia do arquivo público do Estado (Resolução Nº 40, de 09 de dezembro de 2014 do Conarq, art. 2º, parágrafo único), e da publicação de Edital de Ciência de Eliminação de Documentos. Será levada a termo pelo Termo de Eliminação de Documentos.

As condições para permanência dos processos e documentos nas fases corrente, intermediária e permanente, assim como sua eliminação, são estabelecidas nas Tabelas de Temporalidade. Para classificar os documentos em cada fase é necessário consultá-las.

A partir da aplicação das Tabelas de Temporalidade (áreas meio e fim) os setores poderão indicar os documentos à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA aptos a descarte, obedecidas as formalidades legais. Com isso, o que se pretende alcançar é uma gestão compartilhada da informação, uma vez que os setores que produzem e recebem documentos também serão responsáveis pela aplicação dos instrumentos de gestão, zelando pela tramitação dos documentos entre os arquivos corrente, intermediário e permanente.

4.1. Regras do arquivamento

Ao encaminhar documentos ao Arquivo Permanente deverão ser observadas as seguintes orientações:

Os lotes de processos deverão ter altura máxima aproximada de 30 cm;

Não poderão seguir separados os volumes de um mesmo processo;

É vedado o envio de documentos ao arquivo definitivo com capa plástica, bem como o grampeamento ou a manutenção de folhas, bilhetes e outros materiais na capa e contracapa dos processos; No interior do processo é vedada a utilização de grampos, cliques ou colchetes de metal, devendo-se substituir tais materiais por colchetes de plástico e cola;

Os processos indicados à preservação permanente deverão receber nas capas de todos os volumes, a seguinte identificação: INTERESSE EM PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

São considerados documentos administrativos de valor histórico, de validade permanente, os relacionados a seguir:

Atos de instituição da Procuradoria, bem como dos seus setores e seções;

Atos de nomeação e posse;

Resoluções, Ordens de Serviço e documentos afins que tratem da organização e funcionamento da Procuradoria, bem como suas eventuais alterações;

Atas de sessões dos Conselhos;

Relatórios anuais de atividades;

Relatórios de tomadas de contas de exercício financeiro;

Atas de correções ordinárias e extraordinárias realizadas pela Corregedoria;

Outros documentos assim classificados por seu valor histórico.

4.2. Da tramitação de documentos entre as unidades geradoras e as unidades de arquivamento

Os documentos deverão ser encaminhados através da listagem de transferência (em anexo) devidamente preenchido, organizado, identificados e classificados à unidade de arquivamento, onde aguardarão os prazos para eliminação ou preservação definitiva, segundo a Tabela de Temporalidade.

As unidades geradoras poderão indicar às unidades de arquivamento, motivadamente, processos para preservação permanente, de acordo com as seguintes regras:

Indicação na capa de todos os volumes da seguinte identificação: INTERESSE EM PRESERVAÇÃO PERMANENTE;

Arrumação sequencial com base nos números dos processos, separados por ano de ajuizamento;

São elementos relevantes na seleção de autos destinados à preservação permanente:

Tipologia das ações e decisões;

Tipologia dos recursos;

Existência de laudos técnicos e pareceres;

Causas e decisões de grande impacto social, econômico, político ou cultural;

Envolvimento de eventuais celebridades ou personalidades notáveis;

Características da documentação juntada como prova;

Particularidades regionais;

Aspectos relacionados à memória histórica;

Mudança significativa da legislação aplicável ao caso;

Relação com fato social ou econômico relevante e originalidade do fato.

São considerados documentos administrativos de valor histórico, de validade permanente, a critério da administração da Procuradoria, os relacionados a seguir:

Atos de instituição da Procuradoria, bem como dos seus setores e seções;

Atos de nomeação e posse;

Resoluções, Ordens de Serviço e documentos afins que tratem da organização e funcionamento da Procuradoria-Geral, bem como suas eventuais alterações;

Atas de sessões dos Conselhos;

Relatórios anuais de atividades;

Relatórios de prestações de contas e tomadas de contas de exercício financeiro;

Atas de correções ordinárias e extraordinárias realizadas pela Corregedoria;

Outros documentos assim classificados por seu valor histórico na forma da lei ou por determinação do Exmo. Procurador Geral do Estado..

É vedado o envio de documentos ao arquivo permanente com capa plástica, bem como o grampeamento ou a manutenção de folhas, bilhetes e outros materiais na capa e contracapa dos processos.

No interior do processo é vedada a utilização de grampos, cliques ou colchetes de metal, devendo-se substituir tais materiais por colchetes de plástico e cola.

4.3. Documentos sigilosos

Para fins de classificação de sigilo, incumbe às unidades responsáveis pela documentação expedida e recebida a adoção da classificação do Decreto Estadual Nº 1.359/201510, que preceitua que as informações em poder dos Órgãos e Entidades Públicas, observado seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderão ser classificadas como ultrassecreta, secreta ou reservada. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigora a partir da data de sua produção e são os seguintes:

Ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

Secreta: 15 (quinze) anos;

Reservada: 5 (cinco) anos.

Transcorrido o prazo de classificação a informação tornar-se-á automaticamente de acesso público.

Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados: a) a gravidade do risco ou dano à segurança da Sociedade e do Estado; b) o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

O acesso aos documentos da PGE/PA está regulado na Portaria que dispõe sobre a Política de Gestão Documental, com base na legislação vigente.

4.4. Da eliminação de documentos

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA é setor responsável pela destinação final de documentos da PGE/PA e somente ela poderá realizar a eliminação de documentos, com base nos prazos determinados nas Tabelas de Temporalidade. A seguir, um breve roteiro sobre a eliminação de documentos no âmbito da PGE/PA:

A unidade arquivística deve analisar os processos que já cumpriram os prazos da Tabela de Temporalidade, observando a existência de pendências de quaisquer espécies. Após a triagem, deverá relacioná-los em listagem própria e notificar a unidade geradora para que se pronuncie acerca da referida eliminação; Os processos que, ao final da fase intermediária, estiverem aptos à eliminação e não receberem ressalvas das unidades geradoras deverão ser encaminhados pelas unidades de arquivamento à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA, acompanhados da respectiva Listagem de Eliminação de Documentos (ver modelo nos anexos deste manual);

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA realizará a digitalização dos processos com a devida certificação, disponibilizando-os no Sistema de Controle de Processos (SCP-PGE), ou outro sistema que venha a substituí-lo;

Se algum servidor das áreas meio ou fim necessitar acessar os autos originais poderá formular requerimento de empréstimo à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da

Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA (ver modelo nos anexos deste manual);

Após a digitalização, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do

Pará – CPAD/PA remeterá ao Arquivo Público do Estado após autorização na forma da resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014 do Conarq, art. 2º, parágrafo único. elaborará o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos com base na Resolução Nº5/1996-CONARQ11. O edital tem por objetivo dar publicidade em periódicos oficiais ao ato de eliminação dos acervos arquivísticos (ver modelo nos anexos deste manual);

Após a publicação do Edital, e decorridos os prazos nele previstos, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA elaborará o Termo de Eliminação de Documentos, cujo objetivo é registrar as informações relativas ao ato de eliminação (ver modelo nos anexos deste manual);

Eventuais interessados podem requerer à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA, às suas expensas e no prazo de 24 horas antes da eliminação, os documentos que desejarem desentranhar ou obter cópias, observados os seguintes procedimentos:

Os requerimentos serão atendidos por ordem de solicitação, cabendo os originais àquele que primeiro requerer;

Aos demais interessados no mesmo documento poderão ser fornecidas cópias;

Dos documentos entregues aos interessados serão mantidos registros com informações acerca de sua destinação.

A eliminação de documentos, observando-se critérios de preservação ambiental, será levada a efeito preferencialmente por fragmentação mecânica. Os fragmentos poderão ser doados a entidades sem fins lucrativos.

5. RECOMENDAÇÕES PARA A DIGITALIZAÇÃO

A digitalização é um processo de conversão de documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits - que são 0 (zero) e 1 (um) - agrupadas em conjuntos de 8 bits (binary digit) formando um byte, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados12.

De acordo com a natureza do documento arquivístico original, diversos dispositivos tecnológicos (hardware) e programas de computadores (software) serão utilizados para converter em dados binários o documento original para diferentes formatos digitais. No entanto, o produto dessa conversão não será igual ao original e não substitui o original que deve ser preservado. A digitalização, portanto é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo documental.

Antes do início da digitalização, pressupõe-se o tratamento arquivístico dos documentos e a avaliação e seleção dos conjuntos documentais já tenham sido desenvolvidos. Também é pressuposto a prévia higienização do acervo arquivístico, sua identificação e organização.

A fim de se gerar um representante digital fiel ao documento original, deve-se identificar o menor caractere (linha, traço, ponto, mancha de impressão) a ser digitalizado para a determinação da resolução óptica que garantirá sua legibilidade na versão digital. Para a definição do tipo de equipamento de captura digital a ser utilizado, deve-se observar os tipos documentais existentes no acervo e sua quantificação, além das características físico-químicas de cada tipo de documento, para reduzir os riscos à integridade física do original.

A digitalização dos processos da PGE/PA obedecerá às recomendações contidas na Resolução do Conarq Nº 31/2010. Essa resolução visa auxiliar as instituições detentoras de acervos valor permanente13 na concepção e execução de projetos e programas de digitalização.

Os requisitos traçados pelo Conarq visam garantir que um projeto de digitalização de documentos arquivísticos contemple a geração de representantes digitais com qualidade arquivística e fidelidade ao documento original. Com isso, procura evitar a necessidade de refazer a digitalização e garante a satisfação das necessidades de uso dos usuários finais.

Essa resolução trata dos seguintes assuntos:

Captura digital em imagem de documentos planos e encadernados: impressos, manuscritos, mapas, plantas, desenhos, gravuras, cartazes, microformas, diapositivos, negativos, cópias e ampliações fotográficas;

Padrões e boas práticas mínimas para a captura digital de imagens; produção de matrizes e derivadas, identificação do representante digital e controle de qualidade;

Formatos digitais para representantes digitais matrizes e derivados;

Metadados técnicos;

Boas práticas gerais para armazenamento, segurança e preservação dos representantes digitais;

Utilização de serviços terceirizados para a captura digital, armazenamento e acesso aos representantes digitais.

O mercado dispõe de diversos tipos de equipamentos de captura digital de imagens. A definição do equipamento na PGE/PA deve garantir aos representantes digitais a melhor fidelidade visual

em relação aos documentos originais, sem comprometer seu estado de conservação e características físicas¹⁴.

Ao realizar a digitalização da massa documental da PGE/PA é importante observar os parâmetros técnicos de utilização do equipamento indicados pelo fabricante, adequando seu funcionamento às características do documento original a ser digitalizado. Também é importante agrupar de forma homogênea o acervo original (tamanho/dimensões tipo de papel, gramatura, estado de conservação, tipo de tinta), bem como realizar a extração de grampos e clips das páginas internas do processo.

6. GERENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DIGITAIS

O Conarq recomenda a aquisição ou desenvolvimento de software para o gerenciamento dos representantes digitais, que deverão ficar armazenados em um repositório e operado por um Sistema de Gerenciamento de Bases de Dados (SGBD)¹⁵. O objetivo do sistema é fazer o gerenciamento técnico e administrativo dos representantes digitais, por meio do controle intelectual (lógico) e da integridade física.

A PGE/PA utiliza o Sistema de Controle de Processos (SCP/PGE), ou outro sistema que venha a substituí-lo, para gerenciamento dos processos administrativos e judiciais. Esse sistema também servirá para abrigar o repositório digital sem necessidade de desenvolvimento de novo software para identificação dos arquivos digitalizados.

Os processos serão digitalizados, salvos em formato .PDF e anexados ao Sistema de Controle de Processos (SCP-PGE), ou outro sistema que venha a substituí-lo, com certificação da Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA a partir do Certificado Digital eToken Safenet da empresa certificadora Soluti Certificação Digital, ou outro certificado e empresa definidos pela administração da PGE/PA.

Os representantes digitais que serão disponibilizados aos usuários do sistema da PGE/PA ficarão acessíveis via intranet para pesquisa, permitindo apenas a visualização, sem possibilidade de alteração.

A Gerência de Informática da PGE/PA deve incorporar à suas rotinas a realização de cópias de segurança dos arquivos digitalizados pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA. Essas cópias devem estar armazenadas fora de linha (off-line), ou seja, sem conexão física na rede de dados e recomenda-se que uma cópia esteja em armazenamento off-site (em condições adequadas em instalação diversa e afastada da organização detentora do acervo). Recomenda-se a geração e manutenção também de cópias de segurança dos representantes digitais (derivadas) para acesso.

7. DIRETRIZES PARA A PRESUNÇÃO DE AUTENTICIDADE

Alguns conceitos são importantes para compreender as diretrizes da presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais:

Autenticidade: qualidade de um documento ser exatamente aquele que foi produzido, não tendo sofrido alteração, corrupção e adulteração. A autenticidade é composta de identidade e integridade;

Identidade: conjunto dos atributos de um documento arquivístico que o caracterizam como único e o diferenciam de outros documentos arquivísticos (ex.: data, autor, destinatário, assunto, número identificador, número de protocolo etc);

Integridade: capacidade de um documento arquivístico transmitir exatamente a mensagem que levou à sua produção (sem sofrer alterações de forma e conteúdo) de maneira a atingir seus objetivos;

Autenticação: declaração de autenticidade de um documento arquivístico, num determinado momento, resultante do acréscimo de um elemento ou da afirmação por parte de uma pessoa investida de autoridade para tal;

Documento autêntico: documento que teve sua identidade e integridade mantidas ao longo do tempo;

Documento arquivístico: documento produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e retido para ação ou referência;

Documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional;

Documento arquivístico digital: documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico;

Forma: aparência ou apresentação do documento;

Conteúdo: informação contida no documento;

Composição: relação entre os dados de forma e conteúdo do documento digital que permite sua apresentação;

Presunção de autenticidade: inferência da autenticidade de um documento arquivístico feita a partir de fatos conhecidos sobre a maneira como aquele documento foi produzido e mantido;

Confiabilidade: credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato, estabelecida pelo exame do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção;

Documento: unidade de registro de informações, independentemente do formato, suporte ou natureza;

Documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

Documento nato-digital: criado originariamente em meio eletrônico; ou

Documento digitalizado: obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

Processo administrativo eletrônico: aquele em que os atos processuais são registrados e disponibilizados em meio eletrônico.

A presunção de autenticidade baseia-se na confirmação da existência de uma cadeia de custódia ininterrupta desde o momento da produção do documento. Os documentos arquivísticos digitais apresentam dificuldades adicionais para presunção de autenticidade em razão de serem facilmente duplicados, distribuídos, renomeados, reformatados ou convertidos, além de poderem ser alterados e falsificados com facilidade, sem deixar rastros aparentes. Além disso, a autenticidade é ameaçada sempre que os arquivos são transmitidos no espaço (entre pessoas e sistemas ou aplicativos) ou no tempo (armazenagem contínua ou atualização/substituição de hardware/software).

Como a guarda de documentos arquivísticos digitais é constantemente ameaçada pela obsolescência tecnológica, a presunção de autenticidade deve se apoiar na evidência de que os arquivos foram digitalizados e mantidos com uso de tecnologias e procedimentos administrativos garantidores de sua identidade e integridade (componentes da autenticidade); ou que, pelo menos, minimizaram os riscos de modificações dos documentos a partir do momento em que foram salvos pela primeira vez e em todos os acessos subsequentes.

Técnicas de autenticação dependentes de tecnologia são usadas para fornecer um mecanismo tecnológico que declara a autenticidade dos documentos digitais em um dado momento. É preciso esclarecer, entretanto, que autenticação é diferente de autenticidade. A autenticidade é a qualidade de o documento ser verdadeiro, isto é, ser exatamente aquele que foi produzido, ao passo que autenticação é a declaração da autenticidade feita em um dado momento por uma pessoa autorizada para tal.

No Brasil, o valor legal da assinatura digital foi reconhecido em 2001¹⁶ resulta de um cálculo matemático que envolve a cadeia de bits do documento e a chave da assinatura digital. A autoria, a autenticidade e a integridade dos documentos podem ser obtidas por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil).

A Resolução Nº 37/2012 do Conarq aprova as diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Na PGE/PA será utilizado o ETOKEN SAFENET fornecido pela Autoridade Certificadora AC SOLUTI Múltipla e pela Autoridade de Registro AR SOLUTI¹⁷. A identificação do titular do Certificado Digital ficará em nome da Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA.

Os documentos natos impressos e depois digitalizados têm valor de cópia simples. Os documentos natos digitais e assinados eletronicamente são considerados originais para todos os efeitos legais na forma do parágrafo segundo do artigo 12 do Decreto Federal Nº 8.539/2015. Entretanto, ao imprimir tais documentos tem-se uma cópia simples.

A apresentação dos originais será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses do Decreto Federal Nº 8.539/2015 (artigos 13 e 14).

A guarda dos documentos digitais e processos administrativos eletrônicos obedecerá os prazos da Tabela de Temporalidade. Tais documentos aguardarão o cumprimento dos prazos de guarda e destinação final nos setores de origem e poderão ser transferidos para uma área de armazenamento específica a critério da administração da PGE/PA, a fim de garantir a preservação, a segurança e o acesso pelo tempo necessário.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grandes desafios motivam a busca de soluções que garantam eficiência na gestão pública, dentre os quais se destaca o correto entendimento da dimensão e importância do tratamento da informação, fundamental para a preservação da memória institucional.

A busca pela excelência no tratamento da informação requer o estabelecimento de metodologia, padronização e obediência à legislação pertinente para fins de garantir o estabelecimento de prazos de guarda e procedimentos de descarte de documentos.

A gestão de documentos só pode ser efetivada por meio de planejamento técnico e de modo coordenado com a política organizacional, com base no estabelecimento de valores

primários e secundários da documentação. O valor primário atende aos fins administrativos, legais e fiscais, ao passo que o secundário transcende a utilidade imediata para a qual o documento foi criado e garante seu recolhimento à guarda permanente da instituição.

A preservação das fontes documentais, escopo desta proposta, objetiva contribuir para o desenvolvimento das ações do governo do Estado em sentido amplo, mediante a racionalização, o tratamento adequado e a custódia da massa documental produzida, recebida e acumulada pela Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicicion_Term_Arquiv.pdf> Acessado em: <11 de ago. 2015>.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 4.073/2002, de 13 de janeiro de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. 04 de janeiro de 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: <11 de ago. 2015>.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.159/1991, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 de janeiro de 1991. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: <25 de ago. de 2015>.

BRASIL. Lei Federal Nº Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de ago. de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivo. Resolução Nº 5/1996, de 30 de setembro de 1996 dispõe sobre a publicação de editais para eliminação de documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: <13 de ago. De 2015>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivo. Resolução Nº 31, de 11 de agosto de 2010 dispõe sobre a adoção das recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: <13 de ago. de 2015>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivo. Resolução Nº 37, de 19 de dezembro de 2012 aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: <13 de ago. de 2015>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivo. Resolução Nº 38, de 09 de julho de 2013 dispõe sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: <13 de ago. de 2015>.

BRASIL. Decreto Federal nº 8.539 de 08 de outubro de 2015. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: <13 de out. De 2015>.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PARÁ. Auditoria-Geral do Estado do. Instrução Normativa Nº 001/2015, de 04 de setembro de 2015. Dispõe sobre a definição de procedimentos a serem observados para Designação de Autoridade de Gerenciamento no âmbito dos Órgãos/Entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, de que trata o Decreto Estadual Nº 1.359/2015. Diário Oficial do Estado do Pará. Disponível em: <www.age.pa.gov.br>. Acesso em: <13 de ago. de 2015>.

PARÁ. Decreto Estadual Nº1.359/2015, de 31 de agosto de 2015. Diário Oficial do Estado do Pará em 01 de setembro de 2015. Disponível em: <www.ioe.pa.gov.br> Acesso em: <13 de ago. De 2015>.

ANEXOS
ANEXO 1: FORMULÁRIO DE TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS E DOCUMENTOS DA ÁREA FIM (JURÍDICA)
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

FORMULÁRIO DE TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS E DOCUMENTOS DA ÁREA FIM (JURÍDICA)			
UNIDADE DE ORIGEM:			
NÚMERO PROCESSO	AÇÃO	ASSUNTO	VOLUME NÚMERO
Belém, ___/___/___	Belém, ___/___/___		
_____	_____		
Responsável pela transferência	Responsável pelo recebimento		

ANEXO 2: FORMULÁRIO DE TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS E DOCUMENTOS DA ÁREA MEIO (ADMINISTRATIVA)
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

FORMULÁRIO DE TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS E DOCUMENTOS DA ÁREA MEIO (ADMINISTRATIVA)		
UNIDADE DE ORIGEM:		
NOME DO DOCUMENTO	ASSUNTO	VOLUME NÚMERO
Belém, ___/___/___	Belém, ___/___/___	
_____	_____	
Responsável pela transferência	Responsável pelo recebimento	

ANEXO 3: FORMULÁRIO DE EMPRÉSTIMO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS DA ÁREA MEIO (ADMINISTRATIVA) E DA ÁREA FIM (JURÍDICA)

Observação: se houver a necessidade de acrescentar algum documento novo ao processo fica de total responsabilidade da unidade geradora escanear tal documento ao sistema de processo e avisar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA.

UNIDADE GERADORA:	
SOLICITANTE:	
DOCUMENTOS:	CAIXA:
Belém, ___/___/___	Belém, ___/___/___
_____	_____
Responsável pela solicitação	Responsável pelo empréstimo
DATA EMPRÉSTIMO Belém, ___/___/___	DATA DEVOLUÇÃO Belém, ___/___/___

ANEXO 4: MODELO DO CERTIFICADO DIGITAL
ANEXO 5: CAPA DO PROCESSO COM O CERTIFICADO DIGITAL
ANEXO 6: MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DE CAIXA ARQUIVO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	ARQUIVO GERAL (NOME DO SETOR)
Nº DO PROCESSO	DATA LIMITE
NOME DOCUMENTO	
CAIXA Nº:	ANO:
001	2015

ANEXO 7: LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ÁREA FIM

UNIDADE GERADORA:						LISTAGEM Nº...../.....	
Nº	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO	Nº DO PROCESSO	TIPO DE AÇÃO	PARTES	DATA LIMITE	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO
_____		_____		_____		_____	
LOCAL/DATA		LOCAL/DATA		LOCAL/DATA		LOCAL/DATA	
UNIDADE GERADORA		PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO DO PARÁ - CPAD/PA		PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ			

ANEXO 8: LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ÁREA MEIO

UNIDADE GERADORA:					LISTAGEM Nº...../.....	
Nº	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO	DESCRIPTOR DO CÓDIGO	UNIDADE DE ARQUIVAMENTO		DATA LIMITE	OBSERVAÇÃO/SITUAÇÃO
			QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO		
DATAS-LIMITE GERAIS: (indicar, em anos, o período dos documentos que serão eliminados)						
_____		_____		_____		
LOCAL/DATA		LOCAL/DATA		LOCAL/DATA		
UNIDADE GERADORA		PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ - CPAD/PA		PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ		

ANEXO 9: EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº ____/____

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA, designado pela PORTARIA Nº _____, de ___/___/___, faz saber, a quem possa interessar que, transcorridos 30 (trinta) dias da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado, e se não houver oposição, serão eliminados os documentos relacionados na Listagem de Eliminação de Documentos Nº ____/____ (anexa), do (a) _____ (indicar o nome da Procuradoria/setor produtor dos documentos a serem eliminados), de acordo com as Tabelas de Temporalidade da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA. (Local e data).

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA)

**ANEXO 10: TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA, designada pela PORTARIA Nº _____, de ____/____/____, faz saber que nesta data procedeu à eliminação de _____ (número de processos) processos integrantes do acervo do(a) _____ (nome do setor ou procuradoria), relativos ao período _____ (indicar as datas limite dos documentos), de acordo com as Tabelas de Temporalidade da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, e constantes da Listagem de Eliminação de Documentos Nº _____ (indicar número e ano), anexa, devidamente relacionados no Edital de Ciência de Eliminação de Documentos publicado no Diário Oficial do Estado Nº _____ de ____/____/____ (indicar o periódico oficial).
Belém, _____ de _____ de _____.
(prazo de 30 dias, a contar da publicação do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos).

Nome e assinatura dos membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – CPAD/PA

1 LOPES, Uberdan dos Santos. Arquivos e a organização da Gestão Documental. Revista ACB. Santa Catarina, v.9, n.1 2004. Disponível em <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/412/523>>. Acessado em 10 de ago. 2015>.

2ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf> Acessado em: <11 de ago. 2015>.

3BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

4BRASIL. Lei Federal Nº8.159/1991, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 de janeiro de 1991. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: <25 de ago. De 2015>.

5BRASIL. Decreto nº 4.073/2002, de 13 de janeiro de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. 04 de janeiro de 2002. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: <11 de ago. 2015>.

6Competência do Conarq: a) estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), visando à gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivos; b) Promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas; c) Propor ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados; d) Zelar pelo cumprimento dos dispositivos públicos; e) Subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados. (Artigo 26 da Lei nº 8.159/91).

7 Artigo 132 da Constituição Federal; Artigo 187 da Constituição do Estado do Pará; Lei Complementar 41/2002.

8 Quantitativo obtido em consulta ao sistema SCP/PGE realizada em outubro de 2015.

9 Levantamento realizado até outubro de 2015.

10 PARÁ. Decreto Estadual Nº1.359/2015, de 31 de agosto de 2015. Diário Oficial do Estado do Pará em 01 de setembro de 2015. Disponível em: <www.ioe.pa.gov.br>. Acesso em: <13 de ago. de 2015>.

11 BRASIL. Conselho Nacional de Arquivo. Resolução Nº5/1996 dispõe sobre a publicação de editais para eliminação de documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: <13 de ago. de 2015>.

12 BRASIL. Conselho Nacional de Arquivo. Resolução Nº 31, de 11 de agosto de 2010 dispõe sobre a adoção das recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: <13 de ago. de 2015>.

13 Constituição Federal, artigo 7º § 3º e Lei Federal Nº 8.159/1991, artigo 10.

14 Desse modo, a melhor solução para a PGE/PA foi o escâner de mesa (flat bed). Considerando a dimensão do item documental que não poderá exceder a área de escaneamento esse equipamento é indicado para os documentos planos em folha simples e ampliações fotográficas contemporâneas em bom estado de conservação. Este tipo de equipamento não se aplica a documentos encadernados.

15 O Sistema de Gerenciamento de Bases de Dados (SGBD) é um software, ou conjunto de softwares, responsável pelo gerenciamento de uma base de dados. Seu objetivo é servir à aplicação cliente, e gerenciar o acesso, manipulação e organização dos dados.

16Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP Brasil), transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

17 <http://site.soluinet.com.br>

Protocolo: 260972

TABELA DE TEMPORALIDADE DA ATIVIDADE JURÍDICA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ					
100 PROCURADORIA CÍVEL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVA – PCTA					
110 AÇÕES, RECURSOS E INCIDENTES PROCESSUAIS					
CLASSE	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO	
		ARQUIVO CORRENTE	ARQUIVO INTERMEDIÁRIO*	ELIMINAÇÃO	ARQUIVO PERMANENTE**
110.01	ACAO ANULATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.02	ACAO CAUTELAR DE EXIBICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.03	ACAO CAUTELAR DE PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.04	ACAO CAUTELAR INCIDENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.05	ACAO CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.06	ACAO CAUTELAR INOMINADA COM PEDIDO LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

110.07	ACAO CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.08	ACAO CIVEL DE RESTITUCAO DE NUMERATÓRIO PUBLICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.09	ACAO CIVEL ORIGINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.10	ACAO CIVEL EX DELICTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.11	ACAO CIVIL PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.12	ACAO CIVIL PUBLICA DE OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.13	ACAO CONSTITUTIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.14	ACAO DE ABRIGAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.15	ACAO DE ALIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.16	ACAO DE INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.17	ACAO DE PAGAMENTO DE VENCIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.18	ACAO DECLARATORIA DE NULIDADE DE CONTRATO ADM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.19	ACAO DE EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.20	ACAO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.21	ACAO DE INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.22	ACAO DE INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.23	ACAO DE JUSTIFICACAO DE DEPENDENCIA ECONOMICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.24	ACAO DE JUSTIFICACAO DE UNIAO ESTAVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.25	ACAO DE JUSTIFICATIVA JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.26	ACAO DE MANUTENCA DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.27	ACAO DE OPOSICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.28	ACAO DE PAGAMENTO DE VENCIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.29	ACAO DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.30	ACAO DECLARATORIA DE CONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.31	ACAO DECLARATORIA DE NULIDADE DE CONTRATO ADM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.32	ACAO DECLARATORIA NEGATIVA DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.33	ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.34	ACAO INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.35	ACAO ORDINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.36	ACAO ORDINARIA DE COBRANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.37	ACAO PENAL MILITAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.38	ACAO POPULAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.39	ACAO REGRESSIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.40	ACAO REIVINDICATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.41	ACAO RESCISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.42	ACAO RESCISORIA - CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.43	ACAO RESCISORIA CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.44	ACAO REVISIONAL DE ALIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.45	ACAO SUMARIA DE INDENIZACAO CIVIL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.46	ACIDENTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.47	ACIDENTE NO TRABALHO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.48	ACORDO TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	2 anos - quando o Estado não está na lide	X -(5 anos quando o Estado está na lide)	
110.49	ADJUDICACAO COMPULSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

100.50	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.51	AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.52	AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.53	AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERIOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.54	AGRAVO INTERNO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.55	AGRAVO REGIMENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.56	ALTERAÇÃO DE CLAUSULA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.57	ALVARA JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.58	ANÁLISE - PCA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.59	ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.60	ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.61	ANULAÇÃO DE CONTRATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.62	ANULAÇÃO DE ESCRITURA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.63	ANULAÇÃO DE REGISTRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.64	ANULATÓRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.65	ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.66	APELAÇÃO CÍVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.67	APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.68	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.69	ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.70	ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.71	ARRESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.72	ATENTADO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.73	ATO INFRACIONAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.74	ATUALIZAÇÃO DO PASSIVO CONTENCIOSO DA ENASA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.75	AUDIÊNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.76	AUDIÊNCIA PÚBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.77	AUTO DE INFRAÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.78	AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.79	AUTOS DE APREENSÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.80	AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.81	AUTOS DE REPRESENTAÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.82	AUTOS DE SINDICÂNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.83	AVERBAÇÃO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.84	AVOCATÓRIA DE AÇÕES DEMARCATÓRIAS	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.85	BUSCA E APREENSÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.86	BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.87	CANCELAMENTO DE DÉBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.88	CARTA PRECATÓRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.89	CARTA PRECATÓRIA CÍVIL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.90	CAUTELAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.91	CAUTELAR TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.92	CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.93	CAUTELAR DE PRODUÇÃO ATENCIPADA DE PROVAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.94	CAUTELAR DE SEQUESTRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

110.95	CAUTELAR INCIDENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.96	CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.97	CAUTELAR INOMINADA INCIDENTAL C/C PEDIDO DE LIMINA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.98	CAUTELAR TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.99	CERTIDÃO NEGATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.100	CIVIL COLETIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.101	CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.102	CIVIL DE OBRIGAÇÃO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.103	COBRANÇA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.104	COMINATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.105	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.106	CONDENATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.107	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.108	CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.109	CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.110	CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.111	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.112	CONSULTA PCTA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.113	CONSULTA TRE	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.114	CONSULTORIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.115	CONVENIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.116	CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.117	CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.118	CRIME CONTRA O CONSUMIDOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.119	CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.120	CRIME ELEITORAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.121	CURATELA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.122	DANO INFECTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.123	DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.124	DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.125	DECLARATORIA DE LEGALIDADE DE GREVE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.126	DECLARATORIA DE NULIDADE DE TÍTULO DE AFORAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.127	DECLARATORIA NULIDADE ATO JURÍDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.128	DEFESA ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.129	DEMARCATÓRIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.130	DEMOLITÓRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.131	DENÚNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.132	DEPENDÊNCIA ECONÔMICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.133	DESACATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.134	DESAPROPRIAÇÃO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.135	DESAPROPRIAÇÃO A NON DOMINO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.136	DESAPROPRIAÇÃO CONSENSUAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.137	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.138	DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X

110.139	DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.140	DESOBEDIENCIA ART. 330 DO C. PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.141	DESPEJO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.142	DIREITO DE RESPOSTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.143	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.144	DISCRIMINATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.145	DISPENSA DE RECURSO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.146	DISSIDIO COLETIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.147	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.148	DIVORCIO LITIGIOSO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.149	DOACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.150	EMBARGO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.151	EMBARGOS A EXECUÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.152	EMBARGOS ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.153	EMBARGOS DE RETENÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.154	EMBARGOS DE TERCEIRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.155	EMBARGOS DO DEVEDOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.156	EMBARGOS INFRINGENTES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.157	ENCAMINHAMENTO DE PECAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.158	ESPECIFICACAO DE HIPOTECA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.159	ESTELIONATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.160	ESTUDO - PCTA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.161	EXCECAO DE INCOMPETENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.162	EXECUCAO DE IMPEDIMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.163	EXCECAO DE SUSPEIÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.164	EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.165	EXECUCAO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.166	EXECUCAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.167	EXECUCAO FORÇADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.168	EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.169	EXECUCAO POR TITULO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.170	EXECUCAO PROVISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.171	EXTENSAO DA SUSPENSAO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.172	EXTINCAO DE OBRIGACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.173	FALENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.174	FURTO/RECEPTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.175	GRUPO DE ESTUDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.176	HABEAS CORPUS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.177	HABEAS CORPUS LIBERATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.178	HABEAS CORPUS PREVENTIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.179	HABEAS DATA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.180	HOMICIDIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.181	HOMOLOGACAO DE ACORDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.182	IMISSAO NA POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.183	IMPUGNACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

110.184	IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.185	INCIDENTE DE FALSIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.186	INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.187	INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.188	INCIDENTE DE SUSPEICAO DO JUIZO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.189	INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.190	INDENIZACAO POR DANOS MATERIAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.191	INDENIZACAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.192	INDENIZACAO POR DANOS MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.193	INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.194	INFORMAÇÕES PARA FINS ELEITORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.195	INFRACAO ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.196	INIBITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.197	INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.198	INQUERITO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.199	INQUERITO CIVIL PÚBLICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.200	INQUERITO JUDICIAL-TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.201	INQUERITO POLICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.202	INQUERITO TECNICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.203	INSPECAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.204	INTERDICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.205	INTERDITO PROIBITORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.206	INTERPELACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.207	INTERPELACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.208	INTERVENCAO FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.209	INVENTARIO / ARROLAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.210	INVENTARIO NEGATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.211	INVESTIGACAO DE PATERNIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.212	JUSTIFICACAO DE UNIAO ESTAVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.213	JUSTIFICACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.214	LOCACAO IMOVEL PGE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.215	MANDADO DE BLOQUEIO DE CREDITOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.216	MANDADO DE INJUNCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.217	MANDADO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.218	MANDADO DE SEGURANCA COM PEDIDO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.219	MANDADO DE SEGURANCA PREVENTIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.220	MANDADO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.221	MANIFESTACAO - IMP. DE RENDA - ISENÇÃO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.222	MANIFESTACAO - PCTA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.223	MANIFESTACAO BSB	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.224	MANIFESTACAO COHAB	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.225	MANIFESTACAO EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.226	MANUTENCAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.227	MEDIACAO DE CONFLITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.228	MEDIDA CAUTELAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

110.229	MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.230	MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.231	MEDIDA CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.232	MEDIDA PROTETIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.233	MONITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.234	NOTICIA CRIME	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.235	NOTIFICACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.236	NOTIFICACAO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.237	NOTIFICACAO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.238	NOTIFICACAO FISCAL P/ PAGAMENTO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.239	NOTIFICACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.240	NULIDADE DE ACORDAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.241	NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.242	NULIDADE DECRETO GOVERNAMENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.243	NULIDADE DE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.244	NUNCIACAO DE OBRA NOVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.245	OBRIGACAO DE DAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.246	OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.247	OBRIGACAO DE NAO FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.248	ORDINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.249	ORDINARIA DE REINTEGRACAO DE CARGO PÚBLICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.250	PARCELAMENTO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.251	PARCELAMENTO DE MULTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.252	PARECER - EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.253	PARECER - PCTA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
110.254	PECA DE INFORMACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.255	PEDIDO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.256	PEDIDO CORREICIONAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.257	PEDIDO DE EXPLICACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.258	PEDIDO DE INFORMACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.259	PEDIDO DE INTERVENCAO FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.260	PEDIDO DE LICENCA PREMIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.261	PEDIDO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.262	PEDIDO DE ORDEM PROCESSUAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.263	PEDIDO DE PROVIDENCIAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.264	PEDIDO DE RESPOSTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.265	PEDIDO DE RESTAURACAO DE AUTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.266	PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.267	PENAL PUBLICA INCONDICIONADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.268	PERICIA TECNICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.269	PERMUTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.270	PNAIC/SEDUC	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.271	POPULAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.272	POSSESSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.273	PRECATORIO REQUISITORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.274	PRESTACAO DE CONTAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.275	PRESTAR ESCLARECIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.276	PREVIDENCIÁRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.277	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.278	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INVESTIGATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.279	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.280	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.281	PROCEDIMENTO ARBITRAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.282	PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.283	PROCEDIMENTO ELEITORAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.284	PROCEDIMENTO ESPECIAL FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.285	PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.286	PROCEDIMENTO INVESTIGATORIO - NOTICIA CRIME	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.287	PROCEDIMENTO PREPARATORIO ELEITORAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.288	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.289	PRODUCAO DE PROVAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.290	PROJETO DE INDICACAO 10/2014	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.291	PROPOSTA DE ACORDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.292	PROPOSTA DE TRANSACAO PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.293	PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.294	PROTESTO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.295	PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.296	QUEIXA CRIME	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.297	RECLAMACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.298	RECLAMACAO CORREICIONAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.299	RECLAMACAO TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.300	RECLAMACAO TRABALHISTA - EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.301	RECOMENDACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.302	RECOMENDACAO ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.303	RECOMENDACAO CONJUNTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.304	RECONVENCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.305	RECUPERACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.306	RECURSO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.307	RECURSO CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.308	RECURSO COM EXPRESSO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.309	RECURSO DE REVISAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.310	RECURSO ESPECIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.311	RECURSO EXTRAORDINARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.312	RECURSO INOMINADO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.313	RECURSO ORDINARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.314	RECURSOS INTERPOSTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.315	REGULARIZACAO DE AREA PATRIMONIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

110.316	REINCLUSAO A FUNCAO PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.317	REINTEGRACAO DE CARGO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.318	REINTEGRACAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.319	REIVINDICATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.320	RELATORIO DE ACOMPANHAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.321	RELATORIO DE AUDITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.322	RELATORIO DE FISCALIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.323	RELATORIOS DE AUDITORIA 017,020,021,027/11 - SEFA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.324	REPARACAO DE DANO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.325	REPARACAO DE PERDAS E DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.326	REPETICAO DE INDEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.327	REPRESENTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.328	REPRESENTACAO COM PEDIDO DE INTERVENCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.329	REPRESENTACAO DE PRISAO PREVENTIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.330	REPRESENTACAO ELEITORAL COM PEDIDO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.331	REPRODUCAO OU ALTERACAO DE SELO OU PECA FILATELICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.332	REQUERIMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.333	REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO IMOBILIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.334	REQUISICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.335	REQUISICAO DE PAGAMENTO - TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.336	RESCISAO DE CONTRATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.337	RESCISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.338	RESPONSABILIDADE CIVIL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.339	RESSARCIMENTO DE RECURSO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.340	RESSARCIMENTO DE VERBAS PUBLICAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.341	RESSARCITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.342	RESTAURACAO DE AUTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.343	RESTITUICAO DE INDEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.344	RESTITUICAO DE OBJETO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.345	RESTITUICAO DE VEICULOS APREENDIDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.346	RETIFICACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.347	REVISAO CRIMINAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.348	REVISAO DE APOSENTADORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.349	REVISAO DE BENEFICIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.350	REVISAO DE CALCULOS -RT	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.351	REVISAO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.352	REVISIONAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.353	REVISIONAL DE APOSENTADORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.354	REVISIONAL DE PROVENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.355	RISCOS FISCAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.356	SINDICANCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.357	SUMARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

110.358	SUMARIA DE COBRANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.359	SUMARIA DEMOLITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.360	SUSPENSAO COLETIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.361	SUSPENSAO DE EFEITO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.362	SUSPENSAO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.363	SUSPENSAO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.364	SUSPENSAO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.365	TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EDUCACAO RELIGIOSA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.366	TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.367	TERMO DE COOPERACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
110.368	USUCAPIAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X

LEGENDAS:

* Após transito em julgado

**conforme a tabela do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/)

OBSERVAÇÃO:

As ações que independente de sua nomenclatura tenham por objeto: posse, propriedade, espaços territorialmente protegidos e/ou direitos coletivos e das minorias terão guarda permanente

A digitalização dos processos será de capa a capa. Fica excluída da necessidade de guarda, desde já, cópias de documentação inclusive aqueles que passam ser obtidos externamente

As nomenclaturas das tipologias documentais foram utilizadas tal como lançadas no Sistema de Controle de Processos da PGE/PA

Quando prazo superior ao estabelecido originalmente nesta tabela for atribuído pelo Exmo. Senhor Procurador do Estado a um documento em decorrência da Legislação de Acesso à Informação, prevalecerá o de prazo superior para guarda

O arquivo permanente será transferido ao Arquivo Público do Estado do Pará

Os processos e documentos classificados como sigilosos nos graus ultrassecreto e secreto terão guarda permanente - Lei Federal Nº 8.159/1991 e Decreto Estadual Nº 1.359/2015

200 PROCURADORIA FISCAL

210 AÇÕES, RECURSOS E INCIDENTES PROCESSUAIS

CLASSE	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO	
		ARQUIVO CORRENTE	ARQUIVO INTERMEDIÁRIO*	ELIMINAÇÃO	ARQUIVO PERMANENTE**
210.001	ACAO CAUTELAR INCIDENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.002	ACAO CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.003	ACAO CAUTELAR INOMINADA COM PEDIDO LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.004	ACAO CIVIL ORIGINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.005	ACAO CIVIL PUBLICA DE OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.006	ACAO DE ABERTURA DE TESTAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.007	ACAO DE COBRANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.008	ACAO DE CONSIGNACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.009	ACAO DE CONSIGNACAO E PAGAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.010	ACAO DE CUMPRIMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.011	ACAO DE EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.012	ACAO DE INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.013	ACAO DE JUSTIFICATIVA JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.014	ACAO DE MEACAO E PARTILHA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.015	ACAO DE OPOSICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.016	ACAO DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.017	ACAO DECLARATORIA DE NULIDADE DE CONTRATO ADM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.018	ACAO DECLARATORIA NEGATIVA DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.019	ACAO DECLATORIA DE NULIDADE DE CONFISSAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.020	ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.021	ACAO INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.022	ACAO ORDINARIA DE COBRANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

210.023	ACAO REGRESSIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.024	ACAO RESCISORIA - CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.025	ACAO SUMARIA DE INDENIZACAO POR ACIDENTE DE TRABALHO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.026	ACAO SUMARIA DE REPARACAO DE DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.027	ACIDENTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.028	ACIDENTE NO TRABALHO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.029	ACORDO DE COOPERACAO TECNICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.030	ACORDO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.031	ACORDOS TRABALHISTAS	Até o trânsito em julgado	2 anos - quando o Estado não está na lide	X - (5 anos quando o Estado está na lide)	
210.032	ADIN	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.033	ADJUDICACAO COMPULSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.034	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.035	AGRAVO DE INSTRUMENTO DE PROCESSO DO INTERIOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.036	AGRAVO REGIMENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.037	ALTERACAO CONTRATUAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.038	ALTERACAO DE CLAUSULA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.039	ALVARA JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.040	ANULACAO DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.041	ANULACAO DE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.042	ANULACAO DE CONTRATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.043	ANULACAO DE ESCRITURA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.044	ANULACAO DE REGISTRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.045	ANULATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.046	ANULATORIA DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.047	ANULATORIA DE DEBITO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.048	ANULATORIA DE DEBITO FISCAL COM CARTA DE FIANÇA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.049	ANULATORIA DE DEBITO FISCAL COM OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.050	ANULATORIA DE DEBITO FISCAL COM PEDIDO DE DEPOSITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.051	ANULATORIA EM RITO SUMARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.052	APELACAO CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.053	APREENSAO DE PUBLICACOES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.054	ARGUICAO DE INCOMPETENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.055	ARGUICAO DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.056	ARGUICAO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.057	ARGUICAO DE SUSPEICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.058	ARRESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.059	ARROLAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.060	ARROLAMENTO SUMARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.061	ATENTADO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.062	AUDIENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.063	AUTO DE INFRACAO E NOTIFICACAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.064	AUTORIZACAO DE REGISTRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.065	AUTORIZACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.066	AUTOS DE APREENSAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.067	AUTOS DE REPRESENTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.068	AUTOS DE SINDICANCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.069	AVALIACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.070	AVERBACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.071	BUSCA E APREENSAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.072	BUSCA E APREENSAO DE VEICULO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.073	CANCELAMENTO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.074	CARTA DE SENTENCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.075	CARTA PRECATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.076	CAUTELAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.077	CAUTELAR DE ARESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.078	CAUTELAR DE EXIBICAO DE DOCUMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.079	CAUTELAR DE SUSTACAO DE PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.080	CAUTELAR INCIDENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.081	CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.082	CAUTELAR PARA ANTECIPACAO DE GARANTIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.083	CERTIDAO NEGATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.084	CIVIL COLETIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.085	CIVIL PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.086	COMISSAO PARLAMENTAR DE INQUERITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.087	COMISSO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.088	COMODATO DE IMOVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.089	CONFLITO DE COMPETENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.090	CONFLITO NEGATIVO DE COMPETENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.091	CONFLITO NEGATIVO DE JURISDICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.092	CONSELHO DE JUSTIFICACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.093	CONSIGNACAO EM PAGAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.094	CONSULTA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.095	CONSULTA EXTERNA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.096	CONTESTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.097	CONVENIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.098	CRIME CONTRA A ADMINISTRACAO PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.099	CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.100	CRIME CONTRA O CONSUMIDOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.101	CRIME CONTRA O PATRIMONIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.102	CRIME ELEITORAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.103	CRIMINAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.104	CURATELA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.105	DACAO EM PAGAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.106	DANO INFECTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.107	DECLARACAO DE CREDITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.108	DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.109	DECLARATORIA DE AUSENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

210.110	DECLARATORIA DE CONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.111	DECLARATORIA DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.112	DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIC PREV	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.113	DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.114	DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE RELACAO JURIDICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.115	DECLARATORIA DE ISENCAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.116	DECLARATORIA DE NULIDADE DE DEBITO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.117	DECLARATORIA E ANULATORIA DE DEBITO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.118	DECLARATORIA FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.119	DECLARATORIA NULIDADE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.120	DENUNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.121	DEPENDENCIA ECONOMICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.122	DEPOSITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.123	DESAPROPRIACAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.124	DESAPROPRIACAO CONSUESUAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.125	DESAPROPRIACAO INDIRETA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.126	DESAPROPRIACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.127	DESIGNACAO DE PROCURADOR PARA REUNIAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.128	DESPEJO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.129	DIREITO DE RESPOSTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.130	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.131	DISSIDIO COLETIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.132	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.133	EMBARGOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.134	EMBARGOS DE DECLARACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.135	EMBARGOS DE RETENÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.136	EMBARGOS DE TERCEIROS-RT	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.137	EMBARGOS DO DEVEDOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.138	EMBARGOS INFRINGENTES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.139	ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES AO JUDICIÁRIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.140	ENCAMINHAMENTO DE PECAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.141	ESPECIFICACAO DE HIPOTECA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.142	ESTELIONATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.143	EXCECAO DE INCOMPETECIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.144	EXCECAO DE PRE-EXECUTIVIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.145	EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.146	EXECUCAO DE UNIAO ESTAVEL COM PARTILHA DE BENS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.147	EXECUCAO HIPOTECÁRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.148	EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.149	EXECUCAO POR TITULO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.150	EXTINCAO DE OBRIGACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

210.151	FALENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.152	FURTO/RECEPTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.153	GRUPO DE TRABALHO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.154	HABEAS CORPUS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.155	HABEAS CORPUS LIBERATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.156	HABEAS CORPUS PREVENTIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.157	HABEAS DATA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.158	HABILITACAO DE CREDITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.159	HABILITACAO JUNTO A RECEITA FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.160	HOMICIDIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.161	HOMOLOGACAO DE ACORDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.162	ICMS - COMERCIO ELETRONICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.163	IDENIZACAO POR DANOS MORAIS E ESTETICOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.164	IMPUGNACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.165	IMPUGNACAO A EXECUCAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.166	IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.167	INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.168	INCIDENTE DE SUSPEICAO DO JUZO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.169	INDENIZ. E REPAR. DE DANOS PATRIM. E MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.170	INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.171	INDENIZACAO P/DANOS MATERIAIS E MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.172	INDENIZACAO POR DANOS MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.173	INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.174	INFRACAO ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.175	INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.176	INQUERITO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.177	INQUERITO CIVIL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.178	INQUERITO JUDICIAL-TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.179	INQUERITO POLICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.180	INQUERITO TECNICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.181	INSCRICAO EM DIVIDA ATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.182	INTEVENCAO FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.183	INTERDICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.184	INTERDITO PROIBITORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.185	INTERPELACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.186	INTERPELCAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.187	INVENTARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.188	INVENTARIO - INTERIOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.189	INVENTARIO NEGATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.190	IPL / STF	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.191	JUSTIFICACAO DE CONCUBINATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.192	MANDADO DE INJUNCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.193	MANDADO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.194	MANDADO DE SEGURANCA - PROCESSO DIGITAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.195	MANDADO DE SEGURANCA COM PEDIDO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

210.196	MANDADO DE SEGURANCA PREVENTIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.197	MANIFESTACAO - FISCAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.198	MANIFESTACAO - INTERIOR	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.199	MANUTENCAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.200	MEDIDA CAUTELAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.201	MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.202	MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.203	MEDIDA CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.204	MEMORIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.205	MONITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.206	MULTA PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.207	NEGOCIACAO ITERPA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.208	NOTA TECNICA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.209	NOTIFICACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.210	NOTIFICACAO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.211	NOTIFICACAO EXTRA-JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.212	NOTIFICACAO FISCAL P/ PAGAMENTO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.213	NOTIFICACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.214	NULIDADE DE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.215	NULIDADE DECRETO GOVERNAMENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.216	NUNCIACAO DE OBRA NOVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.217	OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.218	OBRIGACAO DE NAO FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.219	ORDINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.220	ORDINARIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.221	OUTRAS AÇÕES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.222	PARCELAMENTO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.223	PARCELAMENTO DE MULTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.224	PARECER	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.225	PARECER JURIDICO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
210.226	PARTILHA DE BENS/ SEPARACAO CONSENSUAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.227	PARTILHA POSTEIROR AO DIVORCIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.228	PEDIDO DE EXTENSAO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.229	PEDIDO DE ORDEM PROCESSUAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.230	PEDIDO DE PROVIDENCIAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.231	PEDIDO DE RESTAURACAO DE AUTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.232	PEDIDO DE SUSPENSAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.233	PEDIDO LICENCA PREMIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.234	PEDIDO LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.235	PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.236	POPULAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.237	POSSESSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.238	PRESTACAO DE CONTAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.239	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INVESTIGATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.240	PROCEDIMENTO ARBITRAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.241	PROCEDIMENTO PREPARATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.242	PROCEDIMENTOS FISCAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.243	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.244	PROCESSO NAO TRIBUTARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.245	PROJETO DE INDICACAO 10/2014	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.246	PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.247	PROTESTO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.248	PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.249	QUEIXA CRIME	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.250	RECLAMACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.251	RECOMENDACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.252	RECUPERACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.253	RECURSO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.254	RECURSO CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.255	RECURSO COM EXPRESSO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.256	RECURSO DE REVISAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.257	RECURSO EXTRAORDINARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.258	RECURSO ORDINARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.259	RECURSOS INTERPOSTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.260	REGISTRO DE IMOVEIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.261	REGULARIZACAO DE AREA PATRIMONIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.262	REINCLUSAO A FUNCAO PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.263	REINTEGRACAO DE CARGO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.264	REINTEGRACAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.265	REIVINDICATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.266	REPARACAO DE DANO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.267	REPETICAO DE INDEBITO TRIBUTARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.268	REPRESENTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.269	REPRESENTACAO COM PEDIDO DE INTERVENCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.270	REQUERIMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.271	REQUISICAO DE PAGAMENTO - TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.272	RESCISAO DE CONTRATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.273	RESCISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.274	RESPONSABILIDADE CIVIL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.275	RESPOSTA DE OFICIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.276	RESSARCIMENTO DE VENCIMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.277	RESSARCIMENTO DE VERBAS PUBLICAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.278	RESTAURACAO DOS AUTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.279	RESTITUICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.280	RETIFICACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.281	REUNIAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.282	REVISAO DE APOSENTADORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.283	REVISAO DE CALCULOS -RT	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.284	REVISAO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

210.285	RISCOS FISCAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.286	SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.287	SINDICANCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.288	SUMARISSIMA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.289	SUPENSAO COLETIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.290	SUPENSAO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.291	SUPENSAO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.292	SUPENSAO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
210.293	USUCAPIAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X

LEGENDAS:
 * Após transito em julgado
 ** conforme a tabela do Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br/>)
OBSERVAÇÃO:
 As ações que independente de sua nomenclatura tenham por objeto: posse, propriedade, espaços territorialmente protegidos e/ou direitos coletivos e das minorias terão guarda permanente
 A digitalização dos processos será de capa a capa. Fica excluída da necessidade de guarda, desde já, cópias de documentação inclusive aqueles que passam ser obtidos externamente
 As nomenclaturas das tipologias documentais foram utilizadas tal como lançadas no Sistema de Controle de Processos da PGE/PA
 Quando prazo superior ao estabelecido originalmente nesta tabela for atribuído pelo Exmo. Senhor Procurador do Estado a um documento em decorrência da Legislação de Acesso à Informação, prevalecerá o de prazo superior para guarda
 O arquivo permanente será transferido ao Arquivo Público do Estado do Pará
 Os processos e documentos classificados como sigilosos nos graus ultrassecreto e secreto terão guarda permanente - Lei Federal Nº 8.159/1991 e Decreto Estadual Nº 1.359/2015

300 PROCURADORIA CONSULTIVA
310 AÇÕES, RECURSOS E INCIDENTES PROCESSUAIS

CLASSE		PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO	
		ARQUIVO CORRENTE	ARQUIVO INTERMEDIÁRIO*	ELIMINAÇÃO	ARQUIVO PERMANENTE**
310.001	ESTUDOS	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
310.002	MANIFESTAÇÕES	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
310.003	NOTAS TECNICAS	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
310.004	NOTAS INFORMATIVAS	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
310.005	PARECERES	Até o trânsito em julgado	40 anos		X

LEGENDAS:
 * Após transito em julgado
 ** conforme a tabela do Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br/>)
OBSERVAÇÃO:
 As ações que independente de sua nomenclatura tenham por objeto: posse, propriedade, espaços territorialmente protegidos e/ou direitos coletivos e das minorias terão guarda permanente
 A digitalização dos processos será de capa a capa. Fica excluída da necessidade de guarda, desde já, cópias de documentação inclusive aqueles que passam ser obtidos externamente
 As nomenclaturas das tipologias documentais foram utilizadas tal como lançadas no Sistema de Controle de Processos da PGE/PA
 Quando prazo superior ao estabelecido originalmente nesta tabela for atribuído pelo Exmo. Senhor Procurador do Estado a um documento em decorrência da Legislação de Acesso à Informação, prevalecerá o de prazo superior para guarda
 O arquivo permanente será transferido ao Arquivo Público do Estado do Pará
 Os processos e documentos classificados como sigilosos nos graus ultrassecreto e secreto terão guarda permanente - Lei Federal Nº 8.159/1991 e Decreto Estadual Nº 1.359/2015

400 PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA
410 AÇÕES, RECURSOS E INCIDENTES PROCESSUAIS

CLASSE	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO	
		ARQUIVO CORRENTE	ARQUIVO INTERMEDIÁRIO*	ELIMINAÇÃO	ARQUIVO PERMANENTE**
410.001	AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUCAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.002	ANALISE FALENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.003	ANALISE RECUPERACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.004	ARROLAMENTO DE BENS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.005	ATO NORMATIVO SOB O RECEBIMENTO DE SEGURO GARANTIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.006	EMBARGOS A EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.007	EMBARGOS DE TERCEIRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.008	EXCECAO DE PRE-EXECUTIVIDADE/FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.009	EXECUCAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.010	EXECUCAO FISCAL NÃO TRIBUTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

410.011	FORÇA TAREFA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.012	INSCRICAO EM DIVIDA ATIVA / EXECUCAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.013	INVENTÁRIO - RESIDUO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.014	MANIFESTACAO DIVIDA ATIVA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
410.015	MANIFESTACAO FALENCIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
410.016	MANIFESTACAO RECUPERACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
410.017	PARECER FALENCIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
410.018	PARECER RECUPERACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
410.019	RECUPERACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
410.020	SEPARACAO CONSENSUAL/ FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

LEGENDAS:
 * Após transito em julgado
 ** conforme a tabela do Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br/>)
OBSERVAÇÃO:
 As ações que independente de sua nomenclatura tenham por objeto: posse, propriedade, espaços territorialmente protegidos e/ou direitos coletivos e das minorias terão guarda permanente
 A digitalização dos processos será de capa a capa. Fica excluída da necessidade de guarda, desde já, cópias de documentação inclusive aqueles que passam ser obtidos externamente
 As nomenclaturas das tipologias documentais foram utilizadas tal como lançadas no Sistema de Controle de Processos da PGE/PA
 Quando prazo superior ao estabelecido originalmente nesta tabela for atribuído pelo Exmo. Senhor Procurador do Estado a um documento em decorrência da Legislação de Acesso à Informação, prevalecerá o de prazo superior para guarda
 O arquivo permanente será transferido ao Arquivo Público do Estado do Pará
 Os processos e documentos classificados como sigilosos nos graus ultrassecreto e secreto terão guarda permanente - Lei Federal Nº 8.159/1991 e Decreto Estadual Nº 1.359/2015

500 PROCURADORIA DE PRECATÓRIO E RPV (EXECUÇÃO)
510 AÇÕES, RECURSOS E INCIDENTES PROCESSUAIS

CLASSE	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO	
		ARQUIVO CORRENTE	ARQUIVO INTERMEDIÁRIO*	ELIMINAÇÃO	ARQUIVO PERMANENTE**
510.001	ACAO ANULATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.002	ACAO CAUTELAR DE EXIBICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.003	ACAO CAUTELAR DE PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.006	ACAO CAUTELAR INOMINADA COM PEDIDO LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.007	ACAO CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.008	ACAO CIVEL DE RESTITUCAO DE NUMERATÓRIO PUBLICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.009	ACAO CIVEL ORIGINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.010	ACAO CIVIL EX DELICTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.011	ACAO CIVIL PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.012	ACAO CIVIL PUBLICA DE OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.013	ACAO CONSTITUTIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.014	ACAO DE ABRIGAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.015	ACAO DE ALIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.016	ACAO DE INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.017	ACAO DE PAGAMENTO DE VENCIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.018	ACAO DECLARATORIA DE NULDADE DE CONTRATO ADM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.019	ACAO DE EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.020	ACAO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.021	ACAO DE INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.022	ACAO DE INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.023	ACAO DE JUSTIFICACAO DE DEPENDENCIA ECONOMICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.024	ACAO DE JUSTIFICACAO DE UNIÃO ESTÁVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.025	ACAO DE JUSTIFICATIVA JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

510.026	ACAO DE MANUTENCA DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.027	ACAO DE OPOSICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.028	ACAO DE PAGAMENTO DE VENCIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.029	ACAO DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.030	ACAO DECLARATORIA DE CONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.031	ACAO DECLARATORIA DE NULIDADE DE CONTRATO ADM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.032	ACAO DECLARATORIA NEGATIVA DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.033	ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.034	ACAO INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.035	ACAO ORDINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.036	ACAO ORDINARIA DE COBRANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.037	ACAO PENAL MILITAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.038	ACAO POPULAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.039	ACAO REGRESSIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.040	ACAO REIVINDICATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.041	ACAO RESCISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.042	ACAO RESCISORIA - CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.043	ACAO RESCISORIA CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.044	ACAO REVISIONAL DE ALIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.045	ACAO SUMARIA DE INDENIZACAO CIVIL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.046	ACIDENTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.047	ACIDENTE NO TRABALHO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.048	ACORDO TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	2 anos - quando o Estado não está na lide	X- (5 anos quando o Estado está na lide)	
510.049	ADJUDICACAO COMPULSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.050	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.051	AGRAVO DE INSTRUMENTO EM ACAO CIVIL PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.052	AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.053	AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERIOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.054	AGRAVO INTERNO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.055	AGRAVO REGIMENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.056	ALTERACAO DE CLAUSULA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.057	ALVARA JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.058	ANALISE - PCA	Até o trânsito em julgado	40 anos	X	X
510.059	ANULACAO DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.060	ANULACAO DE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.061	ANULACAO DE CONTRATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.062	ANULACAO DE ESCRITURA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.063	ANULACAO DE REGISTRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.064	ANULATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.065	ANULATORIA DE DEBITO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.066	APELACAO CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.067	APURACAO DE IRREGULARIDADES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.068	ARGUICAO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.069	ARGUICAO DE INCOMPETENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.070	ARGUICAO DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.071	ARRESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.072	ATENTADO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.073	ATO INFRACIONAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.074	ATUALIZACAO DO PASSIVO CONTENCIOSO DA ENASA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.075	AUDIENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.076	AUDIENCIA PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.077	AUTO DE INFRACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.078	AUTO DE INFRACAO E NOTIFICACAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.079	AUTOS DE APREENSAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.080	AUTOS DE PRISAO EM FLAGRANTE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.081	AUTOS DE REPRESENTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.082	AUTOS DE SINDICANCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.083	AVERBACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.084	AVOCATORIA DE AÇÕES DEMARCATORIAS	Até o trânsito em julgado	40 anos	X	X
510.085	BUSCA E APREENSAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.086	BUSCA E APREENSAO DE VEICULO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.087	CANCELAMENTO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.088	CARTA PRECATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.089	CARTA PRECATORIA CITATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.090	CAUTELAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.091	CAUTELAR TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.092	CAUTELAR DE EXIBICAO DE DOCUMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.093	CAUTELAR DE PRODUCAO ATENCIPADA DE PROVAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.094	CAUTELAR DE SEQUESTRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.095	CAUTELAR INCIDENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.096	CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.097	CAUTELAR INOMINADA INCIDENTAL C/C PEDIDO DE LIMINA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.098	CAUTELAR TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.099	CERTIDAO NEGATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.100	CIVIL COLETIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.101	CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.102	CIVIL DE OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.103	COBRANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.104	COMINATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.105	COMISSAO PALARMENTAR DE INQUERITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.106	CONDENATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.107	CONFLITO DE COMPETENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.108	CONFLITO NEGATIVO DE COMPETENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.109	CONFLITO NEGATIVO DE JURISDICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.110	CONSELHO DE JUSTIFICACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.111	CONSIGNACAO EM PAGAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.112	CONSULTA PCTA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.113	CONSULTA TRE	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.114	CONSULTORIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X

510.115	CONVENIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.116	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.117	CRIME CONTRA A ADMINISTRACAO PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.118	CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.119	CRIME CONTRA O CONSUMIDOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.120	CRIME CONTRA O PATRIMONIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.121	CRIME ELEITORAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.122	CURATELA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.123	DANO INFECTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.124	DECLARACAO DE AUSÊNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.125	DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.126	DECLARATORIA DE LEGALIDADE DE GREVE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.127	DECLARATORIA DE NULIDADE DE TITULO DE AFORAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.128	DECLARATORIA NULIDADE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.129	DEFESA ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	40 anos	X	X
510.130	DEMARCATÓRIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.131	DEMOLITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.132	DENUNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.133	DEPENDENCIA ECONOMICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.134	DESACATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.135	DESAPROPRIACAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.136	DESAPROPRIACAO A NON DOMINO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.137	DESAPROPRIACAO CONSENSUAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.138	DESAPROPRIACAO INDIRETA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.139	DESAPROPRIACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.140	DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.141	DESOBEDIENCIA ART. 330 DO C. PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.142	DESPEJO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.143	DIREITO DE RESPOSTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.144	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.145	DISCRIMINATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.146	DISPENSA DE RECURSO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.147	DISSIDIO COLETIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.148	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.149	DIVORCIO LITIGIOSO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.150	DOACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.151	EMBARGO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.152	EMBARGOS A EXECUÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.153	EMBARGOS ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.154	EMBARGOS DE RETENÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.155	EMBARGOS DE TERCEIRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.156	EMBARGOS DO DEVEDOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.157	EMBARGOS INFRINGENTES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.158	ENCAMINHAMENTO DE PECAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.159	ESPECIFICACAO DE HIPOTECA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

510.160	ESTELIONATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.161	ESTUDO - PCTA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.162	EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.163	EXCECAO DE INCOMPETENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.164	EXECUCAO DE IMPEDIMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.165	EXCECAO DE SUSPEIÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.166	EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.167	EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.168	EXECUCAO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.169	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.170	EXECUCAO FISCAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.171	EXECUCAO FORÇADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.172	EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.173	EXECUCAO POR TITULO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.174	EXECUCAO PROVISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.175	EXTENSAO DA SUSPENSAO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.176	EXTINCAO DE OBRIGACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.177	FALENCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.178	FURTO/RECEPTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.179	GRUPO DE ESTUDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.180	HABEAS CORPUS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.181	HABEAS CORPUS LIBERATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.182	HABEAS CORPUS PREVENTIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.183	HABEAS DATA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.184	HOMICIDIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.185	HOMOLOGACAO DE ACORDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.186	IMISSAO NA POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.187	IMPUGNACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.188	IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.189	INCIDENTE DE FALSIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.190	INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.191	INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.192	INCIDENTE DE SUSPEICAO DO JUIZO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.193	INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.194	INDENIZACAO POR DANOS MATERIAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.195	INDENIZACAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.196	INDENIZACAO POR DANOS MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.197	INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.198	INFORMAÇÕES PARA FINS ELEITORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.199	INFRACAO ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.200	INIBITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.201	INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.202	INQUERITO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.203	INQUERITO CIVIL PÚBLICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.204	INQUERITO JUDICIAL-TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

510.205	INQUERITO POLICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.206	INQUERITO TECNICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.207	INSPECAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.208	INTERDICAÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.209	INTERDITO PROIBITORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.210	INTERPELACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.211	INTERPELACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.212	INTERVENCAO FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.213	INVENTARIO / ARROLAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.214	INVENTARIO NEGATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.215	INVESTIGACAO DE PATERNIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.216	JUSTIFICACAO DE UNIAO ESTAVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.217	JUSTIFICACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.218	LOCACAO IMOVEL PGE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.219	MANDADO DE BLOQUEIO DE CREDITOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.220	MANDADO DE INJUNCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.221	MANDADO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.222	MANDADO DE SEGURANCA COM PEDIDO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.223	MANDADO DE SEGURANCA PREVENTIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.224	MANDADO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.225	MANIFESTACAO - IMP. DE RENDA - ISENÇÃO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.226	MANIFESTACAO - PCTA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.227	MANIFESTACAO BSB	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.228	MANIFESTACAO COHAB	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.229	MANIFESTACAO EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.230	MANUTENCAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.231	MEDIACAO DE CONFLITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.232	MEDIDA CAUTELAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.233	MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.234	MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.235	MEDIDA CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.236	MEDIDA PROTETIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.237	MONITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.238	NOTICIA CRIME	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.239	NOTIFICACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.240	NOTIFICACAO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.241	NOTIFICACAO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.242	NOTIFICACAO FISCAL P/ PAGAMENTO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.243	NOTIFICACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.244	NULIDADE DE ACORDAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.245	NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.246	NULIDADE DECRETO GOVERNAMENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.247	NULIDADE DE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.248	NUNCIACAO DE OBRA NOVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.249	OBRIGACAO DE DAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

510.250	OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.251	OBRIGACAO DE NAO FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.252	ORDINARIA	Até o trânsito em julgado	40 anos	X	X
510.253	ORDINARIA DE REINTEGRACAO DE CARGO PUBLICO	Até o trânsito em julgado	40 anos	X	X
510.254	PARCELAMENTO DE DEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.255	PARCELAMENTO DE MULTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.256	PARECER - EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.257	PARECER - PCTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.258	PECA DE INFORMACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.259	PEDIDO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.260	PEDIDO CORREICIONAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.261	PEDIDO DE EXPLICACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.262	PEDIDO DE INFORMACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.263	PEDIDO DE INTERVENCAO FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.264	PEDIDO DE LICENCA PREMIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.265	PEDIDO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.266	PEDIDO DE ORDEM PROCESSUAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.267	PEDIDO DE PROVIDENCIAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.268	PEDIDO DE RESPOSTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.269	PEDIDO DE RESTAURACAO DE AUTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.270	PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.271	PENAL PUBLICA INCONDICIONADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.272	PERICIA TECNICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.273	PERMUTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.274	PNAIC/SEDUC	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.275	POPULAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.276	POSSESSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.277	PRECATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.278	PRECATORIO REQUISITORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.279	PRESTACAO DE CONTAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.280	PRESTAR ESCLARECIMENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.281	PREVIDENCIÁRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.282	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.283	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INVESTIGATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.284	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.285	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.286	PROCEDIMENTO ARBITRAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.287	PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.288	PROCEDIMENTO ELEITORAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.289	PROCEDIMENTO ESPECIAL FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.290	PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.291	PROCEDIMENTO INVESTIGATORIO - NOTICIA CRIME	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.292	PROCEDIMENTO PREPARATORIO ELEITORAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

510.293	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.294	PRODUCAO DE PROVAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.295	PROJETO DE INDICACAO 10/2014	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.296	PROPOSTA DE ACORDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.297	PROPOSTA DE TRANSACAO PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.298	PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.299	PROTESTO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.300	PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.301	QUEIXA CRIME	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.302	RECLAMACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.303	RECLAMACAO CORREICIONAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.304	RECLAMACAO TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.305	RECLAMACAO TRABALHISTA - EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.306	RECOMENDACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.307	RECOMENDACAO ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.308	RECOMENDACAO CONJUNTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.309	RECONVENCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.310	RECUPERACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.311	RECURSO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.312	RECURSO CIVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.313	RECURSO COM EXPRESSO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.314	RECURSO DE REVISAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.315	RECURSO ESPECIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.316	RECURSO EXTRAORDINARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.317	RECURSO INOMINADO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.318	RECURSO ORDINARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.319	RECURSOS INTERPOSTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.320	REGULARIZACAO DE AREA PATRIMONIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.321	REINCLUSAO A FUNCAO PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.322	REINTEGRACAO DE CARGO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.323	REINTEGRACAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.324	REIVINDICATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.325	RELATORIO DE ACOMPANHAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.326	RELATORIO DE AUDITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.327	RELATORIO DE FISCALIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.328	RELATORIOS DE AUDITORIA 017,020,021,027/11 - SEFA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.329	REPARACAO DE DANO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.330	REPARACAO DE PERDAS E DANOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.331	REPETICAO DE INDEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.332	REPRESENTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.333	REPRESENTACAO COM PEDIDO DE INTERVENCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.334	REPRESENTACAO DE PRISAO PREVENTIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.335	REPRESENTACAO ELEITORAL COM PEDIDO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

510.336	REPRODUCAO OU ALTERACAO DE SELO OU PECA FILATELICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.337	REQUERIMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.338	REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO IMOBILIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.339	REQUISICAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.340	REQUISICAO DE PEQUENO VALOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.341	REQUISICAO DE PAGAMENTO - TRABALHISTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.342	RESCISAO DE CONTRATO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.343	RESCISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.344	RESPONSABILIDADE CIVIL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.345	RESSARCIMENTO DE RECURSO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.346	RESSARCIMENTO DE VERBAS PUBLICAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.347	RESSARCITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.348	RESTAURACAO DE AUTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.349	RESTITUICAO DE INDEBITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.350	RESTITUICAO DE OBJETO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.351	RESTITUICAO DE VEICULOS APREENDIDO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.352	RETIFICACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.353	REVISAO CRIMINAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.354	REVISAO DE APOSENTADORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.355	REVISAO DE BENEFICIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.356	REVISAO DE CALCULOS -RT	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.357	REVISAO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.358	REVISIONAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.359	REVISIONAL DE APOSENTADORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.360	REVISIONAL DE PROVENTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.361	RISCOS FISCAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.362	SINDICANCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.363	SUMARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.364	SUMARIA DE COBRANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.365	SUMARIA DEMOLITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.366	SUSPENSAO COLETIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.367	SUSPENSAO DE EFEITO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.368	SUSPENSAO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
510.369	SUSPENSAO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.370	SUSPENSAO DOS EFETOS DA TUTELA ANTECIPADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.371	TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EDUCACAO RELIGIOSA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.372	TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.373	TERMO DE COOPERACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
510.374	USUCAPIAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X

LEGENDAS:

* Após transito em julgado

** conforme a tabela do Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br/>); o arquivo permanente será transferido ao Arquivo Público do Estado do Pará Até o trânsito em julgado

OBSERVAÇÃO:

As ações que independente de sua nomenclatura tenham por objeto: posse, propriedade, espaços territorialmente protegidos e/ou direitos coletivos e das minorias terão guarda permanente

A digitalização dos processos será de capa a capa. Fica excluída da necessidade de guarda, desde já, cópias de documentação inclusive aqueles que passam ser obtidos externamente

As nomenclaturas das tipologias documentais foram utilizadas tal como lançadas no Sistema de Controle de Processos da PGE/PA

Quando prazo superior ao estabelecido originalmente nesta tabela for atribuído pelo Exmo. Senhor Procurador do Estado a um documento em decorrência da Legislação de Acesso à Informação, prevalecerá o de prazo superior para guarda

O arquivo permanente será transferido ao Arquivo Público do Estado do Pará

Os processos e documentos classificados como sigilosos nos graus ultrassecreto e secreto terão guarda permanente - Lei Federal Nº 8.159/1991 e Decreto Estadual Nº 1.359/2015

600 PROCURADORIA AMBIENTAL E MINERÁRIA – PFAM (PAM E FUNDIÁRIA)

610 AÇÕES, RECURSOS E INCIDENTES PROCESSUAIS

CLASSE	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO	
		ARQUIVO CORRENTE	ARQUIVO INTERMEDIÁRIO*	ELIMINAÇÃO	ARQUIVO PERMANENTE**
610.001	ACAO ANULATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.002	ACAO ANULATORIA DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.003	ACAO CAUTELAR COM ANTECIPACAO DE TUTELA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.004	ACAO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.005	ACAO CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.006	ACAO CAUTELAR PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.007	ACAO CIVEL ORIGINARIA - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.008	ACAO CIVIL PUBLICA - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.009	ACAO DE COBRANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.010	ACAO CIVIL PUBLICA AMBIENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.011	ACAO DE INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.012	ACAO ORDINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.013	ACAO ORDINARIA ANULATORIA DE SANÇÃO ADM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.014	ACAO PENAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.015	ACAO PENAL DE COMPETENCIA DO JUIZ	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.016	ACAO POPULAR - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.017	ACAO POPULAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.018	ACAO CAUTELAR DE PROTESTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.019	ACAO CIVEL ORIGINARIA - PFUND	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.020	ACAO CIVIL DE USUCAPIAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.021	ACAO CIVIL PUBLICA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.022	ACAO CIVIL PUBLICA - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.023	ACAO DE ADJUDICACAO COMPULSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.024	ACAO DE ARGUICAO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUN	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.025	ACAO DE DESAPROPRIACAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.026	ACAO DE DESAPROPRIACAO INDIRETA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.027	ACAO DE DESAPROPRIACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.028	ACAO DE DESAPROPRIACAO PARA FINS DE REFORMA AGRARIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.029	ACAO DE DESOCUPACAO COMPULSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.030	ACAO DE EXECUCAO DE OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.031	ACAO DE INDENIZACAO E DESOCUPACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.032	ACAO DE INTERDITO PROBITORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.033	ACAO DE INTERPELACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.034	ACAO DE MANUTENCAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.035	ACAO DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

610.036	ACAO DE NULIDADE E CANCELAMENTO DE REGISTRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.037	ACAO DE NULIDADE E CANCELAMENTO DE TRANSCRICOES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.038	ACAO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.039	ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.040	ACAO DE USUCAPIAO DE IMOVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.041	ACAO DE USUCAPIAO DE IMOVEL RURAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.042	ACAO DE USUCAPIAO DE IMOVEL URBANO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.043	ACAO DE USUCAPIAO EXTRAORDINARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.044	ACAO DE USUCAPIAO IMOVEL URBANO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.045	ACAO DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.046	ACAO DECLARATORIA DE ILEGALIDADE COM OBRIGACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.047	ACAO DECLARATORIA DE NULIDADE DE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.048	ACAO DECLARATORIA DE REGISTRO IMOBILIARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.049	ACAO DEMARCATORIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.050	ACAO DEMOLITORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.051	ACAO DESAPROPRIACAO ADMINISTRATIVA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.052	ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.053	ACAO ORDINARIA DE INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.054	ACAO ORDINARIA DE INDENIZACAO - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.055	ACAO ORDINARIA DE REVISAO DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.056	ACAO POSSESSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.057	ACAO REIVINDICATORIA - FUND	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.058	ACAO RESCISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.059	ACIDENTE AMBIENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.060	ADI - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.061	ADIN	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.062	ADI FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.063	ADJUDICACAO COMPULSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.064	AGRAVO DE INSTRUMENTO FUNDIARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.065	AGRAVO DE INSTRUMENTO SEM VINCULACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.066	AGRAVO INSTRUMENTO FUNDIARIA - INTERIOR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.067	AGRAVO DE INSTRUMENTO - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.068	ALVARA DE PESQUISA MINERÁRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.069	ALVARA JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.070	ANALISE DE EIA-RIMA - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.071	ANALISE LEGISLATIVA - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.072	ANULACAO DE ATO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.073	ANULACAO DE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.074	APELACAO CIVEL - REEXAME DE SENTENÇA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.075	APURACAO DE TITULARIDADE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.076	APOIO AO NEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.077	APREENÇÃO DE EMBARCAÇÕES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

610.078	ATENDADO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.079	AUTO DE INFRAÇÃO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.080	BUSCA E APREENSÃO - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.081	CARTA DE INTIMAÇÃO-PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.082	CARTA PRECATÓRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.083	CAUTELAR PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.084	CAUTELAR FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.085	CANCELAMENTO DE REGISTRO DE IMOVEIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.086	CESSÃO DE ÁREAS EM MOJU	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.087	COMINATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.088	COMISSÃO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.089	COMPROVAÇÃO DE HABITACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.090	CONFERENCIA ESTADUAL DE IGUALDADE SOCIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.091	CONSIGNACAO EM PAGAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.092	CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.093	CONSULTA A ENVIAR - PAM	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.094	CONSULTA RECEBIDA - PAM	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.095	CONSULTA - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.096	CONSULTA EXTERNA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.097	CONSULTA FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.098	CONSULTA SOBRE O CONSELHO DE POLITICA AGRICOLA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.099	CONSULTORIA EXTERNA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.100	CONVENIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.101	CORREICAO PARCIAL - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.102	CORREICAO PARCIAL - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.103	CRIME AMBIENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.104	CRIME AMBIENTAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.105	CREDITO FUNDIARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.106	DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.107	DECLARATORIA DE NULIDADE DE TITULO DE AFORAMENTO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.108	DECLARATORIA NULIDADE DE ATO JURIDICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.109	DECLARATORIA - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	X
610.110	DECRETO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.111	DEMANDA INTERNACIONAL - DIREITOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.112	DEMARCATÓRIA FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos		X
610.113	DENUNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.114	DENUNCIA - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.115	DESAFORAMENTO - FUND	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.116	DESAPROPRIACAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.117	DESAPROPRIACAO CONSENSUAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.118	DESAPROPRIACAO - DIREITOS REAIS	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.119	DESAPROPRIACAO A NON DOMINI	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.120	DESAPROPRIACAO CONSENSUAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.121	DESAPROPRIACAO DIRETA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X

610.122	DESAPROPRIACAO INDIRETA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.123	DESAPROPRIACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.124	DESAPROPRIACAO PARA FINS DE REFORMA AGRARIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.125	DESPEJO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.126	DISPUTA TERRITORIAL DE FRONTEIRA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.127	DOACAO DE AREA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.128	ELABORACAO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.129	ELEBORACAO DE PLANO DE ACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.130	EMBARGOS DE EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.131	EMBARGOS DE TERCEIROS - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.132	EMBARGOS A EXECUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.133	ESTUDO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.134	ESTUDO - PAM	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.135	EXCECAO DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZ	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.136	EXECUCAO PROVISÓRIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.137	EXECUCAO - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.138	EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.139	EXECUCAO POR TITULO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.140	FALENCIA DE EMPRESARIOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.141	FALIMENTAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.142	GRILAGEM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.143	GRUPO DE TRABALHO - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.144	GRUPO DE TRABALHO ESTADUAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.145	GRUPO DE TRABALHO/ COMISSÕES-FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.146	GRUPO DE TRABALHO - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.147	HABEAS DATA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.148	IMPUGNACAO A ASSISTENCIA LITISCONSORCIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.149	IMPUGNACAO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.150	IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.151	IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.152	INDENIZACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.153	INDENIZACAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.154	INDENIZACAO POR DANOS MORAIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.155	INQUERITO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.156	INQUERITO CIVIL PUBLICO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.157	INTERDITO PROIBITORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.158	INTERPELACAO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.159	INTERVENCAO FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.160	INVASAO DE FAIXA DE DOMINIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.161	LEI 8.091/2014	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.162	LICENCA PREVIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.163	MANDADO DE CITACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.164	MANDADO DE INTIMAÇÃO E CITACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.165	MANDADO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

610.166	MANDADO DE SEGURANCA PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.167	MANDADO DE INTIMACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.168	MANDADO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.169	MANDADO SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.170	MANIFESTACAO - ADMINISTRATIVA - PAM	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.171	MANIFESTACAO - PAM	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.172	MANIFESTACAO FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.173	MANUTENCAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.174	MEDIACAO DE CONFLITO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.175	MEDIDA CAUTELAR INOMINADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.176	MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.177	MINERARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.178	MINUTA TERMO AJUSTE DE CONDUTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.179	MUTIRAO FUNDIARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.180	NULIDADE DE TITULOS DE TERRA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.181	OBRIGACAO DE FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.182	OBRIGACAO DE NAO FAZER	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.183	OCUPACAO IRREGULAR DE IMOVEL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.184	OPOSICAO - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.185	OPOSICAO - FUND	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.186	ORDINARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.187	ORDINARIA DE PRECEITO COMINATORIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.188	ORDINARIA DECLARATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.189	OUTRAS ACOES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.190	OUTROS - FUND. - PEDIDO DE REST. REGISTRO PROP.	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.191	OUTROS-FUNDIARIA-RECOMENTACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.192	OUTROS-FUND-PEDIDO DE REST.REGISTRO PROP	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.193	PARECER - PAM	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.194	PARECER - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.195	PEDIDO DE DEVOLUCAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.196	PEDIDO DE INTERVENCAO FEDERAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.197	PEDIDO DE INFORMACOES MPF - AMBIENTAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.198	PEDIDO DE PROVIDENCIAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.199	PEDIDO DE SUSPENSAO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.200	PEDIDO DE SUSPENSAO - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.201	PLATAFORMA LOGISTICA DO GUAMA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.202	POPULAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.203	POSSESSORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.204	POSSESSORIA FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.205	PRESCRICAO DA ACAO POPULAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.206	PROCESSO DE INDENIZACAO E DESOCUPACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.207	PRODUCAO DE PROVAS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.208	PROJETO DE LEI	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.209	PROJETO SALVE O VERDE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.210	PROTESTO JUDICIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	

610.211	RECONHECIMENTO DE DOMINIO - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.212	RECONVENCAO - FUNDIARIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.213	RECOMENDACAO MP PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.214	RECURSO ADMINISTRATIVO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.215	RECURSO ESPECIAL - FUNDIARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.216	REGISTRO DE IMOVEIS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.217	REGISTRO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.218	REINTEGRACAO DE POSSE	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.219	REIVINDICATORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.220	RELATÓRIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.221	REPETICAO DE INDEBITO - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.222	REPRESENTACAO CONTRA MAGISTRADO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.223	REPRESENTACAO CRIMINAL - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.224	REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO IMOBILIAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.225	RESCISORIA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.226	RESTAURACAO DE AUTOS	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.227	REUNIAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.228	SEQUESTRO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.229	SUSPENSAO DE LIMINAR	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.230	SUSPENSAO DA TUTELA ANTECIPADA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.231	SUSPENSAO DE SEGURANCA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.232	SUSPENSAO DE SEGURANCA - PAM	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.233	SUSPENSAO DOS EFEITOS DAS LIMINARES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.234	SUSPENSAO DOS EFEITOS DAS LIMINARES	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.235	TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.236	TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA FUNDIARIO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.237	TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA/TAC	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.238	TITULO FALSO/ ARRECADACAO	Até o trânsito em julgado	5 anos	X	
610.239	USUCAPIAO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.240	USUCAPIAO DE IMOVEL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.241	USUCAPIAO DE IMOVEL URBANO	Até o trânsito em julgado	40 anos		X
610.242	USUCAPIAO RURAL	Até o trânsito em julgado	40 anos		X

LEGENDAS:

*Após transito em julgado

** conforme a tabela do Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br/>)

OBSERVAÇÃO:

As ações que independente de sua nomenclatura tenham por objeto: posse, propriedade, espaços territorialmente protegidos e/ou direitos coletivos e das minorias terão guarda permanente

A digitalização dos processos será de capa a capa. Fica excluída da necessidade de guarda, desde já, cópias de documentação inclusive aqueles que passam ser obtidos externamente

As nomenclaturas das tipologias documentais foram utilizadas tal como lançadas no Sistema de Controle de Processos da PGE/PA

Quando prazo superior ao estabelecido originalmente nesta tabela for atribuído pelo Exmo. Senhor Procurador do Estado a um documento em decorrência da Legislação de Acesso à Informação, prevalecerá o de prazo superior para guarda

O arquivo permanente será transferido ao Arquivo Público do Estado do Pará

Os processos e documentos classificados como sigilosos nos graus ultrassecreto e secreto terão guarda permanente - Lei Federal Nº 8.159/1991 e Decreto Estadual Nº 1.359/2015

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 2017/383578
CONTRATO Nº 150/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO n.º 010/2017
OBJETO: Fornecimento De Hemocomponentes E Hemoderivados Pela Contratadas.
Data de Assinatura:12.12.2017
Vigência: 12.12.2017 A 12.12.2022
Projeto Atividade: 8242
Fonte/Recurso: 0261
Elemento de Despesa: 339039
VALOR ESTIMADO: R\$60.000,00
CONTRATADA:FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARA.
CNPJ N05.837.521/0001-11
Telefone (91) 3110-6500
Endereço TV.Padre Eutiúquio,nº 2109,bairro Batista Campos-BELEM/PA-CEP Nº 66033-000
Ordenador: ÍRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO: 2017/472015
CONTRATO Nº 148/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO n.º010/2017
OBJETO: Prestação de serviços na área de saúde.
Data de Assinatura:12.12.2017
Vigência: 12.12.2017 A 12.12.2018
Projeto Atividade: 8242
Fonte/Recurso: 0261
Elemento de Despesa: 339039
VALOR ESTIMADO: R\$60.000,00
CONTRATADA: NUCLEO DE FISIATRIA COMERCIAL LTDA-EPP
CNPJ N05.837.521/0001-11
Endereço: TV. Curuzu nº.2289, bairro Marco, município BELÉM/PA, CEP:66.630-505
Ordenador: ÍRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Protocolo: 260745

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2017
DATA 11/12/2017
PROCESSO: 2017/383578
VALOR ESTIMADO R\$60.000,00
Objeto: Fornecimento De Hemocomponentes E Hemoderivados Pela Contratada.
Fundamento Legal: ART. 24, Inciso VII, da Lei nº 8.666/93.
Data da Ratificação:11/12/2017
ORÇAMENTO: Projeto Atividade:8242-Fonte:0261-Natureza de Despesa:33.90.39
CONTRATADA: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARA-HEMOPA
CNPJ Nº:05.837.521/0001-11
ENDERÇO:TV.Padre Eutiúquio,nº 2109,bairro Batista Campos-BELEM/PA-CEP Nº 66033-000
Fone: (091) 3110-6500
Ordenador Responsável: IRIS AYRES DE AZAVEDO GAMA

Protocolo: 260743

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 272 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 112/2013, de 11/04/2013 publicada no DOE nº 32.376 de 15/04/2013.
CONSIDERANDO os termos do Despacho da DAFIN, de 05/12/2017, no Processo nº 2017/513865- PAE, de 29/11/2017;
RESOLVE:
I - DESIGNAR a servidora Camila Busarello, matrícula nº 55587635/2, ocupante do cargo de Procurador Autárquico, lotada na Procuradoria Jurídica, para responder pela Procuradoria Jurídica, no período de 18/12/2017 a 16/01/2018.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 06 de dezembro de 2017.
Eudézia Martins D'Angelo
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 260644

CONTRATO

contrato administrativo nº 030/2017

Pregão Eletrônico Nº 011/2017
Processo Nº 2017/196144
Objeto: Renovação de licença de uso FORTINET.
Empresa IT PROTECT REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA EIRELI - EPP, CNPJ 23.378.923/0001-87
Valor: R\$ 101.305,00 (CENTO E UM MIL TREZENTOS E CINCO REAIS).
Belém (PA), 12 de Dezembro de 2017.
André Arcanjo Seixas da Silva
Gerente de Administração e Serviços

Protocolo: 260696

contrato administrativo nº 028/2017

PREGÃO ELETRONICO Nº 37/2016 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA
PROCESSO Nº 2017/401769
Empresa: FUTURA DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME CNPJ/MF Nº 12.713.709/0001-13
OBJETO: Contratação dos Serviços de Infraestrutura de TI contemplando consultoria, projetos, instalação, configuração e apoio técnico em ambientes críticos de Data center com monitoramento remoto, suporte e administração de sistemas gerenciadores de banco de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação e instalação de ambiente computacional para sustentação de aplicações críticas, para atender à necessidade do IGEPREV.
Valor: R\$570.000,00
Belém (PA), 12 de Dezembro de 2017.
André Arcanjo Seixas da Silva
Gerente de Administração e Serviços

Protocolo: 260681

TERMO ADITIVO A CONTRATO

4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2013

PROCESSO Nº 2013/316028
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2013
Empresa: ATUARIAL CONSULTORIA E ACESSORIA EMPRESARIAL LTDA - EPP
OBJETO: Prorrogação do contrato pelo período de (doze) 12 meses a partir de 01/12/2017 com supressão de valor em -1,4200100% de acordo com o índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).
Valor: R\$59.759,52
Belém (PA), 12 de Dezembro de 2017.
André Arcanjo Seixas da Silva
Gerente de Administração e Serviços

Protocolo: 260688

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº. 287 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

O DIRETOR GERAL DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações, e
RESOLVE:
DESIGNAR a servidora ANDREA GUSMÃO BRITO, matrícula nº. 5888196, ocupante do cargo de Secretária de Coordenação, para responder pelo Núcleo de Programas de Valorização do Servidor - NPVS desta EGPA, durante o impedimento da titular ANDREA CORDEIRO CAVALERO, matrícula nº. 54182024, em virtude de concessão de Férias, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
RUY MARTINI SANTOS FILHO
Diretor Geral

Protocolo: 260718

PORTARIA Nº. 288 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

O DIRETOR GERAL DA ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ/EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações,
RESOLVE:
DESIGNAR o servidor FAUSO MENDES DE PAULA, matrícula nº. 54189550, ocupante do cargo de Secretário de Coordenação para responder pela Coordenação do Núcleo de Comunicação Social- NCS desta Autarquia, durante o impedimento da Titular, LIVIA MERENCIO DE ARAÚJO ALFAIA, matrícula nº 5908215 em virtude da concessão de férias, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
RUY MARTINI SANTOS FILHO
Diretor Geral

Protocolo: 260720

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

SUBSECRETÁRIA / DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 2770 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDER, 30 (Trinta) dias de férias regulamentares no mês Janeiro/2018 aos servidores deste órgão conforme discriminado abaixo:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO GOZO	PERÍODO
AQUISITIVO		SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOUREIRO DE ESTADO DA FAZENDA	
0201682	ADELIA MARIA DA SILVA MACEDO	11/08/2016 - 10/08/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
DIRETORIA DO TESOUREIRO ESTADUAL			
0002737	DENISE MARIA FERREIRA SOEIRO MOREIRA	13/08/2016 - 12/08/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
5723479	MARIA CONCEICAO ARAUJO FERNANDES	01/01/2017 - 31/12/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
DIRETORIA DE GESTAO CONTABIL E FISCAL			
5717597	DANIELA CRISTINA ARAUJO NOGUEIRA	01/12/2016 - 30/11/2017	03/01/2018 - 01/02/2018
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS			
0512812	CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ	06/08/2016 - 05/08/2017	15/01/2018 - 13/02/2018
JULGADORIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA			
5418089	MARLY SOARES BEZERRA	24/07/2016 - 23/07/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0591496	ELTER PAULO FERREIRA	- 28/07/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0557038	JOSE FERNANDO DOS S VASCONCELLOS	26/11/2016 - 25/11/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
ESCOLA FAZENDÁRIA			
0005001	RUYCARLOS GOMES CHAGAS	02/01/2015 - 01/01/2016	02/01/2018 - 31/01/2018
CORREGEDORIA FAZENDÁRIA			
0541246	GLORIA MARIA RODRIGUES DIAS	01/10/2016 - 30/09/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0557016	ADMILSON DA SILVA ELLERES	26/11/2016 - 25/11/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO			
0005055	ROSENEY FERRAZ		04/01/2017
- 03/01/2018		05/01/2018 - 03/02/2018	
0005080	NILDA SANTOS BAPTISTA	- 02/12/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0591472	ALESSANDRO ALEXANDRIA LOJA	29/07/2016 - 28/07/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E INFORMAÇÕES FAZENDÁRIAS			
0591494	DAVID RAPHAEL MATEUS DE A. GONÇALVES	29/07/2016 - 28/07/2017	29/01/2018 - 27/02/2018
0513238	WALMIRO GONCALVES COSTA	11/05/2016 - 10/05/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO			
0506274	IONE DO SOCORRO G. SILVA DA SILVA	01/10/2016 - 30/09/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0512839	ROSILDA MEDEIROS BORGES	01/10/2016 - 30/09/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
0505266	ROSEANY BRAGA LAMEGO	01/08/2016 - 31/07/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0002840	ROBERTO SOUZA DE MENDONCA	10/12/2016 - 09/12/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0324611	HERMINIO AFONSO MARQUES SILVA	01/12/2016 - 30/11/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0321788	CARLOS JOSE DE SOUZA MONTEIRO	20/01/2016 - 19/01/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0325300	MARIA DE FATIMA MENDES BRIGIDO	04/10/2016 - 03/10/2017	15/01/2018 - 13/02/2018
COORDENAÇÃO EXEC. REG.DE ADM. TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE BELÉM			
0555286	JOAO GUILHERME MELO C DE MACEDO	01/10/2016 - 30/09/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0521541	WALDIR FARIAS DE OLIVEIRA	01/10/2016 - 30/09/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0510607	CRISTIANNE MARIA BOTELHO RENDEIRO	06/11/2016 - 05/11/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0315872	IVALDO LUIS GOMES TEIXEIRA	13/06/2016 - 12/06/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0324626	MARIA DO SOCORRO LOPES B E SILVA	01/02/2016 - 31/01/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
0591478	RICARDO HENRIQUE CORREA ATANASIO	29/07/2016 - 28/07/2017	02/01/2018 - 31/01/2018
COORDENAÇÃO EXEC. REG.DE ADM. TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE CASTANHAL			

que foram lavrados os AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL - AINF's, abaixo relacionados, originários da Ação Fiscal de Rotina ou Pontual nº 012016820001233-7:

AINF Nº 01.2017.51.0001144-7

AINF Nº 01.2017.51.0001145-5

AINF Nº 01.2017.51.0001146-3

AINF Nº 01.2017.51.0001147-1

RAZÃO SOCIAL: ARAUJO & AZEVEDO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

INSC. EST. Nº. 15.538.721-9

AFRE Responsável: RICARDO HENRIQUE CORREA ATANASIO

O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação é de 30 (trinta) dias, contados a partir do 15º dia da publicação desta Notificação, de acordo com o que estabelece a Lei n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007, Art. 14, § 3º, o que poderá ser feito nesta Coordenação, localizada na Av. Gentil Bittencourt nº 2566, entre Av. José Bonifácio e Trav. Castelo Branco - São Braz, no horário de 08:00 as 14:00hs, findo o qual sujeitar-se-á a cobrança executiva do crédito tributário.

Moacyr Dinelly de Souza Navarro

Coordenador Fazendário - CERAT - Belém

Protocolo: 260896

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Abaetetuba - PA, 07 de Dezembro de 2017

O Ilmo. Sr. CLÁUDIO BERNARDO DA SILVA, CORDENADOR FAZENDÁRIO DE ABAETETUBA, desta Secretaria Executiva da Fazenda, FAZ SABER ao titular ou representante legal da firma abaixo relacionada a abertura de ORDEM DE SERVIÇO com NOTIFICAÇÃO FISCAL de Nº 002017480000944-3, ficando a mesma NOTIFICADA na forma do disposto pelo art. 14, inciso III, da Lei nº 6.182, de 30.12.98, a APRESENTAR os documentos abaixo relacionados no prazo de 15(quinze) dias, a contar da data de publicação deste Edital, na sede da CERAT, situada à Avenida Pedro Rodrigues, nº 140, Centro - Abaetetuba- PA, ressaltando que o não atendimento no prazo estabelecido ensejará a adoção de medidas cabíveis em defesa do Erário Estadual.

DOCUMENTOS

- BALANÇO PATRIMONIAL;

-COMPROVANTE DE ENTREGA-DIEF;

-COMPROVANTE DE ENTREGA DE EFD;

-CUPOM FISCAL- LEITURA X EMITIDO APÓS REDUÇÃO Z;

-DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO;

-LEITURA DE MEMÓRIA FISCAL;

-LIVRO DE MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS;

- LIVRO DE REGISTRO DE APURAÇÃO DE ICMS;

- LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADAS;

- LIVRO DE REGISTRO DE INVENTÁRIO;

- LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDAS;

- LIVRO DE REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE TERMOS DE OCORRÊNCIAS;

Thiago Bruno da Silva Celestino

Auditor Fiscal de Receitas Estaduais

Matrícula: 05.915.216-01

RAZÃO SOCIAL: R. GONÇALVES NETO JUNIOR § CIA LTDA.

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.335.579-4

PERÍODO: 01/2012 A 12/2016

ENDEREÇO: R PC SETE DE SETEMBRO, S/N, CAIS, CENTRO,

CEP: 68430000, IGARAPÉ-MIRI/PA

CLÁUDIO BERNARDO DA SILVA

Coordenador - CERAT - Abaetetuba/PA

Protocolo: 260814

- CERAT Santarém - Julgamento - Julgadoria -

A Ilma. Sra. NADMA MARIA DOS SANTOS BRAGA, Coordenadora Fazendária de Santarém, desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER ao(s) titular(es) ou representante(s) legal(is) do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s) que fica(m) o(s) sujeito(s) passivo(s) em epígrafe, pelo presente instrumento INTIMADO(S) da decisão de julgamento, nos termos dos artigos 13 e 14, inciso III, da Lei nº 6182/98.

Josias da Conceição Moita

Auditor Fiscal de Receitas Estaduais

RAZÃO SOCIAL : DIAS FILHO & ALMEIDA LTDA EPP

INSCRIÇÃO ESTADUAL : 15.290.271-6

ORDEM DE SERVIÇO : 042015820000918-6

A.I.N.F. Nº : 042015510008252-9

NADMA MARIA DOS SANTOS BRAGA

Coordenadora - CERAT Santarém

- CERAT Santarém - AINFs de Trânsito

O Ilma. Sra. NADMA MARIA DOS SANTOS BRAGA, Coordenadora Fazendária de Santarém, desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER aos titulares ou representantes legais das contribuintes abaixo relacionadas que foram lavrados os respectivos AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL, ficando eles NOTIFICADOS, na forma do disposto pelo art. 14, Inciso III, da Lei nº 6.182, de 30.12.98, a PAGAREM ou APRESENTAREM Impugnação, no prazo de 30 dias, a contar de 15 dias após a data de publicação deste Edital, na sede da CERAT, situada à Avenida Mendonça Furtado, Nº 2.797, bairro de Fátima, Santarém/PA, ressaltando que o não atendimento, no prazo estabelecido, ensejará a adoção de medidas cabíveis em defesa do Erário Estadual.

Jaques Lopes da Cunha

Fiscal de Receitas Estaduais

RAZÃO SOCIAL : R N F DA COSTA E CIA LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL : 15.554.230-3

A.I.N.F. Nº : 382017510000929-2

NADMA MARIA DOS SANTOS BRAGA

Coordenadora - CERAT Santarém

Protocolo: 260925

OUTRAS MATÉRIAS

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF SEGUNDA CÂMARA

Acórdão n. 5899 - 2ª cpj - RECURSO N. 12982 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092015510001322-3). CONSELHEIRO RELATOR: ELTER PAULO FERREIRA. EMENTA: ITCD. DOAÇÃO. 1. Incide ITCD sobre transmissão gratuita de cotas societárias. 2. É ônus da impugnante comprovar erro sobre fatos que outrora declarara, após o início da ação fiscal. 3. Deixar de recolher o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCD, no prazo fixado pela legislação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/11/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 23/11/2017.

Protocolo: 260832

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº: 01

DATA DE ASSINATURA: 05.12.2017

VALOR: R\$-540.443,54 (Quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 10.12.17 a 09.12.22

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Outros

JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo e alteração da qualificação do locador

CONTRATO Nº: 141

EXERCÍCIO: 2012

CONTRATADO: V F R PARTICIPATION EIRELI - ME

ENDEREÇO: Trav. Mauriti Nº 289 Sala 01 - Bairro: Telégrafo

CEP: 66083-000 Belém/PA

TELEFONE: 91 99130-1090

ORDENADOR: Augusto Sérgio Amorim Costa

Protocolo: 260751

RESULTADO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2017

RESULTADO FINAL DE RECURSO E HOMOLOGAÇÃO SUPERIOR O BANPARÁ S/A, por seu Pregoeiro e Homologação Superior, julgou ABSOLUTAMENTE IMPROCEDENTES os recursos interpostos pelas empresas CTIS TECNOLOGIA S.A E FOTON INFORMATICA S.A., MANTENDO a decisão anterior de CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO da empresa VIBE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO LTDA.

Gabriel Silva

Pregoeiro

Protocolo: 261150

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 420, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 0045/2015-SEPLAN, de 28 de janeiro de 2015,

Considerando o disposto no artigo 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

Considerando ainda, os termos do Processo nº 2017/510163, de 27/11/2017,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora SANDRA LÚCIA JIMENES DE OLIVEIRA, matrícula nº. 3202720/1, ocupante do cargo de Assistente Social, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 15/12/2017 a 13/01/2018, correspondente ao triênio 2002/2005 (1ª etapa). Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 12 de dezembro de 2017.

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 421, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 0045/2015-SEPLAN, de 28 de janeiro de 2015,

Considerando o disposto no artigo 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

Considerando ainda, os termos do Processo nº 2017/247888, de 08/06/2017,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora CENEM PALMEIRA DA COSTA, matrícula nº. 27774/1, ocupante do cargo de Técnico D, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 18/12/2017 a 16/01/2018, correspondente ao triênio 2007/2010 (1ª etapa). Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 12 de dezembro de 2017.

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 261191

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 419, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 0045/2015-GS de 28/01/2015, publicada no DOE nº. 32.820 de 02/02/2015 e, Considerando o que dispõe o art. 83 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico nº 35072, de 07 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

FORMALIZAR 60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora FÁTIMA DE NAZARE PARAENSE DO ESPÍRITO SANTO, matrícula nº 26786/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Coordenadoria de Recursos Humanos/CRH, no período de 07/11/2017 a 05/01/2018. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 12 de dezembro de 2017.

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 261179

PORTARIA Nº 170, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - DIOR

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º, do(s) Decreto(s) nºs 1673 e 1674, ambos de 2 de janeiro de 2017, que aprovam a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 1º quadrimestre do exercício de 2017.

RESOLVE:

I - Reduzir no montante de R\$ 224.160,87 (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Cento e Sessenta Reais e Oitenta e Sete Centavos), a quota do primeiro quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,

JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

Secretário de Estado de Planejamento

ANEXO A PORTARIA Nº 170, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2017				
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
SUBORDINADOS AO GOVERNO DO ESTADO						
Enc. PGE						
Inversões Financeiras		3.073,62	70.833,25	70.833,25	70.833,25	215.573,37
Desapropriação						
	0101	3.073,62	70.833,25	70.833,25	70.833,25	215.573,37
PGE						
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	0,00	8.587,50	0,00	8.587,50
Folha de Pessoal						
	0301	0,00	0,00	8.587,50	0,00	8.587,50

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2017				
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
GOVERNANÇA PARA RESULTADOS		3.073,62	70.833,25	70.833,25	70.833,25	215.573,37
Enc. PGE						
	0101	3.073,62	70.833,25	70.833,25	70.833,25	215.573,37
MANUTENÇÃO DA GESTÃO		0,00	0,00	8.587,50	0,00	8.587,50
PGE						
	0301	0,00	0,00	8.587,50	0,00	8.587,50

FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2017				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
0101 - RECURSOS ORDINARIOS	3.073,62	70.833,25	70.833,25	70.833,25	215.573,37
0301 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	8.587,50	0,00	8.587,50
TOTAL	3.073,62	70.833,25	79.420,75	70.833,25	224.160,87

PORTARIA Nº 171, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - DIOR

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º, do(s) Decreto(s) nº 1749, de 2 de maio de 2017, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 2º quadrimestre do exercício de 2017.

RESOLVE:

I - Reduzir no montante de R\$ 283.333,00 (Duzentos e Oitenta e Três Mil, Trezentos e Trinta e Três Reais), a quota do segundo quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,

JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

Secretário de Estado de Planejamento

ANEXO A PORTARIA Nº 171, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2017				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
SUBORDINADOS AO GOVERNO DO ESTADO						
Enc. PGE						
Inversões Financeiras		73.333,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	283.333,00
Desapropriação						
	0101	73.333,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	283.333,00

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2017				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
GOVERNANÇA PARA RESULTADOS		73.333,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	283.333,00
Enc. PGE						
	0101	73.333,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	283.333,00

FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2017				
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
0101 - RECURSOS ORDINARIOS	73.333,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	283.333,00
TOTAL	73.333,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	283.333,00

PORTARIA Nº 172, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - DIOR

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 4º, do(s) Decreto(s) nºs 1832 e 1833, ambos de 1 de setembro de 2017, que aprovam a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o terceiro quadrimestre do exercício de 2017.

RESOLVE:

I - Alterar o montante aprovado na Programação Orçamentária e no Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do terceiro quadrimestre do exercício de 2017, de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,

JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

Secretário de Estado de Planejamento

ANEXO A PORTARIA Nº 172, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2017				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE						
NGTM						
Investimentos		0,00	0,00	0,00	27.205.059,20	27.205.059,20
Obras e Instalações						
	0106	0,00	0,00	0,00	6.408.080,19	6.408.080,19
	0130	0,00	0,00	0,00	20.796.979,01	20.796.979,01
SEDOP						
Investimentos		0,00	0,00	0,00	8.715.134,98	8.715.134,98
Obras e Instalações						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FASEPA						
	0101	0,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FEAS						
	0107	0,00	0,00	0,00	4.283.351,23	4.283.351,23
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						

	0103	0,00	0,00	0,00	3.344.289,52	3.344.289,52
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SEDUC						
	0102	0,00	0,00	0,00	389.017,30	389.017,30
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SETUR						
	0101	0,00	0,00	0,00	548.476,93	548.476,93
POLÍTICA SOCIAL						
FASEPA						
		0,00	0,00	0,00	288.800,00	288.800,00
Outras Despesas Correntes						
		0,00	0,00	0,00	288.800,00	288.800,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	288.800,00	288.800,00
FHCGV						
		0,00	0,00	0,00	2.214.374,00	2.214.374,00
Outras Despesas Correntes						
		0,00	0,00	0,00	2.214.374,00	2.214.374,00
Despesas Ordinárias						
	0269	0,00	0,00	0,00	2.214.374,00	2.214.374,00
SUBORDINADOS AO GOVERNO DO ESTADO						
Enc. PGE						
		0,00	0,00	0,00	498.906,37	498.906,37
Investimentos						
		0,00	0,00	0,00	498.906,37	498.906,37
Desapropriação						
	0101	0,00	0,00	0,00	498.906,37	498.906,37
PGE						
		0,00	0,00	0,00	8.587,50	8.587,50
Outras Despesas Correntes						
		0,00	0,00	0,00	8.587,50	8.587,50
Despesas Ordinárias						
	0301	0,00	0,00	0,00	8.587,50	8.587,50

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2017				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS		0,00	0,00	0,00	4.433.351,23	4.433.351,23
SEDOP						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FASEPA						
	0101	0,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FEAS						
	0107	0,00	0,00	0,00	4.283.351,23	4.283.351,23
EDUCAÇÃO BÁSICA						
		0,00	0,00	0,00	389.017,30	389.017,30
SEDOP						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SEDUC						
	0102	0,00	0,00	0,00	389.017,30	389.017,30
GOVERNANÇA PARA RESULTADOS						
		0,00	0,00	0,00	498.906,37	498.906,37
Enc. PGE						
	0101	0,00	0,00	0,00	498.906,37	498.906,37
MANUTENÇÃO DA GESTÃO						
		0,00	0,00	0,00	297.387,50	297.387,50
FASEPA						
	0101	0,00	0,00	0,00	288.800,00	288.800,00
PGE						
	0301	0,00	0,00	0,00	8.587,50	8.587,50
MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO						
		0,00	0,00	0,00	27.205.059,20	27.205.059,20
NGTM						
	0106	0,00	0,00	0,00	6.408.080,19	6.408.080,19
	0130	0,00	0,00	0,00	20.796.979,01	20.796.979,01
SAÚDE						
		0,00	0,00	0,00	5.558.663,52	5.558.663,52
FHCGV						
	0269	0,00	0,00	0,00	2.214.374,00	2.214.374,00
SEDOP						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	0103	0,00	0,00	0,00	3.344.289,52	3.344.289,52
TURISMO						
		0,00	0,00	0,00	548.476,93	548.476,93
SEDOP						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SETUR						
	0101	0,00	0,00	0,00	548.476,93	548.476,93

FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2017				
	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0101 - RECURSOS ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	1.486.183,30	1.486.183,30
0102 - EDUCAÇÃO - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	389.017,30	389.017,30
0103 - FES - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	3.344.289,52	3.344.289,52
0106 - RECUR.PROV.DE TRANSF.CONVENIOS E OUTROS.	0,00	0,00	0,00	6.408.080,19	6.408.080,19
0107 - Recursos do Tesouro Vinculado ao Fundo Estadual de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	4.283.351,23	4.283.351,23
0130 - OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	20.796.979,01	20.796.979,01
0269 - SUS / Servicos Produzidos	0,00	0,00	0,00	2.214.374,00	2.214.374,00
0301 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	8.587,50	8.587,50
TOTAL	0,00	0,00	0,00	38.930.862,05	38.930.862,05

PORTARIA Nº 173, DE 12/12/2017 - DIOR

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, usando de suas atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 16 da Lei nº 8.458, de 28 de dezembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2017. RESOLVE:

I - Alterar a Modalidade de Aplicação e o(s) elemento(s) de despesa no valor de R\$ 147.555,64 (Cento e Quarenta e Sete Mil, Quinhentos e Cinquenta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme o(s) inciso(s) I e II do art. 16 da LOA 2017, da forma abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
211010612212978338 - SEGUP	0101	339139	10.770,00
211010612614248238 - SEGUP	0101	339139	10.000,00
291012612212978338 - SETRAN	0101	339039	11.442,64
401010612212978338 - Polícia Civil	0101	339039	60.944,00
401010612614248238 - Polícia Civil	0101	339139	19.399,00
712011012212978338 - HOL	0269	339139	35.000,00
		TOTAL	147.555,64

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a Modalidade de Aplicação da(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) mesma(s) atividade(s) e projeto(s), da forma abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
211010612212978338 - SEGUP	0101	339030	10.770,00
211010612614248238 - SEGUP	0101	339039	10.000,00
291012612212978338 - SETRAN	0101	339139	11.442,64
401010612212978338 - Polícia Civil	0101	339139	60.944,00
401010612614248238 - Polícia Civil	0101	339039	19.399,00
712011012212978338 - HOL	0269	339039	35.000,00
		TOTAL	147.555,64

III - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
 JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES
 Secretário de Estado de Planejamento

Protocolo: 261207

RETIFICAÇÃO Nº 008/2017

Retificação do Ato Legal, conforme abaixo discriminado:

Decreto nº 1931, de 05/12/2017, Publicado no D.O.E nº 33.514, de 11/12/2017.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social...

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
901011033114248239 - FES	0103	339005	3.500,00

LEIA-SE:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social...

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
901011012212978339 - FES	0103	339005	3.500,00

Protocolo: 261208

MATRÍCULA / NOME / CPF
/ CLARA MARIA BEMERGUY / 062.104.732-53
OBJETIVO: COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DE REUNIÕES:
SENDO QUE NO DIA 06. 12 -VOTAÇÃO DOS PROJETOS QUE
TIVEREM SEUS RECURSOS DEFERIDOS - COMISSÃO RECURSAL
E DIA 07 E 08 DE DEZEMBRO - 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA , NO
MUNICÍPIO DE ALTAMIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA
PORTARIA Nº 7639 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 472,50
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ABAETETUBA
PERÍODO: DE 12/12/2017 A 15/12/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
54195626 / ANA MARIA CORDEIRO XAVIER / 293.720.382-53
59178361 / DEIZE QUEIROZ MUNIZ / 730.527.012-15
OBJETIVO: REALIZAR VISITAS TÉCNICAS DO PROGRAMA
CHEQUE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7640 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 3 diárias e meia VALOR: R\$ 472,50
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ABAETETUBA
PERÍODO: DE 12/12/2017 A 15/12/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
57193414/1 / FRANCISCO PAULO SERRÃO MOURÃO /
096.825.382-20
OBJETIVO: CONDUZIR AS TÉCNICAS QUE IRÃO REALIZAR
VISITAS TÉCNICAS DO PROGRAMA CHEQUE MORADIA NO
MUNICÍPIO DE ABAETETUBA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7641 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 877,50
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA
PERÍODO: DE 10/12/2017 A 16/12/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ MARLENE CRUZ DE ALBUQUERQUE / 236.099.402-63
OBJETIVO: REALIZAR SUPERVISÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÃO - SISPNCD E LOCALIDADE, NO MUNICÍPIO
DEALTAMIRA PARA OS MUNICÍPIOS DO 10º CRS.
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7642 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 877,50
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA
PERÍODO: DE 10/12/2017 A 16/12/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
5161371-1 / JOSE NILO CABRAL MAIA / 223.997.202-53
OBJETIVO: CONDUZIR A TÉCNICA QUE IRÁ REALIZAR
SUPERVISÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO - SISPNCD
E LOCALIDADE, NO MUNICÍPIO DEALTAMIRA PARA OS
MUNICÍPIOS DO 10º CRS.
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7643 de 31 de Outubro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 67,50
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 31/10/2017 A 31/10/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
32173612 / TEREZINHA DE JESUS MORAES CORDEIRO /
167.947.022-15
OBJETIVO: PARTICIPAR DE DISCUSSÃO PARA CONSTRUÇÃO DA
PARTE TEÓRICA DO PLANO DIRETOR DA REDE HOSPITALAR DO
ESTADO, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7644 de 31 de Outubro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: meia diária VALOR: R\$ 67,50
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA
PERÍODO: DE 31/10/2017 A 31/10/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
5214440-010 / MARIO AUGUSTO MARQUES DA SILVA /
076.427.842-87
OBJETIVO: CONDUZIR ASSESSORA DE GABINETE PARA
PARTICIPAR DE DISCUSSÃO PARA CONSTRUÇÃO DA PARTE
TEÓRICA DO PLANO DIRETOR DA REDE HOSPITALAR DO
ESTADO, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7645 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BAIÃO
PERÍODO: DE 04/12/2017 A 08/12/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
57191605 / BRENA SUELEN GAMA / 877.256.902-63
5187745-014 / JÚLIA RACHEL ALVES RODRIGUES MONTEIRO /
181.086.362-72
OBJETIVO: REALIZAR BUSCA ATIVA DE ÓBITOS NO MUNICÍPIO
DE BAIÃO
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7646 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: BAIÃO
PERÍODO: DE 04/12/2017 A 08/12/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
572076911 / JOCINALDO PEREIRA DA CRUZ / 427.707.342-53
OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNICAS QUE IRÃO REALIZAR BUSCA
ATIVA DE ÓBITOS NO MUNICÍPIO DE BAIÃO
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7647 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.296,00
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: TOCANTINS
PERÍODO: DE 13/11/2017 A 17/11/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
54185846/2 / MARCOS OLIVEIRA SILVA / 694.991.952-20
OBJETIVO: PARTICIPAR DO ENCONTRO DE MOBILIZAÇÃO PARA
A CRIAÇÃO DE UMA REDE COLABORATIVA ENTRE ESTADOS
E MUNICÍPIOS QUE ESTÃO DESENVOLVENDO SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS QUE FACILITEM O ACESSO A PUBLICAÇÃO
DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE PALMAS -
TOCANTINS.
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7648 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA
PERÍODO: DE 27/11/2017 A 01/12/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
0116122-010 / GILSON OLIVEIRA REIS / 243.516.792-04
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO
DO GMM (GERENCIAMENTO DE META MUNICIPAIS), PARA
OS DIRETORES E TÉCNICOS DO 10º CRS NO MUNICÍPIO
DE ALTAMIRA. CONDUZIDO PELO MOTORISTA SINDERLEY
CARDOSO DA SERRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7649 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: ALTAMIRA
PERÍODO: DE 27/11/2017 A 01/12/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
/ ALCIANA BARRETO DE ARAÚJO / 297.084.272-68
OBJETIVO: MINISTRAR OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO
GMM (GERENCIAMENTO DE META MUNICIPAIS), PARA OS
DIRETORES E TÉCNICOS DO 10º CRS NO MUNICÍPIO DE
ALTAMIRA. CONDUZIDA PELO MOTORISTA SINDERLEY CARDOSO
DA SERRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 7650 de 07 de Novembro de 2017
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS
ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
PERÍODO: DE 20/11/2017 A 24/11/2017
MATRÍCULA / NOME / CPF
541947761 / ETIANE DE SOUZA FERREIRA / 670.355.232-00
OBJETIVO: REALIZAR ENTREGA DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS
PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL,
NA OPORTUNIDADE REALIZAR RECEBIMENTO JUNTO AO
RESPONSÁVEL DO SETOR DE PATRIMÔNIO DO REFERIDO
HOSPITAL, CONFORME CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO E
RECEBIMENTO DE ACORDO COM OS TERMOS DE TRANSFERÊNCIA
EMITIDOS POR ESTA DIPAT, MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO
ARAGUAIA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE
DE ALMEIDA

Protocolo: 261142

FÉRIAS

PORTARIA N.º 1896 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017
A DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO
NA SAÚDE/DGTES, usando de suas atribuições que lhe foram
conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a servidora
ZENORY DE FATIMA PORTOLAN SILVA, Id. Funcional nº 5088453
/ 1, ocupante do cargo de AGENTE DE SAÚDE, lotada na Unidade
Mista - Tucumã, no período de 01 de Dezembro de 2017 a 30
de Dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 03 de
Julho de 2016 a 02 de Julho de 2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO
NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em
12.12.2017.
Simone Gabbay do Nascimento
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde- Em
exercício

Protocolo: 260935

OUTRAS MATÉRIAS

5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 025/12
DATA DE ASSINATURA: 13/12/2017
VIGÊNCIA: 13/12/2017 a 12/12/2018
JUSTIFICATIVA: Decorre da permissibilidade prevista na Cláusula
Sexta do Termo de Cooperação em referência.
OBJETO: Prorrogação de vigência por 12 (doze) meses.
PARTICIPES:
Beneficiário ente Público: Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEOP
Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA
Ordenador: Vitor Manuel Jesus Mateus

Protocolo: 261004

ESCOLA TÉCNICA DO SUS

ERRATA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Sistema Único de Saúde
Secretaria de Estado de Saúde Pública
Escola Técnica do SUS do Pará – “Dr. Manuel Ayres”
ERRATA DE PORTARIA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 297/2017, CÓDIGO Nº
255364, EM 30/11/2017.
Onde se lê: Vigência 20/11/2017 a 20/12/2017
Leia-se: Vigência 20/11/2017 a 19/12/2017
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
RAIMUNDO NONATO BITENCOURT DE SENA
DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS-ETSUS/PA

Protocolo: 260791

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Sistema Único de Saúde
Secretaria de Estado de Saúde Pública
Escola Técnica do SUS do Pará – “Dr. Manuel Ayres”
ERRATA DE PORTARIA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 303/2017, CÓDIGO Nº
255287, EM 30/11/2017.
Onde se lê: Vigência 20/11/2017 a 20/12/2017
Leia-se: Vigência 20/11/2017 a 19/12/2017
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
RAIMUNDO NONATO BITENCOURT DE SENA
DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS-ETSUS/PA

Protocolo: 260796

CONTRATO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Sistema Único de Saúde
Secretaria de Estado de Saúde Pública
Escola Técnica do SUS do Pará – “Dr. Manuel Ayres”
Contrato nº: 315
Exercício: 2017
Objetivo: Prestação de serviços docentes no Curso de Qualificação
para Agente de Comunitário de Saúde – Módulo V, no município
de Jacundá, no período de 11 a 15/12/2017. Totalizando 40
horas-aula.
Valor Total: 2.400,00
Data da Assinatura: 01/12/2017
Vigência: 01/12/2017 a 31/12/2017
Credenciamento: 006/2015
Orçamento: NE
nº 00811/2017
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do
Recurso Origem do Recurso
10128142783070000 33903600 0349002772
Federal
Contratado: Socorro Helena Lima dos Santos - CPF. Nº
152.772.242-20
Endereço: Rua da Paz, nº 11 A – Bairro: Colegial – Goianésia
do Pará - PA
CEP: 68.639-00
Ordenador: RAIMUNDO NONATO BITENCOURT DE SENA

Protocolo: 260882

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Sistema Único de Saúde
Secretaria de Estado de Saúde Pública
Escola Técnica do SUS do Pará – “Dr. Manuel Ayres”
Contrato nº: 327
Exercício: 2017
Objetivo: Prestação de serviços docentes no Curso de Qualificação
para Agente Comunitário de Saúde – Módulo IV, no município de
Novo Progresso, no período de 11 a 15/12/2017. Totalizando 40
horas-aula.
Valor Total: 2.400,00
Data da Assinatura: 30/11/2017
Vigência: 30/11/2017 a 29/12/2017
Credenciamento: 011/2016
Orçamento: NE
nº 00817/2017
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do
Recurso Origem do Recurso
10128142783070000 33903600 0349002559
Federal
Contratado: Joana Andréia de Moraes Vieira - CPF. Nº
015.315.191-99

Endereço: Rua Santa Anastásia, nº 1948 – Bairro: Bela Vista – Novo Progresso - PA
CEP: 68.193-000
Ordenador: RAIMUNDO NONATO BITENCOURT DE SENA
Protocolo: 260778

LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 448 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017
CONCEDER a servidora KELSILENY MAGALI NASCIMENTO DE BRITO, Matrícula nº 54189259-2, ocupante do cargo de TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA, lotada no Laboratório Central – SESPA, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio no período de 15 de Dezembro de 2017 a 13 de Janeiro de 2018, referente ao triênio de 22 de Outubro de 2013 a 21 de Outubro de 2016.
Protocolo: 260985

DIÁRIA

PORTARIA Nº 449 DE 12/12/2017
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
Objetivo: REALIZAR COLETA DE ÁGUA NA COMUNIDADE IGARAPÉ DA PEDRA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE MOJUI DOS CAMPOS, SITUADO NA PA 445 RODOVIA MOJUI ÁGUA BRANCA, KM 22, EM ATENDIMENTO A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTARÉM, EM DECORRÊNCIA DE DENÚNCIA DE AGRAVO DE SAÚDE DE MORADORES LOCAIS.
Período da viagem: 13 A 15/12/2017
Quantidade: 02 e ½ (Duas e meia).
Origem: Belém – PA
Destino (s): Santarém – PA
Servidor: Rosane do Socorro Pompeu Lioioli / Mat. Nº 5875404-3 / Biólogo.
Ordenador: Sebastião Licínio Lira dos Santos.
Protocolo: 261163

PORTARIA Nº 450 DE 12/12/2017
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
Objetivo: REALIZAR COLETA DE ÁGUA NA COMUNIDADE IGARAPÉ DA PEDRA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE MOJUI DOS CAMPOS, SITUADO NA PA 445 RODOVIA MOJUI ÁGUA BRANCA, KM 22, EM ATENDIMENTO A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTARÉM, EM DECORRÊNCIA DE DENÚNCIA DE AGRAVO DE SAÚDE DE MORADORES LOCAIS.
Período da viagem: 13 A 15/12/2017
Quantidade: 02 e ½ (Duas e meia).
Origem: Belém – PA
Destino (s): Santarém – PA
Servidor: Raimundo Almir Nascimento Batista / Mat. Nº 83992-1 / Técnico de Laboratório
Ordenador: Sebastião Licínio Lira dos Santos.
Protocolo: 261167

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 1ª REGIONAL

ERRATA

ERRATA
FICA RETIFICADO NA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 31/2017 DO CONVITE Nº 05/2017 PROCESSO Nº/ANO: 2017/421487, PUBLICADO NO DOE Nº 33515 DE 12/12/2017.

ONDE SE LÊ:

Vigência: 11/12/2017 a 11/12/2018

LEIA-SE:

Vigência: 11/12/2017 a 11/02/2018
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA
ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA
DIRETORA DO 1ºCRS/SESPA
Protocolo: 260979

ERRATA
FICA RETIFICADO NA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 30/2017 DO CONVITE Nº 05/2017 PROCESSO Nº/ANO: 2017/421487, PUBLICADO NO DOE Nº 33515 DE 12/12/2017.

ONDE SE LÊ:

Vigência: 11/12/2017 a 11/12/2018

LEIA-SE:

Vigência: 11/12/2017 a 11/02/2018
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA
ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA
DIRETORA DO 1ºCRS/SESPA
Protocolo: 260978

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 3ª REGIONAL

DIÁRIA

Port. nº 975 e 976 de diárias de 12/12/17
Objetivo: Resolver assuntos referentes a Recursos Humanos no DGES/Sespa.
Servidores: Etevaldo José M. da Paixão diretor reg. Mat:51670002
Maria de Fátima S. do Espírito Santo ag. administ. mat:5099544-1
Vitor Jorge F. Pereira motorista mat:1086516
Origem: Castanhal/Belém Período: 15/12/17
Ordenador: Etevaldo José M. da Paixão
Protocolo: 260693

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 4ª REGIONAL

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 036 / 12.12.2017 – CONCEDER
NOME: IZABEL CRISTINA PINHEIRO NETO
MATRÍCULA: 55146569/1
CARGO: TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL
LOTAÇÃO: 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
TRIÊNIO: 02/07/2002 a 01/07/2005
PERÍODO CONCEDIDO: 01/02/2018 a 01/04/2018 (60 dias)
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PATRICIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA
Protocolo: 261164

DIÁRIA

PORTARIA Nº 769 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Participar como orientadores do 5º Fórum Perinatal da Região Rio Caetés.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Bragança/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Alessandra Benaia O da Silva	54196249/2	Psicóloga
Diná Ferreira da Costa	57174866-1	Enfermeira
Ester Nunes Peixoto Gonçalves	57191240-1	Enfermeira

Período: 13/12/2017 - Quantidade: 0,5(meia) diária
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva
Protocolo: 261155

PORTARIA Nº 741 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Dar suporte técnico na alimentação do programa SIOPS e orientar os técnicos municipais para realizar o preenchimento do Sistema da forma que o Ministério determina.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Primavera/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Dione dos Santos Gonçalves	5894997/1	Ag Administrativo
Janderli de Abreu Sobrinho	5908632/1	Ag. Administrativo
Marly Watanabe Ferreira da Silva	57233242/2	Ag. Administrativo

Período: 18 a 22/12/2017 - Quantidade: 4,5 (Quatro e meia) diárias
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva

PORTARIA Nº 742 DE 28 DE NOVEMBRO 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo com o servidor da 4ºCRS, que irão dar suporte técnico na alimentação do programa SIOPS e orientar os técnicos municipais para realizar o preenchimento do Sistema da forma que o Ministério determina.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Primavera/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Luiz Maria Alves Felipe Filho	57206795/1	Motorista

Período: 18 a 22/12/2017 - Quantidade: 4,5 (Quatro e meia) diárias
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva
Protocolo: 261068

PORTARIA Nº 734 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Realizar monitoramento, supervisão e fortalecimento da Gestão do programa VIGIAGUA nos sistemas de informação SISAGUA e GAL, em resposta ao nível central.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Augusto Corrêa, Cachoeira do Piriá, Viseu/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Itamar Lima da Silva	108804-1	Ag. De Portaria
Ataides Eduardo do Nascimento	0505081	Ag. De Saúde Pública

Período: 11 a 14/12/2017 - Quantidade: 3,5(Três e meia) diárias
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva

PORTARIA Nº 735 DE 27 DE NOVEMBRO 2017

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo com o servidor da 4ºCRS, que irão realizar monitoramento, supervisão e fortalecimento da Gestão do programa VIGIAGUA nos sistemas de informação SISAGUA e GAL, em resposta ao nível central.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Augusto Corrêa, Cachoeira do Piriá, Viseu/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Antônio Soares Menezes	0505329	Motorista

Período: 11 a 14/12/2017 - Quantidade: 3,5(Três e meia) diárias
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva
Protocolo: 261046

PORTARIA Nº 754 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Somar esforços para operacionalização das Ações de Controle de Foco de Raiva Animal, com vistas a manutenção da Saúde Humana.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Tracuateua/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Antônio Ismael Barros do Carmo	57206704/1	Ag. Controle de Endemias
Simone Silva do Nascimento	57206707/1	Ag. Controle de Endemias

Período: 15 a 20/01/2018 - Quantidade: 5,5 (Cinco e meia) diárias
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva
Protocolo: 261129

PORTARIA Nº 773 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Realizar levantamento nos municípios acerca da rede de Educação forma de nível técnico e superior, para o Plano Regional de Educação Permanente de Saúde e da composição CIES.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Bragança, Salinópolis e Ourém/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Almicélia Souza de Araújo	5472288-3	Assistente Social

Período: 22 a 24/01/2018 - Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva
Protocolo: 261184

PORTARIA Nº 774 DE 07 DE DEZEMBRO 2017

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo com o servidor da 4ºCRS, que irá Realizar levantamento nos municípios acerca da rede de Educação forma de nível técnico e superior, para o Plano Regional de Educação Permanente de Saúde e da composição CIES.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Bragança, Salinópolis e Ourém/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Orivaldo Ramos Silva	5159164-1	Motorista

Período: 22 a 24/01/2018 - Quantidade: 2,5(duas e meia) diárias
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva
Protocolo: 261184

PORTARIA Nº 770 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: A fim de atualizar o cadastro de servidores ativos do Ministério da Saúde e seus respectivos dependentes.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Bragança e Tracuateua/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Sebastião Alves Marinho	0498507	Ag. Administrativo
Gabriel do Nascimento Melo	5180694/1	Ag. De Portaria
Wercyleide Gomes Ramos	0501702	Aux. Administrativo

Período: 11 a 14/12/2017 - Quantidade: 3,5(três e meia) diárias
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva
Protocolo: 261165

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 7ª REGIONAL

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria: 259 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 45
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
JOSÉ MARIA DOS SANTOS – GUARDA DE ENDEMIAS-
Mat.0501019
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa
Valor
10305142783020000 0349001435 339033
240,00
Observação: A fim de cobrir despesas com transporte fluvial e terrestre no município de Muaná.
Ordenador: Raimundo Luis Santos da Silva
Protocolo: 260956

Portaria: 246 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 45
 Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
 MIGUEL SANTOS LOBATO RODRIGUES – GUARDA DE ENDEMIAS-
 Mat.0502499
 Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa
 Valor
 10305142783020000 0349001435 339033
 172,00
 Observação: A fim de cobrir despesas com transporte fluvial e
 terrestre para o município de Salvaterra.
 Ordenador: Raimundo Luis Santos da Silva

Protocolo: 260957

Portaria: 253 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 45
 Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
 MIGUEL PANTOJA DA COSTA – AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA -
 Mat. 0498655
 Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa
 Valor
 10305142783020000 0349001435 339033
 90,00
 Observação: A fim de cobrir despesas com transporte fluvial para
 o município de Cachoeira do Arari.
 Ordenador: Raimundo Luis Santos da Silva

Protocolo: 260953

DIÁRIA

PORTARIA Nº 252 de 29 de Novembro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: CACHOEIRA DO ARARI
 PERÍODO: DE 11/12/2017 A 15/12/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 0498655 / MIGUEL PANTOJA DA COSTA / 042.372.772-91
 OBJETIVO: SUPERVISÃO DAS AÇÕES OPERACIONAIS DO PECD
 (PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DA DENGUE), SISPNCD
 (SISTEMA DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA
 DENGUE), SINAN/DENGUE ONLINE E GAL EM CUMPRIMENTO A
 PROGRAMAÇÃO PREVISTA NO 3º QDQ/2017.
 DIRETOR REGIONAL: RAIMUNDO LUIS SANTOS DA SILVA

Protocolo: 260949

PORTARIA Nº 244 de 30 de Novembro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SALVATERRA
 PERÍODO: DE 11/12/2017 A 15/12/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 502499 / MIGUEL SANTOS LOBATO RODRIGUES / 252.674.692-
 20
 OBJETIVO: REALIZAR ATUALIZAÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DE
 LARVAS DE A. AEGYPTI E A. ALBOPICTUS EM MICROSCÓPIO.
 DIRETOR REGIONAL: RAIMUNDO LUIS SANTOS DA SILVA

Protocolo: 260946

PORTARIA Nº 245 de 30 de Novembro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SALVATERRA
 PERÍODO: DE 11/12/2017 A 15/12/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 500597 / JOÃO GUILHERME DUARTE PEREIRA / 291.710.242-04
 OBJETIVO: REALIZAR ATUALIZAÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DE
 LARVAS DE A.AEGYPTI E A. ALBOPICTUS EM MICROSCÓPIO.
 DIRETOR REGIONAL: RAIMUNDO LUIS SANTOS DA SILVA

Protocolo: 260947

PORTARIA Nº 260 de 05 de Dezembro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 12 diárias e meia VALOR: R\$
 1.687,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: MUANA
 PERÍODO: DE 11/12/2017 A 23/12/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 0501019 / JOSE MARIA DOS SANTOS / 081.308.502-06
 OBJETIVO: REALIZAR BUSCA ATIVA, DIAGNÓSTICO E
 TRATAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E MONTAGEM DOS MOSQUITEIROS
 IMPREGNADOS DE LONGA DURAÇÃO, NAS LOCALIDADES COM
 MAIOR ÍNDICE DE CASOS DE MALÁRIA EM 2017, BAIXO-MÉDIO
 E ALTO RIO ATUA, RECREIO DO ATUA, RIO PARITÁ-SITIO
 ADJACÊNCIAS EM CONFORMIDADE COM SIVEP-MALÁRIA.
 DIRETOR REGIONAL: RAIMUNDO LUIS SANTOS DA SILVA

Protocolo: 260951

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
 PÚBLICA - 10ª REGIONAL

PORTARIA

PORTARIA Nº 587 / 2017 de 01 de Dezembro de 2017

O Diretor do 10º. Centro Regional de Saúde da SECRETARIA DE
 ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições que
 lhe são conferidas pela PORTARIA Nº 538/2017 de 18.04.2017

publicado o Diário Oficial do Estado nº 33.357 de 19/04/2017.
 Resolve:

I - Tendo em vista a necessidade de manter em pleno
 funcionamento todas as atividades desenvolvidas na Coordenação
 da Divisão Técnica Regional
 II - Designar a servidora lotada na Divisão Técnica FRANCEMARY
 GOMES DA SILVA, (NUTRICIONISTA) Matrícula nº 5753082-1,
 para responder pela COORDENAÇÃO DA DIVISÃO TÉCNICA, no
 período de 01 à 30/12/2017 motivo de Férias da Coordenadora
 DA Divisão Suely Penha Barbosa.
 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
 Secretaria Executiva de Saúde Pública
 Lucas Evangelista Urel
 Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 261193

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 634, de 07 de Dezembro de 2017.

O Diretor do 10º Centro Regional de Saúde, no uso de suas
 atribuições legais e considerando as exigências no Art. 3º Inciso
 IV da lei Federal nº 10.520/2002, o disposto no art. 5º, inciso II
 da lei estadual nº 6.474/2002, do Decreto Federal nº 5.450/2005
 e do Decreto Estadual nº 2.069/2006.

RESOLVE:

I – Designar como Pregoeiro o servidor efetivo DILSON MARCOS
 PINTO DE SOUZA, Matrícula 5825555/2 para realização dos
 procedimentos licitatórios pelo prazo de 01 (um) ano.
 II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Altamira-PA, 07 de Dezembro de 2017.
 LUCAS EVANGELISTA UREL
 Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 260926

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 10º CRS/SESPA ALTAMIRA

CONTRATO: 03/2017-10º CRS/SESPA
 EXERCÍCIO: 2017
 OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, especializada na
 prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva,
 com fornecimento de peças, e na instalação de aparelhos de
 ar condicionado com fornecimento de material para atender
 por 12(doze) meses o 10º Centro Regional de Saúde/ SESPA/
 ALTAMIRA, conforme o Termo de Referência e Edital.
 DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017
 VIGÊNCIA: 12/12/2017 a 11/12/2018
 Pregão Eletrônico: 10/2016
 ORÇAMENTO:
 Programa: 908288, 908284, 908303, 908302, 908304, 908307,
 908309.
 Elemento de Despesa: 3390-39 e 3390-30
 Fonte de Recurso: 0103, 0149 e 0349.
 Origem: Estadual
 CONTRATADO: W. R. MARINHO COMERCIO E SERVICOS - ME,
 inscrita no CNPJ sob o nº 26.796.322/0001-82
 Endereço: TV. Irmãos Fernandes nº 1915, Uirapuru, Altamira-PA
 Telefone: (93) 3515 0323
 VALOR GLOBAL ESTIMATIVO: R\$ 27.439,70 (Vinte e Sete Mil
 Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Setenta Centavos)
 Ordenador:
 LUCAS EVANGELISTA UREL
 Ordenador de Despesa 10º CRS/SESPA

Protocolo: 260923

AVISO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2017
 10ºCRS/SESPA**

A Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará, por meio do
 10º Centro Regional de Saúde, por intermédio de seu Pregoeiro,
 comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico
 do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", conforme abaixo:
 OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de
 serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos
 automotores incluindo motocicletas e automóveis da frota do
 10º CRS, compreendendo os serviços de mecânica, elétrica,
 eletrônica, ar-condicionado, retífica de motor, com fornecimento
 de peças e acessórios originais dos fabricantes ou genuínas novas
 e de primeiro uso, baterias, óleo lubrificantes, fluidos veiculares,
 componentes e materiais recomendados pelo fabricante, troca
 de óleo e filtros, lanternagem e pintura parcial e geral com
 revitalização, serviços de capotaria, reparos de pneus furados e/
 ou rasgados, desempenho de rodas e colunas, colocação de
 películas protetoras, cambagem, cârter, lavagem e lubrificação,
 alinhamento e balanceamento e serviços de reboque (guincho),
 que deverão ser executados de forma contínua nos veículos
 automotores oficiais pertencentes a atual frota da SECRETARIA
 DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA / 10º CENTRO REGIONAL DE
 SAÚDE / SESPA
 DATA DA ABERTURA: 28/12/2017.
 HORÁRIO: 08H00 (Horário de Brasília).
 LOCAL: www.comprasnet.gov.br.
 UASG: 926024
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 908338; 908302; 908303 e 908304
 ELEMENTO DE DESPESA: 3390-33, 3390-39 e 3390-47.
 FONTE: 3390-30 e 3390-39

ENTREGA DO EDITAL: Os interessados poderão retirar o edital
 nos sítios: www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.
 pa.gov.br.
 OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com
 o Pregoeiro Responsável, através do email licitacao.10crs@
 sespa.pa.gov.br
 Altamira (PA), 12 de Dezembro de 2017.
 DILSON MARCOS PINTO DE SOUZA
 PREGOEIRO DO 10º CRS/SESPA

Protocolo: 261181

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

**ATO DE HOMOLOGAÇÃO
 PROCESSO 2016/361959 -
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2016**

O Diretor do 10º CRS/SESPA ALTAMIRA, no uso das atribuições
 legais que lhe são conferidas e considerando os termos
 do Processo Licitatório realizado na modalidade de Pregão
 Eletrônico, sob o n.º 10/2016/10º CRS/SESPA, tendo como
 objeto a contratação de pessoa jurídica, especializada na
 prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva,
 com fornecimento de peças, e na instalação de aparelhos de
 ar condicionado com fornecimento de material para atender
 por 12(doze) meses o 10º Centro Regional de Saúde/ SESPA/
 ALTAMIRA, conforme o Termo de Referência e Edital, ambos
 anexo aos autos do Processo nº 2016/361959.

EMPRESA VENCEDORA:
 Empresa: W. R. MARINHO COMERCIO E SERVICOS - ME, CNPJ:
 26.796.322/0001-82, por ter sido a vencedora pelo critério de
 menor preço por lote, do lote único correspondente ao total
 global de R\$ 27.439,70 (Vinte e Sete Mil Quatrocentos e Trinta e
 Nove Reais e Setenta Centavos);
 TOTAL ESTIMATIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
 10/2016/10ºCRS/SESPA: R\$ 27.439,70 (Vinte e Sete Mil
 Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Setenta Centavos).
 Altamira-PA, 08 de Dezembro de 2017.
 LUCAS EVANGELISTA UREL
 Ordenador de Despesa
 Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 260914

DIÁRIA

Portaria Coletiva

Objetivo: Participar como Palestrante da 9ª Conferencia Municipal
 de Saúde.
 Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
 Origem: Altamira
 Destino (s): Senador José Porfírio
 Servidor: 57234881 / HELANE CONCEIÇÃO DAMASCENO
 (Enfermeira) / 3,5 diárias (completa) de 13/12/2017 a
 16/12/2017
 Servidor: 5753082-1 / FRANCEMARY GOMES DA SILVA
 (Nutricionista) / 3,5 diárias (completa) de 13/12/2017 a
 16/12/2017
 Ordenador de Despesa:
 LUCAS EVANGELISTA UREL
 Diretor do 10º CRS/ SESPA
 333.854.818-48

Protocolo: 261189

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
 PÚBLICA - 13ª REGIONAL

CONTRATO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2017 - PROCESSO Nº
 2017/523182-13ºCRS/SESPA**

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 73/2017 – 13ºCRS/
 SESPA.
 OBJETO: Constitui o objeto do presente instrumento a
 Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço
 de Pintura, de acordo com o Termo de Referência, visando
 atender as necessidades do Hpp de Oeiras do Pará, pelo período
 de 30 (trinta) dias.
 CONTRATANTE: 13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA
 CONTRATADO: QUADROS DE OLIVEIRA (CNPJ Nº
 26.581.445/0001-04);
 VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL: 11/12/2017 - 11/01/2018
 VALOR GLOBAL: R\$ 7.884,00 (Sete mil oitocentos e oitenta e
 quatro reais).
 DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 PTRES: 908288; Natureza de Despesa: 3390-39; Fonte:
 0103000000
 FORO: Cidade de Cametá, Estado do Pará.
 JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS
 DIRETOR DO 13º CRS.

Protocolo: 260759

**FUNDAÇÃO CENTRO
DE HEMOTERAPIA E
HEMATOLOGIA DO PARÁ**

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Orgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

Modalidade de Admissão: Temporário
Processo de Autorização: 2017/162505
Ato: Contrato nº 140/2017

Nome: **Marta Maria Pires de Freitas**
Cargo: Enfermeiro

Data da admissão: 04/12/2017
Término de Vínculo: 03/12/2018

ORDENADOR: Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA EM 08/05/2017, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº162505/2017, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.

Protocolo: 260685

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Portaria nº 805/2017 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 07 de dezembro de 2017.

A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Laudo Nº 34753.

RESOLVE,

I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) **Maria Helena da Silva Correa**, matrícula nº 7000707/1, Cargo: Auxiliar de Hemoterapia, lotada (o) na (o), Gerência de Distribuição de Produtos Hemotápicos, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 31 de outubro de 2017 a 29 de dezembro de 2017, Laudo Nº 34753.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 07 de dezembro de 2017.

Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 260675

Portaria nº 802/2017 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 07 de dezembro de 2017.

A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Laudo Nº 34655

RESOLVE,

I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) **Edigleuma Dulce Costa da Mota**, matrícula nº 5150078/2, Cargo: Técnica em Patologia Clínica, lotada (o) na (o), Gerência de Distribuição de Produtos Hemoterápicos, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 16 de outubro de 2017 a 27 de outubro de 2017, Laudo Nº 34655.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 07 de dezembro de 2017.

Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 260680

Portaria nº 806/2017 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 07 de dezembro de 2017.

A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Laudo Nº 34687

RESOLVE,

I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) **Alessandro Marinho Tavares**, matrícula nº 57189705/1, Cargo: Agente Administrativo, lotada (o) na (o), Gerência de Triagem de Doenças Transmissíveis pelo sangue, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 09 de outubro de 2017 a 16 de outubro de 2017, Laudo Nº 34687.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 07 de dezembro de 2017.

Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 260674

Portaria nº 803/2017 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 07 de dezembro de 2017.

A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Laudo Nº 34675

RESOLVE,

I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) **Vania Lima dos Santos**, matrícula nº 4008804/1, Cargo Aux.de Banco de Sangue, lotada (o) na (o), Gerência de Processamento de Sangue, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 30 de outubro de 2017 a 05 de novembro de 2017, Laudo Nº 34675

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 07 de dezembro de 2017.

Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 260679

Portaria nº 804/2017 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 07 de dezembro de 2017.

A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Laudo Nº 34519.

RESOLVE,

I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) **Roberto Lima Bezerra**, matrícula nº 5521076/4, Cargo: Técnica Patologia Clínica, lotada (o) na (o), Gerência de Processamento de Sangue, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 14 de julho de 2017 a 14 de julho de 2017, Laudo Nº 34519.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 07 de dezembro de 2017.

Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 260678

Portaria nº 801/2017 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 07 de dezembro de 2017.

A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Laudo Nº 190383A/2.

RESOLVE,

I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) **Keyth Shirley Franco Braga de Souza**, matrícula nº57192111/3, Cargo:Técnico de Enfermagem, lotada (o) na (o), Gerência de Triagem de Doadores, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 09 de outubro de 2017 a 12 de novembro de 2017, Laudo Nº 190383A/2

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 07 de dezembro de 2017.

Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 260682

Portaria nº 807/2017 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 07 de dezembro de 2017.

A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Laudo Nº 10177-17.

RESOLVE,

I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) **Dirce Caetano dos Santos**, matrícula nº 7000057/1, Aux.de Hemoterapia, lotada (o) na (o), Coordenação do Hemocentro Regional de Marabá, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 16 de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017, Laudo Nº 10177-17.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 07 de dezembro de 2017.

Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 260673

SUPRIMENTO DE FUNDO

Nº da portaria: 752/2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor: Cargo do servidor: Matrícula:
NOELTON NEVES SOARES Farmac. Bioq./HENCA 572062111
Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:
10122129782930000 269 339030 800,00
10122129782930000 269 339033 750,00
10122129782930000 269 339036 900,00
Observação: Nº do Processo: 2017/524044 Período de aplicação:
Ordenador: ANA SUELY LEITE SARAIVA

Protocolo: 260903

Nº DA PORTARIA: 817/2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor: Cargo do servidor: Matrícula:
NOELTON NEVES SOARES Farmac. Bioq./HENCA 572062111
Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:
10122129782930000 269 339030 2500,00
Observação: Nº do Processo: 2017/524037 Período de aplicação:
Ordenador: ANA SUELY LEITE SARAIVA

Protocolo: 260905

**FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL
HOSPITAL DE CLÍNICAS
GASPAR VIANNA**

PORTARIA

PORTARIA Nº 496, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 27 de janeiro de 2012, publicada no DOE nº 32.087 de 30.01.2012.

RESOLVE:

CESSAR a Gratificação de Tempo Integral do(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), com percentual fixado em 60% (sessenta por cento), incidente sobre o vencimento do cargo.

MATRICULA	NOME	CARGO	CESSAR EM
5922721/ 1	ROSANA NONATA SILVA GOMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30/09/2017

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA
Presidente / FPEHCGV

Protocolo: 260964

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 483 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental datado de 27 de janeiro de 2012, publicado no DOE- PARÁ nº 32.087, de 30 de janeiro de 2012.

Considerando o disposto no Decreto nº 870, de 04 de Outubro de 2013,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor Circlayton José Borges Carneiro, matrícula 5150060/4, para acompanhar e fiscalizar o seguinte contrato:

CONTRATO Nº 355/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2017

CONTRATADO: MACEDO HOSPITALAR COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Contratação de Empresa, representante exclusiva, para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição em equipamentos médicos hospitalares pertencentes a Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna.

PROCESSO: 421846/2017

VIGÊNCIA: 07/12/2017 e término em 06/12/2018.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA
Diretora-Presidente/ FPEHCGV

Protocolo: 260892

PORTARIA Nº481 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental datado de 27 de janeiro de 2012, publicado no DOE- PARÁ nº 32.087, de 30 de janeiro de 2012,

Considerando o disposto no Decreto nº 870, de 04 de Outubro de 2013,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora CLAUDIA DZIMIDAS HABER, matrícula 54187974/2,, para acompanhar e fiscalizar os seguintes Contratos:

CONTRATO Nº354 /2017 – TC ATUAL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP

OBJETO: Tem por objeto o Fornecimento de medicamento antimicrobiano, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações no anexo I do termo de contrato.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ato: RATIFICAÇÃO
 Número da Inexigibilidade: 028/2017
 Data: 12/12/2017
 Ordenador: HILTON CELSON BENIGNO DE SOUZA
Protocolo: 260817

DIÁRIA

PORTARIA Nº 8300-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): BARCARENA- PA
PERÍODO: 04/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM JOZIMAR RODRIGUES DE ALMEIDA **CPF:** 991.963.523-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8301-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: TAILÂNDIA - PA
DESTINO(S): GOIANÉSIA DO PARA - PA
PERÍODO: 09/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM MANOEL SANTANA CARVALHO FERREIRA **CPF:** 377.012.582-72.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8302-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: TUCURUI - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 17 A 18/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): CAP PM JAIRSON ROSA VAZ **CPF:** 680.319.042-00.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8303-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL - PA
DESTINO(S): AURORA DO PARA - PA
PERÍODO: 04/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM MANOEL DO SOCORRO ROSARIO DE ASSIS **CPF:** 286.960.772-53;
 SGT PM WILLAMES PINTO DA SILVA **CPF:** 401.395.732-91.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8304-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL - PA
DESTINO(S): SALINÓPOLIS - PA
PERÍODO: 29/08/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM HELISON DA SILVA PINHEIRO **CPF:** 379.954.302-30;
 CB PM JULIERME DO ROSÁRIO AMARAL **CPF:** 509.468.702-68.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8305-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): ITAITUBA - PA
PERÍODO: 14 A 25/02/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 12 DE ALIMENTAÇÃO E 11 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ ROBERTO CRUZ LEAL **CPF:** 462.690.292-87;
 CB PM CLAITON NAZARENO SOUZA SERRA **CPF:** 471.123.282-68.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8306-DC-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ÁGUA AZUL DO NORTE - PA
DESTINO(S): XINGUARA - PA
PERÍODO: 13/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM LEOMAR LOBATO DA SILVA **CPF:** 400.905.822-68;
 SD PM JOSÉ SIDNEY GALDINO DE SOUZA JÚNIOR **CPF:** 003.020.942-02.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8307-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: PLACAS - PA
DESTINO(S): RURÓPOLIS - PA
PERÍODO: 16 A 17/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): SGT PM EVALDO SA DE OLIVEIRA **CPF:** 561.412.542-68.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8308-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ITAITUBA - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA

PERÍODO: 20 A 23/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM MARCOS PAULO VILHENA BARROS **CPF:** 401.587.722-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8309-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: NOVO PROGRESSO- PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 19 A 23/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): SGT PM VANDERLEI LOPES DA SILVA **CPF:** 403.846.082-72.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8310-DI-DF-17
OBJETIVO: CUMPRIR DILIGÊNCIA .
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: REDENÇÃO - PA
DESTINO(S): CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA- PA
PERÍODO: 13 A 16/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ FELIX PEREIRA **CPF:** 425.361.202-44.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8311-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): MARABÁ- PA
PERÍODO: 08 A 09/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): SGT PM EVANDRO VIÉIRA DA SILVA **CPF:** 425.855.972-53;
 CB PM DIOGO RAMALHO DE AVIZ **CPF:** 321.825.718-25.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8312-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL- PA
DESTINO(S): CAMETA- PA
PERÍODO: 12/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM HELISON DA SILVA PINHEIRO **CPF:** 379.954.302-30
 SD PM DANIEL LIMA RODRIGUES **CPF:** 834.447.852-91.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8313-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL - PA
DESTINO(S): SANTA LUZIA DO PARA - PA
PERÍODO: 12/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO .
SERVIDOR (ES): CB PM ELVIO OLIVEIRA E SILVA **CPF:** 675.612.762-49;
 CB PM JORGE LUIS GUIMARÃES DE OLIVEIRA **CPF:** 651.643.502-20.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8314-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL - PA
DESTINO(S): CURUÇÁ - PA
PERÍODO: 14/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM HELISON DA SILVA PINHEIRO **CPF:** 379.954.302-30;
 CB PM JADERSON DE SOUSA COSTA **CPF:** 773.726.542-20
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8315-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL - PA
DESTINO(S): REDENÇÃO- PA
PERÍODO: 17 A 21/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E 04 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): SGT PM REGINALDO SANTANA DOS SANTOS **CPF:** 318.249.782-00;
 SD PM JANETE SILVA DOS SANTOS **CPF:** 003.467.392-09.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8316-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): PARAUAPEBAS- PA
PERÍODO: 18 A 21/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSE HAROLDO SOUSA DOS REIS **CPF:** 489.451.882-15;
 SGT PM RICARDO DA SILVA PINHEIRO **CPF:** 254.148.442-91.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8317-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA- PA
DESTINO(S): SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ- PA
PERÍODO: 18/09/2017.

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM NILTON DA SILVA PIÑTO **CPF:** 379.562.642-00;
 CB PM GERALDO SEBASTIÃO PICANCIO ALCANTARA **CPF:** 294.886.802-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8318-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL - PA
DESTINO(S): PORTEL - PA
PERÍODO: 18 A 22/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM ANTONIO CLAUDIO BOTELHO DE SOUZA **CPF:** 430.558.262-72;
 CB PM KEILA CONCEIÇÃO FURTADO RODRIGUES **CPF:** 725.367.802-87.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8319-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): BUJARU - PA
PERÍODO: 18/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM CLAUDIO JOSÉ LIMA DA SILVA **CPF:** 355.930.082-72;
 CB PM JOÃO R. BRITO DO NASCIMENTO FILHO **CPF:** 021.502.613-67.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8320-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): GURUPÁ - PA
PERÍODO: 19 A 24/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E 04 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): SGT PM WALDECY BARBOSA LAMARÃO **CPF:** 440.579.112-00;
 CB PM SÍLVIO PARÓDIO DO NASCIMENTO **CPF:** 151.563.112-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8321-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL- PA
DESTINO(S): PACAJÁ- PA
PERÍODO: 20 A 22/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): SGT PM SÉRGIO ALMEIDA DOS SANTOS **CPF:** 379.411.862-68;
 SGT PM JOÃO CARLOS BRITO BARREIROS **CPF:** 423.548.542-34.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8322-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL - PA
DESTINO(S): SÃO FELIX DO XINGU- PA
PERÍODO: 23 A 27/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E 04 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): SGT PM MANOEL DO SOCORRO ROSARIO DE ASSIS **CPF:** 286.960.772-53;
 SGT PM JOÃO CARLOS BRITO BARREIROS **CPF:** 423.548.542-34;
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8323-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): BARCARENA - PA
PERÍODO: 25/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ HAROLDO SOUSA DOS REIS **CPF:** 489.451.882-15;
 SGT PM RICARDO DA SILVA PINHEIRO **CPF:** 254.148.442-91.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8324-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): PACAJÁ - PA
PERÍODO: 25 A 27/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): SGT PM WALDECY BARBOSA LAMARÃO **CPF:** 440.579.112-00;
 CB PM SÍLVIO PARÓDIO DO NASCIMENTO **CPF:** 151.563.112-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8325-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): CACHOEIRA DO ARARI- PA
PERÍODO: 26 A 27/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE Pousada.
SERVIDOR (ES): SGT PM WALDECY BARBOSA LAMARÃO **CPF:** 440.579.112-00;
 CB PM CARLOS ALBERTO CANTANHEDE DE OLIVEIRA

CPF: 468.194.362-20.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8326-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA- PA
DESTINO(S): BRAGANÇA- PA
PERÍODO: 27/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM JAIRO GOMES NEVES
CPF: 327.778.762-15;
 SGT PM CARMITO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA
CPF: 295.704.502-82
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 3327-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS .
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARITUBA - PA
DESTINO(S): CACHOEIRA DO ARARI - PA
PERÍODO: 26 A 28/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM BERLAMINO ROBERTO NASCIMENTO FERREIRA **CPF:** 293.601.102-72;
 CB PM ESTEFAN BEZERRA DAMASCENO JÚNIOR
CPF: 877.518.952-68
 CB PM CLEYTON HILDEBERG MAGALHÃES LEAL
CPF: 842.626.302-00
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8328-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL - PA
DESTINO(S): REDENÇÃO - PA
PERÍODO: 30/09 A 03/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM SERGIO ALMEIDA DOS SANTOS **CPF:** 379.411.862-68;
 CB PM WALFRIDO AGOSTINHO DE ALMEIDA JÚNIOR
CPF: 508.858.632-91
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8329-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTA ISABEL- PA
DESTINO(S): SALINÓPOLIS- PA
PERÍODO: 04/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM EDILSON DE JESUS FERREIRA **CPF:** 158.014.622-87;
 CB PM ITALO ROGER MONTEIRO NERY
CPF: 791.080.162-91.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8330-DC-DF-17
OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: CAPANEMA - PA
DESTINO(S): CAPITÃO POÇO- PA
PERÍODO: 31/10 A 01/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): CEL PM JOSÉ MAURO SILVA DA PEDRA **CPF:** 264.904.042-49;
 CAP PM CARLOS ALEXSANDRO GOMES DA FONSECA
CPF: 084.404.597-77;
 CB PM SÉRGIO DANIEL COSTA MAIA
CPF: 790.344.462-04;
 CB PM DANIEL OLIVEIRA DE ANDRADE
CPF: 858.090.712-87;
 CB PM ONELIUSON HERCULANO DE SALES
CPF: 463.577.692-15;
 CB PM DEIDES MENEZES ALEIXO
CPF: 767.821.742-00;
 SD PM DAVID DOS SANTOS SACRAMENTO
CPF: 837.227.182-87;
 SD PM DANILO HENRIQUE PINHEIRO LIMA
CPF: 945.610.102-97.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8331-DC-DF-17
OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ALTAMIRA - PA
DESTINO(S): MEDICILÂNDIA- PA
PERÍODO: 27/10 A 06/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 10 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ CARLOS RODRIGUES DA SILVA **CPF:** 379.961.772-87;
 SD PM PAULO HENRIQUE PIÉRRÉ DE SOUZA
CPF: 914.143.262-20;
 SD PM CLEDSON DE SOUZA SILVA
CPF: 840.783.162-04;
 SD PM JOÃO RENATO DE LIMA
CPF: 890.388.272-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8332-DC-DF-17
OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ALTAMIRA - PA
DESTINO(S): ANAPU- PA
PERÍODO: 19 A 29/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 10 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): CAP PM MARCOS ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA **CPF:** 728.852.972-04;
 SGT PM CLEMILSON SILVA NUNES
CPF: 657.792.122-49;

CB PM MILSON CÂMARA DA SILVA
CPF: 695.069.812-72;
 SD PM MAYCON RAY LIMA
CPF: 529.666.072-20;
 SD PM RICARDO SILVA ASSUNÇÃO
CPF: 007.596.743-02;
 SD PM SÉRGIO LEONARDO PEREIRA COELHO
CPF: 010.811.852-52;
 SD PM CICERO GLEISSON TEIXEIRA DA SILVA
CPF: 934.677.292-15;
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8333-DC-DF-17
OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO (REPRERBAN).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): PLAÇAS- PA
PERÍODO: 23/10 A 12/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 21 DE ALIMENTAÇÃO E 20 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM HERMENEGILDO AGUSTINHO SILVA **CPF:** 570.194.952-49;
 CB PM RODRIGO CARVALHO DE SOUSA
CPF: 755.559.992-91;
 CB PM ELISSON BRUNO DE AGUIAR PINTO
CPF: 800.621.132-91;
 CB PM ALCINEI ALVES DA SILVA
CPF: 772.070.682-04.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8341-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM MARCOS JOSÉ ANDRADE DA SILVA **CPF:** 430.388.672-68.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8342-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: CASTANHAL - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM FERNANDO CARLOS GIBSON DE CARVALHO **CPF:** 000.628.447-76.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8343-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: TUCURUI - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM ANA LAURA CARVALHO DOS SANTOS MILHOMEM **CPF:** 410.679.672-49.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8344-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: REDENÇÃO - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM EDIVALDO SANTOS SOUZA **CPF:** 313.344.232-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8345-DC-DF-17
OBJETIVO: CUMPRIR DILIGÊNCIA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SALINÓPOLIS- PA
PERÍODO: 13 A 18/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): MAJ PM JOÃO BATISTA CRUZ DOS SANTOS **CPF:** 152.540.462-87;
 MAJ PM KLETER DA COSTA LOBO
CPF: 178.588.952-49.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8346-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: PARAGOMINAS - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM GLAUCO COIMBRA MAIA **CPF:** 400.457.572-91;
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8347-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: CAPANEMA - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM ADRIANA LÚCIA COSTA CARVALHO **CPF:** 381.566.872-72.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8348-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ALTAMIRA - PA

DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM WAGNER MELO ALMEIDA **CPF:** 575.285.272-20.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8349-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ABAETETUBA - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM ELSON LUIZ BRITO DA SILVA **CPF:** 307.591.882-20.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8350-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ITAITUBA - PA
DESTINO(S): BELÉM- PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM CLAYTON SIDNEY LOUREIRO LIMA **CPF:** 379.193.692-15.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8351-DC-DF-17
OBJETIVO: CUMPRIR DILIGÊNCIA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): PONTA DE PEDRAS- PA
PERÍODO: 23 A 28/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM SANDRO DE SOUZA DIAS **CPF:** 424.382.502-59;
 SGT PM LUCIETE COSTA SILVA
CPF: 452.068.132-49.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8352-DI-DF-17
OBJETIVO: CUMPRIR DILIGÊNCIA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SOURE- PA
PERÍODO: 13 A 18/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM HELDER DOUGLAS CUIMAR MOREIRA **CPF:** 425.491.322-20.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8353-DI-DF-17
OBJETIVO: CUMPRIR DILIGÊNCIA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SALVATERRA- PA
PERÍODO: 20 A 25/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM HELDER DOUGLAS CUIMAR MOREIRA **CPF:** 425.491.322-20.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8354-DI-DF-17
OBJETIVO: CUMPRIR DILIGÊNCIA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SÃO JOÃO DE PIRABAS- PA
PERÍODO: 16 A 19/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): MAJ PM JOÃO BATISTA CRUZ DOS SANTOS **CPF:** 152.540.462-87;
 MAJ PM RODRIGO DAIBES MARQUES DA CONCEIÇÃO
CPF: 594.013.032-15;
 TEN PM ADRIANO SANTOS DE FRANÇA
CPF: 927.594.242-00.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8355-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABA - PA
DESTINO(S): RIO MARIA- PA
PERÍODO: 05 A 06/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM NELSON GOMES GONÇALVES **CPF:** 329.315.302-04;
 SGT PM EDIMAR BERNARDINO DE SOUSA
CPF: 251.656.152-00.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8356-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABA - PA
DESTINO(S): PARAUPEBAS - PA
PERÍODO: 05/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM MOACIR BISPO DE SOUZA **CPF:** 299.615.302-25;
 CB PM ANTONIO CARLOS PERREIRA DE SOUZA
CPF: 197.993.302-20.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8357-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABA - PA
DESTINO(S): ITUPIRANGA- PA
PERÍODO: 06/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ DEUS DA PAZ MONTEIRO DE SOUZA **CPF:** 189.475.652-53;

SGT PM MOACIR BISPO DE SOUZA
CPF: 299.615.302-25.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8358-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): PARAUAPEBAS - PA
PERÍODO: 11/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM MIGUEL LOPES TAVARES
CPF: 949.928.782-53;
 CB PM JOSUE ALVES DA SILVA
CPF: 751.853.693-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8359-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): CURIONÓPOLIS - PA
PERÍODO: 11/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM VALDED MARQUES VIEIRA
CPF: 141.386.462-72;
 SD PM DENIS PEREIRA DE OLIVEIRA
CPF: 001.403.912-58
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8360-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): CANAÃ DOS CARAJAS- PA
PERÍODO: 13/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM SEBASTIÃO ALVES BÓTELHO
CPF: 328.937.602-87;
 CB PM JOSUE ALVES DA SILVA
CPF: 751.853.693-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8361-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA- PA
PERÍODO: 13/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ DE DEUS DA PAZ
 MONTEIRO DE SOUZA **CPF:** 189.475.652-53;
 SGT PM NELSON GOMES GONÇALVES
CPF: 329.315.302-04.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8362-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): CANAÃ DOS CARAJAS- PA
PERÍODO: 14/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM MOACIR BISPO DE SOUZA
CPF: 299.615.302-25;
 SGT PM REGINALDO JACINTO DOS SANTOS NETO
CPF: 301.577.902-82.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8363-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): EL DORADO DOS CARAJÁS- PA
PERÍODO: 14/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM EDIMAR BERNARDINHO
 DE SOUSA **CPF:** 251.656.152-00;
 CB PM VALDED MARQUES VIEIRA
CPF: 141.386.462-72;
 SD PM DENIS PEREIRA DE OLIVEIRA
CPF: 001.403.912-58.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8364-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): SANTA ISABEL - PA
PERÍODO: 15 A 16/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO
 E 01 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ DE DEUS DA PAZ
 MONTEIRO DE SOUZA **CPF:** 189.475.652-53;
 SGT PM NELSON GOMES GONÇALVES
CPF: 329.315.302-04.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8365-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): PARAUAPEBAS - PA
PERÍODO: 18/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM SEBASTIÃO ALVES
 BÓTELHO **CPF:** 328.937.602-87;
 CB PM ANTONIO CARLOS PEREIRA DE SOUZA
CPF: 197.993.302-20.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8366-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): TUCURUI- PA
PERÍODO: 19/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM MOACIR BISPO DE SOUZA
CPF: 299.615.302-25;
 SD PM DENIS PEREIRA DE OLIVEIRA
CPF: 001.403.912-58.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8367-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): PARAUAPEBAS - PA
PERÍODO: 19/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ DE DEUS DA PAZ
 MONTEIRO DE SOUZA **CPF:** 189.475.652-53;
 SGT PM EDIMAR BERNARDINHO DE SOUSA
CPF: 251.656.152-00.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8368-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): SANTA ISABEL - PA
PERÍODO: 22 A 23/09/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM SEBASTIÃO ALVES
 BÓTELHO **CPF:** 328.937.602-87;
 SGT PM NELSON GOMES GONÇALVES
CPF: 329.315.302-04;
 SGT PM EDIMAR BERNARDINHO DE SOUSA
CPF: 251.656.152-00.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8369-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 20 A 22/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM BENEDITO TOBIAS
 SABBA CORRÊA **CPF:** 353.373.462-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8370-DC-DF-17
OBJETIVO: SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): CAPITÃO POÇO - PA
PERÍODO: 17 A 19/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM GILSON DA LUZ SOUSA
CPF: 319.245.062-20;
 CB PM DILSON DOS SANTOS CAMPOS JUNIOR
CPF: 855.864.472-15;
 SD PM TAIANE FIGUEIREDO DE ANDRADE LIMA
CPF: 110.361.346-44.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8371-DC-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): BARCARENA - PA
PERÍODO: 15 A 16/11/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): SGT PM GILSON DA LUZ SOUSA
CPF: 319.245.062-20;
 CB PM DILSON DOS SANTOS CAMPOS JUNIOR
CPF: 855.864.472-15.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8379-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SANTAREM - PA
PERÍODO: 20 A 24/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): MAJ PM RAIMUNDO NONATO DE
 ARAUJO MIRANDA JUNIOR **CPF:** 631.353.292-91.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8380-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SALINÓPOLIS - PA
PERÍODO: 23 A 24/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): SGT PM RAFAEL DA SILVA DE SOUZA
CPF: 741.246.502-30.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8381-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SALINÓPOLIS - PA
PERÍODO: 23 A 24/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): CB PM JOÃO PAULO FERREIRA
 DE MACÉDO **CPF:** 619.198.962-87.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8382-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SALINÓPOLIS- PA
PERÍODO: 13 A 14/12/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): CB PM ALCIDES FONSECA LIMA
CPF: 853.889.632-68.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8383-DC-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): MARABÁ - PA
PERÍODO: 26/11 A 02/12/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 06 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM GILSON DA LUZ SOUSA
CPF: 319.245.062-20;
 CB PM DILSON DOS SANTOS CAMPOS JUNIOR
CPF: 855.864.472-15.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8384-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): CASTANHAL- PA
PERÍODO: 20 A 21/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): CRISTIANI SOUSA DO ROSÁRIO
CPF: 771.636.802-87.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8385-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): BARCARENA - PA
PERÍODO: 15 A 16/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 COMPLETA.
SERVIDOR (ES): CRISTIANI SOUSA DO ROSÁRIO
CPF: 771.636.802-87.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8386-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): MARABÁ - PA
PERÍODO: 26/11 A 02/12/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 06 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): CRISTIANI SOUSA DO ROSÁRIO
CPF: 771.636.802-87.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8387-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA .
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SALVATERRA - PA
PERÍODO: 20 A 24/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E
 04 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM PEDRO PAULO CORREA DO
 COUTO **CPF:** 354.059.102-87.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8389-DI-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): MONTE ALEGRE- PA
PERÍODO: 05 A 11/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 06 COMPLETAS.
SERVIDOR (ES): SGT PM ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA
 SANTOS **CPF:** 448.887.242-53.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8390-DC-DF-17
OBJETIVO: REFORÇO DE POLICIAMENTO
 (REPRERBAN).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: TAILÂNDIA- PA
DESTINO(S): JACUNDA- PA
PERÍODO: 24/09 A 14/10/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 21 DE ALIMENTAÇÃO E
 20 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM SIDCLEY BARRETO
 SANTANA **CPF:** 635.508.732-04;
 CB PM MARCIO DA SILVA DOS ANJOS
CPF: 796.349.402-00;
 SD PM ADRIANO PANTOJA DOS SANTOS
CPF: 863.309.692-72;
 SD PM JOSE MARIA BRAGA XAVANTE
CPF: 809.246.462-68.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8391-DC-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SANTAREM - PA
PERÍODO: 23 A 24/11/2017.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E
 01 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CEL PM HILTON CELSON BENIGNO
 DE SOUZA **CPF:** 301.173.212-49;
 CAP PM GIOVANNI NOGUEIRA RODRIGUES
CPF: 671.336.902-25.
ORDENADOR: EMMANUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA
PORTARIA Nº 8392-DC-DF-17
OBJETIVO: A SERVIÇO DA PMPA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): MARABÁ, REDENÇÃO E CURIONÓPOLIS- PA

Resumo de Portaria nº 781 de 14 de NOVEMBRO de 2017.

Conceder aos militares: SGT BM JOSÉ CARLOS MONTEIRO DE ALMEIDA JUNIOR E SGT BM JOSÉ WILSON DOS SANTOS GAIA, diárias conforme discriminado em planilha **Origem:** Belém. **Destino:** conforme planilha. **Período:** conforme planilha. **Objetivo:** A serviço da D.T.E.

POSTO / GRAD	NOME	LOCAL	DATA		Nº DE DIÁRIAS		
SGT BM	JOSE CARLOS MONTEIRO DE ALMEIDA JUNIOR	24º GBM - Bragança - PA	13/11/2017	14/11/2017	2	1	
			06º GBM - Barcarena - PA	16/11/2017	16/11/2017	1	0
			05º GBM - Marabá e 10º GBM - Redenção - PA	20/11/2017	25/11/2017	6	5
SGT BM	JOSE WILSON DOS SANTOS GAIA	24º GBM - Bragança - PA	13/11/2017	14/11/2017	2	1	
			06º GBM - Barcarena - PA	16/11/2017	16/11/2017	1	0
			05º GBM - Marabá e 10º GBM - Redenção - PA	20/11/2017	25/11/2017	6	5

Resumo de Portaria nº 782 de 17 de Novembro de 2017.

Conceder aos militares: SUBTEN BM MANOEL BARBOSA DOS SANTOS FILHO e SUBTEN BM FÉLIX TRINDADE BARBOSA, 03 (TRÊS) diárias de alimentação e 02 (DUAS) diárias de pousada para cada. **Origem:** Belém. **Destino:** Salvaterra - PA. **Período:** 11 a 13 de Novembro de 2017. **Objetivo:** a fim de realizar entrega de material no 18º GBM.

Resumo de Portaria nº 783 de 17 de Novembro de 2017.

Conceder aos militares: SUBTEN BM EDSON CARDOSO FERNANDES JUNIOR e SUBTEN BM JOVENIANO DA SILVA SANTOS, 03 (TRÊS) diárias de alimentação e 02 (DUAS) diárias de pousada para cada. **Origem:** Belém. **Destino:** Marabá - PA. **Período:** 09 a 11 de Novembro de 2017. **Objetivo:** a fim de realizar transporte operacional dos funcionários do Projeto de Ação de Cidadania da Vice-governadoria do Estado do Pará.

Resumo de Portaria nº 784 de 21 de Novembro de 2017.

Conceder aos militares: SGT BM EDGAR SMITH SANTOS e CB BM FERNANDO DA SILVA DE CASTRO, 03 (TRÊS) diárias de alimentação e 02 (DUAS) diárias de pousada para cada. **Origem:** Belém. **Destino:** Capanema - PA e Bragança - PA. **Período:** 09 a 11 de Novembro de 2017. **Objetivo:** A serviço da Corporação.

Resumo de Portaria nº 802 de 21 de Novembro de 2017.

Conceder aos militares: SGT BM EDGAR SMITH SANTOS e SGT BM MARCIO LUIZ ARAÚJO BOTELHO, 01 (UMA) diária de alimentação, para cada. **Origem:** Belém. **Destino:** Capanema - PA. **Período:** 01 de Novembro de 2017. **Objetivo:** A serviço da Corporação.

Resumo de Portaria nº 803 de 21 de Novembro de 2017.

Conceder aos militares: SUBTEN BM ROGERIO LIMA BARBOSA e SGT BM JOSÉ FERNANDO GOMES DE SOUZA, 01 (UMA) diária de alimentação para cada. **Origem:** Bragança - PA. **Destino:** Capital do estado. **Período:** 19 de Outubro de 2017. **Objetivo:** a fim de serem ouvidos como testemunhas pela sede de Justiça Militar do Estado.

Resumo de Portaria nº 804 de 21 de Outubro de 2017

Conceder aos militares: SUBTEN BM MARCOS CESAR CHERMONT DE MELO, SUBTEN BM JAZIEL OLIVEIRA DA ROCHA, SUBTEN BM MANOEL DO CARMO FURTADO DA COSTA, SUBTEN BM SALOMAO DA SILVA BARROS, SUBTEN BM URIEL LIMA DE AZEVEDO, SUBTEN BM CLEUDSON LIMA DA COSTA, SUBTEN BM DANIEL DE LATUCHE BARBOSA, SUBTEN BM VANDERLEI BEZERRA VILA NOVA, SGT BM ISAIAS DE SOUSA ALVES, SGT BM LEONARDO RAIMUNDO DE MELO MOURA, SGT BM EDIVALDO BARROS SALLES, SGT BM JOSE MARIA MENEZES RABELO E SGT BM JOSENILDO DE JESUS FREITAS, diárias conforme discriminado em planilha. **Origem:** Belém. **Destino:** Santo Antônio do Tauá - PA. **Período:** 11 a 12 de Novembro de 2017. **Objetivo:** a serviço da Banda de Música do CBMPA.

POSTO / GRAD	NOME	LOCAL	DATA		Nº DE DIÁRIAS	
			SAÍDA	REGRESSO	ALIMENTAÇÃO	POUSADA
SUBTEN BM	MARCOS CESAR CHERMONT DE MELO	Santo Antônio do Tauá - PA	11/11/2017	12/11/2017	2	1
SUBTEN BM	JAZIEL OLIVEIRA DA ROCHA		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SUBTEN BM	MANOEL DO CARMO FURTADO DA COSTA		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SUBTEN BM	SALOMAO DA SILVA BARROS		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SUBTEN BM	URIEL LIMA DE AZEVEDO		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SUBTEN BM	CLEUDSON LIMA DA COSTA		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SUBTEN BM	DANIEL DE LATUCHE BARBOSA		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SUBTEN BM	VANDERLEI BEZERRA VILA NOVA		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SGT BM	ISAIAS DE SOUSA ALVES		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SGT BM	LEONARDO RAIMUNDO DE MELO MOURA		11/11/2017	12/11/2017	2	1
SGT BM	EDIVALDO BARROS SALLES	11/11/2017	12/11/2017	2	1	
SGT BM	JOSE MARIA MENEZES RABELO	11/11/2017	12/11/2017	2	1	
SGT BM	JOSENILDO DE JESUS FREITAS	11/11/2017	12/11/2017	2	1	

Resumo de Portaria nº 805 de 22 de Novembro de 2017.

Conceder ao militar: CB BM EVANDRO MATEUS DE OLIVEIRA, 06 (SEIS) diárias de alimentação e 05 (CINCO) diárias de pousada para cada. **Origem:** Belém. **Destino:** Marabá - PA e Redenção - PA. **Período:** 20 a 25 de Novembro de 2017. **Objetivo:** A serviço da D.T.E.

Resumo de Portaria nº 806 de 28 de Novembro de 2017.

Conceder aos militares: CEL QOBM SÉRGIO NONATO BRITO DE SOUZA, 03 (TRÊS) diárias de alimentação e 02 (DUAS) diárias de pousada para cada. **Origem:** Belém. **Destino:** Rio de Janeiro - RJ. **Período:** 13 a 15 de Dezembro de 2017. **Objetivo:** a fim de participar da reunião do comitê de proteção da Amazônia Legal - COPAL.

Resumo de Portaria nº 807 DE 29 DE Novembro DE 2017.

Conceder aos militares: SGT BM FRANCISCO CARLOS DA SILVA JUNIOR, SGT BM LEONILDO ANTÔNIO ALBUQUERQUE DE SOUZA e CB BM MARCELO PAIXÃO FLEXA, diárias conforme discriminado em planilha. **Origem:** Belém. **Destino:** Salvaterra - PA. **Período:** conforme planilha. **Objetivo:** A serviço da assessoria de obras do CBMPA.

POSTO / GRAD	NOME	LOCAL	DATA		Nº DE DIÁRIAS	
			SAÍDA	REGRESSO	ALIMENTAÇÃO	POUSADA
SGT BM	FRANCISCO CARLOS DA SILVA JUNIOR	Salvaterra - PA	18/10/2017	04/11/2017	18	17
SGT BM	LEONILDO ANTONIO ALBUQUERQUE DE SOUZA		22/10/2017	03/11/2017	13	12
CB BM	MARCELO PAIXAO FLEXA		04/11/2017	05/11/2017	2	1

Resumo de Portaria nº 808 de 30 de Novembro de 2017.

Conceder aos militares: TCEL QOBM JAIME ROSA DE OLIVEIRA e MAJ QOBM LUIZ ALFREDO SILVA GALIZA DOS SANTOS, 03 (TRÊS) diárias de alimentação e 02 (DUAS) diárias de pousada para cada. **Origem:** Belém. **Destino:** Belo Horizonte - MG. **Período:** 05 a 07 de Dezembro de 2017. **Objetivo:** A fim de verificar a funcionalidade do sistema SISGAT para atender as necessidades da população paraense e do CBMPA.

Protocolo: 260991

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 059/2017-DGPC/PAD/DIVERSOS, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar nº 022/94...

CONSIDERANDO: os termos do **Memo. nº 014/2016-DGPC/PAD, de 22/03/2017**, subscrito pela Presidente da Comissão, por meio do qual solicita nova designação da Comissão Processante, para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através da **Portaria nº 015/2016-DGPC/PAD, de 18/07/2016**, publicada no Diário Oficial nº 33.188, de 10/08/2016; **R E S O L V E:**

I – REDESIGNAR A COMISSÃO composta pelos servidores **MÁRCIA DO SOCORRO MONTEIRO CORRÊA DE OLIVEIRA, ISOMARY ANDRADE RÉGIS MONTEIRO e MICHELE DA SILVA SAMPAIO DANTAS – Delegadas de Polícia Civil**, respectivamente, Presidente e Membros, a fim de dar continuidade aos trabalhos apuratórios, visando à conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2016-DGPC/PAD, de 18/07/2016**, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.188, de 10/08/2016, conforme preceitua o Artigo 96, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações, **prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 04/08/2017;**

II – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e à Diretoria de Administração, para que tomem as providências e cumprimento do presente ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 260687

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS
RENATO CHAVES

PORTARIA

DESPACHO DE JULGAMENTO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

PORTARIA Nº 037/2017 – CORREG – CPC “R.C.”, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017. A Corregedora do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”. Usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 6.282/2000 e suas alterações; CONSIDERANDO o Relatório da comissão Processante da sindicância n.º 007/2017; **RESOLVE:** Art. 1º ACATAR integralmente o relatório da Comissão Processante da Sindicância n.º 007/2017, adotando-o como motivação desta decisão; Art. 2º DECIDO, com suporte no art. 201-I da Lei n.º 5.810/94, pelo ARQUIVAMENTO DOS AUTOS da presente sindicância, por insuficiência de provas; Art. 3º DETERMINAR o consequente arquivamento da presente Sindicância, advertindo desde logo que sejam adotadas medidas de segurança, quanto a reforma e adaptações estruturais, principalmente no que diz respeito a custódia dos objetos a serem periciados, no prazo máximo de 30 dias, dada a imprescindibilidade da segurança jurídica nas provas periciais. Dê-se ciência desta decisão ao Diretor do Instituto de Criminalística e Diretor Geral para as providências cabíveis.; Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE. **Danielle Silva de Andrade Lima Guerra-Corregedora do CPC “RC”**

Protocolo: 260993

DESPACHO DE JULGAMENTO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

PORTARIA Nº 038/2017 – CORREG – CPC “R.C.”, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017. A Corregedora do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”. Usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 6.282/2000 e suas alterações; CONSIDERANDO o Relatório da comissão Processante da Sindicância n.º 005/2017; **RESOLVE:** Art. 1º ACATAR integralmente o relatório da Comissão Processante da Sindicância n.º 005/2017, adotando-o como motivação desta decisão; Art. 2º DECIDO, com suporte no art. 201-I da Lei n.º 5.810/94, pelo ARQUIVAMENTO DOS AUTOS da presente sindicância, por impossibilidade de autoria; Art. 3º DETERMINAR o consequente arquivamento da presente Sindicância, com a ressalva de que haja a adoção de procedimentos padrão de arrolamento ou inventário com auto de entrega pelo Instituto Médico Legal de bens e/ou peças de vestuário dos cadáveres que ali derem entrada para necropsia, visando garantir segurança e respaldo dos trabalhos ali desenvolvidos. Dê-se ciência desta decisão ao Diretor do Instituto de Criminalística e Diretor Geral para as providências cabíveis.; Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE. **Danielle Silva de Andrade Lima Guerra-Corregedora do CPC “RC”**

Protocolo: 261000

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor IONALDO ROBSON DE LIMA CARVALHO, Assistente Técnico, matrícula 3262294/1, lotado na Coordenadoria de Infraestrutura e Manutenção, trinta (30) dias de Licença Prêmio, no período 02/01 a 31/01/2018, referentes ao triênio 2004/2007, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 4194/2017-DAF/CGP, DE 11/12/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls. 05, no Processo 2016/398143, deferindo a concessão de Licença Prêmio,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor ADENOR DE JESUS GUEDES, Agente de Fiscalização de Trânsito, matrícula 54186678/3, lotado na Gerência de Operação e Fiscalização de Trânsito da Capital, sessenta (60) dias de Licença Prêmio, no período 02/01 a 02/03/2018, referentes ao triênio 01.02.2012 a 30.05.2015, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 4193/2017-DAF/CGP, DE 11/12/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO os termos constantes do Parecer nº 1827/2012-PROJUR, no Processo 2012/173304, deferindo a concessão de Licença Prêmio,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora RONIZE CALDERARO CASSEB, Vistoriadora, matrícula 57202021/1, lotada na CIRETRAN "A" de Santarém, trinta (30) dias de Licença Prêmio, no período 03/01

a 01/02/2018, referentes ao triênio 1993/1996 (considerando o tempo averbado), de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 261036**ERRATA**

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 33513
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 038/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33513 edição de 07/12/2017

Onde se lê:

Número do Convênio: 035/2017

Leia-se:

Número do Convênio: 038/2017

Protocolo: 261101**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas, considerando a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, bem como parecer da Coordenadoria do Núcleo de Controle Interno, em obediência aos mandos normativos das Leis nº 8.666/93, resolve HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório nº 06/2017 na modalidade Concorrência, cujo objeto refere-se à contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para sinalização gráfica horizontal, vertical, semafórica e obras civis complementares nas vias do Município de Itaituba, definido e detalhado com suas respectivas especificações, constantes nos Anexos do Edital, e ADJUDICAR o objeto licitado em favor BEL CASA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA - ME inscrita sob o CNPJ nº 05.783.082/0001-01, a qual apresentou proposta no valor global de R\$ 3.495.806,56 (três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e seis centavos).
Belém, 07 de dezembro de 2017.

ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo: 261149**Protocolo: 261090****EXTRATO DO CONVÊNIO
NÚMERO DO CONVÊNIO: 032/2017**

PARTES: Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, CNPJ nº 04.822.060/0001-40 e o MUNICÍPIO SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA, inscrito no CNPJ nº 83.211.391/0001-10.

OBJETO DO CONVÊNIO: O MUNICÍPIO delega parcialmente ao DETRAN/PA as competências previstas no artigo 24, inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro, para fins de implantar o sistema de sinalização gráfica horizontal e vertical, bem como a semafórica nas vias do Município.

VIGÊNCIA: Início: 12/12/2017 Término: 11/12/2018

FORO: Belém

DATA DE ASSINATURA: 12/12/2017

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Andrea Yared de Oliveira Hass

ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS

Diretora Geral – DETRAN/PA

Protocolo: 261080**DIÁRIA****PORTARIA Nº 3902/2017-DAF/CGP, DE 23/11/2017**

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/499121

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de nove e meia (09 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Baião – 27/11 à 28/11/2017, Mocajuba – 29/11 à 01/12/2017, Tome-Açu -02/12 à 03/12/2017, São Miguel/Belém – 04/12 à 06/12/2017, a fim de prestar a devida assessoria quanto aos processos de Municipalização do Trânsito nos referidos municípios.

nome	Cargo	CPF	matricula
Erick Alexandre Martins Miranda	conselheiro	460.234.612-04	5673909 /7
Maria Regina de Araújo Fialho	Aux. transito	268.655.132-15	57175784 /1

Paula ivana freire da fonseca
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3903/2017-DAF/CGP, DE 23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/500293

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para o município de Marabá no período de 11 à 15/12/2017, a fim de participar do período de visitação pública, orientação ao público quanto aos procedimentos do Leilão, supervisionar a hasta licitatória, exercer o controle administrativo emissão dos termos de arrematação dos veículos arrematados do Leilão 10/2017.

nome	Cargo	CPF	matricula
Antonio José Silva de Moura	Assist. transito	728.373.812-68	80845424/1
Cícero Reis Souza	Assist. transito	795.651.582-34	80845524/1
Márcio Pinto Coelho	vistoriador	423.309.632-20	57201346 /1
Alzeli Lima Correia	adm	118.709.072-72	3266281/1

Paula ivana freire da fonseca
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3905/2017-DAF/CGP, DE 23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/497728

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de doze e meia (12 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para o município de Acará no período de 02 à 14/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito no referido município em cumprimento a cronograma de ações determinadas pela DTO, em especial por ocasião da interdição de uma das pontes de complexo Alça Viária do Pará.

nome	Cargo	CPF	matricula
Luiza Silvana Pinheiro Meireles	ag.fisc.transito	245.499.673-15	57227614 /1

Raimundo da Costa Cunha	ag.fisc.transito	361.547.842-87	57198617 /1
Bruno Moreira dos Santos Calumby	ag.fisc.transito	519.364.452-04	57198289 /1
Sirley da Silva Julio	ag.fisc.transito	642.545.852-68	57214394 /2
Jofre Costa e Cunha	ag.fisc.transito	614.473.152-00	54191302 /2
Benedito Cláudio Silva	ag.fisc.transito	072.017.068-02	57200473 /1
Ian Carlo dos Santos	ag.fisc.transito	743.123.162-87	57229643 /1
Waldir Dircelo Pantoja Coelho	ag.fisc.transito	636.335.662-87	54196756 /3

Paula ivana freire da fonseca
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3906/2017-DAF/CGP, DE 23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/497900

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de doze e meia (12 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para o município de Marituba no período de 02 à 14/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito no referido município em cumprimento a cronograma de ações determinadas pela DTO, em especial por ocasião da interdição de uma das pontes de complexo Alça Viária do Pará.

nome	Cargo	CPF	matricula
Inaldo Carlos Costa Araujo	ag.fisc.transito	259.355.182-87	57211166 /2
Gerson Gomes Santiago	ag.fisc.transito	295.095.212-72	57192440 /2
Raimundo Daniel Santos da Silva	ag.fisc.transito	651.757.602-97	57200355 /1
Augusto Álvaro Gaspar do Rosário Júnior	ag.fisc.transito	488.885.912-49	57189668 /2
Lorena Suelen de Souza Costa	ag.fisc.transito	829.612.802-06	57232111 /1
Vera Márcia da Silva Paredes	ag.fisc.transito	155.004.032-49	57194771 /2
Edilson Bia Viana	ag.fisc.transito	105.624.602-25	57226741 /1
Charles Santos e Cunha	ag.fisc.transito	571.347.742-87	54191524 /2

Paula ivana freire da fonseca
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3913/2017-DAF/CGP, DE 21/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/496535;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Capanema para Vigia de Nazaré, no período de 27/11 à 01/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito no referido município em cumprimento a cronograma de ações determinadas pela DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Bruno Lucas de Freitas	ag.fisc.transito	755.368.892-49	57201366/1

Denis Pinheiro Vales	ag.fisc.transito	672.541.952-68	57207186/1
Raphael Rocha Mesquita	ag.fisc.transito	959.068.863-20	57201378/1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260726

PORTARIA Nº 3952/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/505222.

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Marabá para o município de Tucuruí no período de 04 à 18/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização, no município acima citado, cumprindo programação da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Antonio Gilberto Alves da Costa	ag.fisc.transito	318.404.422-04	57201651 /1
Genival Alves de Sousa	ag.fisc.transito	613.411.182-15	5868157 /3
Gilmar Ramos da Costa	ag.fisc.transito	655.930.142-72	57201691 /1
João Bosco Mendes Júnior	ag.fisc.transito	518.428.742-68	57201706 /1
Luzinaldo Batista França	ag.fisc.transito	662.624.532-53	57201996 /1
Wellington de Souza Costa	ag.fisc.transito	690.000.692-20	57201809 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3953/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/501456

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Castanhal para o município de Salinópolis no período de 14 à 18/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito, em cumprimento ao cronograma de ações da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Alessandro Saraiva Tavares	ag.fisc.transito	739.626.862-15	57217202 /1
Patrick Siqueira Ribeiro	ag.fisc.transito	671.977.792-00	57217176 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3955/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/501585

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento de Belém para o município de Salinópolis no período de 14 à 18/12/2017, a fim de dar apoio as ações de fiscalização de trânsito, que ocorrerão naquele município ,em cumprimento ao cronograma de ações da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Sandra Paula dos Remédios Cunha de Oliveira	ag.fisc.transito	650.969.242-20	57202190 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3954/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/501406

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para o município de Salinópolis no período de 07 à 11/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito, em cumprimento ao cronograma de ações da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Carlos Arthênio Batista Dias	ag. fisc.transito	481.185.162-53	57202225 /1
Hanry José Carvalho Moura	ag. fisc.transito	280.015.322-91	57228257 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3959/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/482429

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de meia (1/2) diária a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento de Belém para Brasília/DF no dia 07/11/2017, a fim de participar de reunião com o DENATRAN.

nome	Cargo	CPF	matricula
Andréa Yared de Oliveira Hass	Diretora geral	166.652.952-49	5570336 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260730

PORTARIA Nº 3989/2017-DAF/CGP,DE29/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/504577

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para o município de Santa Bárbara no período de 07 à 11/12/2017, a fim de realizar levantamento dos locais de acidentes, recolhimento das versões das partes envolvidas, levantamento de eventuais danos nos veículos, danos físicos nos condutores envolvidos, elaboração de croquis entre outros.

nome	Cargo	CPF	matricula
Adérito Eduardo da Silva	adm	042.552.322-53	003261646/1
Antony Ulisses Maia Lisboa	adm	096.920.022-68	3262537 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3990/2017-DAF/CGP,DE29/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/498985

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento de Marabá para o município de Eldorado dos Carajás no período de 04 à 18/12/2017, a fim de participar das ações de fiscalização de trânsito, no município acima citado, em cumprimento ao cronograma da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Flávio Anísio Gonçalves Borges	Chefe de grupo	592.642.502-63	5738989 /4

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3991/2017-DAF/CGP,DE2911/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/498964

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Marabá para Eldorado dos Carajás no período de 04 à 18/12/2017, a fim de participar das ações de fiscalização de trânsito, no município acima citado, em cumprimento ao cronograma da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Orival Ferreira Guimarães	ag.fisc.transito	378.790.732-72	57201368 /1
Francisco Aires da Silva	ag.fisc.transito	961.057.203-00	57201674 /1
Marizângela Bittencourt	ag.fisc.transito	602.189.081-72	57201741 /1
Marcos Divino da Silva Silva	ag.fisc.transito	781.789.322-53	57201715 /1
Darlan Pereira da Silva	ag.fisc.transito	712.755.842-68	57201673 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260734

PORTARIA Nº 3898/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/494984

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de vinte e nove e meia (29 e 1/2) diárias, a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento Belém para o município de Marabá, no período de 04/12/17 à 02/01/18, a fim de realizar atendimento ao público e retaguarda de habilitação na agência do referido município.

nome	Cargo	CPF	matricula
Margarete do Socorro Ferreira Lobato	asa	133.636.112-34	3263665 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3899/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/489848

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de vinte e nove e meia (29 e 1/2) diárias, ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento Dom Eliseu para o município de Rondon do Pará, no período de 27/11 à 26/12/2017, a fim de exercer a função de vistoriador na Ciretran daquele município.

nome	Cargo	CPF	matricula
Robson Soares da Silva	vistoriador	615.783.203-72	57201299 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3900/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/501563

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias, ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Altamira - 04 à 05/12/2017, Medicilândia - 06/12/2017, Altamira/Belém - 07 à 08/12/2017, a fim de realizar visita nas Ciretrans dos respectivos municípios.

nome	Cargo	CPF	matricula
Francisco Ferreira de Araujo	gerente	106.256.152-04	3251667 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3901/2017-DAF/CGP,DE/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/493336

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de oito e meia (08 e 1/2) diárias, a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Santarém – 04/12/2017, Monte Alegre – 05/12/2017, Alenquer – 06/12/2017, Santarém – 07/12/2017, Oriximiná/Santarém/Belém – 08 à 12/12/2017, a fim de realizar visita técnica para acompanhamento dos serviços de manutenção nas referidas Ciretrans.

nome	Cargo	CPF	matricula
Lucilena Ferreira de Andrade	Analista transito	613.928.632-87	57193076 /1
Margarete dos Santos Pereira	Analista transito	595.809.172-72	57196683 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260724

PORTARIA Nº 3938/2017-DAF/CGP,DE27/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/501848, anexo ao Processo nº 2017/502969.

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de vinte e sete e meia (27 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Paragominas – 27/11 à 30/11/2017, Mãe do Rio – 01/12 à 05/12/2017, São Miguel do Guamá – 06/12 à 10/12/2017, Igarapé Açu – 11/12 à 13/12/2017, Capitão Poço – 14/12 à 18/12/2017, Igarapé-Miri/Belém -19/12 à 24/12/2017, a fim de realizar visita técnica nos referidos municípios.

nome	Cargo	CPF	matricula
Jose de Arimateia Pureza de Oliveira	assessor	072.649.922-68	5894274 /5
José Ribamar de Oliveira Macedo	asg	092.424.902-10	3266230 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3940/2017-DAF/CGP,DE27/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/497405

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de duas e meia (02 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento de Belém para Brasília/DF no período de 05 à 07/12/2017, a fim de participar da reunião do Fórum permannente da Lei Seca.

nome	Cargo	CPF	matricula
Walmero Jesus Costa	ag.fisc.transito	712.000.702-59	57226865 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3941/2017-DAF/CGP,DE27/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/499884.

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de vinte e nove e meia (29 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento de Belém para o município de Barcarena no período de 19/12/2017 à 17/01/2018, a fim de participar de atendimento e retaguarda de habilitação, no referido município.

nome	Cargo	CPF	matricula
Reinaldo dos Santos Barros	administrador	145.802.842-91	3476 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3942/2017-DAF/CGP,DE27/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/500250

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para o município de Santarém no período de 08/01 à 12/01/2018, a fim de participar de entrega, emissão do termo de entrega e da autorização de saída dos veículos arrematados no leilão 10/2017.

nome	Cargo	CPF	matricula
Cícero Reis Souza	Assist. transito	795.651.582-34	80845524/1
Luciano Lima da Cunha	Aux. Operac.transito	599.798.792-20	57195471 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3943/2017-DAF/CGP,DE27/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/500325

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para o município de Marabá no período de 15/01 à 19/01/2018, a fim de participar de entrega, emissão do termo de entrega e da autorização de saída dos veículos arrematados no leilão 10/2017.

nome	Cargo	CPF	matricula
Júlio Cezar Moraes de Seixas	Aux. Operac.transito	400.904.262-15	57189947 /1
Loris Soares Barbosa	Aux. Operac.transito	299.903.512-87	80845487 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3944/2017-DAF/CGP,DE27/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/484904

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de vinte e nove e meia (29 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para o município de Castanhal no período de 26/12/2017 à 24/01/2018, a fim de serviços administrativos, no referido município.

nome	Cargo	CPF	matricula
Vanessa Michelle Farias de Castro	Aux.operac.transito	701.478.332-72	57195649 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260729

PORTARIA Nº 3977/2017-DAF/CGP,DE29/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/504192;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de sete (07) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para os municípios de Santa Bárbara – de 29/11 à 01/12/2017 e Santa Isabel – de 04/12 à 08/12/2017, a fim de realizar levantamento técnico para elaboração de projeto de sinalização viária nas referidas localidades.

nome	Cargo	CPF	matricula
Daniel Botelho Xavier	Analista transito	617.586.042-04	57196026/1
Marcelo Fadoul Saraiva	Analista transito	399.878.172-20	57194159/1
Flávio Corrêa Sodré Filho	motorista	450.163.212-72	57176577/2

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3978/2017-DAF/CGP,DE29/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/511399;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de dezoito e meia (18 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para Paraupebas no período que vai de 04 à 22/12/2017, a fim de realizar instrução do Processo Administrativo Disciplinar protocolado sob o nº 2017/465303 no referido município.

nome	Cargo	CPF	matricula
Lorena da Silva Bahia	ASSIST TRANSITO	715.195.132-91	80845536/1
Carlos Magno Trindade Ferradais	AUX OP TRANSITO	489.476.282-04	57188923/1
Rafael Santos de Souza	MILITAR	637.819.802-00	54194128/1
Celso Nazareno da Silva	motorista	056.097.552-04	3573/1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3979/2017-DAF/CGP,DE29/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/498914;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Paraupebas para Eldorado dos Carajás no período de 04 à 18/12/2017, a fim de participar das ações de fiscalização de trânsito, no município acima citado, em cumprimento ao cronograma da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Max Elimiliano Leite Rodrigues	ag.fisc.transito	458.741.582-00	57201304/1
Antonio Hélio Alves dos Santos	ag.fisc.transito	449.025.492-04	57201185/1
Michael de Jesus Sousa	ag.fisc.transito	003.083.123-76	57201636/1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3988/2017-DAF/CGP,DE29/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/495932

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de nove e meia (09 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para os municípios de Tucuruí – 14 à 16/12/2017, Breu Branco – 17/12/2017, Goianésia -18/12/2017, Marabá – 19/12/2017, São Geraldo do Araguaia – 20/12/2017, Piçarra – 21/12/2017, Redenção/Belém – 22 à 23/12/2017, a fim de fazer vistoria predial em CFC's para fins de renovação de credenciamento.

nome	Cargo	CPF	matricula
Lucilena Ferreira de Andrade	Analista de transito	613.928.632-87	57193076 /1
Maria Lucieire Miranda Lima	asa	293.417.792-00	3266923 /1
Domingos Corrêa da Silva	motorista	395.500.102-44	55586241 /2

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260733

PORTARIA Nº 3830/2017-DAF/CGP,DE21/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/498957

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias, a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento Belém para o município de Juruti no período de 23 à 27/11/2017, a fim de realizar atendimento itinerante de 1ª fase, na Ciretran do referido município.

nome	Cargo	CPF	matricula
Amélia Rodrigues Bispo	Tec.informática	292.934.645-00	57196680 /1
Carmem Ariadne Cavalcanti dos Santos	Aux. De transito	792.274.652-00	57198699 /1
Lourdes Beatriz Costa de Souza	Assist. transito	305.104.302-87	57196266 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3870/2017-DAF/CGP,DE22/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/445532;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de três e meia (03 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Canaã dos Carajás para o município de Tucumã no período de 20 à 23/10/2017, a fim de realizar atendimento itinerante de 2ª fase no referido município.

nome	Cargo	CPF	matricula
Edson Alves Barbosa	MOTORISTA	117.098.552-15	57176551/1
Vicente de Paulo Pureza	AGENTE ADM	243.361.902-59	5095042 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3886/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/500139;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para o município de Santarém, no período de 04 à 08/12/2017, a fim de realizar procedimentos relativos à leilão e ligados aos veículos arrematados ao Leilão nº 10/2017

nome	Cargo	CPF	matricula
Antonio José Silva de Moura	Assist transito	728.373.812-68	80845424/1
Cícero Reis Souza	Assist transito	795.651.582-34	80845524/1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3887/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/501561;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias à servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Altamira – 04 à 05/12, Medicilândia – 06/12 e Altamira/Belém – 07 a 08/12/2017, a fim de realizar visita técnica às CIRETRANS dos referidos municípios.

nome	Cargo	CPF	matricula
Simone Sandres Bahia	GERENTE	331.061.502-20	5056365/6

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3888/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP,DE23/11/2017 CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/496689;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de vinte e nove e meia (29 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento de Belém para Marabá, no período que vai de 12/12/2017 à 10/01/2018, a fim de realizar serviços ligados ao setor de entrega de documentos da CIRETRAN do referido município.

nome	Cargo	CPF	matricula
Fernando Simões Costa	AUX OPERA TRANSITO	140.621.862-68	80845616/1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260721

PORTARIA Nº 3914/2017-DAF/CGP,DE24/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/496382;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Capanema para Curuçá no período de 27/11 à 01/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito no referido município em cumprimento a cronograma de ações determinadas pela DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Elizângela da Silva Veras de Oliveira	ag.fisc.transito	570.879.972-20	57201949/1
Leandro Oliveira Souza	ag.fisc.transito	804.087.612-53	57201362/1
Renata Sousa da Silva	ag.fisc.transito	750.500.722-04	57201382 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3915/2017-DAF/CGP,DE24/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/501972;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de duas e meia (02 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para os municípios de Paragominas - 28 à 29/11/2017, Castanhal/Belém - 30/11/2017, a fim de realizar visitas às clínicas credenciadas por este órgão de trânsito.

nome	Cargo	CPF	matricula
Amélia Rodrigues Bispo	TEC INFORMATICA	292.934.645-00	57196680/1
Geraldo Sérgio de Assis	ADM	062.863.132-49	3262650/1
Mauro Alexandre dos Santos Souza	ANALISTA TRANSITO	674.595.282-34	54185722 /2
Bárbara Milene Costa Fortes	assessor	743.962.422-04	57219847 /2

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3917/2017-DAF/CGP

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/502065

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de treze e meia (13 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Baião - 03 à 05/12/2017, Cametá - 06 à 08/12/2017, Mocajubá/Belém - 09 à 16/12/2017, a fim de realizar acompanhamento de visita técnica com as empresas correntes ao certame licitatório, referente a tomada de preços nº 09/2017, e tomada de preços nº 08/2017, levantamento técnico para elaboração de projeto de sinalização viária nos referidos municípios.

nome	Cargo	CPF	matricula
Eduardo Rabelo Freire	Assist. transito	587.463.152-68	57190748 /1
Marcelo Pinto da Costa Mendes	Analista transito	642.309.702-00	57189949 /1
João Francisco Nunes da Fonseca	motorista	591.742.502-72	57189945 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3918/2017-DAF/CGP,DE24/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/503421

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de onze e meia (11 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Rondon do Pará - 04 à 08/12/2017, Ipixuna do Pará - 09 à 11/12/2017, Irituia - 12/12/2017, São Miguel do Guamá - 13 à 15/12/2017, a fim de realizar fiscalização do contrato administrativo nº 031/2017-DETRAN/PA, serviço de engenharia de sinalização horizontal, vertical e obras civis complementares (2ª medição e final) e fiscalização do TCTF nº 004/2017 - DETRAN/SEDOP nos referidos municípios.

nome	Cargo	CPF	matricula
Jorge Henrique Santos Lima	tecnico	046.205.852-20	3261743 /1
Geraldo Sérgio de Assis	adm	062.863.132-49	3262650 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3929/2017-DAF/CGP,DE24/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/503484;

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de duas e meia (02 e 1/2) diárias ao servidor, Conselheiro do Cetran, abaixo especificado, referente ao deslocamento de Belém para a cidade de Maceió/AL no período de 14 à 16/12/2017, a fim de participar da 10ª Reunião da Câmara Temática do CONTRAN.

nome	Cargo	CPF	matricula
Erick Alexandre Martins Miranda	Conselheiro TEN CEL	460.234.612-04	5673909/7

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260727

PORTARIA Nº 3960/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP; CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/497644

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de vinte e três e meia (23 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Itaituba para do municípios de Altamira - 30/11 à 12/12/2017, Medicilândia - 13 à 17/12/2017, Uruará/Itaituba - 18 à 23/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito, em atendimento ao cronograma de ações da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Jairo Nogueira da Costa	ag.fisc.transito	601.455.602-87	57201191 /1
Kleyton Gemaque Miranda da Silva	ag.fisc.transito	484.912.252-34	57227943 /1
Marcos Aurélio Castro Feitosa	ag.fisc.transito	639.281.322-53	57201534 /1
Valdir Amadeu da Silva	ag.fisc.transito	692.912.682-91	5827485 /2
Willian Cândido Felix	ag.fisc.transito	495.967.992-15	57224024 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3961/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/512481

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de três meia (03 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento de Belém para São Paulo/SP no período de 29/11 à 02/12/2017, a fim de participar da visita técnica na escola pública de trânsito no Detran/SP.

nome	Cargo	CPF	matricula
Luís Augusto Lisboa Dias	Assist. transito	55588479 /1_	55588479 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3962/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/502024.

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de onze e meia (11 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém os municípios Tucuruí - 11/12/2017, Marabá - 12 à 13/12/2017, Parauapebas - 14/12/2017, Canaã dos Carajás - 15 à 17/12/2017, Xinguará - 18/12/2017, Redenção/Belém - 19 à 22/12/2017, a fim de fazer vistoria nas referidas localidades.

nome	Cargo	CPF	matricula
Uberlande Costa Sousa	Tec. informática	490.702.742-72	54187004 /2
Emily Valéria Lobato Mendes	Analista transito	583.946.992-00	80845226 /2
Ezequias Tavares da Silva	motorista	171.060.362-34	57195749 /1
Mário Antônio Pampolha Klautau	assessor	146.313.422-34	5927298 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3963/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/497413

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de dezenove e meia (19 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Belém para o município Santarém, no período de 01 à 20/12/2017, a fim de fazer a segurança na Ciretran do referido município, em virtude da necessidade da permanência dos agentes desta Coordenação, conforme atribuição deste Núcleo de Segurança Orgânica.

nome	Cargo	CPF	matricula
Paulo Sérgio Araújo Barreto	militar	267.590.802-97	5418690 /1
Naílton Estumano da Paixão	militar	221.614.302-20	5046785 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3965/2017-DAF/CGP,DE28/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/501526;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento de Castanhal para Salinópolis no período que vai de 21 à 25/12/2017, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito, que ocorrerão naquele município ,em cumprimento ao cronograma de ações da DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Alessandro Saraiva Tavares	ag.fisc.transito	739.626.862-15	57217202/1
Hanry José Carvalho Moura	ag.fisc.transito	280.015.322-91	57228257/1
Jézio Nunes de Sousa	ag.fisc.transito	460.956.322-34	57226852/1
Patrick Siqueira Ribeiro	ag.fisc.transito	671.977.792-00	57217176/1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260731

PORTARIA Nº 3750/2017-DAF/CGP,DE24/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação constante no despacho do Processo nº 2017/415082, apenso nº 2017/487200;

R E S O L V E :

RETIFICAR, na portaria nº 3253/2017-DAF/CGP, de 11/10/2017, publicada no DOE nº 33.477, o período de deslocamento dos servidores Breno Leonardo Araújo Barbosa, Gilson Clay Modesto de Campos, Ian Carlo dos Santos, Josimar Marques Viana, Paulo Roberto Carneiro Barroso, Anderson Bahia da Silva, Vander Prado Machado e Jofre Costa e Cunha, onde se lê : Tucumã no período de 10/10 à 20/10, São Felix do Xingu no período de 21/10 à 30/10 e Ourilândia do Norte/Belém no período de 31/10 à 08/11/2017.

leia-se : Tucumã no período de 10 à 20/10/2017, Ourilândia do Norte de 21 à 30/10 e São Félix do Xingu/Belém de 31/10 à 08/11/2017.

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3835/2017-DAF/CGP,DE21/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/496362

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de duas e meia (02 e 1/2) diárias, ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento Belém para Brasília/DF, no período de 22 à 24/11/2017, a fim de

participar da 163ª Reunião Ordinária do CONTRAN.

nome	Cargo	CPF	matricula
Luiz Otávio Maciel Miranda	ast	124.759.122-00	3266990 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3857/2017-DAF/CGP,DE21/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/481410;

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Mãe de Rio - 11 à 13/12/2017, Bujarú/Belém- 14 à 15/12/2017, a fim de fiscalizar a execução do contrato nº 085/2017, nas Ciretrans dos referidos municípios.

nome	Cargo	CPF	matricula
Marcelo Fadoul Saraiva	Analista transito	399.878.172-20	57194159 /1
Iranir de Castro Diniz	Analista transito	282.457.172-15	57196438 /2
Flávio Corrêa Sodré Filho	MOTORISTA	450.163.212-72	57176577/2

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3859/2017-DAF/CGP

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP,de22/11/2017
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/486178

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de doze e meia (12 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Uruará - 11 à 12/12/2017, Santarém - 13/12/2017, Monte Alegre -14 à 17/12/2017, Oriximiná/Belém - 18 à 23/12/2017, a fim de analisar as condições gerias das Empresas que são credenciadas como Fabricantes de Placas e tarjetas para veículos automotores.

nome	Cargo	CPF	matricula
Pablo Condurú Monteiro	Assist. transito	517.636.642-87	80845373 /1
Luiz Alberto Pimentel Coelho	Analista transito	328.758.352-20	5082366 /3
Francisco Carlos Bittencourt	motorista	236.979.972-20	5117226 /2

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3860/2017-DAF/CGP

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP,DE22/11/2017
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/487261

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de dez e meia (10 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Santarém - 11 à 13/12/2017, Itaituba - 14 à 17/12/2017, Tucuruí/Belém -18 à 21/12/2017, a fim de proceder a entrega dos veículos, e preenchimento dos relatórios de avarias nos municípios acima citados, conforme memorando nº 096/17-GRAN.

nome	Cargo	CPF	matricula
Heldecir Lima Conceição	Assist. Adm.	218.175.612-00	3157300 /1
Átila de Moraes Machado	motorista	518.157.532-34	057175789/1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 260717

PORTARIA Nº 3889/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 3600/2016 - DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2017/469186.

R E S O L V E :

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 3624/2017-DAF/CGP que concedeu diárias ao servidor Jose de Arimateia Pureza de Oliveira, referente ao deslocamento de Santarém para Terra Santa -11/11/2017 e Terra Santa/Santarém/Belém -13/11/2017, a fim de acompanhar atendimento itinerante, publicada no DOE 33.497 de 14/11/2017.

Márcio André dos Santos Leitão
Diretor Administrativo e Financeiro, em exercício

PORTARIA Nº 3894/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/495747

R E S O L V E :

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento Belém para os municípios de Marabá - 04 à 11/12/2017, São João do Araguaia/Belém - 12 à 18/12/2017, a fim de realizar visita técnica na agência do referido município, atendendo o cronograma de ações determinadas pela DTO.

nome	Cargo	CPF	matricula
Daniel Souza Campelo	ag.fisc.transito	670.299.302-15	57190500 /2
Jorge Alberto Luz Bahia Filho	ag.fisc.transito	517.803.132-68	57227367 /1

Paula ivana freire da fONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 3895/2017-DAF/CGP,DE23/11/2017

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3600/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias constante no Processo nº 2017/484866

R E S O L V E :

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA nº 5619/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
PAULO CESAR OLIVEIRA CURY – Matrícula: 51526584
 DIRETOR – CTM IV
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339030 – Valor: 1.000,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260866

PORTARIA nº 5628/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
JOSIMAR ANTONIO LISBOA – Matrícula: 5925102
 COORDENADOR DE SEGURANÇA – CRRALT
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339030 – Valor: 2.000,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260870

PORTARIA nº 5623/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
SIMONE MARIA DE SIQUEIRA GOMES – Matrícula: 54191042
 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – GSG
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339039 – Valor: 1.050,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260874

PORTARIA nº 5622/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
LUIZ FÁBIO OLIVEIRA BARROS – Matrícula: 5798213
 SECRETÁRIO DE GABINETE – CTP
 Programa de Trabalho: 528228 - Fonte de Recurso – 0262003237
 Natureza da Despesa: 339030 – Valor: 3.355,00
 Natureza da Despesa: 339039 – Valor: 200,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260878

PORTARIA nº 5627/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
BENEDITO ORIVALDO SOCORRO TAVARES – Matrícula: 5907946
 DIRETOR – CRRCAM
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339030 – Valor: 2.000,00
 Natureza da Despesa: 339036 – Valor: 2.000,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260869

PORTARIA nº 5621/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
TATIANA CORDEIRO DE JESUS – Matrícula: 5898361
 COORDENADORA – CAVS
 Programa de Trabalho: 528277 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339036 – Valor: 1.981,19
 Programa de Trabalho: 528338 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339036 – Valor: 268,81
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260873

PORTARIA nº 5625/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
ROSEANE DOS SANTOS MARINHO – Matrícula: 7565548
 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – EAP
 Programa de Trabalho: 528278 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339039 – Valor: 400,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260877

PORTARIA nº 5620/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
PAULO ROBERTO AMARANTES JUSTINO OLIVEIRA – Matrícula: 5674840
 DIRETOR – CRPP III
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339039 – Valor: 820,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260867

PORTARIA nº 5630/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
MILTON FERRAZ DE ANDRADE – Matrícula: 5691842
 DIRETOR – CRRPA
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339030 – Valor: 1.000,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260871

PORTARIA nº 5624/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
ANE CAROLINE BARBOSA SILVA – Matrícula: 5935368
 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – PREFEITURA
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339039 – Valor: 3.000,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260875

PORTARIA nº 5626/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
FABIANO MEDEIROS FERREIRA – Matrícula: 5132588
 AGENTE PRISIONAL – PEM I
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339030 – Valor: 2.000,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260868

PORTARIA nº 5631/2017

Prazo para Aplicação (em dias): **10**
 Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
JOSÉ HILTON ROCHA DE SOUZA JUNIOR – Matrícula: 8017933
 DIRETOR – CTC
 Programa de Trabalho: 528283 - Fonte de Recurso – 0101000000
 Natureza da Despesa: 339030 – Valor: 2.500,00
 Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO

Protocolo: 260872



ERRATA

Publicação Original: 33.513
 Protocolo: 258614
 Onde se lê: valor global de R\$ 48.148,52
 Lêia-se: valor global de R\$ 48.148, 44

Protocolo: 260961

Publicação Original: 33514
 Protocolo: 259367
 Onde se lê: valor global de R\$ 2.933,33
 Lêia-se: valor global de R\$ 2.933,32

Protocolo: 260968

CONTRATO

CONTRATO: 102/2017
 OBJETO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE CABEÇAS DE IMPRESSÃO PARA PLOTER HP DESIGNJET 500, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO NGICPA/DP/DPAT, conforme as especificações e características do objeto constantes no Termo de Referência (ANEXO I do Edital) e na proposta comercial da empresa contratada apresentada no certame, que passam a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.
 VALOR: R\$ 3.634,98
 DATA DE ASSINATURA: 12/12/2017
 VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12/12/2017 a 12/06/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2017-SECULT
 PROJETO ATIVIDADE: 8338-0101006356 – 339030; PTRES: 158338; PI: 4200008338C; AÇÃO: 231148; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.122.1297-8338.
 SERVIDOR RESPONSÁVEL: Gustavo Araújo de Souza Leão
 CONTRATADO: CARLOS E MATNI DE SOUSA
 ENDEREÇO: Avenida Gentil Bittencourt, Nº2289, APT 101, bairro São Brás, CEP.: 66.063-022, cidade Belém, Estado Pará.
 ORDENADOR: Paulo Roberto Chaves Fernandes

Protocolo: 260702



DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 623 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº 33.111 de 19 de abril de 2016,
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o **Processo 2017/52608**,
RESOLVE DESIGNAR, para a função de **Fiscal do contrato nº 113/2017 - FCP**, com a empresa **S.O.S. SERVICOS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO LTDA - EPP**, que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de fossas sépticas, sumidouros, caixa de gordura e caixa de rede de água servida dos prédios da Fundação Cultural do Estado do Pará**, a servidora: **ROSA DE FÁTIMA LIMA DE OLIVEIRA**, matrícula: 37043, cargo: Coordenadora de Apoio Operacional; e como **Fiscal Substituto** o servidor: **MARCELO ROBERTO SILVA MORAES**, matrícula: 57193530, cargo: Auxiliar Operacional.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA
 Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará /FCP.

Protocolo: 260740

CONTRATO

Contrato: 113/2017
Processo: 2017/52608
Referente: Pregão Eletrônico nº 034/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de fossas sépticas, sumidouros, caixa de gordura e caixa de rede de água servida dos prédios da Fundação Cultural do Estado do Pará.
Vigência: 11/12/2017 até 11/12/2018.
Valor Total Estimado: R\$ 11.723,00 (onze mil, setecentos e vinte e três reais).
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8428 212.000.8428E, Fonte: 0661, Elemento Despesa – 449052.
Contratante: Fundação Cultural do Estado do Pará – FCP, CNPJ: 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, Bairro: Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.
Contratada: S.O.S SERVICOS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO LTDA – EPP, CNPJ nº. 34.623.926/0001-55, endereço: Av. Conselheiro Furtado, nº 3843, bairro: Guamá, CEP: 66.073-160, Belém – PA. Telefone: (91) 3249-4878, representada por **CARLOS AUGUSTO MONTALVÃO DAS NEVES**, portador do RG nº 1971746 PC/PA.
Data de Assinatura: 11/12/2017.
Ordenadora: DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
Protocolo: 260738

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 08
Contrato: 208/2015
Processo: 2015/181925
 Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO estipulado no contrato originário e termos aditivos, por mais 18 (dezoito) dias, a contar de 13/12/2017 até 30/12/2017.
 Vigência: 13/12/2017 até 30/12/2017.
 Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8428 000.401.6343 E, Fonte Recurso: 0101, Elemento Despesa: 449039, Ação: 226936.
 Contratante: Fundação Cultural do Estado do Pará – FCP, CNPJ: 14.662.886/0001-43.
 Contratada: URBS Engenharia e Serviços LTDA, CNPJ: 09.239.889/0001-39.
 Data da Assinatura: 12/12/2017.
 Presidente FCP/Ordenadora: DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
Protocolo: 260998

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 038/2017**Objeto:** Aquisição de cadeiras, para atender as necessidades da Fundação Cultural do Estado do Pará.

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	VALOR GLOBAL
01	EDER JUNIOR G. LOPES - ME	R\$ 34.850,00

Marcelo Fernandes Brazão

Pregoeiro**Protocolo: 260974****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nº440/2017

Nº PROCESSO: 2017/503876

VALOR: R\$ 1.000,00

Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93

Objeto: pagamento de cachê artístico para o artista Antônio José Amaral Ferreira, por sua apresentação no evento "Mostra de Pastorinhas", nos dias 08 e 10/12/2017, no município de Belém/Pará.

Projeto Atividade: 6520 / Fonte 010100000 / Elemento de Despesa: 339036

Ordenador: Dina Maria César de Oliveira

Protocolo: 260711**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 038/2017**

A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, considerando a ata de julgamento das Propostas financeiras do Pregão Eletrônico nº 038/2017 – Aquisição de cadeiras, para atender as necessidades da Fundação Cultural do Estado do Pará, homologa o procedimento licitatório por encontrar-se em consonância com a legislação vigente.

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	VALOR GLOBAL
01	EDER JUNIOR G. LOPES - ME	R\$ 34.850,00

Belém. (PA), 12 de Dezembro de 2017.

DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA**Presidente****Protocolo: 260975****OUTRAS MATÉRIAS****EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Partes: Fundação Cultural do Estado do Pará e Giec Comércio e Serviços Eireli-Me

Objeto: realização de serviços de Instalação de cabeamento de Rede de Telefonia.

Nº.da Nota de Empenho: 2017NE04568

Dotação Orçamentária: 400091.46202.1339114448428000010 1000000.33903900.460202.8428C

Valor: R\$ 7.309,00

Foro: Belém

Data: 11/12/2017

Ordenador: Dina Maria César de Oliveira

Protocolo: 261043

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

LICENÇA PRÊMIO**RESUMO DA PORTARIA Nº. 178/2017 DE 12/12/2017.**

Fundamento Legal: Art. 98 da Lei 5.810 de 24/01/94 (RJU)

Nome: **OSMARINA MARIA DOS SANTOS DANTAS** IF: 5906271/1

Cargo: Técnico de Administração e Finanças

Período: **11/12/2017 a 09/01/2018 (30 dias)** 1º Período

Triênio: 01/07/2013 a 30/06/2016

Processo nº 2017/527386.

Ordenador: **PAULO JOSE CAMPOS DE MELO** - Superintendente da FCG -**Protocolo: 260732****TERMO ADITIVO A CONTRATO****TERMO ADITIVO: 01**

CONTRATO: 9912415381

EXERCÍCIO: 2017

OBJETO: Visando ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a tarifa de serviços postais prestados sob monopólio dos Correios será reajustada conforme tabela de valores aprovada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, publicada no diário Oficial da União de 31.10.2017.

DATA DE ASSINATURA: 07/12/2017

CONTRATANTE: Fundação Carlos Gomes

CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ: 34.028.316/0018-51, com sede na Av. Presidente Vargas, 498, Campina, Belém/PA, CEP: 66017-900.

AUTORIZO DO PROC. Nº: 2017/487467

ORDENADOR: Paulo José Campos de Melo, Superintendente.

Protocolo: 260967**SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO****ERRATA****ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Publicação Protocolo: Nº 257055

Publicada no Diário Oficial Nº 33511 do dia 05.12.2017

ONDE SE LÊ: "R\$960,00 (novecentos e sessenta reais)..." , "...14 a 17 de dezembro de 2017..." e "...08 h às 12h...".

LEIA-SE: "R\$1.440,00 (mil, quatrocentos e quarenta reais)..." , "...15 a 17 de dezembro de 2017..." e "...08 h às 12h e de 14h às 18h..."

Protocolo: 260764**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Publicação Protocolo: Nº 257056

Publicada no Diário Oficial Nº 33511 do dia 05.12.2017

ONDE SE LÊ: "R\$960,00 (novecentos e sessenta reais)..." , "...14 a 17 de dezembro de 2017..." e "...08 h às 12h...".

LEIA-SE: "R\$1.440,00 (mil, quatrocentos e quarenta reais)..." , "...15 a 17 de dezembro de 2017..." e "...08 h às 12h e de 14h às 18h..."

Protocolo: 260768**APOSTILAMENTO**

Apostilamento.

Apostilamento Número: 1

Processo: 2016/ 63588

Contrato Administrativo Nº051/2016-Secom

Contratada: Griffio Comunicação & Jornalismo Ltda, Bastos Propaganda Ltda., Dc3 Comunicação Ltda., Galvão Comunicação Ltda., Fax Comunicação Ltda. E Gamma Comunicação Ltda.

Valor: R\$ 3.274.000,00

Justificativa: Necessidade de adequação para a previsão orçamentária anual com a atualização monetária da tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Pará-SINAPRO no percentual de 7,25% (sete vírgula vinte e cinco por cento) do valor total estimado do Contrato 051/2016 para Publicidade 24.722.1424.8255, bem como para Edição e Publicação 24.722.1424.8233.

Secretaria De Estado De Comunicação

Ordenador: Daniel Nardin Tavares.

Protocolo: 260969**DIÁRIA****PORTARIA Nº 454 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.****ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE**O Secretário de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme **PROC. Nº 2017/523186/SECOM.****RESOLVE:**

I - Conceder aos servidores relacionados: ½ (meia diária) que irão se deslocar para o município de Capanema no dia 07/12/2017, para cobertura do andamento das obras do Hospital do município.

NOME: HELOÁ BARBOSA CANALI**CPF:** 931.058.432-72**MATRICULA:** 57175196**CARGO:** JORNALISTA**NOME:** MÁCIO FERREIRA DOS SANTOS**CPF:** 440.696.182-87**MATRICULA:** 57230087**CARGO:** ASSESSOR DE IMPRENSA II**NOME:** THIAGO DE FREITAS FERREIRA**CPF:** 842.628.422-15**MATRICULA:** 5912109**CARGO:** MOTORISTA

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Daniel Nardin Tavares

Secretário de Estado de Comunicação

Protocolo: 261196**PORTARIA Nº 455 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.****ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE**O Secretário de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme **PROC. Nº 2017/521242/SECOM.****RESOLVE:**

I - Conceder a colaboradora eventual: 6½ (seis diárias e meia), que irá se deslocar ao município de Marabá no período de 12/12 a 18/12/2017, para cobertura jornalística e fotográfica da inauguração do Centro de Convenções.

NOME: CAROLINA AMORIM CORRÊA**CPF:** 877.905.722-53**CARGO:** COLABORADORA EVENTUAL

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

DANIEL NARDIN TAVARES

Secretário de Estado de Comunicação

Protocolo: 261202

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO**PORTARIA Nº 633/2017 – FUNTELPA**

A Presidente em Exercício da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 67, caput, da Lei n. 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor PAULO ROBERTO BATISTA BARROS, matrícula n.º 54196946, Coordenador Técnico desta Fundação, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 056/2017 - PROCESSO N.º 2017/414040-FUNTELPA, referente a Aquisição de 01 (uma) Matriz Computadora SD/HD-SDI com 40 entradas e 40 saídas, Design Smart Videohub/Blackmagic, enquanto dura sua vigência. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de sua publicação no DOE, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Belém/PA, 12 de dezembro de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Adelaide Oliveira de Lima Pontes

Presidente da FUNTELPA

Protocolo: 260788**PORTARIA Nº 634/2017 – FUNTELPA**

A Presidente em Exercício da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 67, caput, da Lei n. 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor PAULO ROBERTO BATISTA BARROS, matrícula n.º 54196946, Coordenador Técnico desta Fundação, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 052/2017 - PROCESSO N.º 2017/347345-FUNTELPA, referente a Contratação da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA para Serviços para Implantação de Infraestrutura de Fibra Óptica, com fornecimento de Equipamentos, enquanto dura sua vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de sua publicação no DOE, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Belém/PA, 12 de dezembro de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Adelaide Oliveira de Lima Pontes

Presidente da FUNTELPA

Protocolo: 260847**CONTRATO****CONTRATO Nº 056/2017**

Processo N.º 2017/414040

Exercício: 2017

Origem: Aquisição de 01 (uma) Matriz Computadora SD/HD-SDI com 40 entradas e 40 saídas, Design Smart Videohub/Blackmagic.

NOME: RAIMUNDO DE JESUS RIBEIRO DE AZEVEDO
CONCESSÃO: 15 DIAS
PERÍODO: 13/09/17 A 27/09/17
MATRÍCULA: 5536626/2 **CARGO:** VICE DIRETOR
LOT: EE S. FRANCISCO XAVIER/ABAETETUBA
LAUDO MÉDICO: 189688A/2
NOME: VALDILEIA CARVALHO CARDOSO DA SILVA
CONCESSÃO: 60 DIAS
PERÍODO: 16/08/17 A 14/10/17
MATRÍCULA: 5889907/1 **CARGO:** ESPEC. EDUC.
LOT: EE DONATILA LOPES/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 189633A/1
NOME: MÁRCIA DO SOCORRO DOS SANTOS GOMES
CONCESSÃO: 07 DIAS
PERÍODO: 31/08/17 A 06/09/17
MATRÍCULA: 57209164/1 **CARGO:** ESPEC. EDUC.
LOT: EE TENONÉ/ICOARACI
LAUDO MÉDICO: 189722A/1
NOME: ELSON AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA
CONCESSÃO: 46 DIAS
PERÍODO: 25/08/17 A 09/10/17
MATRÍCULA: 183180/1 **CARGO:** SERVENTE
LOT: COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 189612A/1
NOME: ELIANA LUCIA ROCHA MONTEIRO
CONCESSÃO: 60 DIAS
PERÍODO: 25/09/17 A 23/11/17
MATRÍCULA: 5777020/2 **CARGO:** PROF.
LOT: EE PEDRO PEDROSO/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 189674A/1
NOME: SILVANA DE ALMEIDA SARMENTO
CONCESSÃO: 30 DIAS
PERÍODO: 11/09/17 A 10/10/17
MATRÍCULA: 54189514/2 **CARGO:** ESPEC. EDUC.
LOT: DIRETORIA DE ENSINO/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 189669A/1
NOME: SILMARA FERNANDA ALVES DO NASCIMENTO
CONCESSÃO: 60 DIAS
PERÍODO: 12/09/17 A 10/11/17
MATRÍCULA: 5893880/2 **CARGO:** ESPEC. EDUC.
LOT: EE XV DE NOVEMBRO/ICOARACI
LAUDO MÉDICO: 189671A/1
NOME: SEBASTIÃO PONTES DE FREITAS JUNIOR
CONCESSÃO: 30 DIAS
PERÍODO: 09/10/17 A 07/11/17
MATRÍCULA: 57215423/1 **CARGO:** SERVENTE
LOT: EE MARIA CAMARA PAES/BREVES
LAUDO MÉDICO: 189878A/1
NOME: SILVIO JOSÉ PENA PANTOJA
CONCESSÃO: 08 DIAS
PERÍODO: 20/09/17 A 27/09/17
MATRÍCULA: 5229189/1 **CARGO:** PROF.
LOT: EE JOÃO XXIII/ANANINDEUA
LAUDO MÉDICO: 189833A/1
NOME: VIVIANI GUAITOLINI DE OLIVEIRA
CONCESSÃO: 45 DIAS
PERÍODO: 30/08/17 A 13/10/17
MATRÍCULA: 54197500/1 **CARGO:** PROF.
LOT: EE PORANGA JUCÁ/ICOARACI
LAUDO MÉDICO: 189666A/1
NOME: VANESSA MESQUITA LAREDO
CONCESSÃO: 48 DIAS
PERÍODO: 14/09/17 A 31/10/17
MATRÍCULA: 57224121/1 **CARGO:** ASS. ADM.
LOT: EE ALBANÍZIA OLIVEIRA/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 189874A/1
NOME: WAGNER NEVES MAGNO
CONCESSÃO: 45 DIAS
PERÍODO: 22/09/17 A 05/11/17
MATRÍCULA: 54189487/4 **CARGO:** PROF.
LOT: EE SANTO AFONSO/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 189845A/2
NOME: TEREZINHA DE JESUS RODRIGUES DOS SANTOS
CONCESSÃO: 06 DIAS
PERÍODO: 16/09/17 A 21/09/17
MATRÍCULA: 5225388/2 **CARGO:** PROF.
LOT: EE JUSTO CHERMONT/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 189697A/1
NOME: GISELLI CLÁUDIA PINHEIRO SANTOS
CONCESSÃO: 21 DIAS
PERÍODO: 07/06/17 A 27/06/17
MATRÍCULA: 5809711/2 **CARGO:** ESPEC. EDUC.
LOT: EE SANTA LUZIA/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 31411
NOME: GISELLI CLÁUDIA PINHEIRO SANTOS
CONCESSÃO: 21 DIAS
PERÍODO: 07/06/17 A 27/06/17
MATRÍCULA: 5809711/4 **CARGO:** PROF.
LOT: EE SANTA LUZIA/BELÉM
LAUDO MÉDICO: 31411

NOME: VANDA MELO DOS SANTOS
CONCESSÃO: 05 DIAS
PERÍODO: 04/09/17 A 08/09/17
MATRÍCULA: 57208810/1 **CARGO:** ESPEC. EDUC.
LOT: EE WALKISE VIANNA/MARABÁ
LAUDO MÉDICO: 10099/17
NOME: VANDA MELO DOS SANTOS
CONCESSÃO: 16 DIAS
PERÍODO: 13/09/17 A 28/09/17
MATRÍCULA: 57208810/1 **CARGO:** ESPEC. EDUC.
LOT: EE WALKISE VIANNA/MARABÁ
LAUDO MÉDICO: 10098/17
NOME: VANILDA DE AZEVEDO BARBOSA
CONCESSÃO: 60 DIAS
PERÍODO: 26/08/17 A 24/10/17
MATRÍCULA: 606812/1 **CARGO:** SERVENTE
LOT: EE S. FRANCISCO XAVIER/ABAETETUBA
LAUDO MÉDICO: 189784A
NOME: TATIANE SILVA PEREIRA
CONCESSÃO: 15 DIAS
PERÍODO: 02/10/17 A 16/10/17
MATRÍCULA: 5803063/2 **CARGO:** PROF.
LOT: EE NS. SRA. DO GUADALUPE/SANTARÉM
LAUDO MÉDICO: 3075/17
NOME: TEREZINHA DE JESUS PALÁCIO RODRIGUES
CONCESSÃO: 15 DIAS
PERÍODO: 02/10/17 A 16/10/17
MATRÍCULA: 5769990/2 **CARGO:** PROF.
LOT: EE PLÍNIO PINHEIRO/MARABÁ
LAUDO MÉDICO: 10127/17
NOME: SEBASTIÃO ROQUE BARREIROS ALVES
CONCESSÃO: 123 DIAS
PERÍODO: 21/08/17 A 21/12/17
MATRÍCULA: 6025617/1 **CARGO:** VIGIA
LOT: 2ª URE/CAMETÁ
LAUDO MÉDICO: 033/17
NOME: SÔNIA REGINA DA SILVA FERREIRA
CONCESSÃO: 45 DIAS
PERÍODO: 12/09/17 A 26/10/17
MATRÍCULA: 55589516/1 **CARGO:** PROF.
LOT: EE PLÍNIO PINHEIRO/MARABÁ
LAUDO MÉDICO: 10134/17
NOME: SINARA SOARES CANGUSSU
CONCESSÃO: 31 DIAS
PERÍODO: 06/10/17 A 05/11/17
MATRÍCULA: 57210211/1 **CARGO:** ESPEC. EDUC.
LOT: EE ANÍZIO TEIXEIRA/MARABÁ
LAUDO MÉDICO: 10119/17
NOME: RORIMA DIANA OLIVEIRA ESTEVES
CONCESSÃO: 31 DIAS
PERÍODO: 26/09/17 A 26/10/17
MATRÍCULA: 5711649/2 **CARGO:** PROF.
LOT: EE FLORENTINA DAMASCENO/S. LUZIA DO PARÁ
LAUDO MÉDICO: 275/17
NOME: ROBERTO ALENCAR DOS SANTOS BONFIM
CONCESSÃO: 12 DIAS
PERÍODO: 20/09/17 A 01/10/17
MATRÍCULA: 5768586/2 **CARGO:** PROF.
LOT: EE MARLUCE MASSARIOL/PARAUPEBAS
LAUDO MÉDICO: 10095A/17
NOME: RAIMUNDO DA SILVA FARIAS
CONCESSÃO: 15 DIAS
PERÍODO: 10/06/17 A 24/06/17
MATRÍCULA: 5889823/1 **CARGO:** PROF.
LOT: EE CARMEM FERREIRA/ABAETETUBA
LAUDO MÉDICO: 071/17
NOME: RAIMUNDO DA SILVA FARIAS
CONCESSÃO: 30 DIAS
PERÍODO: 23/10/17 A 21/11/17
MATRÍCULA: 5889823/1 **CARGO:** PROF.
LOT: EE CARMEM FERREIRA/ABAETETUBA
LAUDO MÉDICO: 072/17
NOME: RAIMUNDA DIAS DA COSTA
CONCESSÃO: 120 DIAS
PERÍODO: 01/08/17 A 28/11/17
MATRÍCULA: 57212808/1 **CARGO:** SERVENTE
LOT: EE S. FRANCISCO XAVIER/ABAETETUBA
LAUDO MÉDICO: 075/17
NOME: ELIZABETE DE MELO FARIAS
CONCESSÃO: 90 DIAS
PERÍODO: 26/09/17 A 24/12/17
MATRÍCULA: 5548870/1 **CARGO:** ASS. ADM.
LOT: EE WILSON DA FONSECA/SANTARÉM
LAUDO MÉDICO: 3060/17
NOME: EMERSON DE JESUS COSTA DA COSTA
CONCESSÃO: 60 DIAS
PERÍODO: 05/09/17 A 03/11/17
MATRÍCULA: 57218298/1 **CARGO:** PROF.
LOT: EE BENEDITA LIMA/ABAETETUBA
LAUDO MÉDICO: 074/17

Protocolo: 261135

ERRATA

ERRATA AO PROTOCOLO Nº 219420

Contrato de Aquisição nº 235/2017 – SEDUC/Canaã Distribuidor de Alimentos Ltda - Epp.
 Onde se Lê:
 Vigência: 23/08/2017 a 22/08/2017
 Leia-se:
 Vigência: 23/08/2017 a 22/08/2018
 Publicado no DOE: 33444 de 24/08/2017.

Protocolo: 260819

ERRATA AO PROTOCOLO Nº 254542

Contrato de Empreitada Global nº 361/2017 – SEDUC/Elevar Construções e Serviços Eireli Epp.
 Onde se Lê:
 Vigência: 27/11/2017 a 24/02/2017
 Leia-se:
 Vigência: 27/11/2017 a 24/02/2018
 Publicado no DOE: 33507 de 29/11/2017.

Protocolo: 260659

CONTRATO

CONTRATO: 355

Exercício: 2017
 Concorrência Pública: 08/2017_NLIC/SEDUC
 Objeto do Contrato: Construção de escolas com 06 (seis) salas de aula nas aldeias Missão São Francisco e Sai Cinzas, localizadas no município de Jacareacanga/PA.
 Valor Global: R\$ 3.117.467,42, sendo:
 Construção de Escolas com 06 (seis) Salas de Aula na Aldeia Sai Cinzas - R\$ 1.558.733,71;
 Construção de Escolas com 06 (seis) Salas de Aula na Aldeia Missão São Francisco - R\$ 1.558.733,71.
 Dotação Orçamentária:
 Fonte: 0306002247 – Produto: 1085 – Função Programática: 16101.12.422.1422 – Projeto Atividade: 7550 – Natureza de Despesa: 4490.51
 Fonte: 6302002247 – Produto: 1085 – Função Programática: 16101.12.422.1422 – Projeto Atividade: 7550 – Natureza de Despesa: 4490.51
 Fonte: 2102004800 – Produto: 1085 – Função Programática: 16101.12.422.1422 – Projeto Atividade: 7550 – Natureza de Despesa: 4490.51
 Partes:
 Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, Cep.: 66.820-000, Tenoné, Belém/Pa. Telefone: 9132015113
 Contratada: Casa Branca Construções Ltda - Epp. CNPJ: 11.159.487/0001-76, com sede na Rua dos Pariquis, nº 3001, Sala 309, CEP.: 66.040-045, Cremação, Belém/PA.
 Foro: Belém
 Data de Assinatura: 12/12/2017
 Vigência: 12/12/2017 a 11/12/2018
 Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/ Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 260739

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO: 1

Objeto do Contrato: Locação do imóvel localizado Rio Maracapucú Médio, Município de Abaetetuba/PA, para funcionamento da moradia de professores do sistema de Organização Modular de Ensino/SOME.
 Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do Contrato Original.
 Contrato: 028
 Exercício: 2016
 Dispensa de Licitação nº 034/2016-NLIC/SEDUC
 Dotação Orçamentaria:
 Fonte: 0104 – Produto: 2227 – Func. Programática: 16101.12.362.1416 – Projeto Atividade: 8478– Natureza de Despesa: 3390.36
 Partes:
 Locatária: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/Pa.
 Locador: ANTÔNIO RODRIGUES PINHIRO/CPF Nº: 449.949.902-04, residente e domiciliado na localidade Rio Maracapucú Médio, Abaetetuba/PA.
 Foro: Belém
 Data de Assinatura: 06/12/2017
 Vigência: 07/12/2017 a 06/12/2018
 Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/ Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 261194

TERMO ADITIVO: 4

Objeto do Contrato: Reforma geral da escola e construções na EEEM. Desembargador Augusto Olímpio em Nova Timboteua/Pa. Objeto do Aditivo: Alterar a Cláusula Segunda (de valor) do Contrato Original.

Contrato: 04
Exercício: 2016
Concorrência Pública: 03/2015_NLIC/SEDUC
Valor: R\$ 238.611,29

Dotação Orçamentária:
Fonte: 2102004800 – Produto: 3008 – Função Programática: 16101.12.122.1416 – Projeto Atividade: 7604 – Natureza de Despesa: 4490.51

Partes:
Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, Cep.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/Pa. Telefone: 9132015113
Contratada: Texas Construções e Saneamento Ltda-Epp. CNPJ: 04.884.383/0001-69, com sede na Alameda Maryluci, nº 51, CEP: 66.630-505, Marco, Belém/Pa.
Data de Assinatura: 12/12/2017
Vigência: 12/12/2017 a 08/03/2018.
Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/ Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 261177

TERMO ADITIVO: 1

Objeto do Contrato: Locação do imóvel urbano localizado Rio Sapucajuba, Município de Abaetetuba/Pa, para funcionar como moradia de professores do sistema de Organização Modular de Ensino/SOME.

Objeto do Aditivo: Prorrogação do Contrato Original.

Contrato: 032
Exercício: 2016
Dispensa de Licitação nº 039/2016-NLIC/SEDUC
Dotação Orçamentária:

Fonte: 0104 – Produto: 2227 – Func. Programática: 16101.12.362.1416 – Projeto Atividade: 8478– Natureza de Despesa: 3390.36

Partes:
Locatária: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/Pa.
Locador: Raimundo Bararua Corrêa/CPF Nº:169.385.262-49, residente e domiciliado na localidade Rio Sapucajuba, Abaetetuba/PA.

Foro: Belém
Data de Assinatura: 06/12/2017
Vigência: 07/12/2017 a 06/12/2018

Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/ Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 260884

TERMO ADITIVO: 2

Objeto do Contrato: Locação de imóvel para funcionamento da EEEM Clube de Mães Rita de Cassia Belém/Pa. Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação de vigência do contrato original.

Contrato: 022
Exercício: 2015
Dispensa de Licitação Nº 017/2015-NLIC/SEDUC
Dotação Orçamentária:

Fonte: 0104 – Produto: 2227 – Func. Programática: 16101.12.362.1416. – Projeto Atividade: 8478 – Natureza de Despesa: 3390.39. Partes:

Locatária: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/Pa.
Locadora: Ação Social Católica Beato José de Anchieta, CNPJ Nº 11.099.945/0001-29, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, Conjunto Maguari Alameda 13 nº 250, Bairro Coqueiro, Belém/ Pa.

Data de Assinatura: 07/12/2017
Vigência: 11/12/2017 até 10/12/2018

Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/ Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 260902

TERMO ADITIVO: 6º

Objeto do Contrato: Locação do imóvel para funcionamento do Núcleo de Tecnologia Educacional/NTE Tucuruí/Pa. Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação de vigência do contrato original.

Contrato: 019
Exercício: 2011
Dispensa de Licitação: 024/2011-NLIC/SEDUC
Partes:

Locatária: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/Pa.

Locador: Henrique Bona Brandão Mousinho Neto. CPF Nº: 528.236.872-20, RG Nº: 4612502 SSP/PS, residente e domiciliado no Município de Tucuruí/Pa.
Data de Assinatura: 01/12/2017
Vigência: 03/12/2017 a 02/12/2018
Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 261002

TERMO ADITIVO: 1

Objeto do Contrato: Locação de imóvel localizado Rio Maracapucu, Município de Abaetetuba/Pa, para funcionar como moradia de professores do Sistema de Organização Modular de Ensino/SOME.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do Contrato Original.

Contrato: 030
Exercício: 2016
Dispensa de Licitação nº 031/2016-NLIC/SEDUC
Dotação Orçamentária:

Fonte: 0104 – Produto: 2227 – Func. Programática: 16101.12.362.1416 – Projeto Atividade: 8478– Natureza de Despesa: 3390.36

Partes:
Locatária: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/Pa.

Locador: Raimundo do Espírito Santo Ferreira/CPF nº. 030.344.022-87, residente e domiciliado na localidade Rio Maracapucu, Abaetetuba/PA.

Foro: Belém
Data de Assinatura: 06/12/2017
Vigência: 07/12/2017 a 06/12/2018

Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 260950

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO**

**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2017-NLIC/SEDUC**

Processo nº 1.150.259/2017-SIIG

Objeto: Aquisição de UNIFORME PARA BANDA SINFÔNICA, para atendimento aos músicos e bailarinos da E.E.E.F.M. LAURO SODRÉ.

ITEM	OBJETO	QTD.	VLR. UNITÁRIO	VLR. GLOBAL
15	Sapato de cadarço todo em couro legítimo. TAM. 36	05 PARES	75,00	375,00
16	Sapato de cadarço todo em couro legítimo. TAM. 37	10 PARES	75,00	750,00
17	Sapato de cadarço todo em couro legítimo. TAM. 38	10 PARES	75,00	750,00
18	Sapato de cadarço todo em couro legítimo. TAM. 39	20 PARES	75,00	1.500,00
19	Sapato de cadarço todo em couro legítimo. TAM. 40	20 PARES	75,00	1.500,00
20	Sapato de cadarço todo em couro legítimo. TAM. 42	10 PARES	75,00	750,00
21	Sapato de cadarço todo em couro legítimo. TAM. 44	05 PARES	75,00	375,00

Observação: Os itens 01, 02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,1 3,14,22,23,24,25 e 26 foram FRACASSADOS.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 6.000,00

Belém/PA, 11 de dezembro de 2017.
Marilea Ferreira Sanches
Homologador Substituto

Protocolo: 260954

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO**

**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2017-NLIC/SEDUC**

Processo nº 1.060.495/2016-SIIG

Objeto: Aquisição de 02 Caixas Amplificadas – 15” – Ativa – Potencia de 400 Whats, Suporte e Serviço de Instalação, para uso do Conselho Estadual de Educação, nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

AUDIOVISÃO ELETROACÚSTICA LTDA - EPP C.N.P.J: 00.489.661/0001-22	
ITEM	01
VALOR DO ITEM	R\$ 3.594,70
VALOR GLOBAL DO ITEM	R\$ 3.594,70

ILZA LEÃO DA SILVA CUNHA - ME C.N.P.J: 22.998.059/0001-53	
ITEM	02
VALOR DO ITEM	R\$ 212,48
VALOR GLOBAL DO ITEM	R\$ 212,48

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 3.807,18
Belém/PA, 11 de dezembro de 2017.
Marilea Ferreira Sanches
Homologador Substituto

Protocolo: 260945

DIÁRIA

PORTARIA DE DIARIAS No 34329/2017

OBJETIVO: FORMAÇÃO DOS SERVIDORES QUE ATUAM NO PROJETO MUNDIAR (PROFESSORES, SUPERVISORES E ORDENADORES) REFERENTE A FORMAÇÃO DO MÓDULO IV 2016.

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO

PAU DARCO/MARABÁ 05/11/2017 Nº Diárias: 6

MARABÁ/PAU DARCO 11/11/2017 Nº Diárias: 0,5

NOME: DEURIMARCOS MOREIRA SANTOS

MATRICULA: 5930599 CPF 789.031.901-06

CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP

ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 121.860.152-34

Protocolo: 260746

TORNAR SEM EFEITO

Número do Protocolo: 260635

A Publicação da errata ao contrato nº 361/2017

Partes: SEDUC/Elevar Construções e Serviços Eireli Epp.

Publicado no Diário Oficial nº 33515 em 12/12/2017

Protocolo: 260804

OUTRAS MATÉRIAS

DESIGNAR

Portaria nº.:12823/2017 de 11/12/2013

Designar WALDIRENE CARVALHO ANTONIO JOSÉ, Matrícula nº 5558654/1, Espec. em Educação, para responder pela função de **Diretor I (GED-3)** da EEEF.Padre José Gismont/Belém, durante o impedimento do titular, no período de 04/12/2017 a 02/01/2018.

Portaria nº.:12822/2017 de 11/12/2013

Designar TERESA RAQUEL FERREIRA DE ALENCAR, Matrícula nº 57208443/1, Espec. em Educação, para responder pela função de **Diretor I (GED-3)** da EEEF. Santa Terezinha/Belém, durante o impedimento do titular, no período de 21/11/2017 a 04/01/2018.

REVOGAR

Portaria nº.: 11932/2017 de 07/12/2017

Revogar, a contar de 01/12/2017, a cessão para o INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ, da servidora MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS FERREIRA, matricula nº 730882/1, Servente, concedida através da portaria nº 4511/2010 de 09/04/2010, sem ônus para o Órgão de origem.

LICENÇA ESPECIAL

Portaria nº.: 12817/2017 de 11/12/2017

Nome: LAUDY DA VEIGA FRANCO
Matrícula:6014712/1 Cargo:Professor
Lotação:EE Prof Izabel Maracaipe/Itupiranga
Período: 01/12/17 a 29/01/18
Triênios:02/05/97 a 01/05/00

Portaria nº.: 12819/2017 de 11/12/2017

Nome: JORGE AFONSO VEIGA CASTRO
Matrícula:54191106/2 Cargo:Espec. em Educação
Lotação:UT Yolanda Martins/Belém
Período: 15/01/18 a 15/03/18
Triênios:28/11/11 a 27/11/14

Portaria nº.: 12818/2017 de 11/12/2017

Nome: MARIA SEBASTIANA DO ESPIRITO SANTO DOS SANTOS
Matrícula:3213692/3 Cargo:Professor
Lotação:EE Prof Guajarina Menezes Silva/S Joao de Pirabas
Período: 02/01/18 a 02/03/18
Triênios:25/04/09 a 24/04/12

Portaria nº.12785/2017 de 11/12/2017

Nome: KATYA CECILIA DE MELO
Matrícula: 5775027/2 Cargo: Professor
Lotação: EE. Augusto Olimpio Sede/Nova Timboteua
Período: 01/03/18 a 29/04/18
Triênios: 17/02/04 a 16/02/07

Portaria nº.12784/2017 de 11/12/2017

Nome: DONATILA BATISTA LOPES
Matrícula: 778567/1 Cargo: Professor
Lotação: EEEF. Santa Terezinha/Belém
Período: 30/11/17 a 28/01/18
Triênios: 03/06/96 a 02/06/99

Portaria nº.12733/2017 de 07/12/2017

Nome: VALDELICE DO SOCORRO MONTEIRO MACHADO
Matrícula: 756210/1 Cargo: Professor
Lotação: Conselho Estadual de Educação/Belém
Período: 02/01/18 a 02/03/18
Triênios: 10/04/13 a 09/04/16

Portaria nº.12734/2017 de 07/12/2017

Nome: SOLANGE MARIA OLIVEIRA DIAS
Matrícula: 5858283/3 Cargo: Assist. Administrativo
Lotação: Diretoria de Recursos Humanos/Belém
Período: 01/02/18 a 02/03/18
Triênios: 12/07/14 a 11/07/17

Portaria nº.12737/2017 de 07/12/2017

Nome: MARTA DE SOUZA NASCIMENTO
Matrícula: 366960/2 Cargo: Professor
Lotação: 8ª URE/Castanhal
Período: 30/11/17 a 28/01/18
Triênios: 30/04/00 a 29/04/03

Portaria nº.12735/2017 de 07/12/2017

Nome: LEA AGRIA MACHADO
Matrícula: 5901501/1 Cargo: Espec. Em Educação
Lotação: EE. Poranga Jucá/Icoaraci
Período: 02/01/18 a 02/03/18
Triênios: 31/07/12 a 30/07/15

Portaria nº.12732/2017 de 07/12/2017

Nome: ANA SILVIA DE SOUZA OLIVEIRA
Matrícula: 57208843/2 Cargo: Professor
Lotação: Depto de Educação Especial/Belém
Período: 11/12/17 a 08/02/18
Triênios: 28/05/12 a 27/05/15

APROVAÇÃO ESCALA DE FÉRIAS**Portaria nº.: 1227/2017 de 13/10/2017**

Nome: ROSANA CARDOSO PEREIRA
Matrícula: 57228458/1 Período: 01/12 à 30/12/17 Exercício: 2017
Unidade: EE Prof Bernardino Pereira de Barros/Abaetetuba

Portaria nº.: 1260/2017 de 13/10/2017

Nome: CARLA LIMA SILVA
Matrícula: 5891147/1 Período: 01/12 à 30/12/17 Exercício: 2017
Unidade: EE Prof Oscarina Silva Pereira/Abaetetuba

Portaria nº.: 12825/2017 de 11/12/2017

Nome: ROSALI DE MOURA CARVALHO FONSECA
Matrícula: 55586727/3 Período: 01/02 à 02/03/18 Exercício: 2017
Unidade: Depto. de Educação Especial/Belém

Portaria nº.: 12730/2017 de 07/12/2017

Nome: GEISA ACACIA TAVARES
Matrícula: 57195631/2 Período: 02/01 à 15/02/18 Exercício: 2017
Unidade: Diretoria de Ensino/Belém

Portaria nº.: 12729/2017 de 07/12/2017

Nome: MARA GISELY MARTINS DA SILVA
Matrícula: 57208237/1 Período: 08/01 à 21/02/18 Exercício: 2017
Unidade: Diretoria de Ensino/Belém

Portaria nº.: 12731/2017 de 07/12/2017

Nome: MARCO AURELIO CABRAL BEZERRA
Matrícula: 5903479/1 Período: 10/01 à 08/02/18 Exercício: 2017
Unidade: Divisão de Transporte/Belém
TORNAR SEM EFEITO

Portaria nº.: 12824/2017 de 11/12/2017

Tornar sem efeito a portaria nº 783/2016 DE 05/04/2016, que concedeu férias, no período de 01/09/2016 à 30/09/2016, a servidora RAFAELA VENCESLAU DA SILVA, matrícula 5891954/1, Merendeira, lotada na EE Jose Maria de Moraes/Barcarena, referente ao exercício de 2016, para fins de regularização funcional.

ERRATA**ERRATA da Portaria nº.: 12738/2017 de 07/12/2017**

Nome: SONIA MARIA FERREIRA MUNIZ DOS SANTOS
Onde se lê: TRIENIO
Leia-se: QUINQUENIO

Publicada no Diário Oficial nº. 33.515 DE 12/12/2017**ERRATA da Portaria nº.: 12700/2017 de 01/11/2017**

Nome: MARCELA ARITEIA OLIVEIRA NOGUEIRA
Onde se lê: Portaria nº.: 12700/2017 de 01/11/2017, Matrícula nº 54190526/3, Professor.
Leia-se: Portaria nº.: 12700/2017 de 01/12/2017, Matrícula nº 54190526/2, Espec. em Educação.
Publicada no Diário Oficial nº. 33.513 de 07/12/2017

Protocolo: 261096

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO**

COMUNICAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO**TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2017**

Processo nº 895.719/2015

A Secretaria de Estado de Educação/SEDUC, através do Núcleo de Licitação - NLIC comunica aos interessados na **TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2017-NLIC/SEDUC**, cujo objeto é contratação de empresa de engenharia para adequação para climatização da EEEM PADRE JOSÉ NICOLINO DE SOUZA, localizada no município de ORIXIMINÁ-PA., que **NOTIFICA** as licitantes **FENIX CONTRUÇÃO E SERVIÇO EIRELLI – EPP e CONTAP CONSTRUTORA LTDA.**, apresentarem, no prazo de 48 horas, sob pena de desclassificação, a proposta devidamente corrigida, Belém, 12 de dezembro de 2017
Lívia Donza Barroso
Presidente Comissão Especial de Licitação

Protocolo: 261010

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO**

COMUNICAÇÃO REABERTURA**TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2017-NLIC/SEDUC**

Processo nº 900.934/2015

A Secretaria de Estado de Educação / SEDUC, através do Núcleo de Licitação - NLIC comunica aos interessados na **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2017-CEL/NLIC/SEDUC**, cujo objeto é reforma geral e ampliação da EEEFM UMARIZAL, no Município de Cachoeira do Arari no Estado do Pará, que a **REABERTURA DO CERTAME ocorrerá no dia 03/01/2018, às 10:00 horas.** Belém, 12 de setembro de 2017
Lívia Donza Barroso
Presidente Comissão Especial de Licitação

Protocolo: 261056

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO**

COMUNICAÇÃO**CONCORRÊNCIA Nº 022/2017**

Processo nº 1.075.251/2016

A Secretaria de Estado de Educação/SEDUC, através do Núcleo de Licitação - NLIC comunica aos interessados na **CONCORRÊNCIA Nº 022/2017-NLIC/SEDUC**, cujo objeto é contratação de empresa especializada na execução de construção de nova escola com 12 salas de aula na EEEFM SÃO MIGUEL DE BEJA, no município de ABAETETUBA-PA., a seguinte retificação: No total do item 5 da **Urbanização** onde se lê R\$ 256.148,59. Leia-se R 842.299,17. No total do item 6 do **Recreio Coberto** onde se lê R\$ 189.674,84. Leia-se R 194.008,30. No total na planilha **Proteção e Combate a Incêndio** onde se lê Município de Castanhal. Leia-se Município de Abaetetuba. Belém, 12 de dezembro de 2017
Lívia Donza Barroso
Presidente Comissão Especial de Licitação

Protocolo: 261003

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**PORTARIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
PORTARIA Nº 211/2017- GAB/CCNT DE 11 DE
OUTUBRO DE 2017.**

ASSUNTO: Designação de Servidor

A Diretora do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas:

RESOLVE

Art.1 – **DESIGNAR** o servidor MADSON ALAN ROCHA DE SOUSA para deslocamento em expedição à Reserva Indígena, Alto Rio-Guamá, no Município de Paragominas, de 13 à 16 de outubro de 2017, em parceria com a IDEFLOR-BIO, com objetivo de organizar a participação dos discentes do Projeto Intercultural Indígena na Semana Acadêmica do Campus IV, período de 07 a 10 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 11 de outubro de 2017.

Prof.ª Eliane de Castro Coutinho

Diretora do CCNT

Protocolo: 260962**ERRATA**

**II ERRATA AO EDITAL Nº 084/2017 - UEPA
PROCESSO SELETIVO 2018 PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO EM NÍVEL DE MESTRADO ACADÊMICO**

A Universidade do Estado do Pará torna público a seguinte alteração no **ANEXO I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**, conforme especificado abaixo:

ONDE SE LÊ:

Resultados após a apreciação dos recursos (Primeira Fase)	16/01/2018
Convocação e divulgação do cronograma e do local onde serão realizadas a Segunda Fase e suas respectivas etapas.	16/01/2018

LEIA-SE:

Resultados após a apreciação dos recursos (Primeira Fase).	16/02/2018
Convocação e divulgação do cronograma e do local onde serão realizadas a Segunda Fase e suas respectivas etapas.	16/02/2018

Belém, 12 de dezembro de 2018.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da Universidade do Estado do Pará, em exercício.

Protocolo: 260944**DIÁRIA****CONCESSÃO DE DIÁRIAS****PORTARIA Nº 4068/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR

ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA

DESTINO: SÃO FELIX DO XINGU-PA

NOME DO SERVIDOR: RAPHAEL DO NASCIMENTO GENTIL

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR

ID. FUNCIONAL: 54196793-2

DATA INÍCIO: 23.01.2018

DATA TÉRMINO: 02.02.2018

QUANTIDADE: 10 e ½ (dez e meia)

PORTARIA Nº 4069/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR

ORIGEM: BELEM-PA

PORTARIA Nº 4089/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: CASTANHAL-PA
NOME DO SERVIDOR: RODRIGO FERREIRA DE MORAES
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO
ID. FUNCIONAL: 55588615-5
DATA INICIO: 05.02.2018
DATA TÉRMINO: 10.02.2018
QUANTIDADE: 05 e ½ (cinco e meia)

PORTARIA Nº 4090/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: MARABA-PA
DESTINO: CAMETA-PA
NOME DO SERVIDOR: DANILLO DOS SANTOS SILVA
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5907631-2
DATA INICIO: 23.01.2018
DATA TÉRMINO: 31.01.2018
QUANTIDADE: 08 e ½ (oito e meia)

PORTARIA Nº 4020/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: CASTANHAL-PA
NOME DO SERVIDOR: ALDENIZA DE OLIVEIRA XIMENES
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 226246-4
DATA INICIO: 16.01.2018
DATA TÉRMINO: 23.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4021/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de jornada de TCC pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: BREVES -PA
NOME DO SERVIDOR: ANTONIO CESAR MATIAS DE LIMA
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5349001-4
DATA INICIO: 02.01.2018
DATA TÉRMINO: 04.01.2018
QUANTIDADE: 02 e ½ (duas e meia)

PORTARIA Nº 4057/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de banca de TCC pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA -PA
NOME DO SERVIDOR: NADIARA BITTENCOURT VIDAL
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INICIO: 11.01.2018
DATA TÉRMINO: 14.01.2018
QUANTIDADE: 03 e ½ (três e meia)

PORTARIA Nº 4058/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de jornada de TCC pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: PARAGOMINAS -PA
NOME DO SERVIDOR: SANDRO ANTONIO JOSE DE MESQUITA
CARGO: PROFESSOR AUXILIAR
ID. FUNCIONAL: 5795087-3
DATA INICIO: 05.12.2017
DATA TÉRMINO: 06.12.2017
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA Nº 4059/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de jornada de TCC pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: PARAGOMINAS -PA
NOME DO SERVIDOR: JOSE ANTONIO DE CASTRO SILVA

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5878543-2
DATA INICIO: 05.12.2017
DATA TÉRMINO: 06.12.2017
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA Nº 4060/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de jornada de TCC pelo PARFOR
ORIGEM: PARAGOMINAS -PA
DESTINO: SALVATERRA-PA
NOME DO SERVIDOR: SANDRA DO SOCORRO DE MIRANDA NEVES
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 55590193-2
DATA INICIO: 09.01.2018
DATA TÉRMINO: 19.01.2018
QUANTIDADE: 10 e ½ (dez e meia)

PORTARIA Nº 4061/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CAPITÃO POÇO-PA
NOME DO SERVIDOR: WILLAME DE OLIVEIRA RIBEIRO
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 57202059-2
DATA INICIO: 07.01.2018
DATA TÉRMINO: 14.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4062/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: ACARA-PA
NOME DO SERVIDOR: SINAIDA MARIA VASCONCELOS
CARGO: PROFESSOR ADJUNTO
ID. FUNCIONAL: 5061784-2
DATA INICIO: 07.01.2018
DATA TÉRMINO: 14.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4065/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CAMETA-PA
NOME DO SERVIDOR: JANETE BENJAMIM
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5353106-2
DATA INICIO: 30.01.2018
DATA TÉRMINO: 06.02.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4066/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CAMETA-PA
NOME DO SERVIDOR: JANETE BENJAMIM
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5353106-2
DATA INICIO: 30.01.2018
DATA TÉRMINO: 06.02.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4067/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: JACAREACANGA-PA
NOME DO SERVIDOR: JAQUELINE BRANDÃO DA SILVA
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INICIO: 26.01.2018
DATA TÉRMINO: 11.02.2018
QUANTIDADE: 16 e ½ (dezesesseis e meia)

PORTARIA Nº 4093/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA

DESTINO: CAMETA-PA
NOME DO SERVIDOR: VALMIR JOSE MOTTA CONCEIÇÃO
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 6034640-3
DATA INICIO: 09.01.2018
DATA TÉRMINO: 19.01.2018
QUANTIDADE: 10 e ½ (dez e meia)

PORTARIA Nº 4092/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SÃO SEBASTIAO DA BOA VISTA-PA
NOME DO SERVIDOR: MONIQUE DE ARAUJO ELIAS
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INICIO: 18.01.2018
DATA TÉRMINO: 26.01.2018
QUANTIDADE: 08 e ½ (oito e meia)

PORTARIA Nº 4094/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SALVATERRA-PA
NOME DO SERVIDOR: MANOEL DELMO SILVA DE OLIVEIRA
CARGO: PROFESSOR AUXILIAR
ID. FUNCIONAL: 457361-4
DATA INICIO: 18.01.2018
DATA TÉRMINO: 26.01.2018
QUANTIDADE: 08 e ½ (oito e meia)

PORTARIA Nº 4095/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CAMETA-PA
NOME DO SERVIDOR: EVITON CORREA DE SOUSA
CARGO: PROFESSOR AUXILIAR
ID. FUNCIONAL: 54188854-1
DATA INICIO: 30.01.2018
DATA TÉRMINO: 11.02.2018
QUANTIDADE: 12 e ½ (doze e meia)

PORTARIA Nº 4096/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CAMETA-PA
NOME DO SERVIDOR: JANE GLAIBY SILVA BASTOS
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5103720-1
DATA INICIO: 09.01.2018
DATA TÉRMINO: 17.01.2018
QUANTIDADE: 08 e ½ (oito e meia)

PORTARIA Nº 4097/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: realizar defesa de TCC
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: MANOEL RIBEIRO DE MORAES JUNIOR
CARGO: PROFESSOR ADJUNTO
ID. FUNCIONAL: 57233052-1
DATA INICIO: 15.01.2018
DATA TÉRMINO: 16.01.2018
QUANTIDADE: 1 e ½ (uma e meia)

PORTARIA Nº 4098/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SANTAREM-PA
NOME DO SERVIDOR: DANIEL ARAUJO SOMBRA SOARES
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO
ID. FUNCIONAL: 5888665-2
DATA INICIO: 24.01.2018
DATA TÉRMINO: 02.02.2018
QUANTIDADE: 9 e ½ (nove e meia)

PORTARIA Nº 4123/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: IGARAPE-AÇU-PA
NOME DO SERVIDOR: CLAUDETE DO SOCORRO QUARESMA DAS SILVA
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INICIO: 12.01.2018
DATA TÉRMINO: 19.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4124/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SÃO FELIX DO XINGU-PA
NOME DO SERVIDOR: LISSANDRA CORDEIRO RIBEIRO
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INICIO: 09.01.2018
DATA TÉRMINO: 19.01.2018
QUANTIDADE: 10 e ½ (dez e meia)

PORTARIA Nº 4125/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SALVATERRA-PA
NOME DO SERVIDOR: VITOR MOISES NASCIMENTO THEREZO
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INICIO: 25.01.2018
DATA TÉRMINO: 02.02.2018
QUANTIDADE: 08 e ½ (oito e meia)

PORTARIA Nº 4126/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: realizar formação de alunos EAD
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: PARAGOMINAS-PA
NOME DO SERVIDOR: BARBARA LETICIA SAUAIA PINHEIRO
CARGO: TECNICO A
ID. FUNCIONAL: 5924860-1
DATA INICIO: 07.12.2017
DATA TÉRMINO: 08.12.2017
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA Nº 4127/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CAPITÃO POÇO-PA
NOME DO SERVIDOR: RAQUEL DA SILVA GOMES
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 191663-2
DATA INICIO: 07.01.2018
DATA TÉRMINO: 14.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4128/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CAPITÃO POÇO-PA
NOME DO SERVIDOR: IOLANDA RODRIGUES DA COSTA
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 57191015-2
DATA INICIO: 07.01.2018
DATA TÉRMINO: 14.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4129/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CASTANHAL-PA
NOME DO SERVIDOR: EDILSON MOURA DA SILVA
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO
ID. FUNCIONAL: 778850-4
DATA INICIO: 22.01.2018
DATA TÉRMINO: 27.01.2018
QUANTIDADE: 05 e ½ (cinco e meia)

PORTARIA Nº 4130/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA -PA
DESTINO: CASTANHAL-PA
NOME DO SERVIDOR: ELMIRA AGUIAR COSTA
CARGO: PROFESSOR COLABORADOR
ID. FUNCIONAL: 354040-2
DATA INICIO: 10.01.2018
DATA TÉRMINO: 19.01.2018
QUANTIDADE: 09 e ½ (nove e meia)

PORTARIA Nº 4131/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: ACARA-PA
NOME DO SERVIDOR: JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5042232-2
DATA INICIO: 07.01.2018
DATA TÉRMINO: 14.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4132/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CAPITÃO POÇO-PA
NOME DO SERVIDOR: NEIVALDO OLIVEIRA SILVA
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 186961-3
DATA INICIO: 07.01.2018
DATA TÉRMINO: 14.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4133/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA -PA
DESTINO: CAPITÃO POÇO-PA
NOME DO SERVIDOR: CARLOS DO SOCORRO GUERREIRO VAZ
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5787920-2
DATA INICIO: 07.01.2018
DATA TÉRMINO: 14.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4134/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA-PA
NOME DO SERVIDOR: KATIA MARIA DOS SANTOS MELO
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 57193314-1
DATA INICIO: 14.11.2017
DATA TÉRMINO: 19.11.2017
QUANTIDADE: 05 e ½ (cinco e meia)

PORTARIA Nº 4135/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: MOJU -PA
DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA-PA
NOME DO SERVIDOR: MARCIO JOSE SILVA
CARGO: PROFESSOR AUXILIAR
ID. FUNCIONAL: 5894711-2
DATA INICIO: 09.01.2018
DATA TÉRMINO: 19.01.2018
QUANTIDADE: 10 e ½ (dez e meia)

PORTARIA Nº 4136/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SANTAREM-PA
NOME DO SERVIDOR: FERNANDO ANTONIO COLARES PALACIOS
CARGO: PROFESSOR TITULAR
ID. FUNCIONAL: 305260-3

DATA INICIO: 25.01.2018
DATA TÉRMINO: 02.02.2018
QUANTIDADE: 08 e ½ (oito e meia)
PORTARIA Nº 4137/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: VIGIA-PA
NOME DO SERVIDOR: EVALDO FERREIRA RODRIGUES
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5760119-5
DATA INICIO: 22.01.2018
DATA TÉRMINO: 27.02.2018
QUANTIDADE: 05 e ½ (cinco e meia)

PORTARIA Nº 4138/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CASTANHAL-PA
NOME DO SERVIDOR: NELSON ANTONIO BAILÃO RIBEIRO
CARGO: PROFESSOR ADJUNTO
ID. FUNCIONAL: 57205557-1
DATA INICIO: 23.01.2018
DATA TÉRMINO: 30.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4139/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: SÃO FELIX DO XINGU-PA
NOME DO SERVIDOR: JOELMA CRISTINA PARENTE MONTEIRO ALENCAR
CARGO: PROFESSOR ADJUNTO
ID. FUNCIONAL: 3240193-3
DATA INICIO: 23.01.2018
DATA TÉRMINO: 26.01.2018
QUANTIDADE: 03 e ½ (três e meia)

PORTARIA Nº 4140/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: MELGAÇO-PA
NOME DO SERVIDOR: DANIELE DA SILVA COSTA
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INICIO: 22.01.2018
DATA TÉRMINO: 29.01.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4141/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: VIGIA-PA
NOME DO SERVIDOR: ERBIO DOS SANTOS SILVA
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INICIO: 22.01.2018
DATA TÉRMINO: 27.01.2018
QUANTIDADE: 05 e ½ (cinco e meia)

PORTARIA Nº 4142/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: CASTANHAL-PA
NOME DO SERVIDOR: EDNALVO APOSTOLO CAMPOS
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 54188840-1
DATA INICIO: 28.01.2018
DATA TÉRMINO: 04.02.2018
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA Nº 4143/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR
ORIGEM: BELEM -PA
DESTINO: MELGAÇO-PA
NOME DO SERVIDOR: FRANCISCO WILLAMS CAMPOS LIMA

‘construída e que necessitará da ata do CEDS e de dois currículos das pessoas indicadas, afirmando que ainda reunirá com outros órgãos do governo para deliberar a respeito da indicação. Passa a palavra ao Eduardo. **Eduardo Benigno** informa que na reunião que teve com a pessoa que afirmou ser a próxima gestora da GLOS, ela solicitou o apoio do movimento social organizado e aproveitou para ressaltar suas obrigações dentro deste movimento. **Izabella Jatne** pede que as próximas discussões desta natureza continuem pautadas na forma democrática de ser afirmando que outros estarão à frente da política, mas que essas políticas precisam estar firmadas e estabelecidas, independente da política partidária para que se tornem políticas de Estado. Propõe a institucionalização de políticas públicas reafirmando que esta cadeira não pode demorar para ser ocupada e pede que o Movimento LGBT do Pará agrague ao Diversidade Tucana. Afirma que esta a indicação do CEDS será levada em conta, mas que a decisão é do poder executivo. **Juliana Oliveira** pede a palavra e aponta questões que ocorreram na eleição dentro da Defensoria Pública e que atravessam as questões político partidárias. Explica sobre suas atribuições dentro da Defensoria Pública e sobre os serviços e reformulação dentro da Defensoria Pública do Estado do Pará. Informa sobre a autonomia da Defensoria Pública e sobre a colaboração desta instituição para com as minorias. Coloca-se à disposição do Movimento LGBT do Pará e gostaria de “levar” o Movimento para dentro daquele espaço. Apresenta o próximo evento da Defensoria Pública informando se tratar de um Fórum cuja temática principal serão as mulheres lésbicas, abordando sobre a metodologia pela qual se pretende conduzir o evento. **Izabella Jatne** afirma que precisamos melhorar a denúncia e colocar esse assunto como pauta para a próxima gestão da GLOS. **Michell Durans** aborda sobre a criação de um banco de dados de denúncias de diversos tipos a ser criado. **Nádia Carvalho** informa sobre os problemas que os professores enfrentam no interior do estado, sobretudo em localidades ribeirinha e as dificuldades que a educação enfrenta hoje na perspectiva de certa ignorância a respeito de quais atitudes seriam adequadas e quais instituições procurar em casos de violência LGBTfóbica. **Izabella Jatne** fala da possibilidade de criação de rdes incluindo a Fundação Propaz no enfrentamento a esse tipo de violência, sobretudo na educação. **Juliana Oliveira** fala direcionada à Nádia Carvalho reafirmando a importância da participação da população LGBT neste evento promovido pela Defensoria Pública. **Eli Pinheiro** aproveita a fala de Nádia Carvalho e informa que antes da criação de nova política é preciso que se implemente as políticas já existentes. **Michell Durans** faz um pequeno percurso histórico sobre sua vida dentro da SEJUDH no que tange ao fortalecimento da população LGBT. Informa sobre o avanço do diálogo entre governo e sociedade civil organizada e diz que é fruto do trabalho deste Secretário de Estado, reafirmando que a indicação que melhor representaria os anseios do Movimento LGBT do Pará seria o nome de Beto Paes; informa que o Movimento LGBT é legítimo em conhecer seus pares dentro deste estado, desejando que a pessoa indicada possa conduzir da melhor forma a política a ser realizada pela SEJUDH. Disponibiliza a SEJUDH para o Movimento LGBT do Pará e encerra a reunião agradecendo a participação de todos às doze horas. Nada mais havendo para tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Rafael Ventimiglia**, secretário e membro do CEDS; pelo Presidente do CEDS, **Michell Durans**; por todos os Conselheiros presentes e demais convidados em registro de frequência em anexo. Michell Mendes Durans da Silva
Presidente do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará
Rafael Ventimiglia
Secretário e Membro do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará

Protocolo: 261062

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA DIVERSIDADE SEXUAL DO PARÁ

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesesseis, às quinze horas, no Gabinete do Secretário de Estado, na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, cito na Rua Vinte e Oito de Setembro, número trezentos e trinta e nove, bairro da Campina nesta cidade, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Diversidade Sexual – CEDS, com a fala do Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, **Michell Durans**, que inicia cumprimentando todos os presentes e, percebendo que existem pessoas que

nunca participaram de uma reunião anterior do CEDS, solicita que todos realizem breve apresentação. **Juliana Oliveira** do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos – NDDH da Defensoria Pública do Estado do Pará inicia a apresentação seguida por **Sérgio Lopes** pertencente ao mesmo departamento da referida instituição pública, ambos na condição de convidados desta reunião. Em seguida se apresenta assenhora **Virgínia Costa** como suplente na vaga pertencente à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Posteriormente se apresentam **Yan Barbosa, Isabella Santorine e Raffael Carmo** pertencentes ao Fórum de Pessoas Trans. **Bárbara Pastana** pelo Movimento LGBT do Estado do Pará. Em seguida, os demais membros do CEDS finalizam a apresentação. **Michell Durans** pede que duas listas de frequências sejam disponibilizadas onde em um somente assinarão os membros do CEDS. Informa que em última reunião ficou pactuado o convite para comporem o CEDS, na condição de convidados, a Defensoria Pública do Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pará e que irão compor efetivamente o CEDS a partir do momento da alteração do Decreto Estadual que dá legalidade a este Conselho. O secretário gostaria de iniciar com as pautas, mas é interrompido por **Rafael Ventimiglia** e **Beto Paes** que afirmam terem uma pauta mais urgente. **Beto Paes** explica que recebeu na data de ontem pedido para que sejam enviados os nomes de dois representantes do Conselho para participarem do **I Seminário de Políticas Públicas e Controle Social do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT** cujas informações deveriam ser encaminhadas até às 16 h do presente dia e que os membros deveriam ser escolhidos somente dentre os que fazem parte da Sociedade Civil Organizada, repetindo a paridade de gênero. Desta forma, iniciou-se de imediato a deliberação para se ter o nome dos representantes. Como na reunião somente havia uma mulher, esta foi escolhida como uma das representantes por unanimidade. A representante escolhida foi a senhora **Letiere Chevalier**. **Michell Durans** solicita que conselheiros coloquem os nomes à votação e **Gleyson Oliveira e Rafael Ventimiglia** se colocaram à votação. Por seis votos contra dois, **Rafael Ventimiglia** é o escolhido para representar o CEDS, retirando-se em seguida a fim de que possa enviar as informações solicitadas pelo CNCD/LGBT em tempo hábil. **Beto Paes** informa as condições para ida dizendo que as despesas serão pagas pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. **Michell Durans** retoma sua fala apontando como pauta a vacância dos conselheiros, o Regimento Interno do CEDS, o Ambulatório do Processo Transexualizador, a Parada do Orgulho LGBT de Belém e o que mais houver a se tratar. **Beto Paes** aborda sobre os conselheiros que, por conta das disputas em pleito eleitoral para este ano, estão abrindo mão de suas vagas dentro do CEDS, a senhora **Shaylla Viturielle** e o senhor **Iran Montteiro**. Além destes nomes, a vaga de **Danyella Ayres** pelo segmento de transexuais. Resolveu-se por deliberar pelos dois nomes primeiros já que se tratam de titularidades. **Bárbara Pastana** afirma que a eleição deve ser feita pela sociedade civil e não pelo Movimento LGBT e que as vagas não são da instituição e sim da pessoa, a respectiva vaga. **Michell Durans** afirma que somente foi uma sugestão que a vaga fosse da instituição e não da pessoa. **Eduardo Benigno** concorda com **Bárbara Pastana**, mas que as pessoas a serem indicadas deverão ser pessoas filiadas ao Movimento LGBT e quem deve assumir será os seus respectivos suplentes. Informa também que é de caráter temporário. Como chegou-se à conclusão de que os pedidos de afastamento são somente temporário por causa do pleito eleitoral, devem permanecer afastados, mas que podem retornar. No caso de **Danyella Ayres** ficou acertado que não há solicitação formal e enquanto não houver, deverá permanecer até que formalize sua solicitação de saída. **Michell Durans** afirma que a GLOS deve notificar a conselheira suplente **Ranielly Steffany** de saída do CEDS em virtude do seu não comparecimento em reuniões deste conselho. **Eduardo Benigno** sugere que trate-se sobre a forma como será realizada a eleição dos próximos conselheiros. **Gleyson Oliveira** põe em pauta que o seu respectivo suplente **Fernando Vaz**, também não participa das reuniões. **Beto Paes** sugiere que todos os faltosos devem ser notificados sobre a sua exclusão do CEDS. **Michell Durans** inicia a segunda pauta que é sobre o Ambulatório do Processo Transexualizador. **Beto Paes** pede a palavra e afirma que reunião

com o Coletio de Homens Trans e o Fórum de Pessoas Trans sobre o relato de diversos problemas ocorrendo naquele espaço de saúde para a população de travestis e transexuais. Afirma das dificuldades em se implementar o ambulatório e que hoje ele é o único na região norte e dentre os problemas mencionados foram a ausência do profissional psiquiatra, a falta de respeito à identidade de gênero por parte de servidores, o desrespeito à fila de espera, a falta de hormônio para os homens trans, a má qualidade do hormônio para as mulheres travestis e transexuais, o não credenciamento do ambulatório pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, estrutura física reduzida e não adequada, o não atendimento nos dias de sexta – feira e a possibilidade de o ambulatório não disponibilizar atendimento no mês de Outubro por conta das férias dos servidores. **Bárbara Pastana** aponta os diversos problemas apontados anteriormente e informa novos problemas incluindo a incapacidade de a coordenadora trabalhar com a população transexual. Afirma também que não há clínica credenciada para os respectivos exames. Sugere que seja realizada uma vistoria pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. **Michell Durans** informa que tudo o que foi colocado já foi realizado um relatório e que esse relatório foi encaminhado para o Secretário de Estado de Saúde Pública e está aguardando pauta para conversar a respeito. Além disso, informa que amanhã realizará uma visita ao ambulatório e pressionará o Secretário de Saúde Pública a respeito. **Yan Barbosa** fala que existe um risco para a própria saúde dessa população de travestis e transexuais. **Michell Durans** coloca como sugestão o convite ao Secretário de Estado de Saúde Pública para participar da próxima reunião. **Eduardo Benigno** sugere uma audiência pública. **Michell Durans** afirma que primeiramente acredita ser melhor chamar o secretário para depois talvez chamar uma audiência pública. **Juliana Oliveira** afirma que fez algumas anotações e que trabalhará em conjunto para que possam da melhor forma possível trabalhar esses problemas ocorrendo. Afirma que a SEJUDH não pode realizar vistoria, mas que a Defensoria Pública pode. **Beto Paes** trata que já existe um relatório e que deve ser trabalhado de imediato o que se dispõe em termos de recursos como a questão da capacitação para os servidores. **Michell Durans** passa para a outra pauta que é o Regimento Interno. **Rafael Ventimiglia** lê o parecer proposto pelo Departamento Jurídico das alterações propostas por eles. Afirma que todas as propostas de alterações foram realizadas e que será encaminhado o regimento para nova apreciação. Informa que também serão incluídos a Defensoria Pública do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pará e o Ministério Público como convidados permanentes do referido conselho. O Regimento Interno foi posto novamente em votação e aprovado por unanimidade. **Michell Durans** informa que após a publicação do Regimento Interno, a próxima pauta será a alteração do Decreto Estadual do CEDS. Passa para a pauta sobre a Parada do Orgulho LGBT de Belém e passa a palavra para **Eduardo Benigno** que fala sobre as celebrações que antecedem a Parada do Orgulho LGBT de Belém e sobre o evento principal em si. **Rafael Ventimiglia** parabeniza a organização pois afirma que em nenhum momento o CEDS teve voz dentro desse tipo de evento e que será a primeira vez a acontecer desta forma. Aproveita para cobrar do presidente do CEDS que, em outro momento, havia dito que faria esforço para garantir a participação de pelo menos um conselheiro nas celebrações do orgulho LGBT pelo Estado do Pará e que isso não estava ocorrendo. **Michell Durans** informa que solicitou uma relação dos municípios a serem atendidos, mas que isso não foi providenciado, além do material que ainda não foi produzido. **Beto Paes** informa que está com estagiárias de Psicologia e Serviço Social para atuarem na GLOS. Nada mais havendo para tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Rafael Ventimiglia**, secretário e membro do CEDS; pelo Presidente do CEDS, **Michell Durans**; e por todos os Conselheiros presentes e demais convidados em registro de frequência em anexo. Michell Mendes Durans da Silva
Presidente do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará
Rafael Ventimiglia
Secretário e Membro do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará

Protocolo: 261139

2018, para os períodos de 01 a 30/06/2018 e 01 a 30/11/2018. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Belém, 11 de dezembro de 2017

Guilherme da Costa Sperry
Corregedor-Geral de Contas

Stephenson Oliveira Victor Membro Substituto do Conselho Superior do MPC/PA	Deila Barbosa Maia Membro Substituto do Conselho Superior do MPC/PA
---	--

Protocolo: 260940

OUTRAS MATÉRIAS

**INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DE DESPESA: 2017NE00507**

Valor: 15.552,59
Data: 04/12/2017
Objeto: Aquisição de livros.
Ata de registro de preço: 12/2017
Orçamento:
Unidade Orçamentária: 37101
Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000
Natureza da Despesa: 44.90.52.00
Fonte do Recurso: 0101000000
Origem do Recurso: Estadual
Contratado(s):
Nome: M.A PONTES EDITORA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE LIVROS E UTILIDADE LTDA-EP
Endereço: Av. Patrocinio Paulista, nº 204 – Bairro: Jardim Triana – São Paulo /SP, CEP:03552000,
Ordenador: FELIPE ROSA CRUZ

Protocolo: 260650

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ**

CONTRATO

**NÚM. DO CONTRATO: 129/2017-MP/PA
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE NR 028/2017-MP/PA.**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa EDITORA FORUM (CNPJ: 41.769.803/0001-92).
Objeto: Assinatura do produto Biblioteca Digital Fórum de Livros da Editora Fórum, com acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, composto por 45 (quarenta e cinco) periódicos.
Data da Assinatura: 12/12/2017.
Vigência: 13/12/2017 a 12/12/2018.
Valor global: R\$ 101.874,00 (cento e um mil, oitocentos e setenta e quatro reais).
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332.
Elemento de despesa: 3390-39.
Fonte de Recurso: 0101.
Foro: Belém.
Ordenador responsável: Dra. Gilberto Valente Martins

Protocolo: 260835

TERMO ADITIVO A CONTRATO

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 014/2014-MP/PA
Nº DO TERMO ADITIVO: 9
Nº DO CONTRATO: 014/2014-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a EMPRESA MELLO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ: 08.335.460/0001-82).
Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência.
Data de Assinatura: 12/12/2017.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 260887

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 033/2017-MP/PA
Nº do Termo aditivo: 1**

Nº do Contrato: 033/2017-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a EMPRESA PILASTRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EPP.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Alteração do valor do contrato, acréscimo e supressão de serviços, e prorrogação dos prazos de vigência e execução.
Data de Assinatura: 12/12/2017.

Dotação Orçamentária: -Atividade: 12101.03.122.1434.7573 – Melhoria da Infraestrutura Física do Ministério Público.
Elemento de despesa: 4490-39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Fonte de Recurso: - 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 260879

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 020/2014-MP/PA
Nº DO TERMO ADITIVO: 5
Nº DO CONTRATO: 020/2014-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação dos prazos e condições de execução e recebimento dos serviços e alteração do preço, faturamento e condições de pagamento.
Data de Assinatura: 12/12/2017.
Dotação Orçamentária: -Atividade: 12101.03.092.1434.8326 – Gestão de Tecnologia da Informação do Ministério Público.
Elemento de despesa: 3390-39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Fonte de Recurso: - 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 260864

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº. 004/2017-MP/PA

OBJETO: Reforma da Promotoria de Justiça de Tailândia
HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista o que consta do Processo nº 196/2017 - SGJ-TA que ensejou a Carta Convite nº. 004/2017-MP/PA e, diante do julgamento da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº. 903/2017-PGJ/PA, de 15/02/2017, adjudico e homologo, conforme art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93, o objeto licitado a favor das empresas abaixo, para todos os efeitos previstos em lei:

OBJETO	1ª CLASSIFICADA	VALOR GLOBAL
Reforma da Promotoria de Justiça de Tailândia	TOWER ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI -	R\$73.828,41

Encaminhe-se os autos à Atividade de Licitações para as providências pertinentes.
Belém, 11 de dezembro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador Geral de Justiça

Protocolo: 260748

DIÁRIA

PORTARIA N.º 3218/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 109429/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: GEISMARIO SILVA DOS SANTOS
CARGO/FUNÇÃO: OFICIAL DE SERVICOS AUXILIARES - AOA-A-IV
MATRÍCULA: 999.915
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994
ORIGEM: Marabá - PA
DESTINO(S): São João do Araguaia/PA, Brejo Grande do Araguaia/PA, Palestina do Pará/PA
PERÍODO(S): 30/05/2017 - 31/05/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Fiscalização/vistoria em obra - realizar diligencias para atender instrução do procedimento IC nº03/2016 e 13/2015.
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 3219/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 108879/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: FABIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA
CARGO/FUNÇÃO: 4o Promotor de Justiça de Benevides
MATRÍCULA: 999.853
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Benevides - PA
DESTINO(S): Brasília/DF
PERÍODO(S): 23/05/2017 - 27/05/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 e 1/2 (tres e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Seminário - participacao no curso de Telecomunicacoes - Regulacao de Servicos - modulos I e II.
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 3220/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 109199/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: MARCO AURELIO LIMA DO NASCIMENTO
CARGO/FUNÇÃO: Coordenador CAO Direitos Constitucionais e Interesses Difusos
MATRÍCULA: 999.402
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): Brasília/DF
PERÍODO(S): 05/06/2017 - 06/06/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Seminário - participar do 4º Encontro MP e Movimentos Sociais, organizado pelo Conselho Nacional do Ministerio Publico (CNMP)
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 3221/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 109302/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: BENEDITO WILSON CORREA DE SA
CARGO/FUNÇÃO: 1o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de
MATRÍCULA: 999.089
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): Macapá/AP
PERÍODO(S): 22/05/2017 - 04/06/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 7 (sete) diaria(s)
FINALIDADE: Mutirão - participacao no Projeto de Itinerancia Fluvial (justica Itinerante) organizado pela Justica Federal (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 3222/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 109034/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: RENATA CRISTINA DE MATOS MARTINS
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - MP.CPCP-1
MATRÍCULA: 999.630
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): Santarém/PA
PERÍODO(S): 21/06/2017 - 23/06/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (dois e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Levantamento de informações - objetivo de construir o Plano de Atuacao do GT Bacia do Tapajos.
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 3223/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 109395/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: ALINE JANUSA TELES MARTINS
CARGO/FUNÇÃO: 3o Promotor de Justiça de Itaituba
MATRÍCULA: 999.1721
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Itaituba - PA
DESTINO(S): Belém/PA, Santarém/PA
PERÍODO(S): 01/06/2017 - 03/06/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Reunião de trabalho - GT Execucao Penal.
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 3225/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 109292/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: BENEDITO WILSON CORREA DE SA
CARGO/FUNÇÃO: 1o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de
MATRÍCULA: 999.089
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): Brasília/DF
PERÍODO(S): 05/06/2017 - 10/06/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 e 1/2 (cinco e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Seminário - 4º Encontro Ministerio Publico e Movimentos Sociais
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 3226/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 109031/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: FABIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA

DESTINO(S): Belém/PA
 PERÍODO(S): 30/08/2017 - 01/09/2017
 QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diária(s)
 FINALIDADE: Reunião de trabalho - Grupo de Trabalho da Saúde.
 Ordenadora Despesa: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

PORTARIA N.º 5583/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 114033/2017 conforme abaixo relacionado:

NOME: RAFAEL MOREIRA STEINBERGER
 CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de Limoeiro do Ajuru
 MATRÍCULA: 999.2555
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
 ORIGEM: Limoeiro do Ajuru - PA
 DESTINO(S): Cametá/PA
 PERÍODO(S): 22/08/2017 - 24/08/2017
 QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (dois e meia) diária(s)
 FINALIDADE: Mutirão.

Ordenadora Despesa: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

PORTARIA N.º 5584/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 114036/2017 conforme abaixo relacionado:

NOME: DANIEL MENEZES BARROS
 CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de Igarapé-Miri
 MATRÍCULA: 999.1339
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
 ORIGEM: Igarapé-Miri - PA
 DESTINO(S): Mocajuba/PA
 PERÍODO(S): 09/08/2017 - 09/08/2017, 29/08/2017 - 29/08/2017
 QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 (um) diária(s)

Ordenadora Despesa: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

PORTARIA N.º 5587/2017-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 113628/2017 conforme abaixo relacionado:

NOME: LUCIRENE MAIA DA SILVA
 CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRACAO - AUD-A-IV
 MATRÍCULA: 999.336
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994
 ORIGEM: Santarém - PA
 DESTINO(S): Prainha/PA
 PERÍODO(S): 10/09/2017 - 15/09/2017
 QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 e 1/2 (cinco e meia) diária(s)
 FINALIDADE: Substituição Legal - Desempenhar atividades administrativas na PJ daquele município.

Ordenadora Despesa: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Protocolo: 260649**OUTRAS MATÉRIAS****NOTIFICAÇÃO****074/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE**

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 074/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada SOCIEDADE BENEFICENTE ESPORTE CLUBE ALEGRIA-, CNPJ: 04.372.322/0001-12, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SEEL	-	R\$ 135.000,00

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.

Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	---

Protocolo: 260785**NOTIFICAÇÃO****068/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE**

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 068/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada PARÁ 2000-, CNPJ: 03.584.058/0001-18, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SETUR	-	R\$ 3.300.000,00

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.

Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	---

Protocolo: 260803**NOTIFICAÇÃO****054/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE**

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 054/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH - HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ, CNPJ: 23.453.830/0009-27, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SESPA		R\$ 2.474.174,53

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.

Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	---

Protocolo: 260897**NOTIFICAÇÃO****066/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE**

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 066/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada FEDERAÇÃO PARAENSE DE GINÁSTICA-, CNPJ: 03.149.847/0001-20, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SEMEC	044/2016	R\$ 10.500,00
PROPAZ	-	R\$ 20.000,00

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.

Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	---

Protocolo: 260811**NOTIFICAÇÃO****064/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE**

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 064/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada SOCIEDADE DE MEIO AMBIENTE EDUCAÇÃO E CIDADANIA-, CNPJ: 02.614.277/0001-30, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SEASTER	001/2016	R\$ 220.616,10
SEASTER	002/2016	R\$ 219.048,23

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.

Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	---

Protocolo: 260831

PORTARIA Nº 174/2017-MP/1ª E 2ª PJTFPAISRJE DE 28 DE AGOSTO DE 2017

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais;

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as Entidades de Interesse Social que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da Entidade de Interesse Social a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais ou de interesse social;

CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PGJ/ GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalística das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências;

RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo para apuração finalística das contas da entidade denominada AGREMIAÇÃO CARNAVALESCA E CULTURAL UNIDOS DA PEDREIRA, CNPJ: 968.530/0001-90, relativas ao anos-calendários 2013, 2014, 2015, considerando o recebimento de verba pública no valor de R\$ 26.000,00;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro no SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) NOTIFICAR o(a) Responsável Legal da entidade em tela, para que apresente no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar a partir da data do recebimento da notificação, a prestação de contas finalística dos anos-calendários de 2013, 2014, 2015;

Após, voltem-me conclusos para novas deliberações.

Belém, 28 de agosto de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo
1º Promotor de Justiça
de Tutela das Fundações
Privadas, Assoc.de Interesse
Social, Falência, Recuperação
Judicial e Extrajudicial

Helena Maria Oliveira Muniz
Gomes
2ª Promotora de Justiça
de Tutela das Fundações
Privadas, Assoc. de Interesse
Social, Falência, Recuperação
Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 260911

PORTARIA Nº 172/2017-MP/1ª E 2ª PJTFPAISRJE DE 06 DE JULHO DE 2017

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais;

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as Entidades de Interesse Social que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da Entidade de Interesse Social a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais ou de interesse social;

CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PGJ/ GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalística das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências;

RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo para apuração finalística das contas da entidade denominada ASSOCIAÇÃO DE PAES E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE, CNPJ: 407.390/0001-32, relativas ao ano-calendário 2014, considerando o recebimento de verba pública no valor de R\$ 90.000,00;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro no SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) NOTIFICAR o(a) Responsável Legal da entidade em tela, para que apresente no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar a partir da data do recebimento da notificação, a prestação de contas finalística dos anos-calendários de 2014;

Após, voltem-me conclusos para novas deliberações.

Belém, 06 de julho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo
1º Promotor de Justiça
de Tutela das Fundações
Privadas, Assoc.de Interesse
Social, Falência, Recuperação
Judicial e Extrajudicial

Helena Maria Oliveira Muniz
Gomes
2ª Promotora de Justiça
de Tutela das Fundações
Privadas, Assoc. de Interesse
Social, Falência, Recuperação
Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 260916

PORTARIA Nº 156/2017-MP/1ª E 2ª PJTFPAISRJE DE 25 DE JUNHO DE 2017

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais;

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas, bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais ou de interesse social;

CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PGJ/ GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalísticas das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências;

RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo para apuração finalística das contas da entidade de interesse social denominada CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIEE-, CNPJ: 600.839/0019-84, relativa ao ano-calendário 2016; considerando o recebimento de verba pública no valor de R\$ 1.366.086,58;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro no SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) NOTIFICAR o(a) Responsável Legal da entidade em tela, para que apresente, até o dia 30/08/2017, a prestação de contas finalística do ano-calendário de 2016;

V) NOMEAR, sob compromisso, para secretariarem os trabalhos, atuando neste procedimento administrativo de prestação de contas, o Sr. DOUGLAS JOSE DE PINHO e/ou o Sr. ANTONIO MARCOS DA SILVA FERREIRA, Auxiliares de Administração do Ministério Público do Estado do Pará;

Após, voltem-me conclusos para novas deliberações.

Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo
1º Promotor de Justiça
de Tutela das Fundações
Privadas, Assoc.de Interesse
Social, Falência, Recuperação
Judicial e Extrajudicial

Helena Maria Oliveira Muniz
Gomes
2ª Promotora de Justiça
de Tutela das Fundações
Privadas, Assoc. de Interesse
Social, Falência, Recuperação
Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 260933

**PORTARIA Nº 164/2017-MP/1ª E 2ª PJTFPAISRJE
DE 06 DE JULHO DE 2017
PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais;

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as Entidades de Interesse Social que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei

Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013; CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da Entidade de Interesse Social a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais ou de interesse social;

CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PJ/ GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalística das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras

providências;

RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo para apuração finalística das contas da entidade denominada IRMANDADE DE CARIMBÓ SÃO BENEDITO, CNPJ: 131.642/0001-06, relativas ao ano-calendário 2011, considerando o recebimento de verba pública no valor de R\$ 20.000,00;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro no SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) NOTIFICAR o(a) Responsável Legal da entidade em tela, para que apresente no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar a partir da data do recebimento da notificação, a prestação de contas finalística do ano-calendário de 2011;

Após, voltem-me conclusos para novas deliberações.

Belém, 06 de julho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	--

Protocolo: 260924

RESOLUÇÃO Nº 003/2017/MP/CSMP

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, Órgão de Administração Superior, em Sessão Ordinária, realizada no dia 05.12.2017; CONSIDERANDO o que dispõe o art. 15, inciso IX, da Lei nº 8.625 de 12.02.93 e o art. 26, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06.07.2006, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar e publicar a seguinte Lista de Antiquidade:

QUADRO GERAL DE ANTIGUIDADE DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA - ATÉ 11/12/17									
Nº	NOME	REG. GERAL	CARGO	PROCURADORIA		ENTRÂNCIA ANTERIOR		CARREIRA	
				INÍCIO DO	TOTAL	INÍCIO DO	TOTAL	INÍCIO DO	TOTAL
				EXERCÍCIO	EM DIAS	EXERCÍCIO	EM DIAS	EXERCÍCIO	EM DIAS
1	MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR	601.799	1º PJ Cível	12/11/92	9.161	04/01/88	1.774	15/12/83	12.416
2	RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES	601.918	2º PJ Cível	03/07/95	8.198	29/04/87	2.987	16/12/83	12.415
3	CLAUDIO BEZERRA DE MELO	601.632	1º PJ Criminal	08/08/95	8.162	05/04/89	2.316	15/12/83	12.416
4	UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL	601.985	11º PJ Criminal	08/08/95	8.162	06/02/90	2.009	15/12/83	12.416
5	LUIZ CESAR TAVARES BIBAS	601.780	2º PJ Criminal	30/11/95	8.048	30/11/89	2.191	15/12/83	12.416
6	GERALDO DE MENDONÇA ROCHA	556.440	3º PJ Criminal	28/02/96	7.958	14/02/89	2.570	15/12/83	12.416
7	FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA	578.550	4º PJ Criminal	28/02/96	7.958	08/01/90	2.242	15/12/83	12.416
8	DULCELINDA LOBATO PANTOJA	601.640	5ª PJ Criminal	29/04/97	7.532	24/04/90	2.562	15/12/83	12.416
9	MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES	601.802	6º PJ Criminal	03/06/98	7.132	16/04/90	2.970	15/12/83	12.416
10	ADÉLIO MENDES DOS SANTOS	601.578	7º PJ Criminal	03/06/98	7.132	01/10/91	2.437	15/12/83	12.416
11	MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA	999.042	13ª PJ Cível	05/08/99	6.704	30/04/90	3.384	12/06/85	11.871
12	ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA	999.027	3º PJ Cível	05/08/99	6.704	05/05/93	2.283	17/06/85	11.866
13	RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA	999.046	8º PJ Criminal	04/02/00	6.521	03/05/93	2.468	13/06/85	11.870
14	ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER	601.608	9ª PJ Criminal	18/04/00	6.447	02/05/90	3.639	15/12/83	12.416
15	MARIO NONATO FALANGOLA	556.505	4º PJ Cível	26/03/02	5.740	27/09/91	3.833	15/12/83	12.416
16	MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA	601.810	5ª PJ Cível	20/02/04	5.044	15/01/92	4.419	15/12/83	12.416
17	MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA	601.829	6ª PJ Cível	06/08/04	4.876	30/09/91	4.694	16/12/83	12.415
18	LEILA MARIA MARQUES DE MORAES	999.037	7º PJ Cível	31/08/05	4.486	25/03/92	4.907	17/06/85	11.866
19	TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA	999.050	8º PJ Cível	27/09/05	4.459	21/05/93	4.512	12/06/85	11.871
20	MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS	601.861	9º PJ Cível	28/11/06	4.032	06/07/92	5.258	15/12/83	12.416
21	ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO	999.032	10º PJ Cível	09/10/08	3351	06/05/93	5.635	12/06/85	11.871
22	JORGE DE MENDONÇA ROCHA	800.134	11º PJ Cível	29/03/10	2815	02/06/1993	6.144	04/06/1986	11.514
23	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS	601.853	12º PJ Cível	12/08/10	2.679	11/05/93	6.302	15/12/1983	12.416
24	HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA	601.705	10º PJ Criminal	06/09/11	2.289	13/05/93	6.690	15/12/1983	12.416
25	MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES	803.033	12º PJ Criminal	19/01/12	2.154	28/05/1993	6.810	23/05/1988	10.795
26	CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO	999.029	13º PJ Criminal	02/07/12	1.989	28/05/1993	6.975	13/06/1985	11.870
27	MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO	999.040	14º PJ Criminal	18/09/12	1.911	26/05/1993	7.055	17/06/1985	11.866
28	NELSON PEREIRA MEDRADO	999.045	14º PJ Cível	22/05/13	1.665	14/05/1993	7.313	17/06/1985	11.866
29	ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO	803.042	15ª PJ Cível	04/07/14	1.257	21/02/1995	8.330	30/05/1988	10.788
30	HAMILTON NOGUEIRA SALAME	800.132	15º PJ Criminal	13/10/17	60	24/05/1993	8.908	04/06/1986	11.454

QUADRO DE ANTIGUIDADE DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 3ª ENTRANCIA ATÉ 11/12/2017									
Nº	NOME	REG. GERAL	CARGO	ENTRÂNCIA		ENTRÂNCIA ANTERIOR		CARREIRA	
				INÍCIO DO EXERCÍCIO	TOTAL EM DIAS	INÍCIO DO EXERCÍCIO	TOTAL EM DIAS	INÍCIO DO EXERCÍCIO	TOTAL EM DIAS
1	SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA	999.049	5º Promotor de Justiça Criminal de Belém	25/05/1993	8.967	05/07/1990	1.055	17/06/1985	11.866
2	MARIA DO SOCORRO PAMPLONA LOBATO	999.039	2º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém	27/05/1993	8.965	05/07/1990	1.057	17/06/1985	11.866
3	JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA	800.135	1º Promotor de Justiça de Registros Públicos, Resíduos e Casamentos de Belém	31/05/1993	8.961	05/07/1990	1.061	04/06/1986	11.514
4	JOANA CHAGAS COUTINHO	803.028	3º Promotor de Justiça do Consumidor de Belém	01/06/1993	8.960	06/07/1990	1.061	23/05/1988	10.795
5	AGAR DA COSTA JUREMA	999.025	4º Promotor de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública de Belém	07/06/1993	8.954	03/02/1992	490	12/06/1985	11.871
6	NICOLAU ANTÔNIO DONADIO CRISPINO	803.036	4º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém	08/06/1993	8.953	05/07/1990	1.069	23/05/1988	10.795
7	ROSANA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS	999.047	3º Promotor de Justiça do Tribunal do Júri de Belém	09/06/1993	8.952	09/03/1992	457	17/06/1985	11.866
8	ROBERTO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA	803.039	2º Promotor de Justiça Criminal de Belém	11/06/1993	8.950	06/07/1990	1.071	25/05/1988	10.793
9	REGINA FÁTIMA SADALLA SILVA ABBADE	803.040	1ª Promotora de Justiça Criminal de Belém	17/03/1994	8.671	02/07/1992	623	23/05/1988	10.795
10	AMÉLIA SATOMI IGARASHI	803.019	4ª Promotora de Justiça de Família de Belém	04/04/1994	8.653	26/08/1992	586	27/05/1988	10.791
11	IVELISE PINHEIRO PINTO	803.027	3ª Promotora de Justiça de Família de Belém	22/02/1995	8.329	29/09/1993	511	30/05/1988	10.788
12	WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO	999.109	1º Promotor de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho de Belém	26/04/1995	8.266	01/03/1993	786	27/08/1990	9.969
13	GILBERTO VALENTE MARTINS	999.095	1º Promotor de Justiça Militar	27/04/1995	8.265	28/09/1993	576	27/08/1990	9.969
14	MARIA JOSÉ LOBATO ROSSY	601.831	1ª Promotora de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Belém	10/08/1995	8.160	28/09/1993	681	16/12/1983	12.415
15	ROSANGELA CHAGAS DE NAZARÉ	803.041	5ª Promotora de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública de Belém	10/08/1995	8.160	28/09/1993	681	31/05/1988	10.787
16	ISAÍAS MEDEIROS DE OLIVEIRA	803.025	4º Promotor de Justiça Criminal de Belém	22/09/1995	8.117	28/09/1993	724	23/05/1988	10.795
17	CLAUDOMIRO LOBATO DE MIRANDA	999.090	6º Promotor de Justiça de Família de Belém	22/09/1995	8.117	28/09/1993	724	27/08/1990	9.969
18	ARMANDO BRASIL TEIXEIRA	999.085	2º Promotor de Justiça Militar	22/09/1995	8.117	28/09/1993	724	27/08/1990	9.969
19	EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA	999.092	2º Promotor de Justiça do Tribunal do Júri de Belém	22/09/1995	8.117	28/09/1993	724	27/08/1990	9.969
20	ANETTE MACÊDO ALEGRIA	999.088	1ª Promotora de Justiça de Entorpecentes de Belém	13/05/1998	7.153	28/09/1993	1.688	27/08/1990	9.969
21	OCIRALVA DE SOUZA FARIAS TABOSA	803.037	5ª Promotora de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Belém	21/08/1998	7.053	30/03/1993	1.970	23/05/1988	10.795
22	MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA CUNHA	803.034	1ª Promotora de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém	21/08/1998	7.053	28/09/1993	1.788	27/05/1988	10.791
23	SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO	999.107	1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial de Belém	28/09/1998	7.015	28/09/1993	1.826	27/08/1990	9.969
24	NILTON GURJÃO DAS CHAGAS	999.103	2º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém	19/11/1999	6.598	28/09/1993	2.243	27/08/1990	9.969
25	JOSE RUI DE ALMEIDA BARBOZA	999.096	1º Promotor de Justiça do Tribunal do Júri de Belém	03/12/1999	6.584	28/09/1993	2.257	27/08/1990	9.969
26	FIRMINO ARAUJO DE MATOS	999.093	2º Promotor de Justiça de Órfãos, Interditos e Incapazes de Belém	03/12/1999	6.584	28/09/1993	2.257	27/08/1990	9.969
27	OIRAMA VALENTE SANTOS BRABO RODRIGUES	999.104	3ª Promotora de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública de Belém	27/03/2000	6.469	28/09/1993	2.372	27/08/1990	9.969
28	MARIA DE NAZARÉ ABBADE PEREIRA	999.099	7ª Promotora de Justiça de Família de Belém	10/10/2000	6.272	28/09/1993	2.569	27/08/1990	9.969
29	SILVIO PAULO BRABO RODRIGUES	999.106	2º Promotor de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública de Belém	20/11/2000	6.231	28/09/1993	2.610	27/08/1990	9.969
30	SAMIR TADEU MORAES DAHAS JORGE	999.108	4º Promotor de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Belém	05/09/2001	5.942	28/09/1993	2.899	27/08/1990	9.969
31	ALCENILDO RIBEIRO SILVA	999.086	1º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Belém	05/09/2001	5.942	28/09/1993	2.899	27/08/1990	9.969
32	MARCELO MAIA DE SOUSA	999.100	10º Promotor de Justiça de Família de Belém	05/09/2001	5.942	28/09/1993	2.899	27/08/1990	9.969
33	VERA LÚCIA ANDERSEN PINHEIRO	999.162	1º Promotor de Justiça de Família de Belém	30/10/2001	5.887	28/09/1993	2.954	22/04/1991	9.731
34	ERNESTINO ROOSEVELT SILVA PANTOJA	999.142	1º Promotor de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade de Belém	31/10/2001	5.886	28/09/1993	2.955	22/04/1991	9.731
35	WILSON PINHEIRO BRANDÃO	999.110	3º Promotor de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Belém	01/11/2001	5.885	28/09/1993	2.956	27/08/1990	9.969

36	BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ	999.089	1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém	11/04/2002	5.724	28/09/1993	3.117	27/08/1990	9.969
37	MARIA DO CARMO MARTINS LIMA	999.101	2º Promotor de Justiça de Registros Públicos, Resíduos, Casamentos e Cartas Precatórias da Capital	22/05/2002	5.683	28/09/1993	3.158	27/08/1990	9.969
38	ALDIR JORGE VIANA DA SILVA	999.123	16º Promotor de Justiça Criminal da Capital	14/07/2003	5.265	28/09/1993	3.576	21/11/1990	9.883
39	MILTON LUÍS LOBO DE MENEZES	999.153	9º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém	29/01/2004	5.066	28/09/1993	3.775	22/04/1991	9.731
40	MARIA DE BELÉM SANTOS	999.148	9ª Promotora de Justiça de Família de Belém	26/02/2004	5.038	28/09/1993	3.803	22/04/1991	9.731
41	NATANAEL CARDOSO LEITÃO	999.154	8º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém	08/06/2004	4.935	28/09/1993	3.906	25/04/1991	9.728
42	CÉZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA	999.136	13º Promotor de Justiça Criminal de Belém	14/06/2004	4.929	28/09/1993	3.912	22/04/1991	9.731
43	ELIEZER MONTEIRO LOPES	999.141	2º Promotora de Justiça de Família de Belém	27/10/2004	4.794	28/09/1993	4.047	25/04/1991	9.728
44	ROSILENE DE FÁTIMA LOURINHO DOS SANTOS	999.159	5ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belém	24/11/2004	4.766	28/09/1993	4.075	22/04/1991	9.731
45	MARIA LUIZA LOUREIRO DE BORBOREMA	999.150	15ª Promotora de Justiça Criminal de Belém	29/04/2005	4.610	28/09/1993	4.231	22/04/1991	9.731
46	MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO	999.151	1º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém	29/04/2005	4.610	28/09/1993	4.231	22/04/1991	9.731
47	JOSÉ ROBERTO COIMBRA	999.147	3º Promotor de Justiça de Órfãos, Interditos e Incapazes de Belém	29/04/2005	4.610	28/09/1993	4.231	25/04/1991	9.728
48	DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS	999.138	3º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém	29/04/2005	4.610	23/11/1994	3.810	22/04/1991	9.731
49	SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA	999.276	18ª Promotora de Justiça Criminal de Belém	29/04/2005	4.610	08/09/1995	3.521	01/01/1993	9.111
50	LUIZ CLÁUDIO PINHO	999.176	12º Promotor de Justiça Criminal de Belém	29/04/2005	4.610	17/11/1995	3.451	01/01/1993	9.111
51	FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID	999.386	1º Promotor de Justiça de Crimes Contra a Ordem Tributária de Belém	29/04/2005	4.610	13/10/2000	1.659	29/09/1994	8.475
52	MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CORRÊA	999.149	1ª Promotora de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública de Belém	10/03/2006	4.295	24/07/1995	3.882	22/04/1991	9.731
53	LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO	999.269	7ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belém	10/03/2006	4.295	09/01/1997	3.347	01/01/1993	9.111
54	BETHÂNIA MARIA DA COSTA CORRÊA	999.135	10ª Promotora de Justiça Criminal de Belém	03/04/2006	4.271	28/09/1993	4.570	22/04/1991	9.731
55	ADRIANA DE LOURDES MOTA SIMÕES COLARES	999.260	2ª Promotora de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho de Belém	09/06/2006	4.204	09/01/1997	3.438	01/01/1993	9.111
56	FREDERICO ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	999.267	2º Promotor de Justiça do Consumidor de Belém	09/06/2006	4.204	09/01/1997	3.438	01/01/1993	9.111
57	ALBERTINO SOARES MOREIRA JUNIOR	999.261	8º Promotor de Justiça de Família de Belém	09/06/2006	4.204	09/01/1997	3.438	01/01/1993	9.111
58	RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES	999.105	3º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém	04/07/2006	4.179	28/09/1996	3.566	27/08/1990	9.969
59	ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO	999.263	5 Promotor de Justiça de Família de Belém	17/09/2007	3.739	13/10/2000	2.530	01/01/1993	9.111
60	FABIANO AMIRALDO E SILVA	999.094	11º Promotor de Justiça Criminal de Belém	07/01/2008	3.627	21/10/1997	3.730	27/08/1990	9.969
61	SUELY REGINA FERREIRA AGUIAR CATETE	999.160	2ª Promotora de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém	06/11/2008	3.323	15/12/1999	3.249	25/04/1991	9.728
62	ROSANA PAES PINTO	803.044	17ª Promotora de Justiça Criminal de Belém	18/12/2008	3.281	28/09/1993	5.560	01/06/1988	10.786
63	JACIREMA FERREIRA DA SILVA E CUNHA	999.144	4ª Promotora de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém	19/02/2009	3.218	28/09/1993	5.623	22/04/1991	9.731
64	ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO	999.265	3ª Promotora de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho de Belém	11/02/2010	2.861	13/10/2000	3.408	01/01/1993	9.111
65	IVANILSON PAULO CORRÊA RAIOL	999.393	4º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Belém	26/09/2011	2.269	25/08/1998	4.780	29/09/1994	8.475
66	ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO	999.264	9ª Promotora de Justiça Criminal de Belém	26/09/2011	2.269	03/12/1999	4.315	01/01/1993	9.111
67	JOSE NAZARENO BARROS ANDRÉ	999.097	4º Promotor de Justiça Criminal de Icoaraci	26/09/2011	2.269	09/12/1999	4.309	27/08/1990	9.969
68	MARCELO BATISTA GONÇALVES	999.272	6º Promotor de Justiça Criminal de Belém	26/09/2011	2.269	28/12/2000	3.924	01/01/1993	9.111
69	MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA	999.401	2º Promotor de Justiça de Crimes Contra a Ordem Tributária da Capital	26/09/2011	2.269	28/12/2000	3.924	29/09/1994	8.475
70	MONICA REI MOREIRA FREIRE	999.407	10ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belém	26/09/2011	2.269	04/09/2001	3.674	29/09/1994	8.475
71	CESAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR	999.381	1º Promotor de Justiça do Consumidor de Belém	26/09/2011	2.269	05/10/2001	3.643	29/09/1994	8.475
72	JOSÉ MARIA COSTA LIMA JUNIOR	999.394	3º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém	30/11/2011	2.204	29/09/1994	6.271	29/09/1994	8.475

73	MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO	999.043	4ª Promotora de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém	30/11/2011	2.204	12/06/1985	9.667	12/06/1985	11.871
74	HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES	999.392	2ª PJ de Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	30/11/2011	2.204	29/09/1994	6.271	29/09/1994	8.475
75	WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO	999.277	14º Promotor de Justiça Criminal de Belém	12/01/2012	2.161	13/10/2000	4.108	01/01/1993	9.111
76	SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS	999.418	2ª Promotora de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Belém	12/01/2012	2.161	13/11/2001	3.712	29/09/1994	8.475
77	PEDRO PAULO BASSALO CRISPINO	999.410	2º Promotor de Justiça Criminal de Icoaraci	08/02/2012	2.134	13/11/2001	3.739	29/09/1994	8.475
78	MYRNA GOUVEIA DOS SANTOS	999.408	3ª Promotora de Justiça Criminal de Belém	08/02/2012	2.134	31/01/2002	3.660	29/09/1994	8.475
79	FABIA DE MELO-FOURNIER	999.387	3ª Promotora de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém	08/02/2012	2.134	22/05/2002	3.549	29/09/1994	8.475
80	SANDRO GARCIA DE CASTRO	999.416	2º Promotor de Justiça de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Belém	08/02/2012	2.134	22/05/2002	3.549	29/09/1994	8.475
81	VIVIANE VERAS DE PAULA COUTO	999.421	6ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belém	08/02/2012	2.134	06/08/2003	3.108	29/09/1994	8.475
82	SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA GONÇALVES	999.415	7ª Promotora de Justiça Criminal da Capital	09/02/2012	2.133	22/05/2002	3.550	29/09/1994	8.475
83	MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO	999.402	3º Promotor de Justiça com Atribuições Gerais de Belém	27/02/2012	2.115	22/05/2002	3.568	29/09/1994	8.475
84	LILIAM PATRÍCIA DUARTE DE SOUZA GOMES	999.397	3ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci	27/02/2012	2.115	21/01/2003	3.324	29/09/1994	8.475
85	ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO	999.379	6ª Promotora de Justiça com Atribuições Gerais de Belém	27/02/2012	2.115	21/01/2003	3.324	29/09/1994	8.475
86	MARIO SAMPAIO NETTO CHERMONT	999.406	8º Promotor de Justiça com Atribuições Gerais de Belém	27/02/2012	2.115	21/01/2003	3.324	29/09/1994	8.475
87	LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO	999.400	2º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Belém	27/02/2012	2.115	21/01/2003	3.324	29/09/1994	8.475
88	CARLOS STILIANIDI GARCIA	999.380	3º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Belém	27/02/2012	2.115	26/09/2003	3.076	30/09/1994	8.474
89	JOSÉ HAROLDO CARNEIRO MATOS	999.290	7º Promotor de Justiça com Atribuições Gerais de Belém	27/02/2012	2.115	04/12/2003	3.007	30/09/1994	8.474
90	SILVIA BRANCHES SIMÕES	999.305	9ª Promotora de Justiça com Atribuições Gerais de Belém	27/02/2012	2.115	12/02/2004	2.937	25/09/1995	8.114
91	FRANKLIN LOBATO PRADO	999.389	3º Promotor de Justiça de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Belém	16/04/2012	2.066	31/01/2002	3.728	25/09/1994	8.479
92	MANOEL VICTOR SERENI MURRIETA E TAVARES	999.462	3º Promotor de Justiça Criminal de Icoaraci	03/05/2012	2.049	16/02/2004	2.999	25/09/1995	8.114
93	SINARA LOPES LIMA DE BRUYNE	999.417	2ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci	14/03/2013	1.734	05/10/2001	4.178	29/09/1994	8.475
94	MARGARETH PUGA CARDOSO SINIMBU	999.403	4ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci	08/04/2013	1.709	07/07/2003	3.563	29/09/1994	8.475
95	ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ	999.452	1ª Promotora de Justiça com Atribuições Gerais de Belém	08/04/2013	1.709	27/02/2004	3.328	25/09/1995	8.114
96	MAURO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA	999.152	5º Promotor de Justiça Criminal de Icoaraci	18/06/2013	1.638	17/10/1994	6.819	22/04/1991	9.731
97	JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS	999.461	2º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital	12/12/2013	1.461	29/11/2004	3.300	25/09/1995	8.114
98	RODIER BARATA ATAÍDE	999.465	4º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital	04/07/2014	1.257	03/11/2004	3.530	25/09/1995	8.114
99	DARLENE RODRIGUES MOREIRA	999.382	1ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci	03/07/2014	1.258	23/09/2003	3.936	25/09/1994	8.479
100	IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES	999.459	2º Promotor de Justiça de Atribuições Gerais	19/10/2015	785	07/07/2004	4.121	25/09/1995	8.114
101	ANTÔNIO LOPES MAURÍCIO	999.453	5º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital	22/10/2015	782	07/07/2004	4.124	25/09/1995	8.114
102	ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE	999449	6º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital	31/03/2016	621	07/07/2004	4.285	25/09/1995	8.114
103	ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES	999.376	1º Promotor de Justiça de Mosqueiro	17/04/2017	239	25/08/2005	4.253	29/09/1994	8.475
104	SINTIA NONATA NEVES DE QUINTANILHA BIBAS MARADEI	999.466	5º Promotor de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci	17/04/2017	239	15/12/2004	4.506	25/09/1995	8.114
105	EDIVAR CAVALCANTE LIMA JÚNIOR	999.457	10º Promotor de Justiça com Atribuições Gerais	17/04/2017	239	15/12/2004	4.506	25/09/1995	8.114
106	JOSE EDVALDO PEREIRA SALES	999.871	4º Promotor de Justiça com Atribuições Gerais	17/04/2017	239	09/03/2006	4.057	02/07/2002	5.642

QUADRO DE ANTIGUIDADE DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 2ª ENTRANCIA ATÉ 11/12/2017									
Nº	NOME	REG. GERAL	CARGO	ENTRÂNCIA		ENTRÂNCIA ANTERIOR		CARREIRA	
				INÍCIO DO EXERCÍCIO	TOTAL EM DIAS	INÍCIO DO EXERCÍCIO	TOTAL EM DIAS	INÍCIO DO EXERCÍCIO	TOTAL EM DIAS
1	RAIMUNDO NONATO COIMBRA BRASIL	601.926	12º Promotor de Justiça de Santarém	26/03/1986	11.584	20/12/1983	827	20/12/1983	12.411
2	MARLENE RAMOS PAMPOLHA	803.035	1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua	28/09/1993	8.841	03/06/1988	1.943	03/06/1988	10.784
3	MAURO MARQUES DE MORAES	999.273	14º Promotor de Justiça de Santarém	13/05/1997	7.518	01/01/1993	1.593	01/01/1993	9.111
4	JOSÉLIA LEONTINA DE BARROS LOPES	999.268	8º Promotor de Justiça de Marabá	05/10/2001	5.912	29/09/1994	2.563	29/09/1994	8.475
5	LIZETE DE LIMA NASCIMENTO	999.398	1º Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal do Juri de Ananindeua	21/01/2003	5.439	29/09/1994	3.036	29/09/1994	8.475
6	ALINE TAVARES MOREIRA	999.378	7º Promotor de Justiça de Marabá	03/07/2003	5.276	29/09/1994	3.199	29/09/1994	8.475
7	VÂNIA CAMPOS DE PINHO	999.212	2º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua	23/09/2003	5.194	29/09/1994	3.281	29/09/1994	8.475
8	ROSÂNGELA ESTUMANO GONÇALVES HARTMANN	999.414	3º Promotor de Justiça de Redenção	09/02/2004	5.055	29/09/1994	3.420	29/09/1994	8.475
9	QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR	999.434	2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua	14/05/2004	4.960	25/09/1995	3.154	25/09/1995	8.114
10	VALÉRIA PORPINO NUNES	999.420	3º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua	15/06/2004	4.928	29/09/1994	3.547	29/09/1994	8.475
11	ARNALDO CÉLIO DA COSTA AZEVEDO	999.454	2º Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal de Juri de Ananindeua	05/10/2004	4.816	25/09/1995	3.298	25/09/1995	8.114
12	CARLOS EUGÊNIO RODRIGUES SALGADO DOS SANTOS	999.456	1º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua	11/03/2005	4.659	25/09/1995	3.455	25/09/1995	8.114
13	DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS	999.383	4º Promotor de Justiça de Marabá	23/06/2005	4.555	29/09/1994	3.920	29/09/1994	8.475
14	SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILÉO	999.218	1º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua	17/08/2005	4.500	29/09/1994	3.975	29/09/1994	8.475
15	BEZALIEL CASTRO ALVARENGA	999.455	2º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua	21/09/2005	4.465	25/09/1995	3.649	25/09/1995	8.114
16	JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS	999.460	4º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua	22/09/2005	4.464	25/09/1995	3.650	25/09/1995	8.114
17	ALBELY MIRANDA LOBATO TEIXEIRA	999.448	1ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua	06/10/2005	4.450	25/09/1995	3.664	25/09/1995	8.114
18	ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO	999.451	5º Promotor de Justiça de Marituba	24/02/2006	4.309	25/09/1995	3.805	25/09/1995	8.114
19	RAIMUNDO ANTONIO SILVA AIRES	999.411	Promotor de Justiça de Moju	03/04/2006	4.271	30/09/1994	4.203	30/09/1994	8.474
20	TÚLIO CHAVES NOVAES	999.816	10º Promotor de Justiça de Santarém	03/04/2006	4.271	02/07/2002	1.371	02/07/2002	5.642
21	SANDRO RAMOS CHERMONT	999.818	4º Promotor de Justiça Criminal de Ananindeua	10/04/2006	4.264	02/07/2002	1.378	02/07/2002	5.642
22	LARISSA BRASIL BRANDÃO	999.819	11º Promotor de Justiça de Santarém	10/04/2006	4.264	02/07/2002	1.378	02/07/2002	5.642
23	ALESSANDRA REBELO CLOS	999.824	3º Promotor de Justiça de Marituba	18/10/2006	4.073	02/07/2002	1.569	02/07/2002	5.642
24	ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO	999.820	3º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua	15/02/2007	3.953	02/07/2002	1.689	02/07/2002	5.642
25	VIVIANE LOBATO SOBRAL FRANCO	999.821	3ª Promotor de Justiça Criminal de Ananindeua	21/05/2007	3.858	02/07/2002	1.784	02/07/2002	5.642
26	JAYME FERREIRA BASTOS FILHO	999.829	1º Promotor de Justiça Criminal de Ananindeua	21/05/2007	3.858	27/01/2003	1.575	27/01/2003	5.433
27	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JÚNIOR	999.836	6º Promotor de Justiça de Marituba	23/05/2007	3.856	31/03/2003	1.514	31/03/2003	5.370
28	NEY TAPAJOS FERREIRA FRANCO	999.822	Promotor de Justiça de Curuçá	28/06/2007	3.820	02/07/2002	1.822	02/07/2002	5.642
29	DANIELA SOUZA FILHO MOURA	999.826	4º Promotor de Justiça Criminal de Marituba	05/09/2007	3.751	02/07/2002	1.891	02/07/2002	5.642
30	DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO	999.827	1º Promotor de Justiça de Barcarena	13/09/2007	3.743	02/07/2002	1.899	02/07/2002	5.642
31	LUZIANA BARATA DANTAS	999.831	6º Promotor de Justiça de Santarém	17/09/2007	3.739	27/01/2003	1.694	27/01/2003	5.433
32	PATRÍCIA DE FÁTIMA DE CARVALHO ARAÚJO	999.832	4º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua	10/12/2007	3.655	27/01/2003	1.778	27/01/2003	5.433
33	FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA	999.853	2º Promotor de Justiça de Benevides	26/03/2008	3548	14/10/2003	1.625	14/10/2003	5.173
34	CARMEN BURLE DA MOTA PAES	999.823	5º Promotor de Justiça de Castanhal	04/06/2008	3478	02/07/2002	2.164	02/07/2002	5.642
35	ALFREDO MARTINS DE AMORIM	999.377	2º Promotor de Justiça de Conceição do Araguaia	05/09/2008	3385	29/09/1994	5.090	29/09/1994	8.475
36	ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO	999.838	1º Promotor de Justiça de Castanhal	10/09/2008	3380	31/03/2003	1.990	31/03/2003	5.370
37	MARIA DE LOURDES COSTA BRASIL	999.404	6º Promotor de Justiça de Castanhal	09/01/2009	3259	29/09/1994	5.216	29/09/1994	8.475
38	PAULO ARIAS CARVALHO CRUZ	999.828	13º Promotor de Justiça de Santarém	07/04/2009	3171	02/07/2002	2.471	02/07/2002	5.642
39	AMARILDO DA SILVA GUERRA	999.840	Promotor de Justiça de São Miguel do Guamá	03/06/2009	3.114	31/03/2003	2.256	31/03/2003	5.370
40	PAULO RICARDO DE SOUZA BEZERRA	999.409	2º Promotor de Justiça de Marituba	31/07/2009	3.056	29/09/1994	5.419	29/09/1994	8.475
41	NADILSON PORTILHO GOMES	999.842	1º Promotor de Justiça de Capanema	28/08/2009	3.028	31/03/2003	2.342	31/03/2003	5.370
42	ROBERTO JOAQUIM DA SILVA FILHO	999.412	1º Promotor de Justiça de Benevides	11/09/2009	3.014	29/09/1994	5.461	29/09/1994	8.475
43	LEA CRISTINA MOUZINHO DA ROCHA	999.396	1º Promotor de Justiça de Marituba	03/11/2009	2.961	30/09/1994	5.513	30/09/1994	8.474
44	VYLLYA COSTA BARRA SERENI	999.833	2º Promotor de Justiça de Santa Izabel do Pará	17/11/2009	2947	27/01/2003	2.486	27/01/2003	5.433

45	PRISCILLA TEREZA DE ARAÚJO COSTA	999.843	7º Promotor de Justiça de Castanhal	08/02/2010	2864	31/03/2003	2.506	31/03/2003	5.370
46	JULIO CESAR SOUSA COSTA	999.830	11º Promotor de Justiça de Marabá	19/03/2010	2.825	27/01/2003	2.608	27/01/2003	5.433
47	GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA	999.1327	1º Promotor de Justiça de Abaetetuba	05/04/2010	2.808	07/11/2006	1.245	07/11/2006	4.053
48	REGIANE BRITO COELHO OZANAN	999.1338	4º Promotor de Justiça de Benevides	10/08/2010	2681	07/11/2006	1.372	07/11/2006	4.053
49	MÁRCIO LEAL DIAS	999.1343	Promotor de Justiça de Marapanim	07/12/2010	2562	07/11/2006	1.491	07/11/2006	4.053
50	ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA	999.1328	8º Promotor de Justiça de Castanhal	07/01/2011	2531	07/11/2006	1.522	07/11/2006	4.053
51	LILIAN NUNES E NUNES	999.1334	1º Promotor de Justiça de Santa Izabel do Pará	15/02/2012	2127	07/11/2006	1.926	07/11/2006	4.053
52	MARIELA CORRÊA HAGE	999.1336	4º Promotor de Justiça de Castanhal	25/06/2012	1996	07/11/2006	2.057	07/11/2006	4.053
53	ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES	999.1361	5º Promotor de Justiça de Abaetetuba	17/07/2012	1974	02/02/2007	1.992	02/02/2007	3.966
54	LAÉRCIO GUILHERMINO DE ABREU	999.1333	2º Promotor de Justiça de Barcarena	11/09/2012	1918	07/11/2006	2.135	07/11/2006	4.053
55	EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO	999.1340	Promotor de Justiça de Vigia de Nazaré	11/09/2012	1918	07/11/2006	2.135	07/11/2006	4.053
56	ERIKA MENEZES DE OLIVEIRA	999.1363	3º Promotor de Justiça Cível de Benevides	11/09/2012	1918	02/02/2007	2.048	02/02/2007	3.966
57	LÍLIAN VIANA FREIRE	999.1348	13º Promotor de Justiça de Marabá	17/09/2012	1912	28/11/2006	2.120	28/11/2006	4.032
58	GUSTAVO RODOLFO RAMOS DE ANDRADE	999.1360	2º Promotor de Justiça de Salinópolis	17/09/2012	1912	02/02/2007	2.054	02/02/2007	3.966
59	EDUARDO JOSÉ FALESI DO NASCIMENTO	999.1362	Promotor de Justiça de Maracanã	24/09/2012	1905	02/02/2007	2.061	02/02/2007	3.966
60	FRANKLIN JONES VIEIRA DA SILVA	999.1452	Promotor de Justiça de Rio Maria	24/09/2012	1905	21/05/2008	1.587	21/05/2008	3.492
61	HYGEIA VALENTE DE SOUZA MAGALHÃES	999.1457	5º Promotor de Justiça de Marabá	24/09/2012	1905	21/05/2008	1.587	21/05/2008	3.492
62	DANYLLO POMPEU COLARES	999.1454	3º Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Castanhal	24/09/2012	1905	21/05/2008	1.587	21/05/2008	3.492
63	FREDERICO AUGUSTO DE MORAIS FREIRE	999.390	2º Promotor de Justiça de Abaetetuba	18/02/2013	1758	29/09/1994	6.717	29/09/1994	8.475
64	MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA	999.405	2º Promotor de Justiça de Capanema	18/02/2013	1758	29/09/1994	6.717	29/09/1994	8.475
65	REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA	999.464	3º Promotor de Justiça de Abaetetuba	18/02/2013	1758	25/09/1995	6.356	25/09/1995	8.114
66	POLYANA BRASIL MACHADO DE SOUZA	999.217	4ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa da Probidade Administrativa de Abaetetuba	18/02/2013	1758	25/09/1995	6.356	25/09/1995	8.114
67	AFONSO JOFREI MACEDO FERRO	999.839	2º Promotor de Justiça de Moju	18/02/2013	1758	31/03/2003	3.612	31/03/2003	5.370
68	CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES	999.1329	2º Promotor de Justiça de São Miguel do Guamá	18/02/2013	1758	07/11/2006	2.295	07/11/2006	4.053
69	MÁRCIO SILVA MAUÉS DE FARIA	999.1335	3º Promotor de Justiça de Capanema	18/02/2013	1758	07/11/2006	2.295	07/11/2006	4.053
70	MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO	999.1342	2º Promotor de Justiça de Bragança	18/02/2013	1758	07/11/2006	2.295	07/11/2006	4.053
71	DANIEL MENEZES BARROS	999.1339	Promotor de Justiça de Igarapé-Miri	18/02/2013	1758	07/11/2006	2.295	07/11/2006	4.053
72	REGINALDO CÉSAR LIMA ALVARES	999.1345	1º Promotor de Justiça de Paragominas	18/02/2013	1758	07/11/2006	2.295	07/11/2006	4.053
73	ERICA ALMEIDA DE SOUSA	999.1364	3º Promotor de Justiça de Barcarena	18/02/2013	1758	02/02/2007	2.208	02/02/2007	3.966
74	LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA	999.292	8º Promotor de Justiça de Santarém	18/02/2013	1758	21/05/2008	1.734	21/05/2008	3.492
75	JOSE AUGUSTO NOGUEIRA SARMENTO	999.1460	2º Promotor de Justiça de Tomé-Açu	18/02/2013	1758	21/05/2008	1.734	21/05/2008	3.492
76	BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO	999.1462	3º Promotor de Justiça de Bragança	18/02/2013	1758	21/05/2008	1.734	21/05/2008	3.492
77	GUILHERME CHAVES COELHO	999.1530	Promotor de Justiça de Soure	18/02/2013	1758	09/09/2008	1.623	09/09/2008	3.381
78	RODRIGO AQUINO SILVA	999.1535	5º Promotor de Justiça de Santarém	18/02/2013	1758	09/09/2008	1.623	09/09/2008	3.381
79	JULIANA DIAS FERREIRA DE PINHO PALMEIRA	999.1540	Promotor de Justiça de Muaná	18/02/2013	1758	09/09/2008	1.623	09/09/2008	3.381
80	HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA	999.1541	4º Promotor de Justiça de Parauapebas	18/02/2013	1758	09/09/2008	1.623	09/09/2008	3.381
81	LUIZ GUSTAVO DA LUZ QUADROS	999.1543	3º Promotor de Justiça de Paragominas	18/02/2013	1758	09/09/2008	1.623	09/09/2008	3.381
82	GRUCHENKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE	999.1546	2ª Promotora de Justiça de Cametá	18/02/2013	1758	09/09/2008	1.623	09/09/2008	3.381
83	SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME	999.1548	1º Promotor de Justiça de Bragança	18/02/2013	1758	09/09/2008	1.623	09/09/2008	3.381
84	SILVANA NASCIMENTO VAZ DE SOUSA	999.1555	3º Promotor de Justiça de Altamira	18/02/2013	1758	09/09/2008	1.623	09/09/2008	3.381
85	CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA	999.837	2º Promotor de Justiça de Paragominas	03/04/2013	1714	31/03/2003	3.656	31/03/2003	5.370
86	FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ	999.1330	1º Promotor de Justiça de Salinópolis	03/04/2013	1714	07/11/2006	2.339	07/11/2006	4.053
87	JANE CLEIDE SILVA SOUZA	999.1332	12º Promotor de Justiça de Marabá	03/04/2013	1714	07/11/2006	2.339	07/11/2006	4.053
88	LÍLIANE CARVALHO RODRIGUES DE OLIVEIRA	999.1547	3º Promotor de Justiça de Marabá	03/04/2013	1714	09/09/2008	1.667	09/09/2008	3.381
89	CRISTINE MAGELLA SILVA CORRÊA	999.1549	2º Promotor de Justiça de Marabá	03/04/2013	1714	09/09/2008	1.667	09/09/2008	3.381
90	RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA	999.1552	4º Promotor de Justiça de Santarém	03/04/2013	1714	09/09/2008	1.667	09/09/2008	3.381
91	RAMON FURTADO SANTOS	999.1557	2º Promotor de Justiça de Santarém	03/04/2013	1714	09/09/2008	1.667	09/09/2008	3.381
92	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR	999.1676	1º Promotor de Justiça de Marabá	03/04/2013	1714	26/05/2009	1.408	26/05/2009	3.122
93	CREMILDA AQUINO DA COSTA	999.1685	3º Promotor de Justiça de Conceição do Araguaia	03/04/2013	1714	26/05/2009	1.408	26/05/2009	3.122
94	DULLY SANAÉ ARAÚJO OTAKARA	999.1687	3º Promotor de Justiça de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Santarém	03/04/2013	1714	26/05/2009	1.408	26/05/2009	3.122
95	IONE MISSAÉ DA SILVA NAKAMURA	999.1534	7º Promotor de Justiça de Santarém	20/08/2013	1575	09/09/2008	1.806	09/09/2008	3.381
96	ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN	999.1455	9º Promotor de Justiça de Marabá	03/10/2013	1531	21/05/2008	1.961	21/05/2008	3.492
97	BRENDA MELISSA FERNANDES LOUREIRO BRAGA	999.1456	1º Promotor de Justiça de Tomé-Açu	03/10/2013	1531	21/05/2008	1.961	21/05/2008	3.492
98	MAYANNA SILVA DE SOUZA QUEIROZ	999.1458	6º Promotor de Justiça de Marabá	03/10/2013	1531	21/05/2008	1.961	21/05/2008	3.492
99	AMANDA LUCIANA SALES LOBATO	999.1536	2º Promotor de Justiça de Tucuruí	03/10/2013	1531	09/09/2008	1.850	09/09/2008	3.381
100	MARIA RAIMUNDA DA SILVA TAVARES	999.1678	9º Promotor de Justiça de Santarém	03/10/2013	1531	26/05/2009	1.591	26/05/2009	3.122
101	RENATA FONSECA DE CAMPOS	999.1682	1º Promotor de Justiça de Itaituba	03/10/2013	1531	26/05/2009	1.591	26/05/2009	3.122
102	JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA	999.1686	1º Promotor de Justiça de Cametá	03/10/2013	1531	26/05/2009	1.591	26/05/2009	3.122
103	ADRIANA PASSOS FERREIRA	999.1694	Promotor de Justiça de Ponta de Pedras	03/10/2013	1531	26/05/2009	1.591	26/05/2009	3.122
104	LÍGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA	999.1723	10º Promotor de Justiça de Marabá	03/10/2013	1531	29/09/2010	1.100	29/09/2010	2.631
105	GRACE KANEMITSU PARENTE	999.1531	7º Promotor de Justiça de Altamira	31/10/2013	1503	09/09/2008	1.878	09/09/2008	3.381
106	ADLEER CALDERARO SIROTHEAU	999.1556	1ª Promotor de Justiça de Alenquer	31/10/2013	1503	09/09/2008	1.878	09/09/2008	3.381

107	LUCIANO AUGUSTO ARAÚJO DA COSTA	999.1722	2º Promotor de Justiça de Monte Alegre	31/10/2013	1503	29/09/2010	1.128	29/09/2010	2.631
108	JOÃO BATISTA DE ARAÚJO CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR	999.1725	2º Promotor de Justiça de Breves	31/10/2013	1503	29/09/2010	1.128	29/09/2010	2.631
109	ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO	999.1463	Promotor de Justiça de Mãe do Rio	10/12/2013	1463	21/05/2008	2.029	21/05/2008	3.492
110	ANTÔNIO MANOEL CARDOSO DIAS	999.1681	3º Promotor de Justiça de Defesa dos Órfãos e Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos de Altamira	10/12/2013	1463	26/05/2009	1.659	26/05/2009	3.122
111	EVELIN STAEVIE DOS SANTOS	999.1684	Promotor de Justiça de Óbidos	09/10/2015	795	26/05/2009	2.327	26/05/2009	3.122
112	ELY SORAYA SILVA CEZAR	999.1698	1º Promotor de Justiça de Tailândia	20/11/2015	753	26/05/2009	2.369	26/05/2009	3.122
113	ÍTALO COSTA DIAS	999.1726	1º Promotor de Justiça de Xinguara	20/11/2015	753	29/09/2010	1.878	29/09/2010	2.631
114	ALAN PIERRE CHAVES ROCHA	999.1690	Promotor de Justiça de Tucumã	20/11/2015	753	26/05/2009	2.369	26/05/2009	3.122
115	EMÉRIO MENDES COSTA	999.1461	Promotor de Justiça de Viseu	17/12/2015	726	21/05/2008	2.766	21/05/2008	3.492
116	BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES	999.1538	4º Promotor de Justiça da Infância e Juventude, dos Órfãos, Interditos e Incapazes de Altamira	17/12/2015	726	09/09/2008	2.655	09/09/2008	3.381
117	SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM SANCHEZ	999.1730	6º Promotor de Justiça Agrário de Altamira	17/12/2015	726	29/09/2010	1.905	29/09/2010	2.631
118	HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO	999.1724	4º Promotor de Justiça Agrário de Redenção	03/02/2016	678	29/09/2010	1.953	29/09/2010	2.631
119	MAGDALENA TORRES TEIXEIRA	999.1731	1ª PJ Criminal de Redenção	23/05/2016	568	29/09/2010	2.063	29/09/2010	2.631
120	ALINE JANUSA TELES MARTINS	999.1721	1ª Promotora de Justiça de Tucuruí	30/06/2016	530	29/09/2010	2.101	29/09/2010	2.631
121	MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA	999.1729	5ª Promotora de Justiça Cível de Parauapebas	13/09/2016	455	29/09/2010	2.176	29/09/2010	2.631
122	CRYSTINA MICHICO TAKETA MORIKAWA	999.1695	6ª PJ de Parauapebas	20/09/2016	448	26/05/2009	2.674	26/05/2009	3.122
123	PAULA CAROLINE NUNES MACHADO	999.2330	2ª Promotora de Justiça de Rondon do Pará	10/10/2016	428	02/07/2015	466	02/07/2015	894
124	LORENA MOURA BARBOSA DE MIRANDA	999.1735	2ª Promotora de Justiça de Redenção	09/01/2017	337	29/09/2010	2.294	29/09/2010	2.631
125	ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO	999.1733	1º Promotor de Justiça de Conceição do Araguaia	09/01/2017	337	29/09/2010	2.294	29/09/2010	2.631
126	FRANCYS LUCY GALHARDO DO VALE	999.1553	2º Promotor de Justiça Criminal de Parauapebas	17/04/2017	239	09/09/2008	3.144	09/09/2008	3.381
127	LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA	999.1533	Promotor de Justiça de Rondon do Pará	17/04/2017	239	09/09/2008	3.143	09/09/2008	3.381
128	FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA	999.1734	1º Promotor de Justiça de Monte Alegre	17/04/2017	239	29/09/2010	2.394	29/09/2010	2.631
129	DIEGO LIBARDI RODRIGUES	999.2355	2º Promotor de Justiça de Xinguara	17/04/2017	239	02/07/2015	655	02/07/2015	894
130	DANIEL BRAGA BONA	999.2344	5º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira	17/04/2017	239	02/07/2015	655	02/07/2015	894
131	SAMUEL FURTADO SOBRAL	999.1728	1º Promotor de Justiça Criminal de Altamira	04/10/2017	69	29/09/2010	2.562	29/09/2010	2.631
132	NAYARA SANTOS NEGRAO	999.2337	Promotor de Justiça de Oriximiná	16/10/2017	57	02/07/2015	837	02/07/2015	894

QUADRO DE ANTIGUIDADE DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 1ª ENTRÂNCIA ATÉ 11/12/2017

Nº	NOME	REG. GERAL	CARGO	ENTRÂNCIA		CARREIRA	
				INÍCIO DO EXERCÍCIO	TOTAL EM DIAS	INÍCIO DO EXERCÍCIO	TOTAL EM DIAS
1	WILSON GAIA FARIAS	999.423	Promotor de Justiça de Inhangapi	01/10/1994	8.473	01/10/1994	8.473
2	ACENILDO BOTELHO PONTES	999.447	Promotor de Justiça de Santa Maria do Pará	25/09/1995	8.114	25/09/1995	8.114
3	VIVIANA DOS SANTOS COUTO DELAQUIS PEREZ	999.368	Promotor de Justiça de Santa Bárbara do Pará	02/07/2002	5.642	02/07/2002	5.642
4	PAULO ÂNGELO NOGUEIRA FURTADO	999.844	Promotor de Justiça de Peixe-Boi	31/03/2003	5.370	31/03/2003	5.370
5	MARILÚCIA SANTOS SALES	999.1464	Promotor de Justiça de São Caetano de Odivelas	21/05/2008	3492	21/05/2008	3492
6	ALEXANDRE MONTEIRO VENDITTE	999.1453	Promotor de Justiça de Aveiro	28/05/2008	3485	28/05/2008	3485
7	PAULO IGOR BARRA NASCIMENTO	999.1532	Promotor de Justiça de São Francisco do Pará	09/09/2008	3381	09/09/2008	3381
8	RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA	999.1542	Promotor de Justiça de São Domingos do Capim	09/09/2008	3381	09/09/2008	3381
9	HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA	999.1544	Promotor de Justiça de Nova Timboteua	09/09/2008	3381	09/09/2008	3381
10	BRENDA CORRÊA LIMA AYAN	999.1545	Promotor de Justiça de Magalhães Barata	09/09/2008	3381	09/09/2008	3381
11	ISAAC SACRAMENTO DA SILVA	999.1550	Promotor de Justiça de Bujaru	09/09/2008	3381	09/09/2008	3381
12	MELINA ALVES BARBOSA	999.1554	Promotor de Justiça de Bonito	09/09/2008	3381	09/09/2008	3381
13	JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO	999.1677	Promotor de Justiça de Santa Luzia do Pará	26/05/2009	3122	26/05/2009	3122
14	MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA	999.1679	Promotor de Justiça de Santo Antônio do Tauá	26/05/2009	3122	26/05/2009	3122
15	TATIANA FERREIRA GRANHEN	999.1680	Promotor de Justiça de Colares	26/05/2009	3122	26/05/2009	3122
16	GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO	999.1688	Promotor de Justiça de São João do Araguaia	26/05/2009	3122	26/05/2009	3122
17	MANOEL ADILTON PERES DE OLIVEIRA	999.629	Promotor de Justiça de Garrafão do Norte	26/05/2009	3122	26/05/2009	3122
18	MAURIM LAMEIRA VERGOLINO	999.1692	Promotor de Justiça de Dom Eliseu	26/05/2009	3122	26/05/2009	3122
19	FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA	999.1697	Promotor de Justiça de Breu Branco	26/05/2009	3122	26/05/2009	3122
20	ARLINDO JORGE CABRAL JUNIOR	999.1727	Promotor de Justiça de Itupiranga	29/09/2010	2631	29/09/2010	2631
21	DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA	999.2352	PJ de Prainha	02/07/2015	894	02/07/2015	894
22	SAVIO RAMON BATISTA DA SILVA	999.2333	PJ de Jacundá	02/07/2015	894	02/07/2015	894
23	JOSIEL GOMES DA SILVA	999.2342	PJ de Curionópolis	02/07/2015	894	02/07/2015	894
24	ARTHUR DINIZ FERREIRA DE MELO	999.2354	PJ de São João de Pirabas	02/07/2015	894	02/07/2015	894
25	CARLOS ALBERTO FONSECA LOPES	999.2347	PJ de Novo Repartimento	02/07/2015	894	02/07/2015	894
26	MAURO GUILHERME MESSIAS DOS SANTOS	999.2339	PJ de Mocajuba	02/07/2015	894	02/07/2015	894
27	VANESSA HERCULANO RIBEIRO	999.2338	PJ de Brasil Novo	02/07/2015	894	02/07/2015	894

28	DANIEL MONDEGO FIGUEIREDO	999.2325	PJ de Limoeiro do Ajuru	02/07/2015	894	02/07/2015	894
29	LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ	999.2324	PJ de Ourém	02/07/2015	894	02/07/2015	894
30	MARIANA SOUSA CAVALEIRO DE MACEDO DANTAS	999.2331	PJ de Rurópolis	02/07/2015	894	02/07/2015	894
31	JOSE ILTON LIMA MOREIRA JUNIOR	999.2320	PJ de Salvaterra	02/07/2015	894	02/07/2015	894
32	ANDRE CAVALCANTI DE OLIVEIRA	999.2348	PJ de Cachoeira do Arari	02/07/2015	894	02/07/2015	894
33	LUIZ DA SILVA SOUZA	999.2332	PJ de Augusto Corrêa	02/07/2015	894	02/07/2015	894
34	RUI BARBOSA LAMIM	999.2343	2ª PJ de Canaã dos Carajás	02/07/2015	894	02/07/2015	894
35	LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO	999.2321	PJ de Capitão Poço	02/07/2015	894	02/07/2015	894
36	ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA	999.2349	PJ de Faro	02/07/2015	894	02/07/2015	894
37	FLAVIA MIRANDA FERREIRA	999.2353	PJ de Primavera	02/07/2015	894	02/07/2015	894
38	SULDBLANO OLIVEIRA GOMES	999.2340	PJ de Oeiras do Pará	02/07/2015	894	02/07/2015	894
39	DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA	999.2336	PJ de Aurora do Pará	02/07/2015	894	02/07/2015	894
40	FRANCISCO SIMEAO DE ALMEIDA JUNIOR	999.2327	PJ de Santarém Novo	02/07/2015	894	02/07/2015	894
41	MONIQUE NATHYANE RIBEIRO COELHO	999.2341	PJ de Ipixuna do Pará	02/07/2015	894	02/07/2015	894
42	DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO	999.2335	PJ de Bagre	02/07/2015	894	02/07/2015	894
43	RAFAEL TREVISAN DAL BEM	999.2323	PJ de Juruti	02/07/2015	894	02/07/2015	894
44	PATRICIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN	999.2356	PJ de São Sebastião da Boa Vista	02/07/2015	894	02/07/2015	894
45	PEDRO RENAN CAJADO BRASIL	999.2322	PJ de Acará	02/07/2015	894	02/07/2015	894
46	CÍCERO BARBOSA MONTEIRO JÚNIOR	999.2345	PJ de Eldorado dos Carajás	02/07/2015	894	02/07/2015	894
47	ERICK RICARDO DE SOUZA FERNANDES	999.2365	PJ de Santana do Araguaia	16/07/2015	880	16/07/2015	880
48	BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS	999.2366	PJ de Anapu	16/07/2015	880	16/07/2015	880
49	GUILHERME LIMA CARVALHO	999.2374	PJ de Terra Santa	10/08/2015	855	10/08/2015	855
50	GUSTAVO DE QUEIROZ ZENAIDE	999.2392	PJ de Novo Progresso	01/10/2015	803	01/10/2015	803
51	PAULA SUELY DE ARAUJO ALVES CAMACHO	999.2463	PJ de Baião	11/03/2016	641	11/03/2016	641
52	LIVIA TRIPAC MILEO CAMARA	999.2452	PJ Substituto	11/03/2016	641	11/03/2016	641
53	NAIARA VIDAL NOGUEIRA	999.2466	PJ de Ulianópolis	11/03/2016	641	11/03/2016	641
54	THIAGO TAKADA PEREIRA	999.2455	PJ de Melgaço	11/03/2016	641	11/03/2016	641
55	JOSE ALBERTO GRISI DANTAS	999.2453	PJ de Goianésia do Pará	11/03/2016	641	11/03/2016	641
56	TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES	999.2462	PJ Substituto	11/03/2016	641	11/03/2016	641
57	BRUNO SARAVALLI RODRIGUES	999.2454	PJ Substituto	11/03/2016	641	11/03/2016	641
58	LUCIANA VASCONCELOS MAZZA	999.2461	PJ Substituto	11/03/2016	641	11/03/2016	641
59	FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES	999.2465	PJ de Senador José Porfírio	11/03/2016	641	11/03/2016	641
60	MULLER MARQUES SIQUEIRA	999.2464	PJ Substituto	11/03/2016	641	11/03/2016	641
61	PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE	999.2460	PJ Substituto	11/03/2016	641	11/03/2016	641
62	HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN	999.2457	PJ Substituto	11/03/2016	641	11/03/2016	641
63	JULIANA NUNES FELIX	999.2459	PJ Substituto	11/03/2016	641	11/03/2016	641
64	MARCIO DE ALMEIDA FARIAS	999.2515	PJ de Afuá	05/07/2016	525	05/07/2016	525
65	GABRIELA RIOS MACHADO	999.2514	PJ Substituto	05/07/2016	525	05/07/2016	525
66	THIAGO RIBEIRO SANANDRES	999.2516	PJ Substituto	05/07/2016	525	05/07/2016	525
67	TIAGO SALES BOULHOSA GONZALEZ	999.2557	PJ Substituto	15/09/2016	453	15/09/2016	453
68	ADONIS TENORIO CAVALCANTI	999.2558	PJ Substituto	15/09/2016	453	15/09/2016	453
69	RAFAEL MOREIRA STEINBERGER	999.2555	PJ Substituto	15/09/2016	453	15/09/2016	453
70	EMERSON COSTA DE OLIVEIRA	999.2559	1ª PJ de Canaã dos Carajás	15/09/2016	453	15/09/2016	453
71	ALINE NEIVA ALVES DA SILVA	999.2633	PJ Substituto	04/04/2017	252	04/04/2017	252
72	JOHN LUKE VILAS BOAS CARR	999.2692	PJ Substituto	18/05/2017	208	18/05/2017	208
73	DUCIVAL CARVALHO PEREIRA JUNIOR	999.2693	PJ Substituto	18/05/2017	208	18/05/2017	208
74	OLIVIA ROBERTA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	999.2694	PJ Substituto	18/05/2017	208	18/05/2017	208
75	GERSON ALBERTO DE FRANCA	999.2695	PJ Substituto	18/05/2017	208	18/05/2017	208
76	LEONARDO JORGE LIMA CALDAS	999.2696	PJ Substituto	18/05/2017	208	18/05/2017	208
77	BRUNO ALVES CÂMARA	999.2697	PJ Substituto	18/05/2017	208	18/05/2017	208
78	ALEXANDRE AZEVEDO DE MATTOS MOURA COSTA	999.2749	PJ Substituto	29/06/2017	166	29/06/2017	166
79	MARIO CESAR NABANTINO ARRAIS BRAUNA	999.2750	PJ Substituto	29/06/2017	166	29/06/2017	166
80	THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ	999.2752	PJ Substituto	29/06/2017	166	29/06/2017	166
81	OSVALDINO LIMA DE SOUSA	999.2751	PJ Substituto	29/06/2017	166	29/06/2017	166

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões do Conselho Superior do Ministério Público, em Belém, 12 de dezembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Corregedor-Geral do Ministério Público

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Conselheira Secretária

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Conselheiro

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Conselheira

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Conselheira

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Conselheira

**PORTARIA Nº 154/2017-MP/1ª E 2ª PJTFPAISFRJE
DE 25 DE JUNHO DE 2017
PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais; CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial; CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013; CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS; CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução; CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas, bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais ou de interesse social; CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PJ/GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalísticas das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências; RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo para apuração finalística das contas da entidade de interesse social denominada SABER-SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM REABILITAÇÃO-, CNPJ: 638.726/0001-76, relativa ao ano-calendário 2016; considerando o recebimento de verba pública no valor de R\$ 71.618,40;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro no SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) NOTIFICAR o(a) Responsável Legal da entidade em tela, para que apresente, até o dia 30/08/2017, a prestação de contas finalística do ano-calendário de 2016;

V) NOMEAR, sob compromisso, para secretariarem os trabalhos, atuando neste procedimento administrativo de prestação de contas, o Sr. DOUGLAS JOSE DE PINHO e/ou o Sr. ANTONIO MARCOS DA SILVA FERREIRA, Auxiliares de Administração do Ministério Público do Estado do Pará;

Após, voltem-me conclusos para novas deliberações. Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
--	--

Protocolo: 260942

**PORTARIA Nº 162/2017-MP/1ª E 2ª PJTFPAISFRJE
DE 25 DE JUNHO DE 2017
PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais; CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial; CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013; CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS; CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução; CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas, bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais ou de interesse social; CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PJ/GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalísticas das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências; RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo para apuração finalística das contas da entidade de interesse social denominada ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE RECURSOS HUMANOS-, CNPJ: 201.904/0001-75, relativa ao ano-calendário 2016; considerando o recebimento de verba pública no valor de R\$ 639.400,00;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro no SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) NOTIFICAR o(a) Responsável Legal da entidade em tela, para que apresente, até o dia 30/08/2017, a prestação de contas finalística do ano-calendário de 2016;

V) NOMEAR, sob compromisso, para secretariarem os trabalhos, atuando neste procedimento administrativo de prestação de contas, o Sr. DOUGLAS JOSE DE PINHO e/ou o Sr. ANTONIO MARCOS DA SILVA FERREIRA, Auxiliares de Administração do Ministério Público do Estado do Pará;

Após, voltem-me conclusos para novas deliberações. Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
--	--

Protocolo: 260927

**NOTIFICAÇÃO
062/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISFRJE**

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 062/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada FEDERAÇÃO PARAENSE DE ATLETISMO-FPAT-, CNPJ: 01.860.103/0001-94, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SEEL	-	R\$ 10.000,00

FONTES: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos. Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas. Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa. Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
--	--

Protocolo: 260842

**NOTIFICAÇÃO
060/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISFRJE**

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 060/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada CENTRO EDUCACIONAL MOARANÁ-, CNPJ: 01.178.747/0001-05, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SEMEC	013/2016	R\$ 34.920,00

FONTES: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos. Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas. Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa. Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
--	--

Protocolo: 260858

PORTARIA Nº 7632/2017-MP/PJG

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJG, de 24 de julho de 2013; CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06

de julho de 2006;
CONSIDERANDO as férias do promotor de justiça Fabiano Oliveira Gomes Fernandes;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de Senador José Porfírio;
CONSIDERANDO os termos dos protocolizados sob nº 44537 e 49076/2017;
R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES para exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Senador José Porfírio, nos períodos de 20 a 26/11; 2 a 10/12 e 12 a 19/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 13 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

*Republicada por incorreções no D.O.E de 21/11/2017

PORTARIA Nº 7889/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a nomeação do Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins para exercer o cargo de Procurador-Geral de Justiça no biênio 2017/2019;

CONSIDERANDO os afastamentos dos Promotores de Justiça Armando Brasil Teixeira e Edivar Cavalcante Lima Júnior a fim de participarem do workshop sobre a atuação do Ministério Público na justiça militar, em Brasília/DF;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito dos 1º e 2º cargos da promotoria de justiça militar de Belém;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 373/2017-MP/CCrim, datado de 17/11/2017, protocolizado sob n.º 47163/2017, em 17/11/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça MÁRIO SAMPAIO NETTO CHERMONT para exercer na promotoria de justiça militar de Belém, as atribuições dos 1º e 2º cargos, nos dias 20 e 21/11/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 20 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

*Republicada por incorreções no D.O.E de 24/11/2017

PORTARIA Nº 8357/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 45942/2017;

R E S O L V E:

REVOGAR, no período de 15/11 a 15/12/2017, a designação do promotor de justiça BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS para, sem prejuízo das demais atribuições, exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Pacajá, contida na PORTARIA Nº 423/2017-MP/PGJ, de 27/1/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 4 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8362/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a participação da promotora de justiça Bruna

Rebeca Paiva de Moraes em cursos de aperfeiçoamento, conforme memorando nº 048/2017-MPE/4ªPJ/ATM;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º cargo das promotorias de justiça de Altamira;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 200/2017-MPPA/COORD/ATM, datado de 30/11/2017, protocolizado sob nº 49076/2017, em 30/11/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR os promotores de justiça abaixo nomeados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem nas promotorias de justiça de Altamira, as atribuições do 4º cargo, nos períodos indicados:

I – ANTÔNIO MANOEL CARDOSO DIAS, de 27/11 a 1º/12/2017;

II – THIAGO RIBEIRO SANANDRES, dia 11/12/2017;

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 4 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8401/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 340/2017-MP/CCrim, datado de 24/10/2017, protocolizado sob nº 43057/2017, em 24/10/2017;

R E S O L V E:

REVOGAR, a contar de 5/12/2017, a designação do promotor de justiça MÁRIO SAMPAIO NETTO CHERMONT para exercer na promotoria de justiça criminal de Belém, as atribuições do 3º cargo, contida no item III da PORTARIA Nº 2240/2017-MP/PGJ, de 18/4/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 5 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8402/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO o afastamento da promotora de justiça Myrna Gouveia dos Santos para atuar na coordenação do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo da promotoria de justiça criminal de Belém;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 340/2017-MP/CCrim, datado de 24/10/2017, protocolizado sob nº 43057/2017, em 24/10/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES para exercer na promotoria de justiça criminal de Belém, as atribuições do 3º cargo, a contar de 5/12/2017, com prejuízo de sua titularidade.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 5 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA 8435/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a atuação do promotor de justiça Alexandre Manuel Lopes Rodrigues no 3º cargo da promotoria de justiça criminal de Belém;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz

continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo da promotoria de justiça de Mosqueiro;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 340/2017-MP/CCrim, datado de 24/10/2017, protocolizado sob nº 43057/2017, em 24/10/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO para exercer na promotoria de justiça de Mosqueiro, as atribuições do 1º cargo, a contar de 5/12/2017, sem prejuízo do 2º cargo da promotoria de justiça de Mosqueiro.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 6 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8436/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a participação da promotora de justiça Dully Sanae Araújo Otakara na ação nacional do Ministério Público em defesa do sistema prisional, em Belo Horizonte/MG;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo das promotorias de justiça de Santarém;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 419/2017-MP/CMP/Stm, datado de 4/12/2017, protocolizado sob nº 49500/2017, em 4/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR os promotores de justiça abaixo nomeados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem nas promotorias de justiça de Santarém, as atribuições do 3º cargo, nos dias indicados:

I – ADLEER CALDERARO SIROTHEAU, dias 5 e 6/12/2017;

II – RAMON FURTADO SANTOS, dia 7/12/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 6 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8438/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei nº 8.625/93 c/c o art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO o afastamento do promotor de justiça Nadilson Portilho Gomes para participar de reunião do grupo de trabalho da educação, em Belém;

CONSIDERANDO as férias do promotor de justiça Márcio Silva Maués de Faria;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito dos 1º, 2º e 3º cargos da promotoria de justiça de Capanema;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 098/2017-MP/Coord., de 30/11/2017, protocolizado sob nº 49175/2017, em 1º/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça ARTHUR DINIZ FERREIRA DE MELO para officiar em audiências de atribuição dos 1º, 2º e 3º cargos da promotoria de justiça de Capanema, no dia 4/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 6 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8439/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade

dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo da promotoria de justiça do tribunal do júri de Belém;
CONSIDERANDO os termos do ofício nº 393/2017-MP/CMP/Strm, datado de 30/11/2017, protocolizado sob nº 49410/2017, em 4/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA para officiar em audiências e sessões do tribunal do júri de atribuição do 3º cargo da promotoria de justiça do tribunal do júri de Belém, no período de 1º a 19/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 6 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8451/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO o afastamento do promotor de justiça Rodrigo Aquino Silva, a fim de participar do 1º congresso de combate à corrupção e lavagem de dinheiro, em Brasília/DF;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 5º cargo das promotorias de justiça de Santarém;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 418/2017-MP/CMP/Strm, datado de 1º/12/2017, protocolizado sob nº 49318/2017, em 1º/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça ADLEER CALDERARO SIROTHEAU para officiar em audiência relativa ao processo nº 0009710-31.2017.8.14.0051, de atribuição do 5º cargo das promotorias de justiça de Santarém, no dia 1º/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 6 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8455/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a licença da promotora de justiça Herena Neves Maués Corrêa de Melo;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º cargo das promotorias de justiça de Redenção;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 49825/2017, em 5/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça CREMILDA AQUINO DA COSTA para exercer nas promotorias de justiça de Redenção, as atribuições do 4º cargo, no período de 7 a 19/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 6 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8486/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a licença da promotora de justiça Ana Carolina

Vilhena Gonçalves Gomes;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 5º cargo das promotorias de justiça de Abaetetuba;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça BRUNO SARAVALLI RODRIGUES para exercer nas promotorias de justiça de Abaetetuba, as atribuições do 5º cargo, nos dias 6 e 7/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 7 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8487/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a licença da promotora de justiça Ana Carolina Vilhena Gonçalves Gomes;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 5º cargo das promotorias de justiça de Abaetetuba;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 497/2017-MP/PJAcará, datado de 1º/11/2017, protocolizado sob nº 49199/2017, em 1º/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR os promotores de justiça abaixo nomeados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem nas promotorias de justiça de Abaetetuba, as atribuições do 5º cargo, nos períodos indicados:

I - JOSÉ ILTON LIMA MOREIRA JUNIOR, de 11 a 15/12/2017;

II - BRUNO SARAVALLI RODRIGUES, a contar de 19/12/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 7 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8488/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO as férias do promotor de justiça Pedro Renan Cajado Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de Acará;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 497/2017-MP/PJAcará, datado de 1º/11/2017, protocolizado sob nº 49199/2017, em 1º/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça BRUNO SARAVALLI RODRIGUES para exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Acará, no período de 9 a 18/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 7 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8489/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a licença da promotora de justiça Carmen Burle da Mota;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 5º cargo das promotorias de justiça de Castanhal;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 236/2017-MP/Coord./

Nord.I, datado de 5/12/2017, protocolizado sob nº 49653/2017, em 5/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça MARIELA CORRÊA HAGE para exercer nas promotorias de justiça de Castanhal, as atribuições do 5º cargo, no período de 4 a 18/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 7 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8490/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO o afastamento da promotora de justiça Alexssandra Muniz Mardegan a fim de participar da I semana do Ministério Público, em Marabá;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 9º cargo das promotorias de justiça de Marabá;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 49647/2017, em 5/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça LIGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERRIERA para exercer nas promotorias de justiça de Marabá, as atribuições do 9º cargo, no dia 6/12/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 7 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8529/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a atuação da promotora de justiça Grace Kanemitsu Parente no município de Altamira;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito dos 3º e 7º cargo das promotorias de justiça de Altamira;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 203/2017-MPPA/COORD/ATM, datado de 1º/11/2017, protocolizado sob nº 49457/2017, em 4/12/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR os promotores de justiça abaixo nomeados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem nos cargos das seguintes promotorias de justiça de Altamira, no período de 4 a 7/12/2017:

I - BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES, 3º cargo;

II - THIAGO RIBEIRO SANANDRES, 7º cargo.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 11 de dezembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

Protocolo: 260883

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 099/2017-MP/PA
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 053/2017-MP/PA**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e M.M.M. SANTOS EDITORA EPP(CNPJ/MF nº 07.015.922/0001-11)

Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de diagramação eletrônica, editoração e impressão de material gráfico.

Data da Assinatura: 11/12/2017

Vigência: 13/12/2017 a 12/12/2018

Preço Registrado:

LOTE I = Revistas do Ministério Público e/ou Livro					
Item	Especificação	Apresen-tação	Quantidade	Preço unitário	Preço total estimado
1	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO e/ou LIVROS (Modelo 1) – tiragens entre 200 e 500 unid. * Diagramação e editoração do miolo; * Formato fechado de 155mm x 255mm (LxA); * Capa com impressão em policromia (4x0), em papel triplex 250 g/m², com laminação fosca, relevo e verniz localizados; * Miolo em papel Color Plus Marfim (Off White) 80g/m², de 100 até 200 (duzentas) páginas (frente e verso), impressão em monocromia (1x1) offset, com 90% do preto; * Texto em fonte da família Arial; * Separadores para identificar cada seção; * Lombada com acabamento em brochura.	Livro	1.000	19,80	19.800,00
2	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO e/ou LIVROS (Modelo 1) – tiragens entre 501 e 1.000 unid. * Diagramação e editoração do miolo; * Formato fechado de 155mm x 255mm (LxA); * Capa com impressão em policromia (4x0), em papel triplex 250 g/m², com laminação fosca, relevo e verniz localizados; * Miolo em papel Color Plus Marfim (Off White) 80g/m², de 100 até 200 (duzentas) páginas (frente e verso), impressão em monocromia (1x1) offset, com 90% do preto; * Texto em fonte da família Arial; * Separadores para identificar cada seção; * Lombada com acabamento em brochura.	Livro	2.000	25,00	50.000,00
3	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO e/ou LIVROS (Modelo 2) – tiragens entre 200 e 500 unid. * Diagramação e editoração do miolo; * Formato fechado de 155mm x 255mm (LxA); * Capa com impressão em policromia (4x0), em papel triplex 250g/m², com laminação fosca, relevo e verniz localizados; * Miolo em papel Color Plus Marfim (Off White) 80g/m², de 201 (duzentas e uma) até 400 (quatrocentas) páginas (frente e verso), impressão em monocromia (1x1) offset, com 90% do preto; * Texto em fonte da família Arial; * Separadores para identificar cada seção; * Lombada com acabamento em brochura.	Livro	1.000	32,00	32.000,00
4	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO e/ou LIVROS (Modelo 2) – tiragens entre 501 e 1.000 unid. * Diagramação e editoração do miolo; * Formato fechado de 155mm x 255mm (LxA); * Capa com impressão em policromia (4x0), em papel triplex 250g/m², com laminação fosca, relevo e verniz localizados; * Miolo em papel Color Plus Marfim (Off White) 80g/m², de 201 (duzentas e uma) até 400 (quatrocentas) páginas (frente e verso), impressão em monocromia (1x1) offset, com 90% do preto; * Texto em fonte da família Arial; * Separadores para identificar cada seção; * Lombada com acabamento em brochura.	Livro	2.000	30,00	60.000,00

5	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO e/ou LIVROS (Modelo 3) – tiragens entre 200 e 500 unid. * Diagramação e editoração do miolo; * Formato fechado de 155mm x 255mm (LxA); * Capa com impressão em policromia (4x0), em papel triplex 250g/m², com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 100 até 200 (duzentas) páginas (frente e verso), impressão em monocromia (1x1) offset, com 90% do preto; * Texto em fonte da família Arial; * Separadores para identificar cada seção; * Lombada com acabamento em brochura.	Livro	1.000	21,00	21.000,00
6	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO e/ou LIVROS (Modelo 3) – tiragens entre 501 e 1.000 unid. * Diagramação e editoração do miolo; * Formato fechado de 155mm x 255mm (LxA); * Capa com impressão em policromia (4x0), em papel triplex 250g/m², com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 100 até 200 (duzentas) páginas (frente e verso), impressão em monocromia (1x1) offset, com 90% do preto; * Texto em fonte da família Arial; * Separadores para identificar cada seção; * Lombada com acabamento em brochura.	Livro	2.000	18,50	37.000,00
7	REVISTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO e/ou LIVROS (Modelo 4) – tiragens entre 200 e 500 unid. * Diagramação e editoração do miolo; * Formato fechado de 155mm x 255mm (LxA); * Capa com impressão em policromia (4x0), em papel triplex 250g/m², com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 201 (duzentas e uma) até 400 (quatrocentas) páginas (frente e verso), impressão em monocromia (1x1) offset, com 90% do preto; * Texto em fonte da família Arial; * Separadores para identificar cada seção; * Lombada com acabamento em brochura.	Livro	1.000	21,00	21.000,00
8	REVISTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO e/ou LIVROS (Modelo 4) – tiragens entre 501 e 1.000 unid. * Diagramação e editoração do miolo; * Formato fechado de 155mm x 255mm (LxA); * Capa com impressão em policromia (4x0), em papel triplex 250g/m², com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 201 (duzentas e uma) até 400 (quatrocentas) páginas (frente e verso), impressão em monocromia (1x1) offset, com 90% do preto; * Texto em fonte da família Arial; * Separadores para identificar cada seção; * Lombada com acabamento em brochura.	Livro	2.000	20,00	40.000,00
VALOR GLOBAL DO LOTE I =					R\$280.800,00

LOTE II = Cartilha/ Manual					
Item	Especificação	Apresen- tação	Quan- tidade	Preço unitário	Preço total
9	Cartilha/Manual - colorida encanoada (modelo 5) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² com impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , até 24 (vinte e quatro) páginas, impressão em policromia (4x4); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	1.000	4,30	4.300,00
10	Cartilha/Manual - colorida encanoada (modelo 5) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² com impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , até 24 (vinte e quatro) páginas, impressão em policromia (4x4); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	2.000	4,05	8.100,00
11	Cartilha/Manual - colorida encanoada (modelo 6) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² com impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , de 25 (vinte e cinco) a 56 (cinquenta e seis) páginas, impressão em policromia (4x4); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	1.000	4,95	4.950,00
12	Cartilha/Manual - colorida encanoada (modelo 6) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² com impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , de 25 (vinte e cinco) a 56 (cinquenta e seis) páginas, impressão em policromia (4x4); * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	2.000	5,90	11.800,00
13	Cartilha colorida encanoada (modelo 7) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² , impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , de 57 (cinquenta e sete) a 84 (oitenta e quatro) páginas, impressão em policromia (4x4); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	1.000	10,97	10.970,00
14	Cartilha/Manual - colorida encanoada (modelo 7) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² , impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , de 57 (cinquenta e sete) a 84 (oitenta e quatro) páginas, impressão em policromia (4x4); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	2.000	7,43	14.860,00

15	Cartilha/Manual - miolo (1x1) encanoada (modelo 8) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² com impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , de 25 (vinte e cinco) a 56 (cinquenta e seis) páginas, impressão em monocromia (1x1); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	1.000	6,80	6.800,00
16	Cartilha/Manual - miolo (1x1) encanoada (modelo 8) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² com impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , de 25 (vinte e cinco) a 56 (cinquenta e seis) páginas, impressão em monocromia (1x1); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	2.000	4,50	9.000,00
17	Cartilha/Manual - miolo (1x1) encanoada (modelo 9) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² com impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , de 57 (cinquenta e sete) a 84 (oitenta e quatro) páginas, impressão em monocromia (1x1); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	1.000	7,97	7.970,00
18	Cartilha/Manual - miolo (1x1) encanoada (modelo 9) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa papel couché fosco 170g/m ² com impressão offset em policromia (4x0); * Miolo em papel AP branco, 80g/m ² , de 57 (cinquenta e sete) a 84 (oitenta e quatro) páginas, impressão em monocromia (1x1); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação encanoada, grampeamento duplo.	Cartilha	2.000	5,27	10.540,00
19	Cartilha/Manual - colorida espiral (modelo 10) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa em papel triplex 230g/m ² , impressão em policromia (4x0), com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m ² , de 25 (vinte e cinco) a 56 (cinquenta e seis) páginas, impressão em policromia (4x4); * Encadernação com espiral simples plástica.	Cartilha	1.000	9,73	9.730,00
20	Cartilha/Manual - colorida espiral (modelo 10) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa em papel triplex 230g/m ² , impressão em policromia (4x0), com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m ² , de 25 (vinte e cinco) a 56 (cinquenta e seis) páginas, impressão em policromia (4x4); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação com espiral simples plástica.	Cartilha	2.000	7,43	14.860,00

21	Cartilha/Manual - colorida espiral (modelo 11) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa em papel triplex 230g/m², impressão em policromia (4x0), com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 57 (cinquenta e sete) a 84 (oitenta e quatro) páginas, impressão em policromia (4x4); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação com espiral simples plástica.	Cartilha	1.000	10,63	10.630,00
22	Cartilha/Manual - colorida espiral (modelo 11) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa em papel triplex 230g/m², impressão em policromia (4x0), com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 57 (cinquenta e sete) a 84 (oitenta e quatro) páginas, impressão em policromia (4x4); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação com espiral simples plástica.	Cartilha	2.000	10,70	21.400,00
23	Cartilha/Manual - miolo (1x1) espiral (modelo 12) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa em papel triplex 230g/m², impressão em policromia (4x0), com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 25 (vinte e cinco) a 56 (cinquenta e seis) páginas, impressão em monocromia (1x1); * Encadernação com espiral simples plástica.	Cartilha	1.000	6,80	6.800,00
24	Cartilha/Manual - miolo (1x1) espiral (modelo 12) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa em papel triplex 230g/m², impressão em policromia (4x0), com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 25 (vinte e cinco) a 56 (cinquenta e seis) páginas, impressão em monocromia (1x1); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação com espiral simples plástica.	Cartilha	2.000	5,67	11.340,00
25	Cartilha/Manual - miolo (1x1) espiral (modelo 13) - <u>tiragens entre 200 e 500 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa em papel triplex 230g/m², impressão em policromia (4x0), com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 57 (cinquenta e sete) a 84 (oitenta e quatro) páginas, impressão em monocromia (1x1); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação com espiral simples plástica.	Cartilha	1.000	7,97	7.970,00
26	Cartilha/Manual - miolo (1x1) espiral (modelo 13) - <u>tiragens entre 501 e 1.000 unid.</u> * Impressão; * Formato fechado de 14,8cm x 21cm (LxA) (A5); * Capa em papel triplex 230g/m², impressão em policromia (4x0), com laminação fosca; * Miolo em papel AP branco, 70g/m², de 57 (cinquenta e sete) a 84 (oitenta e quatro) páginas, impressão em monocromia (1x1); * Texto em fonte da família Arial; * Encadernação com espiral simples plástica.	Cartilha	2.000	5,96	11.920,00
VALOR GLOBAL DO LOTE II =					R\$183.940,00

LOTE IV = Calendário					
Item	Especificação	Apresentação	Quantidade	Preço unitário	Preço total
31	Calendário (modelo 1) - <u>até 4 (quatro) tiragens de 110 (cento e dez) unidades cada.</u> * Impressão; * Formato (LxA) 42cm x 29,7cm (A3); * Capa em papel couché 230g/m², com impressão offset em policromia (4x0), com laminação fosca e verniz localizado; * Miolo com 14 (quatorze) lâminas em papel couché fosco 170g/m², com impressão em policromia (4x0); Encadernação com acabamento em garra com duplo anel 3/4 "wire-o".	Calendário	440 unid.	23,67	10.414,80
32	Calendário (modelo 2) - <u>até 4 (quatro) tiragens de 110 (trezentas) unidades cada.</u> * Impressão; * Formato (LxA) 29,7cm x 21cm (A4); * Capa em papel couché 230g/m², com impressão offset em policromia (4x0), com laminação fosca e verniz localizado; * Miolo com 14 (quatorze) lâminas em papel couché fosco 170g/m², com impressão offset em policromia (4x0); Encadernação com acabamento em garra com duplo anel 3/4 "wire-o".	Calendário	440 unid.	20,00	8.800,00

33	Calendário (modelo 3) – até 3 (três) tiragens de 300 (trezentas) unidades cada. * Impressão; * Formato (LxA) 20cm x 14cm; * Capa e miolo com 14 (quatorze) lâminas em couché fosco 170g/m ² , impressão offset em policromia (4x4) (aplicação de imagens/ figuras fotográficas, em cores) * Base: 40x20cm, em Papel Cartão TP Premium 350 g/m ² , impressão offset em policromia (4x0), vincado duplo; * Encadernação com acabamento em garra com duplo anel 3/4 "wire-o".	Calendário	900 unid.	10,17	9.153,00
VALOR GLOBAL DO LOTE IV =					R\$28.367,80

LOTE V = Pasta					
Item	Especificação	Apresentação	Quantidade Estimada	Preço unitário máximo	Preço total estimado
34	Pasta para eventos – até 5 tiragens de 1.000 unidades cada. * Pasta com 1 (um) bolso interno, em formato (LxA) 22,5cm x 32cm (fechada) e 45cm x 32cm (LxA) aberta; * Impressão offset em policromia (4x0); * Papel triplex 300g/m ² ; * Dobra única	Pasta com bolso	5.000 unid.	1,69	8.450,00
VALOR GLOBAL DO LOTE V =					R\$8.450,00

Foro: Belém
Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins

Protocolo: 260797

NOTIFICAÇÃO

070/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 070/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada CENTRO COMUNITÁRIO DOS AMIGOS DE SANTA RITA-, CNPJ: 04.134.904/0001-60, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016

CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SEMEC	034/2016	R\$ 30.120,00

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa. Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	---

Protocolo: 260799

NOTIFICAÇÃO

072/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 072/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada ACADEMIA PARAENSE DE MÚSICA-, CNPJ: 04.226.577/0001-77, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016

CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SECULT	-	R\$ 2.537.924,94

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa. Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	---

Protocolo: 260790

NOTIFICAÇÃO

076/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 076/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada CENTRO CATEQUÉTICO DE PROMOÇÃO-HUMANA SANTA IZABEL DE HUNGRIA, CNPJ: 04.740.981/0001-64, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016

CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SEMEC	015/2016	R\$ 51.948,00

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.

A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa. Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	---

Protocolo: 260782

NOTIFICAÇÃO

056/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISRJE

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 056/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada ASSOCIAÇÃO VT MEDEIROS-HOSPITAL GERAL DE BRAGANÇA, CNPJ: 07.981.245/0001-96, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SESPA		R\$ 9.321.958,26

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.
A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos. Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovção das contas. Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.
Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	--

Protocolo: 260881

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 100/2017-MP/PA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 049/2017-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa MAGITECH DISTRIBUIDOR DE ELETRÔNICOS EIRELI - EPP (CNPJ: 19.910.840/0001-10).
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS.
Data da Assinatura: 11/12/2017.
Vigência: 13/12/2017 a 12/12/2018.
Preços Registrados:

ITEM	Especificações Técnicas Mínimas	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total Estimado
		Unid	500	26,94	13.470,00
01	APARELHO TELEFÔNICO ANALÓGICO, REGULAGEM DE DISCAGEM NO MODO TOM OU PULSE, DISPONIBILIDADE DAS FUNÇÕES MUTE (MUDO), REDIAL E FLASH, AJUSTE DE VOLUME, ALIMENTAÇÃO LINHA TELEFÔNICA COMPATÍVEL COM A CENTRAL TELEFÔNICA PÚBLICA/PABX, CABO DE LIGAÇÃO NA LINHA COM NO MÍNIMO 2,5M, COR PRETO OU GRAFITE, APARELHO HOMOLOGADO PELA ANATEL. MARCA: ELGIN / MODELO: TCF2000.				

Foro: Belém
Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.
Endereço da Contratada: Rua Alesso Baldovineti, 680, Casa 04, São Paulo/SP, CEP 02755-000, Caixa Postal nº 81529, telefone: (11) 3892-2771, e-mail: magitech@uol.com.br

Protocolo: 260912

NOTIFICAÇÃO 052/2017-MP/1ªe2ªPJTFPAISFRJE

Em face da instauração da PORTARIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS DE Nº 052/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE, de 25 de junho de 2017, as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e do artigo 3º do Decreto Lei nº 41 de 18 de novembro de 1966 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICAM a entidade denominada INSTITUTO DE SAÚDE SANTA MARIA-IDESMA, CNPJ: 04.593.237/0002-65, a entregar até o dia 30/08/2017, na sede destas Promotorias de Justiça, endereço no rodapé da página, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2016.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2016		
CONCEDENTE	CONVÊNIO	VALOR DEFINIDO
SESPA		R\$ 57.350.751,60

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2016.
A referida prestação de contas, cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e

contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos. Cientificamos que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovção das contas. Outrossim, informamos que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.
Belém, 25 de Junho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	--

Protocolo: 260898

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. DO TERMO DE COOPERAÇÃO: 010/2017-MP/PA

PARTES: Ministério Público do Estado do Pará e Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará - CRF/PA.
OBJETO: Estreitamento das relações institucionais entre os participantes, com o estabelecimento de diretrizes de atuação conjunta, respeitadas suas respectivas esferas de atribuição, visando à apuração de fatos decorrentes da má prática do exercício farmacêutico e à efetivação dos princípios ético-profissionais estabelecidos pelo Código de Ética do Profissional Farmacêutico, em vigor.
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017.
VIGÊNCIA: 12/12/2017 a 11/12/2022.
FORO: Comarca de Belém, Estado do Pará.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 260904

PORTARIA Nº 170/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE DE 06 DE JULHO DE 2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais;
CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social;
CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as Entidades de Interesse Social que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013;
CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;
CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da Entidade de Interesse Social a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;
CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais ou de interesse social;
CONSIDERANDO o Provimento em Conjunto nº 010/15-MP/PGJ/ GCMP, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32890, de 21 de maio de 2015, que define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalística das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências;
RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo para apuração finalística das contas da entidade denominada CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL-

CEAPS, CNPJ: 233.555/0001-75, relativas ao ano-calendário 2013, considerando o recebimento de verba pública no valor de R\$ 50.000,00;
II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro no SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público;
III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;
IV) NOTIFICAR o(a) Responsável Legal da entidade em tela, para que apresente no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar a partir da data do recebimento da notificação, a prestação de contas finalística dos anos-calendários de 2013;
Após, voltem-me conclusos para novas deliberações.
Belém, 06 de julho de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo 1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc.de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial	Helena Maria Oliveira Muniz Gomes 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Assoc. de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
---	--

Protocolo: 260917

PORTARIA Nº 8583/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
Considerando a representação anônima encaminhada ao Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção relatando uma suposta associação criminoso envolvida em fraude de certames licitatórios no Estado do Tocantins.
CONSIDERANDO a necessidade de maiores esclarecimentos acerca dos fatos, que em tese, constituem crime, bem como todas as pessoas nelas envolvidas.
RESOLVE:
DELEGAR poderes ao Promotor de Justiça ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO para atuar nos autos do Procedimento Investigatório Criminal - (PIC-MP) N.º 0010685-12.2017.8.14.0000, nos termos do disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), podendo tomar todas as providências que entender cabíveis para a elucidação dos fatos;
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de dezembro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 261199

PORTARIA Nº 160/2017-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE DE 25 DE JUNHO DE 2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais;
CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial;
CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; ADIN 1923; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013;
CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;
CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;
CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas, bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que têm fins assistenciais

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 088/2017 Processo Licitatório Nº. 136/2017

O MUNICÍPIO DE REDENÇÃO - PA comunicar aos interessados, que realizará no dia 26/12/2017 às 09h, (horário Local), licitação sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, tendo como objeto: Contratação de para locação de um painel de led nas dimensões ajustadas de até 4x3mts contendo 01 groud Q30 para fixação do painel e 01 técnico de operação do painel. **Wilmar Marinho Lima- Pregoeiro.**

PREGÃO PRESENCIAL 089/2017 Processo Licitatório Nº. 137/2017

Dia 26/12/2017 às 15h, (horário Local), licitação sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, tendo como objeto: Contratação de empresa pra prestar serviço em sistema de alarme monitorado comodato 24 horas para atender as escolas municipais, no decorrer do ano letivo no exercícios de 2018. Os editais completos no endereço Rua Walterloo Prudente nº 253 - setor Jardim Umuarama, site: www.redencao.pa.gov.br, mais informações no telefone (94) 3424-3578 e-mail licitacao@redencao.pa.gov.br. **Valdeon Alves Chaves- Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO EXTRATO DE CONVENIO EXTRATO DO ACORDO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017 - PCE/PMPD.

CONVENIENTE - MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA. CONVENIADA - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, tendo como órgão interveniente a SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. OBJETO - O presente Acordo Administrativo tem por objeto a realização de ações garantidoras da tranquilidade pública, no combate à criminalidade e a violência no âmbito do município de Redenção-PA. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - Vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação no D.O.E. DATA E ASSINATURAS - Redenção, 27 de abril de 2017 - Carlo Iavé Furtado de Araújo, pelo Município de Redenção-PA, Rilmar Firmino De Souza, pela Polícia Civil do PA, e Jeannot Jansen da Silva Filho, pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

Protocolo: 261136

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO APRA AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Adesão de Ata de Registro de Preço Nº 015/2017-PMSIP
Objeto: Adesão de Ata do Município de Castanhal para Aquisição de Massa Asfáltica- CBUQ; Empresa homologada: CONSTRUTEC CONSTRUÇÃO & TRANSPORTE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº. 11.128.119/0001-60; com Valor Global R\$ 1.581.000,00; Data da homologação 06/12/2017. Ordenador: Evandro Barros Watanabe. Prefeito Municipal de Santa Izabel do Pará

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO

Adesão de Ata de Registro de Preço Nº 015/2017-PMSIP
Objeto: Adesão de Ata do Município de Castanhal para Aquisição de Massa Asfáltica- CBUQ; Contratada: CONSTRUTEC CONSTRUÇÃO & TRANSPORTE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº. 11.128.119/0001-60; Contrato nº 160/2017- PMSIP; Valor Global R\$ 1.581.000,00. Ordenador: Evandro Barros Watanabe. Prefeito Municipal, de Santa Izabel do Pará.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP Nº 025/2017-PMSIP
Objeto: contratação de empresa especializada na locação de Veículos Automotores Terrestres com Condutor; Empresa homologada: AR POLEN CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ nº. 20.037.764/0001-69; para execução

dos itens 01 ao 08, com Valor Global R\$ 2.511.012,00; Data da homologação 26/10/2017. Ordenador: Evandro Barros Watanabe. Prefeito Municipal de Santa Izabel do Pará

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Pregão Eletrônico SRP Nº 025/2017-PMSIP

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 10/2017 - PMSIP. Processo nº 1633/2017 - PMSIP. OBJETO: O registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na locação de Veículos Automotores Terrestres com Condutor; Assinatura: 30/10/2017. Vigência: 12 (doze) meses. Adjudicatária e Homologada: empresa AR POLEN CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ nº. 20.037.764/0001-69; para execução dos itens 01 ao 08, com Valor Global R\$ 2.511.012,00; Data da homologação 26/10/2017. Ordenador: Evandro Barros Watanabe. Prefeito Municipal, de Santa Izabel do Pará.

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATOS Pregão Eletrônico SRP Nº 025/2017-PMSIP

Objeto: contratação de empresa especializada na locação de Veículos Automotores Terrestres com Condutor; Contratada: AR POLEN CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ nº. 20.037.764/0001-69; Contrato nº 139/2017- PMSIP/SMS; Valor Global R\$ 908.796,00, Contrato nº 140/2017- PMSIP/SENTEPS; Valor Global R\$ 543.108,00, Contrato nº 141/2017- PMSIP/SEMTRANS; Valor Global R\$ 198.000,00, Contrato nº 142/2017- PMSIP/SEMED; Valor Global R\$ 225.600,00, Contrato nº 143/2017- PMSIP/SEMMA; Valor Global R\$ 194.400,00, Contrato nº 144/2017- PMSIP/SEMAD; Valor Global R\$ 265.908,00, Contrato nº 145/2017- PMSIP/SECULTD; Valor Global R\$ 175.200,00. Ordenador: Evandro Barros Watanabe. Prefeito Municipal, de Santa Izabel do Pará.

Protocolo: 261137

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU AVISO DE CANCELAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Anapú/Pa, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o cancelamento da licitação divulgada através do edital do Pregão Presencial 072/2017-01 SRP, tendo por objeto a Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de combustíveis e lubrificantes em atendimento as Secretarias e Fundos da Prefeitura Municipal de Anapú/Pa, através de SRP, Sistema de Registro de Preço, conforme Anexo I. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial da União. Renata Broechl - Pregoeira Port. nº 729/2017. A Prefeitura Municipal de Anapú/Pa, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o cancelamento da licitação divulgada através do edital do Pregão Presencial 072/2017-01 SRP, tendo por objeto a Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de combustíveis e lubrificantes em atendimento as Secretarias e Fundos da Prefeitura Municipal de Anapú/Pa, através de SRP, Sistema de Registro de Preço, conforme Anexo I. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial da União. Renata Broechl - Pregoeira Port. nº 729/2017.

Protocolo: 261103

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SEMSA AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2017-SEMSA.

Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente para as UBS: Caranazal, Área Verde, Esperança e Matinha de acordo com Emendas Parlamentares de números: 17556.659000/1160-10 E 1160-17. Data de Abertura: 27 de dezembro de 2017 às 09:00h, na SEMSA. O Edital poderá ser obtido pelo site: www.santarem.pa.gov.br. Gledson Esmilly Sousa Bentes - Pregoeiro da PMS.

Protocolo: 261140

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO A Prefeitura Municipal de Baião, TORNA SEM EFEITOS todas as publicações circulada na edição do dia 12/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 - CPL/PMB/SEMED.

Objeto: registro de preço para eventual e futura aquisição de material de consumo (peças automotivas) e prestação de serviço (mão-de-obra), para viabilizar o transporte escolar dos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino no município de Baião/Pa - convênio de cooperação técnica e financeira nº 154/2017 - SEDUC. Abertura: 22/12/2017 às 08:00 horas. Edital completo na sede da PMB, no horário: 08:00 as 13:00h na CPL sito à Praça Santo Antônio, nº 199, bairro Centro, CEP 68.465-000, Baião/Pa. Valor Unitário: R\$ 50,00. Carlos José de Farias da Paixão - Presidente da CPL.

*Esta publicação deixou de circular na edição do dia 12/12/2017, por problema Técnicos.

Protocolo: 261104

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 046/2017

OBJETO: O objeto da presente licitação e formar o Sistema de Registro de Preços para eventuais fornecimento de Passagens Aéreas, para manutenção das atividades da Prefeitura e demais Fundos. ABERTURA: 22/12/2017, às 08:30 horas; LOCAL PARA RETIRADA DE EDITAL E INFORMAÇÕES: sede da Prefeitura situada na Av. Castelo Branco nº 821, Centro - Brasil Novo/PA, das 08:00 às 12:00 horas e nos sites www.brasilnovo.pa.gov.br e www.tcm.pa.gov.br. **Jozimar dos Santos Silva.**

Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 047/2017
OBJETO: O objeto da presente licitação e formar o Sistema de Registro de Preços para eventuais fornecimento de Sinal de Internet, para manutenção das atividades da Prefeitura e demais Fundos. ABERTURA: 22/12/2017, às 10:30 horas; LOCAL PARA RETIRADA DE EDITAL E INFORMAÇÕES: sede da Prefeitura situada na Av. Castelo Branco nº 821, Centro - Brasil Novo/PA, das 08:00 às 12:00 horas e nos sites www.brasilnovo.pa.gov.br e www.tcm.pa.gov.br. **Jozimar dos Santos Silva.**

Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 048/2017
OBJETO: O objeto da presente licitação e formar o Sistema de Registro de Preços para eventuais fornecimento de medicamentos controlados, para manutenção das atividades precípuas do Fundo Municipal de Saúde. ABERTURA: 22/12/2017, às 14:00 horas; LOCAL PARA RETIRADA DE EDITAL E INFORMAÇÕES: sede da Prefeitura situada na Av. Castelo Branco nº 821, Centro - Brasil Novo/PA, das 08:00 às 12:00 horas e nos sites www.brasilnovo.pa.gov.br e www.tcm.pa.gov.br. **Jozimar dos Santos Silva.**

Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 049/2017
OBJETO: O objeto da presente licitação e formar o Sistema de Registro de Preços para eventuais locações de veículos e máquinas pesadas, para manutenção das atividades da Prefeitura e demais Fundos. ABERTURA: 27/12/2017, às 08:30 horas; LOCAL PARA RETIRADA DE EDITAL E INFORMAÇÕES: sede da Prefeitura situada na Av. Castelo Branco nº 821, Centro - Brasil Novo/PA, das 08:00 às 12:00 horas e nos sites www.brasilnovo.pa.gov.br e www.tcm.pa.gov.br. **Jozimar dos Santos Silva.**

Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 050/2017
OBJETO: O objeto da presente licitação e formar o Sistema de Registro de Preços para eventuais fornecimento de peças para veículos, máquinas pesadas e motocicletas, para manutenção das atividades da Prefeitura e demais Fundos. ABERTURA: 27/12/2017, às 14:00 horas; LOCAL PARA RETIRADA DE EDITAL E INFORMAÇÕES: sede da Prefeitura situada na Av. Castelo Branco nº 821, Centro - Brasil Novo/PA, das 08:00 às 12:00 horas e nos sites www.brasilnovo.pa.gov.br e www.tcm.pa.gov.br. **Jozimar dos Santos Silva.**

Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 051/2017
 OBJETO: O objeto da presente licitação e formar o Sistema de Registro de Preços para eventuais fornecimento de suprimentos de informática, para manutenção das atividades da Prefeitura e demais Fundos. ABERTURA: 28/12/2017, às 08:30 horas; LOCAL PARA RETIRADA DE EDITAL E INFORMAÇÕES: sede da Prefeitura situada na Av. Castelo Branco nº 821, Centro - Brasil Novo/PA, das 08:00 às 12:00 horas e nos sites www.brasilnovo.pa.gov.br e www.tcm.pa.gov.br. **Jozimar dos Santos Silva.**
Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 052/2017
 OBJETO: O objeto da presente licitação e formar o Sistema de Registro de Preços para eventuais fornecimento de materiais de construções em geral, para manutenção das atividades da Prefeitura e demais Fundos. ABERTURA: 28/12/2017, às 14:00 horas; LOCAL PARA RETIRADA DE EDITAL E INFORMAÇÕES: sede da Prefeitura situada na Av. Castelo Branco nº 821, Centro - Brasil Novo/PA, das 08:00 às 12:00 horas e nos sites www.brasilnovo.pa.gov.br e www.tcm.pa.gov.br. **Jozimar dos Santos Silva.**
Protocolo: 261105

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATANTE: Município de Breu Branco - Prefeitura Municipal de Breu Branco (PA): CONTRATADO: AJAB CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP; CNPJ nº 18.537.554/0001-98; CONTRATO nº CA-041/2017- PMBB; assinado em 07/07/2017; R\$ 133.250,81 (cento e trinta e três mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e um centavos). OBJETO: A Contratação Da Empresa Acima Qualificada, Para Execução Dos Serviços De Reforma Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Maximiano Santana, Situada Na Vila De Nazaré De Patos, Breu Branco-Pa. Convite CV-CPL-008/2017- PMBB. Prefeito Municipal.
Protocolo: 261109

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATANTE: Município de Breu Branco - Prefeitura Municipal de Breu Branco (PA): CONTRATADO: BREU BRANCO TRANSPORTE E TURISMO LTDA-EPP, CNPJ Nº 10.889.449/0001-06; CONTRATO nº CA-031/2017-SEMED; assinado em 02/10/2017; valor R\$ 696.999,99 (seiscientos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos); T. FERREIRA MOREIRA SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI - ME, CNPJ Nº 12.571.711/0001-03; CONTRATO nº CA-032/2017-SEMED; assinado em 02/10/2017; valor R\$ 629.000,00 (seiscientos e vinte e nove mil reais); FOX LOCAÇÕES E EMPREENDIMIENTOS LTDA - EPP, CNPJ Nº 17.862.757/0001-97; CONTRATO nº CA-033/2017-SEMED; assinado em 02/10/2017; valor R\$ 1.276.999,60 (Um milhão e duzentos e setenta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). OBJETO: A contratação da empresa acima qualificada, para prestação de serviços de transporte escolar terrestre, para transporte de alunos matriculados na rede Municipal de Ensino, Residentes nos perímetros das Zonas Rural e Urbana do Município de Breu Branco-PA. Pregão Presencial nº PP-CPL-005/2017 - SEMED. Prefeito Municipal.
Protocolo: 261106

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATANTE: Município de Breu Branco - Prefeitura Municipal de Breu Branco (PA): CONTRATADO: Sr. PEDRO RODRIGUES BARRADAS, inscrito no CPF sob o nº 711.877.662-91, CONTRATO nº CA-046/2017- PMBB; assinado em 31/07/2017; R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais); Sr. ANTONIO DO CARMO NETO, inscrito no CPF sob o nº 370.375.442-72, CONTRATO nº CA-047/2017-PMBB; assinado em 31/07/2017; R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais); Sr. PAULO BARBOSA AGUIAR, inscrito no CPF sob o nº 660.397.702-87, CONTRATO nº CA-048/2017-PMBB; assinado em 31/07/2017; R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais); Sr. NATANAEL PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 573.245.732-15, CONTRATO nº CA-049/2017-PMBB; assinado em 31/07/2017; R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). OBJETO: Visando à Locação de 04 (quatro) Barcos-Motor, com condutor, para execução de Serviços de Transporte Escolar de Alunos da Rede Escolar, Residentes às Margens do Lago e do Rio Tocantins, em Localidades da Zona Rural do Município de Breu Branco-PA Convite CV-CPL-009/2017-PMBB. Prefeito Municipal.
Protocolo: 261110

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATANTE: Município de Breu Branco - Prefeitura Municipal de Breu Branco (PA): CONTRATADO: VANDERSON R LOPES EIRELI-EPP; CNPJ nº 21.946.485/0001-80; CONTRATO nº CA-039/2017- PMBB; assinado em 07/07/2017; R\$ 143.957,14 (Cento e quarenta e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos). OBJETO: Contratação da empresa acima qualificada, para execução dos serviços de Reforma do Prédio Sede dos Departamentos de Vigilância Sanitária e de Endemias, situados na Avenida Ceará, Nº 58, Centro, Breu Branco-Pa. Convite CV-CPL-006/2017-PMBB. Prefeito Municipal.
Protocolo: 261108

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
AVISOS DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2017-PMC, que objetiva a aquisição de material educativo para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Capanema, pelo Programa Brasil Carinhoso. Abertura: 27/12/2017 às 9:00hs. Informações: Sala de Licitação, Travessa Cesar Pinheiro nº 375, Centro, Capanema/Pa. Francidélia de L. M. da Rocha - Pregoeira; CONCORRÊNCIA Nº 01/2017-PMC, objeto: Serviços de Implantação de sistemas coletivos de abastecimento de água em comunidades rurais, no Município de Capanema, Abertura: 16/01/2018, as 09:00hs. Informações: Sala de Licitação, Travessa Cesar Pinheiro nº 375, Centro, Capanema. Adalberto D. do Nascimento - Presidente da CPL.
RETIFICAÇÃO. Na Publicação Circulada no DOE/PA, pag. 68 no dia 29/11/2017. Adjudicação e Homologação do Pregão 055/2017. ONDE SE LÊ: item 98 valor R\$ 54,40. LEIA-SE: R\$ 50,40. O Restante Continua Inalterado. Francidélia L. Menezes - Pregoeira.
Protocolo: 261111

PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANOPOLIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS
Objeto: 7º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS-PA - EDITAL Nº. 001/2015.
 A Exma. Srª. Neuza de Jesus Pinheiro, Prefeita Municipal, convoca os candidatos abaixo relacionado, classificados no Concurso Público acima referido, para se apresentarem no período 18/12/2017, no horário de 08:00 às 13:30 h, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, para retirar a relação de documentos necessários para a sua nomeação, mediante a entrega dos documentos pessoais relativo ao cargo e realização dos exames pré-admissionais, conforme lista a ser entregue no local, inclusive para os candidatos que concorreram as vagas reservadas para os portadores de deficiência, que englobam a realização de inspeção médica, mediante a apresentação de laudo médico, de sanidade física e mental, expedido pela junta médica da Prefeitura de Ulianópolis, além de exames laboratoriais e complementares, que ocorrer. O não comparecimento do interessado no prazo previsto acarretará na sua eliminação e perda da vaga do referido cargo.
Neusa de Jesus Pinheiro
 Prefeita Municipal de Ulianópolis

Anexo I

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO		
Cargo: 3 - Auxiliar de Operacional - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
31	006585	Rosa Vieira da Silva Dias
32	003835	Sidneia Ribeiro Luz
33	003062	Mayara dos Santos
Cargo: 4 - Auxiliar de Operacional - Zona Rural		
Ordem	Inscrição	Nome
09	000998	Elenilda Rodrigues Souza

10	003300	Romaria da Conceição Cristino
11	001797	Leidilaura Oliveira Borges
12	005691	Maria Erbenice do Carmo Souza
13	003964	Luana Sousa Silva
Cargo: 5 - Auxiliar de Segurança - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
39	005474	Elandson Silveira da Silva
40	000620	Willi William da Costa
41	003132	Andre da Silva Oliveira
Cargo: 6 - Auxiliar de Segurança - Zona Rural		
Ordem	Inscrição	Nome
06	006102	Edmilson Paixão Silva de Andrade
Cargo: 12 - Operador de Maquinas - Zona Urbano		
Ordem	Inscrição	Nome
03	006817	Abraão Silva Rego
04	004746	Marcio Quintela Franco
Cargo: 14 - Pedreiro - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
02	005666	Adriano Evangelista da Silva
NÍVEL MÉDIO		
Cargo: 18 - Agente de Informática - Zona Urbana.		
Ordem	Inscrição	Nome
11	008263	Raquel Aparecida da Silveira
12	002233	Rafael Silva do Nascimento
13	006110	Sandro e Silva Lopes
14	005529	Maria José da Conceição Veloso
15	005536	Renan Oliveira Nascimento
Cargo: 23 - Auxiliar Administrativo- Zona Rural.		
Ordem	Inscrição	Nome
05	005319	Rosilene Costa Pereira dos Santos
06	007676	Renato Sena Marques
Cargo: 24 - Auxiliar de Farmácia - Zona Urbana.		
Ordem	Inscrição	Nome
04	005104	Noelma Borges Brilhante
Cargo: 33 - Motorista de Veículos Pesados- Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
12	006719	Janilson de Lima Teixeira
13	000312	Junior Monteiro dos Santos
Cargo: 37 - Técnico em Enfermagem - Zona Urbana.		
Ordem	Inscrição	Nome
12	005154	Alinne Moraes Ribeiro
13	007267	Antonio Railson dos Santos Silva
14	000290	Aldeni Rodrigues da Silva
Cargo: 42 - Técnico Agropecuária - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
04	007334	Adriano Pereira de Sousa
NÍVEL SUPERIOR		
Cargo: 49 - Assistente Social - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
05	007657	Adriana Figueiredo Prates Santos
06	002664	Aline de Oliveira Santos
07	004427	Luana Cristina da Silva Moraes
Cargo: 62 - Fonoaudiólogo - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
03	006092	Talita Luciana Monteiro de Lima

Cargo: 74 - Nutricionista - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
02	002169	Cristiane de Oliveira Diniz
Cargo: 77 - Pedagogo - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
04	001171	Antonio Marcos Antunes Vieira
05	002148	Ueilana Barbosa Aguiar

Protocolo: 261145

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS
Objeto: 8º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO
E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE
ULIANÓPOLIS-PA - EDITAL Nº. 001/2015.**

A Exma. Srª. Neusa de Jesus Pinheiro, Prefeita Municipal, convoca os candidatos abaixo relacionado, classificados no Concurso Público acima referido, para se apresentarem no período 18/12/2017, no horário de 08:00 às 13:30 h, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, para retirar a relação de documentos necessários para a sua nomeação, mediante a entrega dos documentos pessoais relativo ao cargo e realização dos exames pré-admissionais, conforme lista a ser entregue no local, inclusive para os candidatos que concorreram as vagas reservados para os portadores de deficiência, que englobam a realização de inspeção médica, mediante a apresentação de laudo médico, de sanidade física e mental, expedido pela junta médica da Prefeitura de Ulianópolis, além de exames laboratoriais e complementares, que ocorrer. O não comparecimento do interessado no prazo previsto acarretará na sua eliminação e perda da vaga do referido cargo.
Neusa de Jesus Pinheiro
Prefeita Municipal de Ulianópolis

Anexo I

NÍVEL MÉDIO		
Cargo: 31 - Professor de Educação Infantil e Séries/anos Iniciais do Ensino Fundamental (Magistério) - Zona Urbana.		
Ordem	Inscrição	Nome
23	004800	Paulo Cesar de Carvalho Costa
24	008278	Janio de Oliveira Sousa
25	005573	José Mauro Ferreira de Queiroz Alencar
26	006145	Leidinete Nascimento Silva
27	007272	Francilene Sousa Silva
28	005597	Eliane Gomes da Silva
29	000818	Cidene Lucena dos Santos
30	006651	Erica Brandao dos Santos
NÍVEL SUPERIOR		
Cargo: 52 - Professor Licenciado Pleno em Ciências - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
02	006785	Alan Santos de Sousa
Cargo: 63 - Professor Licenciado Pleno em Geografia - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
03	002799	Marilda do Carmo Matos
Cargo: 64 - Professor de Educação Infantil Séries/anos Iniciais do Ensino Fundamental - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
16	000545	Suzilane Silva dos Santos
17	006455	Rita Silva Viana
18	007861	Maria do Carmo Prates da Silva
Cargo: 65 - Professor de Educação Infantil Séries/anos Iniciais do Ensino Fundamental - Zona Rural		
Ordem	Inscrição	Nome
03	004493	Junilson Gonçalves de Oliveira
04	000637	Kesia Almeida da Silva Araujo

05	006883	Julio Cesar Alves Pereira
Cargo: 66 - Professor Licenciado Pleno em Historia - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
02	004794	Jose Ricardo do Nascimento Feitosa
Cargo: 70 - Professor Licenciado Pleno em Computação - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
07	005117	Valdir Rodrigues Costa
08	008220	Cleyton Loiola Petteanon
09	001074	Francisco Wellington dos Santos Ferreira
10	000780	Fagno Soares Dias
Cargo: 72 - Professor Licenciado Pleno em Matemática - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
07	002335	Roseane Lima Ribeiro
08	000829	Arlan Laurindo Salazar
Cargo: 73 - Professor Licenciado Pleno em Matemática - Zona Urbana		
Ordem	Inscrição	Nome
03	000454	Marcio de Souza Reis

Protocolo: 261148

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE INHANGAPI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI-PA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2017**

A Prefeitura Municipal de Inhangapi-Pa, através da Comissão Permanente de Licitação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar que fará licitação do tipo menor preço global, cuja sessão de abertura será no dia 12 de Janeiro de 2018, às 09h00min para a contratação de empresa de engenharia para o Serviço de Conservação Rodoviária, na Rodovia PA-460, Trecho Entroncamento da Rodovia PA-136 / Rodovia PA-140, no município de Inhangapi-Pa. O edital poderá ser adquirido na sala da CPL, situada na Avenida Hernane Lameira, 925, Vila Nova, Inhangapi-Pa, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min, mediante pagamento no valor de R\$-150,00 (cento e cinquenta reais).

Midori Oki Igacihalaguti
Presidente da CPL

Protocolo: 261114

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI-PA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 002/2017**

A Prefeitura Municipal de Inhangapi-Pa, através da Comissão Permanente de Licitação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar que fará licitação do tipo menor preço global, cuja sessão de abertura será no dia 15 de Janeiro de 2018, às 09h00min para a contratação de empresa de engenharia para o Serviço de Conservação Rodoviária, na Rodovia PA-420, Trecho Entroncamento da Rodovia PA-136 / Rodovia PA-127, no município de Inhangapi-Pa. O edital poderá ser adquirido na sala da CPL, situada na Avenida Hernane Lameira, 925, Vila Nova, Inhangapi-Pa, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min, mediante pagamento no valor de R\$-150,00 (cento e cinquenta reais).

Midori Oki Igacihalaguti
Presidente da CPL

Protocolo: 261115

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI
TESTE DE ACEITABILIDADE**

A Prefeitura Municipal de Inhangapi, através da Nutricionista, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar, que abrirá inscrições para teste de aceitabilidade de gêneros alimentícios para o PNAE. Período de inscrição de 13/12 a 15/12/2017 pelo e-mail claudiatnutri@hotmail.com. O teste será realizado no dia 19/12/2017 nas escolas de Inhangapi.////

Cláudia Albuquerque
Nutricionista

Protocolo: 261112

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017**

A Prefeitura Municipal de Inhangapi-Pa, através da Comissão Permanente de Licitação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar que fará licitação do tipo menor preço global por lote, cuja sessão de abertura será no dia 28 de Dezembro de 2017, às 09h00min para a contratação de empresa de engenharia, para o Serviço de Construção, Ampliação e Recuperação Física de Unidades Escolares, no município de Inhangapi, no Estado do Pará. O edital poderá ser adquirido na sala da CPL, situada na Avenida Hernane Lameira, 925, Vila Nova, Inhangapi-Pa, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min, mediante pagamento no valor de R\$-150,00 (cento e cinquenta reais).

Midori Oki Igacihalaguti
Presidente da CPL

Protocolo: 261116

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITAITUBA**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA, a renovação da Licença de Instalação nº 2646/2016, Processo nº 2015/000009083, que autoriza a implantação e obras de melhoria na Estrada Municipal Tocantinzinho, localizada no município de Itaituba/PA.

Protocolo: 261118

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MARABÁ**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO. TERMO ADITIVO Nº 002/2017 - SSAM** ao Contrato Administrativo nº 005/2017, contratante AIRES ARQUITETURA E ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ: nº 03.272.575/0001-51, acréscimo ao valor original dos itens descritos na Cláusula Segunda deste presente Termo, aditando parte dos itens e quantitativos estabelecidos na Cláusula Segunda do contrato original, para o atendimento das necessidades do Contratante, de acordo com a previsão constante no Art. 61, da Lei nº 8.666/1993, O valor total: R\$ 240.034,65 (Duzentos e quarenta mil, trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), Dotação Orçamentária: 33.33.15.512.0020.2.263 - Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação; Elemento de Despesa: 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Data da Assinatura 01/12/2017. **Mucio Eder Andalécio - Diretor Presidente.**

EXTRATOS DE CONTRATO. CONTRATO Nº 059/2017/SSAM - Processo Licitatório Nº 19.173/2016, PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 041/2016-CPL/PMM, referente a aquisição de combustível (Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10), firmado entre a Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá - SSAM e a empresa Posto 26 Ltda CNPJ/MF sob o Nº 12.136.980/0001-33, no valor global de R\$ 300.600,00 (trezentos mil e seiscentos reais). Período de Vigência: o presente termo terá sua duração até 31/12/2017. Dotação Orçamentária: Dotação Orçamentária: 3333.15.512.0020.2.216 Serviço Autônomo de Água e Esgoto/ Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00, material de consumo. **Mucio Eder Andalécio - Diretor Presidente.**

CONTRATO Nº 018/2017-SMSI/PMM. Processo nº 56.565/2017 - Pregão Presencial SRP nº 003/2017/CPL/PMM. Objeto: Adesão da Ata de registro de Preços nº 009/2017/CPL/PMM, para prestação de serviços de locação de máquinas e veículos, destinado a limpeza Urbana e Manutenção do Aterro Sanitário do município de Marabá junto ao Serviço de Saneamento Ambiental. Empresa: L & C Serviços e Locações Ltda, CNPJ nº 07.151.812/0001-87 Valor R\$ 7.824,00. Recurso: Erário Municipal. Vigência: 31.12.2017. Assinatura: 11.12.2017. **Jair Barata Guimarães - Secretário de Segurança Institucional.** **AVISO RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.** Processo nº 56.565/2017/PMM. Referente a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 009 - Pregão Presencial SRP nº 003/2017 Objeto: Adesão da Ata de registro de Preços nº 009/2017/CPL/PMM, para prestação de serviços de locação de máquinas e veículos,

destinado a limpeza Urbana e Manutenção do Aterro Sanitário do município de Marabá junto ao Serviço de Saneamento Ambiental. Empresa: L & C Serviços e Locações Ltda, CNPJ nº 07.151.812/0001-87. Valor R\$ 140.832,00; pelo que ratifico e homologo o objeto do Processo nº 56.565/2017/PMM. **Jair Barata Guimarães - Secretário Municipal de Segurança Institucional.**

Protocolo: 261119

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Pregão Presencial nº 043/2017/PMO/SEMDES. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para o Fornecimento de Materiais de Copa e Cozinha para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, bem como os Conselhos e Serviços de Proteção Social Básica e Especial do CRAS e CREAS, programa Bolsa Família e CadÚnico, no exercício de 2017. Contrato nº.01/2017/PMO, Contratada: R. A. SANTIAGO - ME, CNPJ: 13.306.181/0001-20, Valor Global: R\$ 21.672,60. Vigência do Contrato: 29/11/2017 à 31/12/2017. **Francisco José Alfaia de Barros - Prefeito de Óbidos.**

Protocolo: 261123

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Pregão Presencial nº 028/2017/PMO/SEMAD/SEMCULT/SEMAB. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para o Fornecimento de Materiais de Copa e Cozinha para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Humano-SEMAD, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo-SEMCULT, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento-SEMAB, no exercício de 2017. Contrato nº.01/2017/PMO, Contratada: R. A. SANTIAGO - ME, CNPJ: 13.306.181/0001-20, Valor Global: R\$:55.992,98. Vigência do Contrato: 01/12/2017 à 31/12/2017. **Francisco José Alfaia de Barros - Prefeito de Óbidos.**

Protocolo: 261124

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS EXTRATO DE CONTRATOS

Origem: TOMADA DE PREÇOS 006/2017/PMO/SEMDES. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de marmitas e salgados para atender as demandas dos serviços desenvolvidos pela SEMDES, Conselhos, Serviços de Proteção Social Básica e especial do CRAS e CREAS, bem como do Programa Bolsa Família e CadÚnico, no exercício de 2017. Contrato: nº 01/2017; Contratada: ANTONIA SILVA BATISTA DA SILVA-ME, CNPJ: nº.24.302.637/0001-09 Valor Global: R\$: 16.375,00. Vigência: 10/10/2017 à 31/12/2017.

Origem: TOMADA DE PREÇOS 009/2017/PMO/SEURBI. Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saneamento, Urbanismo e Infraestrutura - SEURBI. Contrato: nº 01/2017; Contratada: AMARAL & VASCONCELOS LTDA-ME, CNPJ: nº.18.749.442/0001-09. Valor Global: R\$: 177.531,44. Vigência: 10/10/2017 à 31/12/2017. **Francisco José Alfaia de Barros - Prefeito de Óbidos.**

Protocolo: 261121

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ EXTRATO DE CONTRATO- Dispensa de Licitação nº. 08-0012-001/2017-PMP

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE PACAJÁ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADO: BILDENY M. DOS SANTOS - ME - CNPJ: 23.456.910/0001-89. Valor do contrato R\$ 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais). VIGÊNCIA: De 12 (doze) meses. OBJETO: Contratação de serviços de Concessão da Licença de uso não exclusiva por prazo determinado do sistema GovCompras. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06 12 00 Fundo Municipal de**

Saúde 10 301 0037 2054 0000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica

MARIA CRISTINA DA SILVA ROCHA FERREIRA
Secretária Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ EXTRATO DE CONTRATO- Dispensa de Licitação nº. 08-0013-001/2017-PMP

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE PACAJÁ. CONTRATADO: BILDENY M. DOS SANTOS - ME - CNPJ: 23.456.910/0001-89. Valor do contrato R\$ 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais). VIGÊNCIA: De 12 (doze) meses. OBJETO: Contratação de serviços de Concessão da Licença de uso não exclusiva por prazo determinado do sistema GovCompras. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02 04 Secretaria Municipal de Finanças 04 123 0041 2012 0000 Manutenção da Secretaria de Finanças 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ EXTRATO DE CONTRATO- Dispensa de Licitação nº. 08-0014-001/2017-PMP

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE PACAJÁ/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: BILDENY M. DOS SANTOS - ME - CNPJ: 23.456.910/0001-89. Valor do contrato R\$ 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais). VIGÊNCIA: De 12 (doze) meses. OBJETO: Contratação de serviços de Concessão da Licença de uso não exclusiva por prazo determinado do sistema GovCompras. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 Fundo Municipal de Educação 12 361 0231 2027 0000 - Manutenção da Secretaria de Educação 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

MARIA EDNEIDE BARRETO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ EXTRATO DE CONTRATO- Dispensa de Licitação nº. 08-0015-001/2017-PMP

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE PACAJÁ/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: BILDENY M. DOS SANTOS - ME - CNPJ: 23.456.910/0001-89. Valor do contrato R\$ 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais). VIGÊNCIA: De 12 (doze) meses. OBJETO: Contratação de serviços de Concessão da Licença de uso não exclusiva por prazo determinado do sistema GovCompras. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06 Fundo Municipal de Assistência Social 08 122 0037 20710 0000 -Manutenção da Secretaria de Assistência Social 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.**

MARIA EDNEIDE BARRETO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO Dispensa de Licitação nº. 08-0012/2017-PMP

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE PACAJÁ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADO: BILDENY M. DOS SANTOS - ME - CNPJ: 23.456.910/0001-89. Valor do contrato R\$ 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais). OBJETO: Contratação de serviços de Concessão da Licença de uso não exclusiva por prazo determinado do sistema GovCompras.

MARIA CRISTINA DA SILVA ROCHA FERREIRA
Secretária Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO Dispensa de Licitação nº. 08-0013/2017-PMP

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE PACAJÁ. CONTRATADO: BILDENY M. DOS SANTOS - ME - CNPJ: 23.456.910/0001-89. Valor do contrato R\$ 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais). OBJETO: Contratação de serviços de Concessão da Licença de uso não exclusiva por prazo determinado do sistema GovCompras.

FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO Dispensa de Licitação nº. 08-0014/2017-PMP

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE PACAJÁ/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADO: BILDENY M. DOS SANTOS - ME - CNPJ: 23.456.910/0001-89. Valor do contrato R\$ 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais). OBJETO: Contratação de serviços de Concessão da Licença de uso não exclusiva por prazo determinado do sistema GovCompras.

MARIA EDNEIDE BARRETO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ EXTRATO de Ratificação Dispensa de Licitação nº. 08-0015/2017-PMP

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE PACAJÁ/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONTRATADO: BILDENY M. DOS SANTOS - ME - CNPJ: 23.456.910/0001-89. Valor do contrato R\$ 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais). OBJETO: Contratação de serviços de Concessão da Licença de uso não exclusiva por prazo determinado do sistema GovCompras.

POLYANNA ARAÚJO LOCH
Secretária Municipal de Assistência Social.

Protocolo: 261126

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO nº. 106/2017 - COM COTA RESERVADA PARA MEs e EPPs.

Objeto: Aquisição de materiais de consumo, tais como hospitalar, limpeza e higienização, áudio, vídeo e foto, material permanente como equipamentos diversos, hospitalar, mobiliário em geral, equipamento de áudio, vídeo e foto, aparelhos de medição e orientação, utensílios domésticos, equipamento de processamento de dados e veículo automotor - Emenda Parlamentar nº 25000.024634/2017-35 - Proposta nº 11536.700000/1160-01. Onde se lê: Data de Abertura: 18/12/2017 as 10:00 hs. Lê-se: Data de Abertura: 27/12/2017 as 10:00 hs. A retirada do Edital deverá ser efetuada de segunda a sexta-feira, de 8h as 12h e das 14h as 18h, na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame. Pgm.: 13/12/2017.

Protocolo: 261127

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: CONCORRÊNCIA nº 3/2015-003SEMOB.

Objeto: SERVIÇOS DE DRENAGEM E TERRAPLENAGEM PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA ZONA RURAL, DO MUNICIPIO DE PARAUPEBAS, ESTADO DO PARÁ. Vencedor(es): CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA CARVALHO LTDA, com o valor total de R\$ 23.919.316,24(Vinte e Três Milhões, Novecentos e Dezenove Mil, Trezentos e Dezesesseis Reais e Vinte e Quatro Centavos).. Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - MARIA SILVANA DE FARIA SOUSA. 07 de Dezembro de 2017.

PARAUPEBAS - PA, 07 de Dezembro de 2017
LEO MAGNO MORAES CORDEIRO
Comissão de Licitação
Presidente

Protocolo: 261077

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS AVISO DE PRORROGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 3/2017-002SEHAB

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Parauapebas comunica a todos os interessados que a sessão de recebimento e início da abertura dos envelopes proposta e documentação referentes ao processo licitatório na modalidade Concorrência de no 3/2017-002SEHAB, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de execução do Plano de Trabalho Social, do Residencial Alto Bonito, na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, fica prorrogada para o dia 29 de Janeiro de 2018, às 09:00 horas, na Sala de Reuniões da Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada no Morro dos Ventos, Quadra Especial, S/N., no município de Parauapebas, Estado do Pará.

PARAUPEBAS, 12 de Dezembro de 2017.
LÉO MAGNO MORAES CORDEIRO
Comissão de Licitação
Presidente

Protocolo: 260988

FAZENDA SÃO FRANCISCO, VALMOR LUIZ ANVERSA, CPF: 245.567.340-53, torna público que requereu a SEMMA/Paragominas, a LAR para ativ. de agricultura e pecuária situada no município de Paragominas/PA.

Protocolo: 261089

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ
efetivou a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº03/2017-**

Objeto: prestação de serviço de Software de acessibilidade para a Web, para o domínio do site www.cremepa.org.br, e sob domínio (transparência.cremepa.org.br, de forma dinâmica e em tempo real para o atendimento às pessoas com deficiência visual, surdos, analfabeos funcionais, idosos, pessoas com deficiências intelectuais (ex: síndrome de DOWW), disléxicos, além daqueles com dificuldades de leitura e de compreensão de textos. Contratado: CENTRO DE TECNOLOGIA DE SOFTWARE-CTS. Fundamento Legal. inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93. Dotação orçamentária: - nº622.11.33.90.39.004 - serviços técnicos profissionais pessoa jurídica. Autorização 04/12/2017. Ratificado em 07/12/2017. Dr. Paulo Sérgio Guzzo - Presidente do CRM/PA.

Protocolo: 261093

J & J AMBIENTAL - COMERCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ nº 14.897.416/0001-69, sob o processo nº 147/17 torna público que requereu da SEMMA/Capanema Licença Ambiental de Operação para a atividade de triagem de diversos resíduos, localizada no Município de Capanema, Estado do Pará.

Protocolo: 261098

**EDITAL CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL PESSOA
JURÍDICA EXERCÍCIO DE 2018**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, em conjunto com as Federações Estaduais de Agricultura e os Sindicatos Rurais e/ou de Produtores Rurais com base no Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, que dispõe sobre a arrecadação da Contribuição Sindical Rural - CSR, em atendimento ao princípio da publicidade e ao espírito do que contém o art. 605 da CLT, vêm NOTIFICAR e CONVOCAR os produtores rurais, pessoas jurídicas, que possuem imóvel rural, com ou sem empregados e/ou empreendem, a qualquer título, atividade econômica rural, enquadrados como "Empresários" ou "Empregadores Rurais", nos termos do artigo 1º, inciso II, alíneas "a", "b" e "c" do citado Decreto-lei, para realizarem o pagamento das Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Rural, referente ao exercício de 2018, em conformidade com o disposto no Decreto-lei 1.166/71 e nos artigos 578 e seguintes da CLT. O recolhimento da CSR deverá ocorrer, impreterivelmente, até o dia 31 de janeiro de 2018, em qualquer estabelecimento integrante do sistema nacional de compensação bancária. As guias foram emitidas com base nas informações prestadas pelos contribuintes nas Declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, repassadas à CNA pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, remetidas, por via postal, para os endereços indicados nas respectivas Declarações, com amparo no que estabelece o artigo 17 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1.996, e o 8º Termo Aditivo do Convênio celebrado entre a CNA e a SRFB. Em caso de perda, de extravio ou de não recebimento da Guia de Recolhimento pela via postal, o contribuinte poderá solicitar a emissão da 2ª via, diretamente, à Federação da Agricultura do Estado onde tem domicílio, até 5 (cinco) dias úteis antes da data do vencimento, podendo optar, ainda, pela sua retirada, diretamente, pela internet, no site da CNA: www.cnabrazil.org.br. Qualquer questionamento relacionado à cobrança da Contribuição Sindical Rural - CSR poderá ser encaminhado, por escrito, à sede da CNA, situada no SGAN Quadra 601, Módulo K, Edifício CNA, Brasília - Distrito Federal, Cep: 70.830-021 ou à Federação da Agricultura do seu Estado, podendo ainda, ser enviado via internet no site da CNA: cna@cna.org.br. O sistema sindical rural é composto pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil-CNA, pelas Federações Estaduais de Agricultura e/ou Pecuária e pelos Sindicatos Rurais e/ou de Produtores Rurais. Brasília, 09 de novembro de 2017.

João Martins da Silva Júnior - Presidente da Confederação.

Protocolo: 261102

Supergasbras Energia LTDA - CNPJ 19.791.896/0090-78, torna público que solicitou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, a Licença Ambiental de Operação p/ Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (GLP).

Protocolo: 261072

FABIO MALICHESKI, CPF: 620.343672-00, torna público que requereu junto a SEMMA-NP as Licenças, LP-Licença prévia, LI-Licença de Instalação e LO- Licença de Operação para, extração de areia Protocolo N° 743/2017. Novo Progresso - PA.

FABIO MALICHESKI, CPF: 620.343672-00, torna público que requereu junto a SEMMA-NP as Licenças, LP-Licença prévia, LI-Licença de Instalação e LO- Licença de Operação para, extração de cascalho Protocolo N° 755/2017. Novo Progresso - PA.

Protocolo: 261064

GROTTA & VIGNAGA LTDA - ME, CNPJ: 05.392.411/0001-93, torna público que requereu junto a SEMMA-NP a Licença de Operação-LO, para a atividade de Hotelaria Protocolo N° 724/2017. Novo Progresso - PA.

Protocolo: 261063

Brasil Verde Esquadrias Eireli-Epp, CNPJ 04.857.470/0001-27, localizada no Ramal do Sororoca, s/nº-GalpãoB, Itaquara/Murinim Benevides-PA, torna público que recebeu da SEMMAT-BENEVIDES, Lic. de operação nº 205/2017 (validade:27/11/2018). Atividade: serraria com desd.de madeira em tora para produção madeira serrada.

Protocolo: 261067

GP PETROLEO COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA CNPJ 06.945.995/0001-40 Torna público solicitou a junto a SEMMA a renovação da LO Nº L041517 com validade 07/04/2018 p/ comercio varejista de combustiveis- Ananindeua-PA.

Protocolo: 261071

FMA - FABRICAÇÃO DE ÁGUA ENVASADA LTDA-ME, torna público que solicitou da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMMAT, a Renovação da Licença de Operação LO nº161/2016-2 com validade de 01 ano para "ENGARRAFAMENTO DE ÁGUA ADICIONADA DE SAIS" no Município de Benevides, Estado do Pará.

Protocolo: 261075

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS
DE GARIMPEIROS DO TAPAJÓS - FECOGAT.**

CNPJ: 25.134.605/0001-04 NIRE: 15400019046

O Presidente da Federação das Cooperativas de Garimpeiros do Tapajós - FECOGAT, Sr. Amaro Salmo da Rosa, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, convoca as Cooperativas Cooperadas (que para efeito de quórum são seis as cooperadas), para a realização da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE GARIMPEIROS DO TAPAJÓS - FECOGAT, que será realizada na Sede da FECOGAT sito a Av. das Esmeraldas, s/n, Centro, Cep.:68.189-000, no Distrito de Moraes de Almeida, Município de Itaituba no Estado do Pará, no dia 23 de dezembro de 2017, às 15:00 horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) das cooperativas com direito a voto; as 16:00 horas em segunda convocação com a presença de maioria simples (metade mais uma) das cooperativas com direito a voto e as 17:00 horas, em terceira e última convocação, qualquer número de cooperativas associadas com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Aprovação de processo de Ingresso/Adesão de novos cooperados;
- Demais assuntos de interesse da Cooperativa e que sejam de competência da Assembleia Geral Extraordinária.

Moraes de Almeida/PA, 11 de dezembro de 2017.

Amaro Salmo da Rosa
Presidente

Protocolo: 261079

Tecnoplac Tecnologia em Placas Ltda, CNPJ: 02.597.519/0001-24, localizada na Avenida Marechal Rondon, Rondon do Pará, solicitou a SECMA a Licença de Operação - LO, sob protocolo nº 298/2017.

Protocolo: 261084

FAZENDA NOSSA SENHORA DE APARECIDA, VOLMAR JOÃO ANVERSA, CPF: 434.085.750-53, torna público que requereu a SEMMA/Paragominas, a LAR para ativ. de agricultura e pecuária situada no município de Paragominas/PA.

Protocolo: 261088

FAZENDA SANTA CÉLIA, GUALTEMAR GARUZZI LOUREIRO, CPF: 947.131.467-49, torna público que requereu junto a SEMAS a APAT para Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) em Paragominas/PA.

Protocolo: 261092

